



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA/IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Michel Rezende da Silveira

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE
DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE**

Brasília - Distrito Federal

Agosto/2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA/IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

MICHEL REZENDE DA SILVEIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. NELBA AZEVEDO PENNA

Brasília - DF

2016

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE
DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, com vistas à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna.

Brasília - DF

2016

MICHEL REZENDE DA SILVEIRA

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE
DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE**

Tese de Doutorado submetida ao departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dra. Nelba Azevedo Penna
Orientadora - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Examinador Interno - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra
Examinador Interno - Universidade de Brasília

Prof. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
Examinador Externo - Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima
Examinador Externo - Universidade Federal do Mato Grosso / Campus Rondonópolis

Prof. Dra. Lucia Cony Faria Cidade
Examinador Suplente - Universidade de Brasília

Brasília
19 de Agosto de 2016

SSI587d

Silveira, Michel Rezende da

A dinâmica do agronegócio no Estado de Goiás e a centralidade do Município de Rio Verde / Michel Rezende da Silveira; orientadora Nelba Azevedo Penna. Brasília, 2016. 225 p.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2016.

1. Agronegócio. 2. Centralidade. 3. Desigualdades socioespaciais regionais. 4. Goiás. 5. Município de Rio Verde. I. Penna, Nelba Azevedo, orientadora. II. Título.

Para Debora e Kamylle.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, pela oportunidade de realização do Doutorado, pelas condições de pesquisa e por todo apoio recebido, em especial, aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação que sempre foram solícitos em me ajudar.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e ao Campus Iporá, pela concessão da licença de afastamento para capacitação, oportunidade fundamental para o término da pesquisa.

À Prof. Dra. Nelba pelas muitas horas de orientação em seu gabinete, pela paciência com o andamento da pesquisa, pelo acompanhamento presente em todas as fases da tese e, principalmente, por sua humanidade para comigo. Seu exemplo de professora e pessoa ficará marcado em minha trajetória de vida, por isso minha gratidão.

À Prof. Dra. Celene e ao Prof. Dr. Juscelino pelas ideias valiosas dadas na qualificação, que foram muito importantes para traçar o rumo final da pesquisa.

À minha esposa Debora por suportar minhas ausências, acompanhar-me na maioria das viagens a Brasília e, principalmente, pelo amor e carinho que me fizeram aprender o valor da família na realização do Doutorado.

À minha filha Kamylle que com toda a energia de uma criança fez a casa ficar mais alegre.

Ao meu pai Rosemir e à minha mãe Damaris que foram a base de toda a minha trajetória acadêmica. Talvez, com palavras, nunca conseguirei agradecê-los.

Ao meu irmão Marcello, sua esposa Patrícia e os seus filhos Henrique e Isabella, que sempre me deram preciosos momentos de felicidade.

Ao meu amigo Prof. Dr. Eguimar, por estar sempre próximo, aconselhando, orientando e ensinando a viver com leveza.

Ao meu amigo Valdir Specian, sua esposa Viviane e os filhos Renan e Heitor (recém-chegado), que são a minha família em Iporá.

Ao meu amigo Roberto, companheiro de jornada desde o mestrado, e à sua namorada Cláudia, que abriram as portas de suas casas para mim em Brasília.

Ao Ronei, pelos constantes diálogos e trocas de bibliografias que foram muito úteis à tese. Aos meus colegas de doutorado, especialmente à Mara Flora, Jesiel e Ricardo, pelos divertidos momentos de reunião para realização de trabalho em grupo.

À Juheina, com a sua enorme tranquilidade, paciência e experiência, e à Carol pela ajuda importantíssima nos mapas.

À todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

SILVEIRA, Michel Rezende da. A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2016.

Nessa pesquisa se debateu o tema agronegócio no Brasil, compreendido através do par dialético modernização e desigualdade, no intuito de discutir a centralidade do município de Rio Verde, desde 1990 até a atualidade. Processo que causa novas dinâmicas territoriais como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais regionais, observadas na microrregião do sudoeste de Goiás. Em relação à centralidade, nossa tese é que existem dois processos em curso na microrregião do sudoeste de Goiás: 1) consolidação do “Eixo de Produção Regional do Agronegócio” - disposto numa hierarquia Rio Verde > Jataí > Mineiros; 2) captura do rural dos municípios com populações pequenas para a produção de cana-de-açúcar. Estes dois processos formarão a rede econômica da microrregião, em que o município de Rio verde pode ser considerado um nó, os municípios de Jataí e Mineiros pontos - os três formam o Eixo de Produção Regional do Agronegócio -, e os municípios com populações pequenas manchas das redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizada. Sobre as desigualdades socioespaciais da microrregião do sudoeste de Goiás se observou que a entrada do agronegócio em Rio Verde causou o aumento da concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas.

Palavras-chave: agronegócio, centralidade, desigualdades socioespaciais regionais, Goiás, Município de Rio Verde.

ABSTRACT

SILVEIRA, Michel Rezende da. AGRIBUSINESS DYNAMICS IN THE STATE OF GOIÁS (BRAZIL) AND THE CENTRALITY OF THE MUNICIPALITY OF RIO VERDE (GOIÁS). 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2016.

This research is focused on agribusiness in Brazil, analyzed through the lens of the dialectic between modernization and inequality to discuss the centrality of the Rio Verde municipality, from 1990 to current days, which caused new territorial dynamics like the deepening of regional social-spatial inequalities, observed through the micro-region in Southeast Goiás. In relation to the centrality, our thesis is that there are two processes in course in Southeast Goiás micro-region: 1) Consolidation of the "Agribusiness Regional Production Axis" - laid out hierarchically Rio Verde > Jataí > Mineiros; 2) Rural seizing of the small population municipalities for the production of sugarcane. These processes will form the economic network of the micro-region, in which the Rio Verde municipality can be seen as a knot, the municipalities of Jataí and Mineiros as dots and the small population municipalities as blots of the agroindustrial networks with global spacial circuits of production. Regarding the social-spatial inequalities of the micro-region in the Southeast of Goiás, it has been proven that the entry of agribusiness in Rio Verde has led to an increase in its Gini index, pointing towards the accumulation of wealth in the hands of few.

Keywords: agribusiness, centrality, social-spatial inequalities, Goiás, county in Rio Verde.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Estado de Goiás: utilização das terras segundo percentual de área ocupada, 2006.....	125
Gráfico 02. Percentual de População residente segundo as Regiões de Planejamento - 1991, 2000, 2010 - 2011. (%)	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População brasileira (2000 a 2013)	80
Tabela 02. População total, segundo renda familiar per capita - Brasil, 1980-2000.....	81
Tabela 03. Malha Viária do Brasil (km) - 2015.....	89
Tabela 04. Produto Interno Bruto por Setor da Economia 2000 - 2013	94
Tabela 05. Sudoeste Goiano: valor das exportações	127
Tabela 06. Estado de Goiás: ranking dos vinte maiores municípios goianos em população estimada em 2015	134
Tabela 07. Estado de Goiás: Ranking dos vinte municípios com maiores PIB Per Capita e População Estimada em 2013	136
Tabela 08. Microrregião do sudoeste de Goiás - população estimada da microrregião em 2015.	147
Tabela 09. Ranking de produção dos principais produtos agrícolas - 2014 por municípios	148
Tabela 10. Microrregião do sudoeste de Goiás: produção de milho, soja, cana-de-açúcar e algodão no ano de 2014	149
Tabela 11. Microrregião do Sudoeste Goiás: população censitária, 1991 - 2010	182
Tabela 12. Microrregião do sudoeste de Goiás: culturas selecionadas, área colhida (HÁ).....	184
Tabela 13. Microrregião do sudoeste de Goiás: culturas selecionadas, quantidade produzida (t)	186
Tabela 14. Total de funcionários na indústria- município de Rio Verde 2016.....	195
Tabela 15. Microrregião do sudoeste de Goiás: local de trabalho principal em 2010.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Níveis da centralidade das cidades brasileiras - 1993	173
Quadro 02. Níveis da centralidade das cidades brasileiras - 2007	174

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Brasil: localização do Estado de Goiás - 2016	21
Mapa 02. Brasil: população estimada por município - 2013	83
Mapa 03. Brasil: Malha Ferroviária - 2010	86
Mapa 04. Brasil: Malha Viária - 2015.....	88
Mapa 05. Brasil: Total de Unidades Industriais, segundo municípios com mais de 50.000 habitantes - 2013.....	91
Mapa 06. Brasil: Produto Interno Bruto por setor da economia - 2013	95
Mapa 07. Relevo do estado de Goiás	103
Mapa 08. Cerrado brasileiro: principais rios	106
Mapa 09. Capitania de Goyaz (1809).....	109
Mapa 10. Estado de Goiás: Distribuição espacial das lavouras de soja e cana-de-açúcar	128
Mapa 11. Estado de Goiás: Produto Interno Bruto por setor da economia - 2013	130
Mapa 12. Estado de Goiás: Polos Econômicos - 2013.....	132
Mapa 13. Estado de Goiás: Produto Interno Bruto per capita - 2013.....	137
Mapa 14. Estado de Goiás: população estimada - 2015	140
Mapa 15. Brasil: Localização da área de estudo	145
Mapa 16. Microrregião do Sudoeste de Goiás: imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - 2015.....	154
Mapa 17. Microrregião do Sudoeste de Goiás: fundo de participação dos municípios-2015	157
Mapa 18. Estado de Goiás: localização da área de estudo - 2015.....	181
Mapa 19. Microrregião do Sudoeste Goiano: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais - 1996.....	189
Mapa 20. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais - 2006.....	191
Mapa 21. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais - 2014.....	193
Mapa 22. Microrregião do sudoeste de Goiás: local de trabalho principal - 2010.....	198
Mapa 23. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de atendimentos hospitalares por categoria selecionada - 2016.....	201
Mapa 24. Microrregião do sudoeste de Goiás: deslocamentos para estudo e total de escolas por municípios - 2010.....	203
Mapa 25. Microrregião do sudoeste de Goiás: índice de GINI - 1991 A 2010	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Empresa SOAGRO e Convite para o 7º dia de campo	151
Figura 02. Imagem de satélite da cidade de Rio Verde	159
Figura 03. Vista aérea da Avenida Presidente Vargas na cidade Rio Verde	161
Figura 04. Loja COMIGO e Banco SICOOB na Avenida Presidente Vargas na cidade Rio Verde	163
Figura 05. Buriti <i>Shopping</i> e <i>Shopping</i> Rio Verde na cidade Rio Verde	165
Figura 06. Imagem de satélite da empresa BRF e do DARV II na cidade de Rio Verde.....	168
Figura 07. Imagem de satélite do parque industrial da COOPERATIVA COMIGO na cidade de Rio Verde.....	170
Figura 08. Imagem de satélite do “Eixo de Produção Regional do Agronegócio” (linha vermelha)	177
Figura 09. Imagem de satélite do “Eixo Regional” (linha vermelha)	178

LISTA DE SIGLAS

BRF - Brasil Foods
CNP - Comissão Nacional de Petróleo
Comigo - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CTRIN-DTRIG - Centro do Trigo Nacional - Departamento do Trigo
DARV - Distrito Agroindustrial de Rio Verde
DIMPE - Distrito de Micro e Pequenas Empresas de Rio Verde
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FPM - Fundo de participação dos municípios.
GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística
IAA - Instituto do Açúcar e Alcool
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.
IMB - Instituto Mauro Borges
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI - Impostos sobre produtos industrializados.
IPTU - Imposto predial e territorial urbano.
IPVA - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
IR - Imposto de renda.
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
ITBI - Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos.
ITR - Imposto sobre a propriedade territorial rural.
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
Matopiba - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
OMS - Organização Mundial de Saúde
PEA - População Economicamente Ativa
Petrobras S.A. - Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PIB - Produto Interno Bruto
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
Poloamazônia - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia Polocentro -
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Prodec - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
REGIC - Regiões de Influência das Cidades
RPA - Região Produtiva do Agronegócio
Segplan/GO - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás
SEPIN - Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas
SUS - Sistema Único de Saúde
UPA - Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
Lista de Gráficos	10
Lista de Tabelas.....	11
Lista de Quadros	12
Lista de Mapas	13
Lista de Figuras	14
Lista de Siglas	15
INTRODUÇÃO	17
Aspectos metodológicos.....	23
CAPÍTULO I: A AGRICULTURA MODERNA E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	26
1.1 A agricultura moderna: transformação do espaço e desigualdade	27
1.2 A dinâmica da agricultura globalizada.....	42
1.3 A criação do agronegócio e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais	51
CAPÍTULO II: O AGRONEGÓCIO NO BRASIL	58
2.1 O agronegócio e a estruturação do território brasileiro.....	59
2.1.1 O processo da urbanização brasileira	65
2.2 A difusão do agronegócio no Brasil.....	67
2.3. A relação entre o aprofundamento das desigualdades e o agronegócio	78
CAPÍTULO III: O AGRONEGÓCIO EM GOIÁS: GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	97
3.1 O agronegócio e a estruturação do território goiano	98
3.1.1 O Cerrado Goiano	101
3.2 Histórico e transformações recentes do agronegócio	116
3.2.1 A consolidação de polos econômicos.....	125
3.3. O agronegócio e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.....	133
CAPÍTULO IV: CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE E AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	142
4.1 A agricultura globalizada na microrregião do sudoeste de Goiás	143
4.2 O espaço urbano em Rio Verde.....	158
4.3 O agronegócio e a centralidade no município de Rio Verde.....	179
4.4 O agronegócio no município de Rio Verde e as novas dinâmicas territoriais - a desigualdade socioespacial regional	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	214

INTRODUÇÃO

A mundialização da economia, criadora de um mercado de consumo global em que o processo de produção e circulação da mercadoria se dá na escala do planeta, deu origem à agricultura científica, caracterizada pela inserção da ciência, tecnologia e informação para o aumento da produtividade e pela submissão da natureza ao tempo e aos interesses do homem. No período contemporâneo esse ramo da produção se industrializa passando a ser chamado de agronegócio, caracterizando-se por ser comandado pelas redes agroindustriais globalizadas e pela forte integração à economia urbana - devido à instalação nas cidades de empresas agropecuárias que fornecem insumos químicos e maquinários -, relativizando a dicotomia entre campo e cidade.

Para Harvey (2011), a geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida e o que nos foi dado pela natureza vem sendo substituído pelo que foi construído pelo homem, levando à produção constante de novos espaços e relações espaciais. Essa produção espacial propicia a expansão perpétua das populações disponíveis, tanto produtoras quanto consumidoras, resultando na sobrevivência e florescimento do capitalismo, já que a produção dos espaços causa impacto na acumulação do capital, tornando a produção dos lugares um grande veículo para a absorção do excedente.

De acordo com Santos (2009), isso foi possível devido ao avanço da ciência que produziu um sistema técnico em que a informação é a principal ferramenta de difusão desse novo modelo invasor, permitindo às empresas o exercício de uma mais-valia universal. Nessa busca pelo lucro as empresas que atuam em nível mundial instalam sua produção nos mais variados pontos do planeta modificando as dinâmicas locais graças à progressiva incorporação de capitais fixos e constantes no território. Este se metamorfoseia em um meio técnico-científico-informacional e a agricultura, a partir das inovações técnicas e organizacionais, cria um novo uso do tempo e da terra encurtando o ciclo dos vegetais para aproveitar os momentos vagos do calendário agrícola.

Em suma, para atender a uma demanda de consumo global o agronegócio (re)estrutura o território dando-lhe uma nova forma e uma nova função, mediante um processo que tem como premissa básica o fato de ocorrer dentro de uma lógica espacial contraditória através do par dialético modernização e desigualdade, fazendo com que as modificações territoriais sejam seletivas e ocorram nos municípios que comandam a produção agropecuária. Processo este que resulta no aprofundamento das desigualdades socioespaciais regionais devido ao desenvolvimento geográfico desigual.

A problemática se explicita pelo entendimento da expressão desigualdade socioespacial, compreendida por Carlos (2007) como a produção do espaço que se realiza

enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista, sendo a desigualdade o fundamento histórico do capitalismo se expressando no acesso à riqueza. A diferenciação espacial é um produto social dessa desigualdade que está na origem do processo, evidenciando espacialmente as estratégias de classe. Por isso, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos tanto no campo quanto na cidade e, no cerne desse conflito, encontra-se a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial.

Essa conjuntura socioespacial foi conceituada por Harvey (2012) em sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para o autor, o exame do mundo em qualquer escala particular revela uma série de efeitos e processos produtores de diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais, como um mosaico composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas. Com a globalização houve uma aceitação das noções burguesas de leis, de direito, de liberdade, que permitem a manutenção de um campo aberto ao investimento do capital, à acumulação do capital e à exploração do trabalho e dos recursos naturais. Por meio da compreensão do desenvolvimento geográfico desigual é possível avaliar as contradições hoje existentes geradas pela globalização que causa um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares.

O conceito de modernização foi baseado na teoria de desenvolvimento de Souza (1997), que compreende as definições descritas nos manuais de Economia, em que o desenvolvimento econômico é medido através do crescimento do PIB, da modernização tecnológica e da melhoria nos níveis de educação e saúde, ou seja, aspectos quantitativos e qualitativos como características que concernem a meios e não a fins. O fim só pode ser observado por meio da análise do espaço social. Por isso, uma formulação filosófica do desenvolvimento que deseja enxergar a realidade deve captar o movimento, sem estágio final, em cuja esteira uma sociedade se torna mais justa e aceitável para todos os cidadãos.

Apresentando como fundamento o par dialético modernização e desigualdade, discutir-se-á o tema da centralidade urbana criada em razão do agronegócio, que fomenta novas dinâmicas territoriais, partindo da compreensão de que, embora o desenvolvimento desigual e combinado seja intrínseco ao capitalismo, o agronegócio é capaz aprofundar as diferenças socioespaciais. Por isso, escolheu-se como objeto de estudo o município de Rio

Verde, localizado no Estado de Goiás (mapa 01), no período compreendido desde a década de 1990, quando se inicia a chegada das empresas globalizadas do agronegócio, até a atualidade.

A importância da análise do processo de introdução do agronegócio no município de Rio Verde - que instalou nele uma centralidade provocando novas dinâmicas territoriais em consequência das novas formas de produção, distribuição e consumo da produção agrícola, com o objetivo de realizar a mais-valia para acumulação do capital - está nas novas relações da produção agropecuária no território capazes de desvendar a dialética das desigualdades socioespaciais regionais.

O recorte regional escolhido foi a microrregião do sudoeste de Goiás, composta por 18 municípios que passaram por mudanças na produção agropecuária em virtude da instalação das agroindústrias globalizadas. A partir da microrregião foi possível observar como o município de Rio Verde cresce economicamente enquanto os municípios vizinhos, mesmo com um campo produtivo e conectados às demandas de consumo globais, continuam estagnados. Isso revela o processo contraditório e seletivo em que, por um lado, há o desenvolvimento, e, por outro, o aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais.

A observação das mudanças territoriais na microrregião do sudoeste de Goiás e dos conflitos sociais gerados pela modernização da agricultura nos instigou a pesquisar a atividade do agronegócio, o que nessa tese se fez mediante o estudo da centralidade do município de Rio Verde que resultou em novas dinâmicas territoriais, mas também aprofundou as desigualdades socioespaciais regionais. Embora o município de Rio Verde tenha se tornado objeto de estudo em diversas teses e dissertações, principalmente após a introdução da soja e a implantação do projeto Buriti em 1996 pela agroindústria Perdigão - hoje BRF -, compreende-se que muitos problemas ainda precisam ser respondidos, tais como: Quais os parâmetros que indicam uma centralidade do agronegócio no município de Rio Verde em relação à microrregião do sudoeste de Goiás? Quais são as novas dinâmicas territoriais que foram criadas devido à centralidade do município de Rio Verde?

Essas questões são importantes porque quando se faz uma comparação entre os dados econômicos e sociais do município de Rio Verde em relação à microrregião do sudoeste de Goiás, observa-se que o primeiro cresce economicamente e a segunda aumenta os números da produtividade agropecuária, mas mantém o empobrecimento. Isso se deve ao fato de que a apropriação do capital no território regional não se faz de forma abrangente. Assim, o crescimento econômico não beneficia o total da população, marcando a região por uma grande desigualdade social e espacial.



Mapa 01. Brasil: localização do Estado de Goiás - 2016
 Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Por isso, parte-se da ideia de que o agronegócio dinamiza a economia regional na qual ele se insere, contudo, aprofunda a desigualdade socioespacial. Observou-se que o agronegócio dotou o município de Rio Verde de infraestrutura para atender às demandas econômicas por ele apresentadas, impulsionando seu crescimento, mas agravando as diferenças socioespaciais e a disputa entre as classes sociais, o que mostra o quão distante estão da realidade as teorias que propagam o crescimento econômico como sinônimo de elevação do acesso social a itens básicos como saúde e educação, principalmente para as camadas pobres, para fomentar uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, a tese aqui proposta é a de que no capitalismo o desenvolvimento econômico se realiza de forma geográfica desigual, processo que provoca desigualdades tanto no âmbito da região quanto da cidade. Perante essa realidade, o agronegócio é estabelecido como política de desenvolvimento regional com o objetivo de melhoria econômica e social. No entanto, esse discurso não leva em consideração a investigação crítica construída perante o tema do aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Isso significa que há a necessidade de estabelecer políticas complementares voltadas à melhoria das condições de vida das pessoas e às atividades mantidas fora do processo do agronegócio, trazendo mais benefícios do que exclusões.

Desta feita, o objetivo geral da pesquisa é compreender a (re)produção do espaço por intermédio do agronegócio instalado no território mediante a lógica contraditória do par dialético modernização e desigualdade. Como o Brasil possui uma herança territorial advinda do período colonial, entendida por Santos e Silveira (2012) como causadora das desigualdades estruturais contemporâneas e motivadoras da concentração de infraestrutura, indústria e serviços nas regiões sul e sudeste, percebe-se que o processo de industrialização da agricultura agravou essas disparidades regionais em relação aos níveis de desenvolvimento.

Tendo em vista a compreensão desse processo, especificamente se objetiva neste estudo:

- 1 - Verificar as transformações recentes causadas pela instalação do agronegócio no território goiano.
- 2 - Analisar as novas dinâmicas territoriais ocorridas em consequência da centralidade do município de Rio Verde.
- 3 - Analisar o aprofundamento do par dialético modernização e desigualdade na microrregião do sudoeste de Goiás.

Aspectos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos foi adotada uma metodologia que percorre as seguintes etapas representadas pelas perguntas: Como? Por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da elaboração de uma estrutura teórica capaz de apreender o objeto de estudo na contemporaneidade. Com quê? Utilizando dados que retratam a contradição da materialização do capital no território após a introdução do agronegócio. Quando? A partir da década de 1990 devido à implantação do Projeto Buriti pela Perdigão (BRF). Por meio de dados primários coletados em trabalho de campo e secundários retirados de bases oficiais como IBGE, IMB/SEGPLAN/Goiás, DNIT, Tesouro Nacional, RAIS. Onde? No município de Rio Verde e na microrregião do IBGE do sudoeste de Goiás, que serviu de parâmetro regional para o entendimento das desigualdades socioespaciais.

Para o desenvolvimento da tese foram utilizados métodos científicos, compreendidos por Marconi e Lakatos (2003) como o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo traçando um caminho a ser seguido. Como a ciência busca interpretar a realidade, o método é o construto que comporta as leis e categorias em constante interação, auxiliando o pesquisador no processo investigativo ao detectar erros ou validar a análise permitindo o conhecimento do real. Nesse contexto, adotou-se o método dialético, pois, de acordo com as autoras, ao contrário da metafísica que concebe o mundo como um conjunto de coisas estáticas, o método dialético o compreende como um conjunto de processos em que as coisas são analisadas através do seu movimento. Estas não estão acabadas, mas em vias de transformação e desenvolvimento, assim, o fim de um processo é sempre o começo de outro.

O método dialético permite apreender esta realidade, pois, conforme Sposito (2004), suas categorias (matéria e consciência; singular, particular e universal; qualidade e quantidade; causa e efeito; conteúdo e forma; essência e fenômeno; possibilidade e realidade) comparecem ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade. Elementos estes que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento. Por isso, trabalhou-se com o par dialético modernização e desigualdade tendo em vista que o processo da modernização do município de Rio Verde, em seu reverso, é o mesmo que provocou o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na região.

Para a execução da pesquisa foram utilizadas algumas características do método dialético descritas por Sposito (2004), como a incorporação de dados contraditórios enquanto tentativa de desvendar conflitos de interesses, questionamento da visão estática da

interpretação da realidade e os apontamentos buscando o caráter transformador dos fenômenos, o resgate da dimensão histórica, crítica e autocrítica. Na tese, o período colonial foi revisitado para se entender as heranças territoriais que produziram as desigualdades espaciais conjunturais observadas no território brasileiro e goiano, no intuito de encontrar os dados contraditórios de como o processo de introdução do agronegócio aprofunda as desigualdades existentes no território.

Por essa razão a tese foi dividida em 4 capítulos, em que no capítulo I “A agricultura moderna e as desigualdades socioespaciais” buscou estabelecer as bases conceituais. O espaço é um produto do trabalho do homem, estando em constante transformação através do modo de produção vigente, que é o capitalismo. Este é capaz de reorganizar o território para atender suas demandas, como ocorre na agricultura globalizada em que o espaço é modificado para recebê-la. Em virtude do capitalismo se desenvolver de forma desigual e combinada, a introdução do agronegócio em uma região causará o aprofundamento das desigualdades socioespaciais regionais.

No capítulo II, “O Agronegócio no Brasil”, apresenta-se a análise, desde o período colonial, dos principais elementos da estruturação do território brasileiro visando compreender como foram construídas as históricas desigualdades entre as regiões do país e estabelecer como a introdução do agronegócio agravou esse processo. Assim, através dos dados de população nos anos de 2000 e 2013, renda per capita domiciliar de 1980, 1991 e 2000, malha ferroviária 2010, malha viária 2015, unidades industriais 2013, produto interno bruto 2000 e 2013, estuda-se a relação entre o aprofundamento das desigualdades e o agronegócio.

No capítulo III, “O agronegócio em Goiás: globalização, modernização e desigualdades socioespaciais”, usou-se o mesmo procedimento para estabelecer os elementos de estruturação do território, nesse caso, o goiano, objetivando entender as transformações recentes devido à instalação do agronegócio. Mediante isso, foram utilizados os dados de polos econômicos 2013, percentual de utilização das terras 2006, distribuição das lavouras de soja e cana 2000 e 2014, valores das exportações 2003, 2004, 2005, produção de grãos, leites e rebanhos 2004 e 2005, produto interno bruto 2013, *ranking* dos 20 maiores municípios em 2015, produto interno bruto per capita 2013, *ranking* dos 20 maiores municípios de PIB per capita e população em 2013, população residente em 1991, 2000, 2010 e 2011 nas regiões de planejamento e população estimada em 2015, para certificar o aprofundamento das desigualdades e o agronegócio.

No capítulo IV, “Centralidade do município de Rio Verde e as novas dinâmicas territoriais”, a agricultura globalizada na microrregião do sudoeste de Goiás foi apresentada por meio de população estimada em 2015, *ranking* dos principais produtos agrícolas por município em 2014, tais como produção de milho, soja, cana-de-açúcar e algodão em 2015, ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) 2015 e FPM (fundo de participação dos municípios) 2015. Feito isso, a centralidade do agronegócio no município de Rio Verde foi estabelecida através dos dados de população da microrregião do sudoeste de Goiás nos anos de 1991, 2000 e 2010, área colhida e quantidade produzida de milho, soja, cana-de-açúcar e algodão em 1996, 2006, 2014, total de empresas, remuneração média e vínculos ativos em 1996, 2006, 2014, e total de funcionários na indústria no município de Rio Verde em 2016. Assim, mostrou-se como as novas dinâmicas territoriais produzem as desigualdades regionais, através compreensão dos dados de deslocamento para trabalho 2010, atendimentos hospitalares 2016, deslocamentos para estudo 2010 e índice de Gini 1991, 2000 e 2010.

Ressalte-se que a introdução do agronegócio no município de Rio Verde foi capaz de gerar seu desenvolvimento - juntamente com os municípios de Jataí e Mineiros -, porém, criou novas dinâmicas territoriais como o aprofundamento das desigualdades na microrregião do sudoeste de Goiás, porque os municípios receberam agroindústrias, mas não mudaram seu quadro de estagnação econômica e social.

CAPÍTULO I
A AGRICULTURA MODERNA E AS DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS

Neste capítulo foi feita uma revisão dos conceitos geográficos para embasar a escrita da tese, privilegiando o tema espaço (re)produção do espaço geográfico pela agricultura globalizada. No primeiro tópico foram conceituados espaço, território, lugar e região para entender como as atividades agropecuárias são capazes de transformar o território e criar um desenvolvimento geográfico desigual. No segundo tópico se apresentou a definição de agricultura científica para explicar como em uma economia globalizada esta deixa de ser uma atividade feita para sobrevivência humana para se integrar ao sistema econômico de um país. No terceiro tópico se discorreu sobre o agronegócio - caracterizado pelo domínio da indústria a montante (atuação antes do plantio ou criação) e a jusante (industrialização e comercialização da matéria-prima) - e a criação das desigualdades socioespaciais em nível mundial, devido à captura do espaço agrário dos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos.

1.1 A agricultura moderna: transformação do espaço e desigualdade

Em uma pesquisa geográfica a essência das preocupações está na transformação do espaço pelo trabalho concreto do homem. Escolheu-se como parâmetro de análise a agricultura moderna, caracterizada pela inserção da ciência e tecnologia no processo produtivo, pela sua integração com a indústria e com a economia urbana, e por a mesma deixar de ser uma atividade exercida apenas para a sobrevivência humana para se integrar ao sistema econômico global. No espaço geográfico, a consequência deste novo modo de produção agrícola foi a resignificação da relação campo/cidade que passou de dicotômica para integrada ao surgimento de novas dinâmicas territoriais, de um lado, o desenvolvimento e, de outro, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

A agricultura é vista por Santos (2006, p. 88) como uma atividade que revela as relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno desde o princípio dos tempos. Com o desenvolvimento da mecanização, ciência e tecnologia as atividades humanas constituíram um meio geográfico definido como técnico-científico-informacional, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. Pode-se dizer agora de uma agricultura científica globalizada que mudou profundamente a produção agrícola e as relações humanas, tendo referência planetária e recebendo influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Esta definição de agricultura científica aponta

o viés teórico da pesquisa e requer a compreensão dos conceitos trabalhados nesse estudo, que são: espaço geográfico, território, lugar e região.

O espaço geográfico é o objeto de estudo da Geografia, entendido por Carlos (2008, p. 35) como

[...] um produto de relações concretas que o homem cria na sociedade e através dela, ao longo de seu processo de hominização; processo este que cria como atividade prática dos homens (em suas relações materiais) que reproduz o processo de desenvolvimento da humanidade.

O primeiro elemento constitutivo do espaço é o de ser um produto criado pelo trabalho do homem. Para a autora, ele tem um caráter intencional e voluntário, o que implica a transformação do objeto em algo apropriado. “O trabalho é entendido aqui como a mediação necessária da relação homem-natureza, na qual o espaço geográfico aparece como um produto histórico e social, onde o homem é o sujeito [...]” (CARLOS, 2008, p. 36). Por isso o espaço é concreto, palpável, fruto das técnicas existentes em cada período histórico.

Por viver em sociedade, o homem cria relações materiais e imateriais que se concretizam no território, evidenciando em cada período de sua história a forma de se relacionar com a natureza. Diante disso, Santos (2009, p. 109-126) explica que o espaço é

[...] uma síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e as formas espaciais. [...] Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos.

O segundo elemento constitutivo do espaço é a sua construção por meio das ideologias e símbolos do ser humano. Por ser um produto em constante produção, representa uma síntese provisória da sociedade. Santos (2009) também rebate a ideia dos geógrafos da década de 1970 que acreditavam que o espaço não era um produto, mas o palco das realizações humanas, justificando que a sociedade atua de forma social e não física sobre o espaço, qualificando os objetos em sua ação, impondo-lhes um novo valor.

Essa racionalidade que o homem impõe sobre o espaço para realizar sua existência é observada no conceito de Smith (1988, p. 130) como:

a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes.

O terceiro elemento constitutivo do espaço é expressar a estrutura e o desenvolvimento do modo de produção. Compreende-se aqui o termo “modo de produção” como a forma pela qual o homem intervém na natureza para retirar a matéria prima de seu sustento, realizada - como explica Marx e Engels (1999, p. 12) - por meio dos instrumentos de produção (máquinas e ferramentas), das relações de produção e de todas as demais relações sociais.

Nosso modo de produção vigente é o capitalismo, conceituado por Carlos (2008, p. 36) como fundamentado nas lutas de classes que explicam o motivo de suas contradições iminentes. O que significa dizer que a maneira das classes sociais se relacionarem refletirá na forma de organização do espaço, em sua estrutura e desenvolvimento, criando a base do processo que leva às desigualdades socioespaciais no território. Nessa perspectiva das relações sociais, Soja (1993, p. 101) tece o seu conceito de espaço. Para ele

O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais. O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.

O quarto elemento constitutivo do espaço é ser um produto das experiências sociais. Com base nelas e por ser social e histórico, o espaço é constantemente produzido e reproduzido. Carlos (2008, p. 34) esclarece que a produção se refere ao processo específico, enquanto a reprodução diz respeito à acumulação do capital que permite apreender a divisão do trabalho em seu movimento.

É importante ressaltar que o modo de produção capitalista é dependente da constante produção e reprodução do espaço para que haja o processo de acumulação de capital. Soja (1993, p. 157) ressalta que

A produção da espacialidade capitalista, entretanto, não é um acontecimento que ocorra de uma vez por todas. A matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada - ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise.

Por ser um processo permanente e a sociedade estar dividida em classes sociais os conflitos e as crises são frequentes. As disparidades entre as classes sociais obedecerão a uma escala sendo, portanto, menores nos países desenvolvidos e maiores nos países subdesenvolvidos, mas em ambos os casos este cenário vem se agravando após o processo de globalização da economia.

A concepção de (re)produção do espaço aponta para um conceito da dialética muito significativo aos estudos geográficos, o de movimento. Para Carlos (2008, p. 35),

A construção da noção de movimento aparece no desenvolvimento das relações contraditórias que constroem a dinâmica da realidade. Este movimento caminha no sentido da contradição entre aparência e essência, entre o que se vê e o que é, entre uma realidade aparentemente estática e o seu movimento intrínseco, baseado num processo que, ao desenvolver-se, cria-se, pela unidade de relações contraditórias que se manifestam pelas lutas de classe.

O movimento não pode ser percebido pela aparência, já que a realidade nos parece estática, mas por sua essência, que se encontra dentro de relações contraditórias. Conduzindo esse mesmo raciocínio para o processo de desenvolvimento do capitalismo Harvey (2013, p. 22) explica que

O que Marx pretende é recuperar o poder intuitivo do método dialético, que permite compreender que tudo está em processo, tudo está em movimento. Ele não fala simplesmente do trabalho, mas do processo de trabalho. O capital não é uma coisa, mas um processo que só existe em movimento. [...] O capitalismo não é nada se não estiver em movimento.

O quinto elemento constitutivo do espaço é o movimento, fechando as características do espaço geográfico, que pode ser resumido como criado pelo trabalho do homem por meio de suas ideologias e símbolos, expressando a estrutura e o desenvolvimento de seu modo de produção vigente como um produto das experiências sociais e dos conflitos de classe, estando em constante movimento.

Para apreender os processos produtores do espaço em nossa sociedade foram utilizados os conceitos de território, lugar e região. O território em Santos (2006, p. 96):

[...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

A característica fundamental do território é proporcionar identidade ao homem, disto decorre o sentimento de pertencimento a algo que nos pertence, de abrigo, de uma base material para se viver. Em razão de seus múltiplos usos pelas sociedades ao longo da história da humanidade o território se constituiu como um território usado, que expressa materialmente cada período histórico e a forma como o homem viveu e se relacionou com o meio que o cerca.

Saquet (2006, p. 83) aprofunda a discussão dizendo que

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc.. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente. Inclusive, fazendo-se com o apoio do método de pesquisa da dialética socioespacial.

No território os processos e as relações materiais e imateriais devem ser analisados juntos já que não existe separação entre natureza e sociedade. Por este ângulo Saquet (2006, p. 82) entende a diferença entre espaço e território, pontuando que:

Espaço, tempo e território são conceitos e processos do real intimamente articulados. Não estão separados, mas são diferentes. O homem, em sociedades distintas, está (no), produz (o), é (o) e percebe o território, arranjando-se em tramas e relações sociais, que são (i)materiais, ou seja, econômicas, políticas, culturais e naturais ao mesmo tempo. No homem reside a síntese do social e do natural, como ser genérico, biológica e socialmente, e a síntese da objetividade e da subjetividade, do (i)material. Somos objetivos e subjetivos concomitantemente, ou seja, não somos e nem vivemos somente a matéria ou a ideia em movimento.

A diferença é tênue porque os dois conceitos não estão separados, mas o espaço é uma síntese provisória do conteúdo social e das formas espaciais e o território é a apropriação do espaço por uma sociedade em determinado tempo histórico. Em ambas as concepções deve ser levado em conta que as relações sociais são materiais e imateriais concomitantemente, estando em constante movimento.

Sobre o conceito lugar, compreende-se que este faz referência ao lócus de vivência do homem. Santos (1988, p. 19 e 20) afirma que

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.

A base conceitual para o entendimento do lugar se inicia por sua face concreta que são as ruas, os edifícios em que se desenvolve a vida cotidiana. O autor (2009, p. 114) atualiza sua definição de lugar dizendo que “Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro.”.

Desse modo, o autor apresenta o lugar como um espaço do vivido, onde o homem produz sua vida e deixa as marcas de sua existência, que são as heranças materializadas no território. Mas, esses conceitos são apenas a base para se assimilar o lugar que, a partir da globalização, torna-se mais complexo devido às novas lógicas do capital que lhe são impostas.

Santos (1994, p. 06) esclarece que

Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando.

O lugar continua sendo o espaço vivido pelo homem, mas agora se complexifica devido aos interesses mundiais e locais que o colocam como um ponto de encontro de diversas lógicas e interesses capitalistas. Complementando esta ideia, Santos (2009, p. 314-322) afirma que:

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

A globalização faz com que o lugar seja uma referência pragmática ao mundo devido à lógica das firmas e instituições que comandam as finanças mundiais. A análise da categoria lugar indica que este contém a base da vida em comum, um espaço vivido onde se dá a cooperação e o conflito, as ordens precisas e as ações condicionadas, além das manifestações de espontaneidade e a criatividade.

A respeito do conceito de análise região a premissa fundamental é a de ser um recorte espacial de uma determinada área do território, feito através de procedimentos metodológicos para fins de pesquisa. Castro (2002, p. 3) explica que:

Como problema epistemológico a região é tomada como recorte espacial de reprodução da totalidade; como problema empírico ela é vista como expressão das diferenças entre os lugares, diferenças estas provocadas pelos eventos comandados pela globalização, e constitui um recorte espacial funcional às formas de produção. Afetada pela aceleração dos tempos atuais as formas e os conteúdos das regiões mudam repetidamente, sendo possível que a sua vida seja muito curta.

Por ela, é possível observar a realidade de várias maneiras, tanto de forma epistemológica, em que esta é capaz de expressar a totalidade contida no objeto de estudo, quanto empírica, permitindo o entendimento das diferentes formas de produção econômica no território e das desigualdades existente entre os lugares devido ao processo de globalização da economia.

Como o viés desta pesquisa está na transformação do espaço pelo homem através da agricultura moderna, a concepção de região aborda os fatos concretos das dinâmicas capazes de inseri-la na base econômica internacional. Santos (1988, p. 17) compreende o estudo da região da seguinte maneira:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno.

Os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.

Um quesito que está muito presente nas teorias deste autor é a necessidade de se conhecer o conteúdo preexistente da região para entender o que é novo e, a partir disso, compreender como ocorreu sua relação com a ordem econômica internacional. Por isso, é imprescindível detalhar a composição da organização política, econômica e cultural, desde o homem até as instituições que vai dirigir, para enxergar as transformações e as formas de materialização na sociedade e no território, que se dão no tempo e no espaço.

O processo de globalização modificou as relações econômicas das sociedades no mundo e, por consequência, a definição da categoria região. Segundo Santos (1988, p. 18),

Hoje, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. Hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país.

Uma mesma área, hoje, pode ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. Numa mesma região realizam-se distintas fases de distintos circuitos de produção. A análise destes junto com a dos círculos de cooperação [...] nos dá a organização local e sua posição na hierarquia do poder mundial.

O capitalismo passou por uma transformação no modo de produção, circulação e consumo de mercadorias que modificou as relações cidade-campo e município-estado-país, ao

ligar o local diretamente ao global. A concepção de região se modificou, passando a receber ordens de locais distantes, provocando a redefinição da função estadual, tornando-a divulgadora, negociadora e vendedora do território.

Assim, a região passa a ser o recorte para análise empírica das dinâmicas territoriais, com o fim de conceituar a centralidade da cidade na região. Conforme Beltrão Sposito (2013, p. 72),

Uma das mudanças mais importantes no processo de estruturação do espaço urbano é a redefinição do papel do centro das cidades, quando analisamos o processo de urbanização e, como parte dele, as cidades na longa duração. Em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal. Na maior parte das vezes, ele era ou é único, desempenhando todos os papéis da centralidade, tanto na escala da cidade, quanto na interurbana, quando tratamos dos espaços de maior importância nas redes urbanas.

A cidade contemporânea foi estruturada para ser o lugar do trabalho, da moradia, do lazer, sendo que em determinadas áreas desta existe o centro, lugar dos bancos e do comércio, com a função de produção e reprodução das relações capitalistas. O centro das cidades, de modo igual, localizava-se em um local específico dentro da cidade, mas hoje ela abriga diversos centros em diferentes pontos de seu território.

Esse conceito de “centro” precisa ser usado com cuidado porque a escala trabalhada na tese é o município, em que as dinâmicas do rural e do urbano devem estar relacionadas ao estudo do agronegócio. Beltrão Sposito (2013, p. 73, destaques da autora) compreende a centralidade não apenas como um lugar na cidade,

MAS, SIM, A CONDIÇÃO E EXPRESSÃO DE CENTRAL QUE UMA ÁREA PODE EXERCER E REPRESENTAR. Segundo essa perspectiva, então, a centralidade não é, prioritariamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha a memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana.

Nessa perspectiva, a centralidade não é algo prioritariamente concreto, mas uma condição e expressão de central, que é uma área que atua tanto no intraurbano quanto no interurbano. De acordo com a autora (2013, p. 73), é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que se relevam os fluxos, permitindo a apreensão da centralidade que é evidenciada pelo que se movimenta no território. A centralidade é

redefinida continuamente, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações das ideias e dos valores.

Esta definição permite entender as atividades econômicas voltadas para o agronegócio, que contêm em sua cidade os bancos que realizam os financiamentos para a produção agropecuária, as empresas que comercializam as máquinas, implementos e ferramentas agrícolas, e as indústrias de transformação da matéria-prima do campo em produto. A principal característica destas cidades é a sua condição de atender às demandas intramunicipais e intermunicipais, o que faz com que se tornem uma centralidade para os municípios circunvizinhos, e confirma as palavras de Beltrão Sposito (2013) de que a centralidade não é um lugar ou área da cidade, mas sim a condição e expressão de central.

A criação de centralidades é uma característica do modo de produção vigente, pois é capaz de provocar novas dinâmicas territoriais, inclusive revelar as desigualdades socioespaciais. Nessa pesquisa, compreende-se modo produção como o meio da sociedade produzir sua sobrevivência, formado pelas forças produtivas e as relações de produção. No capitalismo as forças produtivas são as condições materiais da produção - matérias-primas, instrumentos e técnicas de trabalho e o homem -, e as relações de produção são a forma com que o homem se organiza para executar a atividade produtiva - dividida entre os donos dos meios de produção (burguesia) e os trabalhadores (proletários). Para Marx, o burguês se apropria da mais-valia, que é parte da força de trabalho do proletário empregada na produção pela qual ele não recebe remuneração.

A apropriação da mais-valia pelo burguês ocorre através da venda de mercadorias essenciais para a sobrevivência do homem. Esse processo permite que haja a acumulação do capital, ponto principal do capitalismo. Harvey (2006, p. 41) expõe que

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. [...] No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises.

Por ser o motor de um sistema muito dinâmico, expansível, com uma força que revoluciona incessantemente o mundo, o acúmulo de capital gera crescimento econômico. Entretanto, esse processo é marcado por contradições internas que o levam frequentemente às crises.

Para Harvey (2011, p. 41-42), isso ocorre porque “O capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. [...] Qualquer interrupção no processo ameaça levar à perda ou desvalorização do capital investido.”. Em suma,

O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. A riqueza a partir da qual muitos dos serviços que nos apoiam, entretêm, educam, ressuscitam ou purificam são fornecidos é criada por meio desses fluxos. [...] Se interrompermos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados.

O autor se apoia nos processos biológicos - o fluxo sanguíneo é um processo vital para todos os seres vivos por carregar alimento e oxigênio e sua interrupção causa a morte - para explicar que pelo fluxo de capital se consegue o pão de cada dia e sua interrupção quebra este ciclo impedindo o homem de realizar sua sobrevivência, provocando as crises. Por isso, a circulação do capital é um processo imprescindível para a continuidade do capitalismo.

Pode-se dizer, então, que o modo de produção econômico capitalista está centrado no processo de acumulação do capital e, devido às contradições internas inerentes ao sistema, ocorre apenas durante um determinado período, procedendo-se à crise. Esta faz com que os capitalistas se coloquem em uma constante busca por novos mercados, expandindo incessantemente suas fronteiras para prevenir as crises e perdas de capitais. Obviamente, essa conceituação de capitalismo é muito simplista perante a complexidade deste sistema econômico, que foi tratado de forma profunda por Karl Marx no livro “O capital”, lançado em 1867. Tal estudo foi tão frutífero a ponto de produzir seguidores, chamados de marxistas, que ao longo do tempo vêm analisando e atualizando os conceitos de Marx. Porém, como o intuito desta pesquisa é a compreensão do agronegócio que cria uma centralidade numa dinâmica da transformação do espaço pela agricultura moderna a explicação do que é o capitalismo não necessita ser tão aprofundada para não se perder o foco da pesquisa.

Para esta o mais importante é a compreensão da lógica contraditória do capitalismo, expressa na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que, segundo Löwy (1995, p. 73 e 75), é uma contribuição de Trotsky à teoria marxista a partir do início do século XX abordando a economia Russa sob o ângulo de sua inserção no sistema capitalista. O seu pensamento estava fundado na perspectiva de que o capitalismo não se desenvolveu nesse

país a partir do sistema artesanal e sim devido ao desenvolvimento econômico de toda Europa. Dessa forma, a indústria mais concentrada da Europa foi implantada sobre uma base de agricultura primitiva na Rússia produzindo um salto que não permitiu ao capitalismo se desenvolver por etapas. Nesse processo, diferentes estágios não estão justapostos, mas se articulam, combinam-se, amalgamam-se em um desenvolvimento capitalista criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas). De onde nasce o conceito de desigual e combinado.

Por intermédio desta teoria Harvey (2005, 2012, 2013) elabora outra, chamada de desenvolvimento geográfico desigual, com o desejo de sair das questões puramente economicistas e adentrar a perspectiva geográfica, empenhando-se em explicar o mundo a partir da ciência com a qual trabalha. Para o autor (2012, p. 112), o desenvolvimento geográfico desigual envolve a fusão de dois elementos: a mudança de escalas e a produção das diferenças geográficas. Existe aí um erro comum que é o aprisionamento do pensamento em uma determinada escala - como o discurso da globalização que sustenta que tudo é determinado fundamentalmente na escala global. As diferenças nessa escala são tratadas como a linha fundamental de clivagem política.

A produção de escalas espaciais é entendida por Harvey (2012, p. 108 e 109) como um costume dos seres humanos de elaborar sua vida de forma hierárquica, sendo distinto o caráter das coisas quando se analisa nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. As escalas dependem das inovações tecnológicas (o sistema de transporte e comunicação é vital) e das várias condições políticas e econômicas que são mutáveis (como o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas), sendo o resultado da luta de classes e de outras formas de luta político/social.

Com relação à produção da diferenciação geográfica Harvey (2011, p. 133) afirma que “A diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existe, então tem de ser criada.”. O autor (2012, p. 110) aprofunda a discussão afirmando que:

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva das formas sociais [...] inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. [...] Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.

As diferenças geográficas são perpetuamente (re)produzidas pelo homem no percurso de sua história, sendo possível enxergá-las em qualquer escala particular. Essas diferenças se constituem como um mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos, passíveis de serem apreendidos por meio de pesquisa. Conforme Harvey (2013, p. 526), isso ocorre porque o capitalismo está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberalidade da natureza e na produtividade do trabalho, não se desenvolvendo sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes, oferta de trabalho homogênea e facilidade de transporte em todas as direções. Por isso que ele não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história secular.

Ao fundir estes dois elementos - produção de escalas espaciais e produção de diferenças geográficas - Harvey (2012, p. 114-115, destaques do autor) constrói sua teoria expondo:

Os desenvolvimentos geográficos desiguais do tipo que esbocei levantam claramente barreiras à “adequada unificação” de múltiplos interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral. Há por exemplo muitos conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno de acesso a recursos, à criação de melhores condições de vida e da obtenção de formas elementares de segurança econômica se sobrepõem a todos os esforços de cultivar respeito a questões globais importantes [...]. Mas é também por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. [...] A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna população inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais.

Essa teoria desestrutura os conceitos que colocam somente a globalização como causadora das desigualdades ao mostrar que em cada escala é possível observar como o desenvolvimento geográfico desigual foi construído pelo homem, seja em uma sociedade que não demonstra interesse pelas causas globais como direitos humanos, emissão de gases do efeito estufa, preservação da biodiversidade, seja em uma sociedade que realmente sofre a violência da degradação dos padrões de vida por causa da globalização. Finalizando, Harvey (2013, p. 527) afirma que: “As diferenciações geográficas então com frequência parecem ser o que elas realmente não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista.”

Por intermédio dessa reconstrução teórica se observou que o espaço geográfico é construído pelo homem e, no período contemporâneo, através do modo de produção capitalista se verifica um desenvolvimento geográfico desigual. Essa diferenciação espacial vem sendo compreendida na Geografia mediante a inserção do conteúdo social, tornando-a socioespacial. Carlos (2007, p. 47, destaques do autor) explica que:

O raciocínio aqui apresentado aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se fez na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro. Assim, a prática socioespacial é a base e sustentação da vida. Portanto, o espaço analisado através da Geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social.

A realidade é que não existe sociedade sem o espaço para produzir o seu desenvolvimento, igualmente, o espaço só existe enquanto uma criação do homem. Daí a necessidade de se compreender o par dialético espaço-sociedade por meio da relação de um com o outro, como processo e movimento, produção e reprodução social, ou seja, uma prática socioespacial.

O que está em pauta nessa discussão é a mudança do método na Geografia, em que os autores passam a se utilizar do método dialético. Para Sposito (2004, p. 46), “Na dialética as categorias, comparecendo ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento.” A utilização da dialética para caracterizar a diferenciação espacial fica mais clara no conceito de Soja (1993, p. 109, 157 e 158) que afirma:

Se a espacialidade é, ao mesmo tempo, resultado/encarnação e meio/pressuposto das relações sociais e da estrutura social, referência material delas, a vida social deve ser vista como formadora do espaço e contingente ao espaço, produtora e produto da espacialidade. Essa relação bidirecional define - ou, quem sabe, redefine - uma dialética sócio-espacial que é, simultaneamente, parte de uma dialética espaço-temporal, uma interação tensa e repleta de contradições entre a produção social da geografia e da história. [...]

Temos aí aberta a possibilidade de uma complexa dialética sócio-espacial, funcionando dentro da estrutura da base econômica, em contraste com a formulação materialista vigente, que encara a organização das relações espaciais apenas como uma expressão cultural restrita ao âmbito da superestrutura. A noção fundamental introduzida por Lefebvre na última frase torna-se a premissa básica da dialética sócio-espacial: que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (ao menos na medida em que, antes de mais nada, mantenhamos uma visão do espaço organizado como sendo socialmente construído).

Ao longo do texto o autor vai sistematizando a diferenciação espacial de forma dialética, dizendo que a espacialidade é o resultado e a encarnação e o meio é pressuposto das

relações sociais, e a vida social é formadora do espaço e contingente ao espaço e produtora e produto da espacialidade, relações que definem a dialética socioespacial. A modificação do método de análise pretende compreender melhor a realidade deixando de observar a organização das relações espaciais como uma expressão cultural, para enxergá-la como uma complexa dialética socioespacial funcionando dentro da estrutura da base econômica.

O método dialético permite apreender as desigualdades socioespaciais que são geradas, por exemplo, quando se introduz o agronegócio em um determinado território. Segundo Carlos (2007, p. 57-58):

Desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade). No cerne desse conflito, encontramos a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial. [...]

O que parece estar no centro da questão, portanto, é que a produção do espaço se realiza enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista que repousa na desigualdade que está no fundamento histórico do capitalismo e se expressa pelo acesso à riqueza lato sensu (tanto sua produção, quanto sua distribuição). Nesse sentido, a diferenciação espacial é um produto social dessa desigualdade que está na origem do processo, revelando, espacialmente, as estratégias de classe.

Em uma sociedade capitalista o espaço é (re)produzido enquanto uma mercadoria, revelando as estratégias de classe em razão do acesso diferenciado da sociedade a ele, originando os conflitos em torno dos lugares no campo e na cidade e evidenciando as desigualdades socioespaciais. Estas estão na origem do modo de produção capitalista e mostram que a diferenciação espacial é um produto social.

Com relação ao conceito de desenvolvimento, a pesquisa se baseou em Souza (1997) que inicia o seu pensamento expondo as definições descritas nos manuais de Economia, em que o desenvolvimento econômico é medido através do crescimento do PIB, modernização tecnológica e melhoria nos níveis de educação e saúde, ou seja, aspectos quantitativos e qualitativos, para explicar que estas características se constituem como meios e não fins, haja vista que a ideologia do desenvolvimento hegemônica recobre os interesses vinculados ao fim, que é a perpetuação do modelo social capitalista que beneficia determinados grupos ou classes. Por isso,

Eis, aí, o próprio mito do desenvolvimento, núcleo da ideologia homônima. Entretanto, os fantasmas continuam a rondar, e o barulho do arrastar de correntes até mesmo aumenta de intensidade: notadamente no âmbito do capitalismo, um modo de produção que não pode abdicar do imperativo de crescimento, posto que isso faz parte de sua essência, a espiral da degradação ambiental parece ser algo muito mais sério que uma imperfeição corrigível mediante ajustes; ao lado disso, a exclusão social, tradicional e explosiva na periferia capitalista, insiste em se manifestar

mesmo lá onde se julgava estar diante da materialização do fim mitificado (pense-se no aumento do desemprego em um "Primeiro Mundo" cada vez mais pós-fordista e sacudido pela Terceira Revolução Industrial; pense-se na "nova pobreza", no aumento da xenofobia e da intolerância interétnica na Europa). (SOUZA, 1997, p. 16, destaques do autor).

Essa distinção feita pelo autor, entre meio e fim, é muito interessante porque não invalida os dados econômicos - pois estes realmente são capazes de mensurar o crescimento capitalista em um determinado local - mas mostra como o objetivo é o privilégio de uma classe social que não está preocupada com a degradação ambiental ou social. Motivo pelo qual a pobreza se torna a cada dia mais visível nos países em desenvolvimento, impulsionando a migração para países desenvolvidos como os Europeus, onde se percebe o aumento da xenofobia e a intolerância interétnica.

Nesse contexto, Souza (1997, p. 19, destaques do autor) compreende que

[...] o conteúdo do desenvolvimento (o fim, no sentido de meta aceita pelos/acordada entre os membros de uma sociedade) deve ser entendido como atrelado a cada universo cultural e social particular, sendo logo, em um nível de detalhe que se preste à operacionalização, variável, plural. No entanto, em um plano de elevada abstração, uma formulação filosófica do desenvolvimento que deseje evitar a visão instrumental-economicista, conservadora, etnocêntrica e historicista da ideologia do desenvolvimento hegemônica poderia ser a seguinte: um movimento (sem fim - ou seja, sem "estágio final" ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá jamais ser declarado como "acabado" - e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros.

Partindo desta definição de desenvolvimento pode-se afirmar que grande parte das pesquisas feitas no município de Rio Verde, nas mais diversas áreas de conhecimento, conseguiu mostrar o meio, a parte deslumbrante do agronegócio, sem chegar ao centro da questão, que são as desigualdades socioespaciais. Essa situação é muito séria porque, ao exporem a melhoria dos números que indicam o desenvolvimento, estes estudos acabam atestando a ilusão capitalista, maquiando a realidade, que é o desenvolvimento de forma desigual e combinada.

Nesta perspectiva, Souza (1997, p. 32) conclui dizendo:

Se se quiser que o conceito assim renovado de desenvolvimento possua concretude e operacionalidade, é imprescindível não subestimar o espaço social como dimensão de análise, uma vez que a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço. Espaço, agora, multifacetado, porque só pensado enquanto multifacetado (multidimensional) pode ser autêntico o desenvolvimento. Não é menos equivocado imaginar ser possível transformar as relações sociais sem modificar o espaço social que as condiciona que pensar, a exemplo da tradição urbanística corbusiana, que a sociedade mudará se as formas e estruturas espaciais mudarem. Não padecer de hemiplegia mental é requisito indispensável para se lograr uma abordagem não-reducionista da mudança social. (SOUZA, 1997, p. 32).

A opção pelo par dialético modernização e desigualdade nessa tese se deve a essa preocupação em não subestimar o espaço social. Razão pela qual foram utilizados dados econômicos para comprovar que o desenvolvimento econômico do município de Rio Verde gerou novas dinâmicas territoriais, como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na microrregião do sudoeste de Goiás.

Em resumo, nessa pesquisa, intitulada “O agronegócio no Brasil e as novas dinâmicas da centralidade no município de Rio Verde (GO)”, o par dialético modernização e desigualdade foi escolhido para explicar o impacto do agronegócio no território goiano. O fundamento teórico conceitual compreende o espaço geográfico como criação do homem, portanto, social, que através de novas técnicas e da informação tornou a agricultura científica e possibilitou seu processo de industrialização, que é chamado de agronegócio. Este, ao ser instalado em um determinado território, é capaz de estabelecê-lo como centralidade provocando novas dinâmicas territoriais como as desigualdades regionais, que se constituem através do modo de produção capitalista que materializa no espaço as diferenças entre classes na forma de desigualdade socioespacial.

Depois de conceituar a agricultura científica, apresentar o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, estabelecer as categorias de análise território, lugar e região, demonstrar a criação de centralidades no capitalismo, o desenvolvimento geográfico desigual e as desigualdades socioespaciais, passar-se-á à compreensão da agricultura globalizada. O intuito é mostrar como as ordens, interesses e comandos globais impactarão no contexto local ao imporem uma nova lógica de acumulação, modificando sua dinâmica territorial.

1.2 A dinâmica da agricultura globalizada

A globalização é o processo de integração econômica dos países possibilitada pela revolução científica capaz de modificar drasticamente a agricultura (do plantio ou criação de animais à transformação da matéria-prima em produto), que deixou de ter como finalidade a sobrevivência humana para se integrar ao sistema econômico de um país, passando a ser regida pelas mesmas leis do capitalismo em que o capital deve estar em constante movimento para obtenção do lucro. Estas ações repercutirão no território que vem sendo preparado para atender a uma demanda de consumo global.

Como o centro das preocupações desse estudo é entender as novas dinâmicas que ocorreram no território em razão da prática da agricultura globalizada, citamos Santos (2006, p. 89), que explica que:

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização.

Para desenvolver a agricultura científica é necessário obedecer aos mandamentos técnicos e científicos que requerem a instalação de indústrias à montante - fabricantes de insumos agrícolas - e de indústrias à jusante - transformadora de matéria-prima em produto. Estas irão reger todo o processo, desde a decisão do que produzir até o mercado em que o produto será comercializado, modificando o território para atender às suas demandas sem se preocupar com as necessidades da sociedade que o habita.

A agricultura científica é melhor compreendida quando se define a globalização que, para Santos (2006, p. 24), foi possível a partir do avanço da ciência que produziu um sistema técnico que tem a informação como sua principal ferramenta de difusão desse novo modelo. Tal modelo tem como características os seguintes fatores: unicidade da técnica - o sistema técnico dominante é invasor; convergência dos momentos - conhecimento instantâneo do acontecer do outro; motor único - a atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício da mais-valia universal; e cognoscibilidade do planeta - possibilidade de conhecer o planeta extensiva e profundamente.

Estas qualidades da globalização - unicidade da técnica, motor único e cognoscibilidade do planeta - permitem a instalação da agricultura científica em qualquer parte do mundo para se extrair a mais-valia universal pelas empresas. Santos (2009, p. 211) esclarece:

É assim que se constituem as grandes organizações no nível mundial. São elas que comandam as técnicas hegemônicas da produção da informação e da finança, por intermédio das quais ganham o comando do tempo hegemônico e realizam a mais-valia hegemônica.

Esse controle tanto se dá por intermédio da produção direta, quando através dos seus dados não estreitamente técnicos, isto é, dos aspectos políticos da produção, os quais se encontram no âmbito da circulação, da distribuição e do consumo. Esses aspectos políticos são aqui tão relevantes quanto os técnicos: política financeira, fiscal e

monetária, política do comércio de mercadorias e de serviços, política do emprego, política da informação, todas essas políticas sendo hoje induzidas no nível mundial.

A extração da mais-valia universal ocorre porque as grandes empresas (um grupo pequeno formado principalmente por seis empresas - Monsanto (sede Estados Unidos), Syngenta (sede Suíça), Dupont (sede Estados Unidos), Basf (sede Alemanha), Bayer (sede Alemanha) e Dow (sede Estados Unidos) detêm as patentes dos pacotes tecnológicos - sementes, adubos e fertilizantes - cobrando os *royalties* para sua utilização. Além disso, elas são capazes de interferir na política econômica mundial em benefício próprio, revelando a dimensão de sua intervenção na produção do campo.

Nessa dinâmica global o local deixa de ser visto de uma maneira isolada, a partir de suas próprias vicissitudes, para ser compreendido através do seu relacionamento com o global. E a análise que não levar em conta essa relação global/local tende a não encontrar o conteúdo real. Nesse sentido, a proposta de análise ora apresentada está pautada em Santos (2009, p. 115), para quem:

[...] um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização - uma totalidade empírica - para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável.

Esse conceito permite inferir que a totalidade é a realidade em sua integridade, sendo o conjunto de todas as coisas e todos os homens em seu movimento. Por isso, quando a sociedade muda o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. No entanto, esse conceito deixa a dúvida sobre como conhecer a totalidade através das partes, dada a dificuldade teórica de se conhecer primeiro a totalidade para depois se chegar às partes. Santos (2009, p. 118) resolve esse dilema afirmando que: “O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a cisão é como se a esvaziássemos de movimento.”

Como o que interessa para a análise geográfica é o movimento, o autor continua sua argumentação explicando que a paisagem e a configuração territorial são a totalização já perfeita, enquanto a totalização que está se fazendo é o que chamamos de espaço. O autor assegura que a compreensão do local só é possível pela análise do movimento do universal para o particular, e vice-versa, partindo da totalidade concreta como ela se apresenta.

Para Santos (2009, p. 115), a totalidade representa:

[...] todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes.

Se a cisão faz parte do processo de conhecimento da totalidade, nada mais justo que escolher uma determinada localidade com vistas a compreender como o desenvolvimento e as desigualdades são criados pelo sistema econômico através de uma relação que se dá de forma global. Agindo de tal forma será possível encontrar o movimento que cria o espaço e imprime suas marcas no território, possibilitando o entendimento da realidade.

Esse movimento de criação do espaço pode ser visto a partir das redes. Para Santos (2009, p. 270), as redes - cuja forma mais acabada e eficaz é dada pela atividade financeira - são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar e, de outra parte, confronta o lugar ao território como um todo. Dessa forma, o mundo aparece como primeira totalidade empiricizada por intermédio das redes; o território (um país, um Estado) é a segunda totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras e o lugar, por sua vez, é a terceira totalidade, em que fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta. A partir desse pensamento, o autor afirma que “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.” (SANTOS, 2009, p. 314).

Como a transformação da natureza pela sociedade se dá pelo modo de produção econômico responsável pela criação das redes, ainda na questão do desenvolvimento do capitalismo a lógica do sistema está baseada na acumulação de capitais. Para Harvey (2011, p. 47), a acumulação original de capital ocorreu por meios extralegais usados por piratas, padres e comerciantes, que no fim da época medieval na Europa usaram da violência, depredação, furto, fraude e roubo para adquiri-lo. Esse “poder de dinheiro” inicial foi suficiente para começar a circular o dinheiro sistematicamente sob a forma de capital. Este não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é incessantemente enviado em busca de mais dinheiro.

O capital pode ser investido das mais variadas formas, como no processo produtivo para a transformação da matéria-prima em mercadoria na indústria, no campo e no comércio, enfim, o importante é fazer com que haja sua circulação. Muitos economistas (tratado acima) fazem uma alusão em relação ao corpo humano dizendo que se o sangue parar de circular ocorrerá a morte do ser, acontecendo o mesmo com a interrupção do fluxo de capital. Assim, constantemente devem ser quebradas as barreiras que impedem a livre circulação do capital.

Para Santos (2009, p. 274), existe uma compreensão de que a economia dominante deve incansavelmente se entregar à busca desatinada pela fluidez, visando suprimir todo

obstáculo à livre circulação das mercadorias, da informação e do dinheiro, com o pretexto de garantir a livre-concorrência e assegurar a primazia de um mercado tornado global. Por esse motivo se devem suplantar todos os obstáculos que impedem a circulação do capital.

Se houver qualquer tipo de bloqueio nesse processo ocorrerá uma crise que resultará na desvalorização do capital. Harvey (2011, p. 46) enumera seis barreiras potenciais à acumulação: capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; escassez de oferta de trabalho; meios de produção inadequados; tecnologias e formas organizacionais inadequadas; resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar o mercado. Por isso, o capitalista deve estar atento a essas condições para que não haja o risco da perda do capital. A situação contrária, superabundância de capital, também gera problema. Harvey (2005, p. 112 e 113) esclarece que:

[...] capitalistas distintos, presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista, são forçados a ajustes tecnológicos, que destroem a possibilidade relativa à acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. O produto final de tal processo é uma condição de *superacumulação* de capital, definida como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente. [...] A única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a *desvalorização* do capital [...].

Para o autor, uma das soluções diante desse quadro seria a desvalorização do capital, o que explica o motivo do capitalismo ser um modo de produção que possui uma dialética interna que o leva constantemente a crises.

Outra solução, para que não haja desvalorização, refere-se ao que Harvey (2005, p. 113) chamou de ajustes espaciais, que é o investimento do capital excedente em novas regiões. Para o autor,

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis.

Para Harvey (2011, p. 42), a importância desse conceito na ciência geográfica reside no fato de que a circulação do capital implica em movimento espacial, em que o dinheiro é reunido em alguma região do mundo e levado para um lugar especial para se utilizar os recursos de trabalho advindos de outro lugar. Esse processo ocorre através da rede bancária em que as pessoas das mais variadas partes do globo investem o dinheiro que sobra de seu orçamento em uma poupança e o banco reinveste em setores específicos da economia, como o

agronegócio no Brasil, para a obtenção do lucro. Nesse processo de circulação do capital há a criação do espaço no âmbito local por meio da construção de infraestruturas (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias) que modificarão o território de determinada localidade, garantindo a aplicação de recursos, possibilitando a busca por mais dinheiro.

Por isso, Harvey (2011, p. 120) afirma que a geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida. O que nos foi dado pela natureza vem sendo substituído pelo que foi construído pelo homem, levando constantemente à produção de novos espaços e relações espaciais. Essa produção propiciou a expansão perpétua das populações disponíveis, tanto produtores quanto consumidores, resultando na sobrevivência e florescimento do capitalismo, uma vez que a produção dos espaços causa impacto na acumulação do capital, tornando a produção dos lugares um grande veículo para a produção e absorção do excedente.

Santos (2009, p. 239) também aborda o tema no momento em que fala das técnicas. Para o autor, houve a criação de um verdadeiro tecnocosmo em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente. A técnica torna o meio artificial, produzindo um espaço cada vez mais denso. Essa requalificação espacial atende, sobretudo, aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política, sendo incorporada plenamente às novas correntes mundiais.

Estes agentes hegemônicos, ao atenderem uma demanda de consumo globalizada, induzem à criação de novas centralidades que geram as desigualdades socioespaciais nos mais variados lugares, provocando uma modificação na paisagem a partir da mudança na estrutura do território, onde é possível observar que alguns desfrutam de pleno desenvolvimento econômico em detrimento de muitos que estão em situação de precariedade. Santos (2009, p. 125) afirma que tal situação ocorre porque as ações e os homens não se localizam de forma cega, o mesmo se dando com as instituições e infraestrutura. Por este motivo a diferenciação dos lugares é vista como uma construção social, feita pelo sistema econômico através das lutas de classe, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular.

No mesmo sentido, Harvey (2011) explica que o território está subordinado aos interesses e projetos das empresas e dos governos. Nesse momento de globalização, visto como um processo, uma condição ou tipo específico de projeto político, a reorganização geográfica é uma solução parcial para as crises e impasses do capitalismo. Por isso se constrói um espaço distinto, produzido, de transporte, comunicações, infraestruturas e organizações territoriais para facilitar a acumulação do capital numa dada fase da história, apenas para este

ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para um estágio ulterior de maior acumulação.

No período atual, a primazia das decisões de reorganização geográfica de uma determinada localidade se encontra principalmente nas mãos das empresas que se aliam aos governos para implementarem seus interesses. Como estas se preocupam apenas com os lucros e não com a satisfação das necessidades da sociedade como um todo, há um conflito de interesses que leva a maioria da população a não participar das benesses do desenvolvimento capitalista.

Nesse viés, Santos (2006, p. 67) acredita que a política agora é feita no mercado, onde os atores são as empresas globais, que não possuem preocupações éticas e finalísticas. Esse modo de agir das empresas equivale à decretação de morte da política, acarretando um pesado processo de desequilíbrio para a sociedade a partir de sua instalação. Embora no discurso oficial as empresas sejam as salvadoras dos lugares, mediante a geração de empregos e modernidade, o que existe é o abandono da noção e da prática da solidariedade, arrastando a população para a pobreza.

Ora, se a conceituação de território em geografia se faz ligando-o ao poder, seja ele das empresas ou das autoridades políticas, a constatação do autor é muito relevante para compreendermos as dinâmicas territoriais, pois estas apresentarão o desenvolvimento e as desigualdades socioespaciais existentes entre os lugares, expondo a forma como o capital configura determinada localidade, já que podemos dizer que

A configuração pesa diferentemente nos diversos lugares, segundo seu conteúdo material. É a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização. (SANTOS, 2009, p. 272).

Eis a importância de se compreender quais são os atores que constroem uma determinada localidade, pois são eles que emitem as ordens de comando que podem, ou não, modificá-la. No agronegócio são as empresas que escolhem o local mais propício para obtenção do lucro, modernizando parte do território e deixando a outra envelhecer.

Por essa razão o lugar adquire um novo significado, conforme Santos (2009, p. 322), é o quadro de referência pragmática ao mundo que recebe solicitações e ordens precisas das ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. Dessa forma, será no lugar que poderá ser verificada a materialização do capital, revelando uma construção que se dá de forma desigual.

Em suma, os autores argumentam que desde o início do capitalismo houve uma tendência à mundialização desse sistema econômico que reorganiza o território com o objetivo de atender aos seus requisitos de ampliação contínua do capital. Esse processo não ocorre de forma homogênea por todo o território, causando desequilíbrios nos níveis de desenvolvimento. Isto posto, pode-se afirmar que o desenvolvimento geográfico desigual é algo intrínseco ao modo de produção vigente, que ao longo de sua evolução vem passando por diversas fases, indo de uma crise ao ápice da acumulação, moldando em cada momento o território de forma a atender sua demanda imediata, propiciando uma modificação contínua da paisagem.

Na contemporaneidade, conforme Araújo (2000, p. 9), existiram três momentos de mudanças com grande profundidade: a globalização, a crise do regime de acumulação fordista e a financeirização da riqueza. A globalização já foi discutida anteriormente, sendo conceituada pela autora como um processo de maturidade de uma tendência antiga que vai superpondo a internacionalização do capital e dos fluxos mercantis à internacionalização produtiva e financeira.

Sobre a crise do regime de acumulação fordista, a autora (2000, p. 10) explica que esta ocorreu devido à dificuldade dos agentes econômicos de gerarem riquezas e se reproduzirem de forma ampliada na esfera produtiva da economia mundial, ao mesmo tempo em que se consolida uma importante reestruturação produtiva pela revolução tecnológica da microeletrônica, quebrando a cadeia produtiva do fordismo e criando condições para uma produção flexível, trazendo uma mudança na forma de organizar e gerir a produção e os mercados. Essa nova realidade econômica flexível trará a necessidade de um novo rearranjo do território, que deve se adaptar para atender a essa demanda.

Benko (2009, p. 19) aprofunda a discussão dizendo que em meados de 1960 o fordismo entra em crise devido à rigidez em sua linha de produção. A estratégia foi sair do fordismo para restaurar a lucratividade, questionando-se o compromisso da relação salarial, implantando uma racionalização pela flexibilização. Com isso houve uma desindexação e regulação concorrencial da formação dos salários, supressão das garantias de emprego e investimento nas virtualidades tecnológicas da automação como suporte material para se remodelar a organização do trabalho. Esse novo momento foi chamado pelo autor de acumulação flexível, que se forja em confrontação direta com os rigores do fordismo no contexto de uma nova ordem produtiva em que se mundializam os processos de produção e os modos de regulação.

Por isso, o autor (2009, p. 37) concebe:

Muitas mudanças contribuíram para a desorganização das sociedades capitalistas ocidentais: elas são de ordem industrial, financeira e política.

A mutação industrial basilar é a internacionalização da produção provocada pelo deslocamento dos impérios, pelo melhoramento dos transportes e das comunicações, pela queda das taxas de lucro e pela especulação financeira na escala planetária. Essa mutação reduziu a aptidão das empresas para dominar os seus mercados, da mesma forma que entrou os Estados na regulação de suas economias nacionais. Os mercados de massa dos bens estandardizados se desmoronaram e a produção artesanal tornou-se importante graças aos progressos da microeletrônica, à rejeição do modelo de consumo em massa e ao fiasco da competição desenvolvida no terceiro mundo, nos preços.

O papel dos bancos e do dinheiro é também determinante. Os bancos se internacionalizaram. Os excedentes petrolíferos, acumulados desde 1973, limitaram os fundos. A desregulação das trocas internacionais, a internacionalização da produção e a expansão da industrialização estimularam os bancos a tornar-se operadores internacionais. Os bancos têm agora os próprios grupos, distintos do da indústria, e seu papel já não se define na escala nacional. Suas trocas monetárias se desestabilizam.

Esta citação se articula com tudo o que foi tratado anteriormente ao descrever de uma maneira clara como se deu a transformação no modo de produção capitalista nos últimos 50 anos. A profundidade desse episódio causou uma desorganização - e conseqüente reorganização - das sociedades capitalistas, levando-as a se relacionarem de uma forma diferente com a natureza, o que resultou numa modificação dos conteúdos territoriais.

Retomando o raciocínio de Araújo (2000, p. 10), o terceiro processo de mudança que ocorreu no capitalismo foi a financeirização da riqueza, entendida como a crescente possibilidade exercida pelos agentes econômicos de ampliarem seu patrimônio e de valorizarem seu capital na esfera financeira da economia. Este movimento marca a fase de hegemonia da acumulação rentista em que a economia mundial mergulha, sobretudo após os anos 1970. É tida como a fantástica possibilidade de criar riqueza e acumular capitais na esfera financeira operando no mercado cambial, nas bolsas de valores, no mercado de títulos públicos, no mercado de derivativos, dentre outros. Esta seria, então, a fase em que o modo de produção capitalista se encontra.

De um modo geral, a estruturação de uma economia se desenvolve em um ambiente global. Araújo (2000) acrescenta a isso o contexto político, por estar intrinsecamente ligado à dinâmica financeira. Para a autora (2009, p. 11), existe um avanço de uma onda liberal, batizada de neoliberal, que emerge especialmente após a queda do muro de Berlim no final de 1980. Harvey (2013b, p. 12) conceitua da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras

individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro.

Esta mudança no papel do Estado em que ele renuncia a função de ator econômico para dar liberdade ao comércio, garantindo o direito à propriedade privada e à qualidade e integridade do dinheiro, modifica sua forma de se relacionar com a sociedade, deixando-a à mercê das metas financeiras estabelecidas pelas empresas.

Araújo (2000, p. 11) destaca as principais características do neoliberalismo como sendo: a) a crescente competição imposta pelos “atores globais” que aproximam os espaços econômicos uns dos outros difundindo um padrão de competitividade da economia mundial; b) a facilidade de circulação tanto das mercadorias tradicionais quanto das novas como a informação; c) a crescente presença da produção “flexível” viabilizada pelas tecnologias modernas; d) a redefinição das relações entre os produtores e seus fornecedores e entre os produtores e seus clientes; e) a crescente difusão dos padrões dos agentes econômicos e dos países mais fortes, levando a uma “homogeneização” dos modelos de produção, gestão, competição e consumo; e f) pressão pela implementação de políticas de corte liberalizante, em especial, as de desestatização.

É na esteira destas práticas econômicas globais que ocorre a dinâmica da agricultura globalizada. Por se tratar de uma política econômica imposta para as sociedades em nível mundial, Santos (2006) escreve o livro “Por uma outra globalização” argumentando que “[...] podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana.” (SANTOS, 2006, p. 20). Este conceito do autor não se encontra na pauta de empresas e governos que fazem com que o campo seja a cada dia mais produtivo e lucrativo, em contrapartida, a fome ainda é um problema que ocorre em muitas nações. Em vista disso, no próximo tópico será abordada a forma de criação do agronegócio e como ele é capaz de aprofundar as desigualdades ao se instalar em uma determinada localidade.

1.3 A criação do agronegócio e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais

Na conjuntura política e financeira internacional em que agricultura se torna mais dependente da ciência do que da natureza há uma mudança em sua cadeia produtiva devido à união com a indústria que regerá a produção agrícola da montante (insumos agrícolas) à jusante (transformação da matéria-prima em produto), recebendo o nome de agronegócio.

Este é capaz de modernizar o território com a construção de infraestrutura - energia, rodovia, hidrovía, ferrovia, portos e aeroportos - para atender sua demanda, mas também é o causador do aprofundamento das desigualdades socioespaciais por privilegiar classes sociais e áreas específicas no território.

A lógica que cria o agronegócio está centrada no capitalismo que tem como objetivo o acúmulo de capitais. Este modo de produção, por ser dinâmico e expansível, mundializa-se devido à constante necessidade de circulação do dinheiro em busca de mais dinheiro. Por isto é imprescindível o investimento dos excedentes de capitais em novas regiões, processo que Harvey (2005) conceituou como ajustes espaciais. Estes locais ao receberem os investimentos passarão a contar com uma infraestrutura que permite a fluidez de mercadorias e informações, criando uma configuração territorial, que é essencial ao capitalismo devido a sua mudança rumo à financeirização da riqueza, que consiste em acumular capitais a partir da esfera financeira operando no mercado cambial, de modo a facilitar a ação dos agentes capitalistas, retirando-lhes a pesada tarefa do processo produtivo de uma mercadoria.

Por conta disso se torna importante caracterizar os processos que reestruturaram a produção no campo criando o agronegócio, responsável pela produção de novas dinâmicas territoriais - tanto em nível global como nacional. Elias (2011, p. 157 e 158) explica que

São muitos os processos associados ao rearranjo do território nas áreas de difusão do agronegócio globalizado. Elencá-los é fundamental para a tarefa de melhor compreender a ocorrência do fenômeno principal em foco. Cito alguns dos mais importantes: a intensa substituição dos sistemas técnicos agrícolas, que passam a ter alta densidade de capital e tecnologia; a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities*, com a implantação de monoculturas, substituindo vocações naturais pelas imposições econômicas, difundindo especializações produtivas.

Nessa citação se encontram dois processos econômicos que são relevantes para o rearranjo do território, que são: a substituição dos sistemas técnicos e a mudança da produção de alimentos para produção de *commodities*.

Em Santos (2009, p. 175) as técnicas são compreendidas como constitutivas do sistema, estando integradas funcionalmente, havendo uma solidariedade entre o telégrafo elétrico e a ferrovia, o telefone e o automóvel, o rádio e o avião, a televisão e o foguete espacial, como uma relação cronológica e cultural. Por isso,

A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de

técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução. (SANTOS, 2009, p. 176).

Para a existência do agronegócio é necessária a mudança dos sistemas técnicos que fazem parte da base material da sociedade, atendendo aos interesses dos agentes capitalistas que necessitam dos ajustes espaciais (quando ocorre a superacumulação de capital em uma região é necessário reenviá-la para outra região para que não haja desvalorização) para continuar o processo de acumulação do capital.

Sobre o conceito de *commodity*, pode-se dizer que:

Commodity é um termo em inglês que significa mercadoria. Mas na acepção aqui assumida, não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias. Trata-se de uma invenção econômico-financeira surgida nos Estados Unidos, em meados do século XIX (CRONON, 1991), que possui uma forte expressão geográfica e política, exacerbando as especializações territoriais produtivas e enfraquecendo e submetendo o produtor local - pelo menos quando se trata de commodity agrícola - a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual exerce pouco ou nenhum controle [...].

Ao normatizar o mercado mundial de determinadas mercadorias, a lógica das commodities submete os agentes próprios do lugar ou região - produtores, transportadores, comerciantes e empresas locais - aos desígnios dos agentes que atuam em rede na escala mundial - grandes firmas exportadoras e importadoras (tradings), conglomerados alimentícios e especuladores financeiros -, acarretando numa vulnerabilidade produtiva local. (FREDERICO, 2010, p. 98).

A financeirização da riqueza orientará a produção agrícola, que deixará de produzir alimentos, implantando-se uma monocultura em que os produtos são cotados e negociados pelas bolsas de mercadorias. Harvey (2006, p. 219) vê este processo até na cultura, que se transforma em algum gênero de mercadoria, submetendo o lugar e as coisas a uma lógica distante.

Sobre este encaixe entre a lógica econômica mundial e o agronegócio Elias (2011) o define, enquanto organizador do território. A autora mostra o quanto a preocupação em acumular o lucro irá sobrepujar as vocações naturais do solo, resultando em uma modificação do uso e ocupação do espaço agrícola. Nessa perspectiva, Elias (2010, p. 127) adverte que:

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas, a sociedade passa a ter o poder de induzir intensa velocidade de renovação das forças produtivas, propiciando a intensificação da forma capitalista de produzir, inclusive na agropecuária. Isso somado às novas possibilidades de fluidez do espaço promovem verdadeira reestruturação produtiva no setor. Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas.

Será neste contexto que ela resgata o conceito de agricultura científica em Santos (2009), colocando-o como equivalente ao agronegócio. Para ela, a expansão das relações capitalistas nas atividades agropecuárias, nesse período de globalização, faz com que haja uma crescente interdependência com os demais setores da economia.

O resultado desse processo, segundo Elias (2011, p. 158), é que a forte densidade técnica e normativa destrói os saberes e fazeres historicamente construídos, pois a difusão do agronegócio não se dá sobre espaços desocupados, o que inviabiliza a atividade de pequenos agricultores - que são expulsos ou expropriados - que viviam de subsistência ou da produção simples de mercadorias, gerando conflitos sociais. Esta perspectiva teórica explica onde está o ponto central da problemática causadora do desenvolvimento concomitante com as desigualdades socioespaciais no agronegócio.

Esta situação pode ser facilmente reconhecida diante de uma dimensão mundial, na qual os países centrais possuem um alto grau de desenvolvimento - por serem detentores do capital -, e os países periféricos são caracterizados pela enorme desigualdade socioespacial - já que são dependentes de empréstimos advindos do exterior, que se concentram em locais específicos. A matriz de produção das desigualdades territoriais está na forma de constituição dos países em nível mundial, que são divididos entre centrais e periféricos. Nesta lógica, as nações centrais são aquelas que detêm o capital e comandam a economia no mundo, enquanto as nações periféricas funcionam como locais de reprodução ampliada do capital. A consequência desse processo é a expressão espacial da riqueza no centro e a percepção da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas periferias, contrastando as áreas enriquecidas ao lado de empobrecidas.

Os autores Harvey (2005), Smith (1988) e Soja (1993) apontam como principal teórico desse tema o economista Samir Amin (2005), que explica as diferenças entre os países a partir do imperialismo. Por esse motivo, concordamos com esse autor para compreendermos de que maneira foram constituídos os países centrais e periféricos no capitalismo, como tem se desenvolvido a relação entre estes e qual o panorama atual. A tese central de Amin (2005, p. 82; 84) é

[...] que a expansão global do capitalismo foi imperialista em todas as etapas de sua história e assim permanece por todo o futuro vislumbrável (enquanto o sistema permanecer essencialmente fundado sobre a lógica do capitalismo). Esse é um ponto de vista que raramente é partilhado pelos analistas do sistema global (da “mundialização”).

O imperialismo, então, não é um estágio - nem mesmo o estágio supremo - do capitalismo. Ele é, desde a origem, imanente à sua expansão. A conquista

imperialista do planeta pelos europeus e seus filhos norte-americanos se desdobrou em dois tempos e dá início talvez a um terceiro.

O primeiro ponto de raciocínio do autor é que o capitalismo nasce como um projeto de conquista do planeta pelos europeus e seus filhos norte-americanos e continuará assim enquanto existir. Sendo uma farsa imaginar que “todas as nações” do planeta poderão em algum momento ter o nível de desenvolvimento destes. Para se expandirem, estes países necessitam de um agente que comanda as ações. Para Amin (2005, p. 80 e 81, destaques do autor),

O Estado é hoje o agente de execução necessário, a serviço exclusivo dos segmentos dominantes do capital (justamente os que são “mundializados”), como ele foi (e pode se tornar novamente) o agente de outras coalizões de forças sociais (é esse o sentido da democracia).

O Estado é e permanecerá ainda por muito tempo o ator principal que ocupa o primeiro plano da cena, acima das realidades nacionais (e dos conflitos e dos “equilíbrios” - sólidos ou frágeis - que delas resultam), e aparece no sistema mundial como o agente ativo por excelência de sua elaboração.

O principal ator neste projeto de conquista do planeta é o Estado que está a serviço exclusivo dos segmentos dominantes do capital. Esta argumentação é relevante por mostrar que no neoliberalismo embora o Estado seja mínimo ele é forte o bastante para decidir os rumos dos países.

O segundo ponto para Amin (2005, p. 83) está no capitalismo ser necessariamente um polarizador em escala mundial, que institui um desenvolvimento desigual. Esta contradição violenta cresce constantemente e não pode ser superada no quadro de sua própria lógica. É deste processo que se tem a origem dos países centrais e periféricos, que são conceituados por Amin (2005, p. 83, destaques do autor) da seguinte forma:

Os “centros” são produto da história. Esta permitiu, em determinadas regiões do sistema capitalista, a constituição de uma hegemonia burguesa nacional e de um Estado que também qualificaremos como capitalista nacional. Burguesia e Estado burgueses são aqui inseparáveis [...].

Quanto às “periferias”, elas se definem simplesmente de forma negativa: são as regiões que, no sistema capitalista mundial, não são erigidas como centros. São então os países e regiões que não dominam localmente o processo de acumulação, que é, pois, definido principalmente pelas coações externas. As periferias não são, por essa razão, “estagnantes”, apesar de seu desenvolvimento não ser similar ao que caracteriza os centros nas etapas sucessivas da expansão global do capitalismo.

O desenvolvimento desigual do capitalismo está expresso nessa divisão dos países do globo entre centrais e periféricos. Um quadro que não se construiu no hoje, mas vem sendo elaborado durante séculos por este modo de produção. Obviamente algumas questões vão mudando ao longo do tempo como, por exemplo, a forma de se conceber o imperialismo.

Amin (2005, p. 90, destaques do autor) esclarece que:

A segunda guerra mundial veio a representar uma transformação maior no que concerne às formas de imperialismo: a substituição de uma multiplicidade de imperialismos em permanente conflito por um imperialismo coletivo associando o conjunto dos centros do sistema mundial capitalista (para simplificar, a “triade”: os Estados Unidos e sua província canadense, a Europa Ocidental e Central, o Japão).

As guerras mostraram para estas potências que o melhor caminho para se manterem hegemônicas não é o conflito entre si, mas a associação coletiva, que certamente as fará ceder em algum momento, visando o equilíbrio e a estabilidade das relações. Por essa razão, Amin (2005, p. 113, destaques do autor) afirma que:

A estrutura, a natureza, a forma da construção capitalista e o seu grau de estabilidade são os produtos de “compromissos históricos”, das alianças sociais que definem os blocos hegemônicos que se sucedem na construção do sistema. A especificidade de cada uma das vias históricas (a inglesa, a francesa, a alemã, a americana...), definidas por suas sucessões, produziu por sua vez as particularidades das formas contemporâneas próprias a cada uma das sociedades capitalistas em questão. É porque esses trajetos - diferentes - foram bem sucedidos que o capitalismo nos países do centro do sistema mundial se encontra “estabilizado” (o que não é sinônimo de “eterno”!).

Neste transcorrer da história houve a construção de uma estabilidade nos países do centro, que continuam a subjugar as periferias. Estas se constituem gigantescas reservas, mesmo havendo dinamicidade econômica em alguns delas. No entendimento de Amin (2005, p. 86, destaques do autor) existem três estratos periféricos:

* Primeiro estrato: os antigos países socialistas - a China, a Coreia, Taiwan, a Índia, e o Brasil e o México que conseguiram construir sistemas produtivos nacionais (potencial ou realmente “competitivos”).

* Segundo estrato: os países que ingressaram na industrialização, mas não conseguiram criar sistemas produtivos nacionais: países árabes, África do Sul, Irã, Turquia, países da América Latina. Há nestes, por vezes, estabelecimentos industriais “competitivos” (particularmente pela sua mão-de-obra barata), mas não há sistemas competitivos.

* Terceiro estrato: os países que não ingressaram na revolução industrial. Eles só alcançam eventualmente a “competitividade” nos domínios regulados pelas vantagens naturais: minas, petróleo, produtos agrícolas tropicais.

Mesmo com essa divisão em estratos, todos estes países ainda continuam sendo periferias exploradas pelo centro. O Brasil, embora diante de um processo de submissão pelas grandes potências centrais e de uma infraestrutura de transporte deficiente, tem um sistema produtivo competitivo em nível internacional.

Mas, Amin (2005, p. 86) deixa uma questão bem clara ao dizer:

As periferias dinâmicas continuarão então a ser periferias, ou seja, sociedades atravessadas por todas as principais contradições produzidas pela justaposição de enclaves modernizados (mesmo que estes sejam importantes) cercados de um oceano pouco modernizado; essas contradições favorecem então a sua manutenção em posição subalterna, submissas aos cinco¹ monopólios dos centros.

Esta percepção da realidade é de extrema relevância quando se estuda países como o Brasil. Amin (2005, p. 118, destaques do autor) explica: “No outro extremo do leque de situações criadas pela expansão capitalista mundial eu situaria o Brasil: ‘um país rico onde só se veem pobres’.” A conclusão presente em várias partes deste estudo é que o desenvolvimento, as desigualdades socioespaciais e até a pobreza são uma construção do homem, resultantes de processos econômicos como o agronegócio.

A conclusão de Amin (2005, p. 114, destaques do autor) é a de que “[...] a qualificação de “países emergentes” é uma farsa ideológica; trata-se de países que, longe de “recuperar o atraso”, constroem o capitalismo periférico do futuro.” Por mais difícil que seja acreditar nestes conceitos temos que admitir que esta vem sendo a nossa realidade mundial. Uma experiência contemporânea que pode comprovar as teses de Amin (2005) está na crise econômica de 2008 que surgiu nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo (tratada por Harvey no livro “O enigma do capital - e as crises do capitalismo” em 2011). No início, os países emergentes acreditaram que este seria o momento para eles se tornarem países centrais. Porém, cinco anos depois, o que se observou foi a gradativa recuperação e reestruturação dos EUA e das outras grandes potências.

Para finalizar, é possível afirmar que o capitalismo produz um desenvolvimento geográfico desigual que se expressa na materialidade espacial e social do sistema econômico, como o agronegócio criado devido à inserção da ciência e da tecnologia na agricultura que permitiu uma mudança em sua cadeia produtiva através da união com a indústria, que modernizou o território de forma seletiva aprofundando as desigualdades socioespaciais. As discussões deste primeiro capítulo, que objetivou apresentar o viés teórico em que o agronegócio será pesquisado e a constituição deste em âmbito global, mostra como o agronegócio será analisado na (re)estruturação do território brasileiro, no próximo capítulo.

¹ Para Amin (2005), os cinco monopólios do centro são: tecnologia, controle de fluxos financeiros, recursos naturais do planeta, comunicação e mídia e armamentos de destruição em massa.

CAPÍTULO II
O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Nesse capítulo o agronegócio e as novas dinâmicas territoriais são analisados na escala Brasil, dentro de um período histórico em que se pinçam elementos da colonização para se compreender a contemporaneidade. O primeiro tópico se fundamenta na periodização de Santos e Silveira (2012), que propõem três períodos - os meios naturais, os meios técnicos e os meios técnico-científico-informacionais, para conceituar a construção econômica e espacial do país. No segundo tópico se discute que nos países desenvolvidos o processo de urbanização ocorreu junto com a industrialização, diferente do Brasil em que a Metrópole Portugal não tinha interesse em investir, resultando numa infraestrutura deficiente que impede a fluidez do capital no território. No terceiro tópico se fez uma análise do processo de industrialização da agricultura para, no quarto tópico, explicar os motivos que levaram ao acirramento das desigualdades territoriais no país pelo agronegócio.

2.1 O agronegócio e a estruturação do território brasileiro

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2009, p. 63)

O homem, por meio do trabalho, exerce uma ação sobre a natureza natural e cria os objetos (cidades, casas, carros, estradas, portos, aeroportos, plantações), produtos de uma elaboração social intencional feita com um objetivo e uma finalidade, que, como um conjunto, compõe o espaço. “Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)”. (SANTOS, 2009, p. 63).

É por meio deste conceito de espaço em Milton Santos, pilar para compreensão do agronegócio no Brasil, que se vê a necessidade de caracterizar a estruturação do território e resgatar a lógica passada para se compreender a lógica presente. Daí a intenção de rememorar partes do período histórico desde o início da colonização do Brasil para explicar a realidade contemporânea. Embora compreendendo que é um período muito longo para se abordar na tese, percebe-se que revisitar algumas fases da colonização é um esforço válido por elaborar um pano de fundo que auxiliará no entendimento das dinâmicas que estão ocorrendo no momento atual.

Santos e Silveira (2012, p. 11) explicam que:

Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas comparecem com as personagens principais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas [...], que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê. Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 11)

Nessa tese se optou por uma escala que vai do global para o local, através de uma metodologia que resgata em períodos históricos o que já existia para saber e o que é o novo no território e como estes se combinam. Estas heranças e o sentido dos usos do território são essenciais para se entender o agronegócio no Brasil através da centralidade do município de Rio Verde.

Devido aos objetivos deste estudo foi escolhida a periodização de Santos e Silveira (2012) que conceituam a construção econômica e espacial do Brasil a partir das técnicas, propondo três períodos: 1) Os meios naturais, 2) Os meios técnicos e 3) O meio técnico-científico-informacionais. A técnica é conceituada por Santos (2009, p. 29) “como um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo, cria espaço.”. Assim, Santos e Silveira (2012, p. 23 e 29) acreditam que no primeiro período - Os meios naturais - havia uma pobreza das técnicas disponíveis que impedia a implantação de próteses nos lugares, fazendo do corpo do homem o principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias. Esse momento é marcado pelos tempos lentos da natureza, em que esta triunfa e o homem se adapta.

Se remetermos o pensamento à conjuntura internacional durante os séculos XV a XVIII a Europa estava no período chamado de mercantilista², devido ao desmantelamento do feudalismo, o que lhe permitiu uma acumulação primitiva de capital. Nessa fase se iniciam as grandes navegações que tinham o objetivo de encontrar novas terras como o Brasil,

² O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas adotadas nos países Europeus que se caracterizavam por: a) política metalista - o acúmulo de metais dava poder à nação; b) industrialização - o produto industrializado era mais caro que a matéria prima; c) pacto colonial - as colônias deveriam fazer comércio apenas com a metrópole; d) balança comercial favorável: exportar mais do que importar.

descoberto em 1500, alvo de exploração do Pau-Brasil e, posteriormente, colonizado, e também alvo de matérias-primas como o açúcar extraído da cana.

Portanto, a agricultura é o elemento central da história espacial do Brasil, tanto que, para Santos (2009b, p. 19), “É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização”. Da fazenda surgiu a economia do país, as primeiras cidades e uma sociedade assentada nos valores morais e culturais deste ambiente. Nesse processo, enquanto colônia de exploração, a produção agrícola era realizada com técnicas rudimentares e dependentes das condições naturais do território, como relevo, clima, solos e hidrografia, ou seja, dependia do tempo lento da natureza.

A cidade existia enquanto forma de territorialização do poder abrigando os órgãos de controle da Metrópole Portuguesa, como a primeira capital do Brasil Salvador, fundada em 1549, porque a região nordeste era a maior produtora de cana-de-açúcar da época. Do mesmo modo, o deslocamento do eixo de comando do país se deu devido às descobertas de ouro nas capitânicas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, provocando a transferência da capital para o Rio de Janeiro no ano de 1763. Isso mostra que a função das cidades estava ligada à conservação do poder exercido pelos países distantes, monopolizadores da produção e do comércio.

Santos (2009b) explica que o processo de urbanização em nosso país se intensifica a partir do século XVIII, quando a casa da cidade se torna a residência dos fazendeiros. Por isso, “O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior.” (SANTOS, 2009b, p. 21-29). Essa configuração espacial perdurou até meados do século XIX quando o país, já na condição de Império, iniciou o projeto de integração do território por meio de ferrovias.

Conforme Santos e Silveira (2012, p. 30-31), esse foi o segundo período - os meios técnicos - em que uma nova divisão territorial do trabalho se estabelece, havendo a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização mais complexas, permitindo novos usos do território. Estes geraram o prolongamento não apenas do corpo do homem - como no processo de mecanização da agricultura -, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses - ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, pontes - que impõem à natureza as lógicas e os tempos humanos.

Essa fase vai de meados do século XIX, quando a produção de café supera a de cana-de-açúcar, tornando-se o principal produto exportado, passando pela industrialização do Brasil impulsionada a partir de 1930, indo até a década de 1960 com o processo de

modernização da agricultura - tratorização e adaptação de sementes ao tipo de solo e clima. Nesse período, foi construído o alicerce da atual configuração regional do país, sob o comando de uma região polo que é São Paulo.

A produção do café estava concentrada principalmente na região sudeste do Brasil. Sobre isso, Martins (1990, p. 108) explica:

Aos que não estão familiarizados com o tema pode ser útil esclarecer que o café, numa certa medida, é uma cultura itinerante. O cultivo intensivo e econômico do café começou nas vizinhanças do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, embora aí não tenha se originado, e progressivamente deslocou-se em direção à província de São Paulo. Durante a primeira metade do século XIX, cobriu a região paulista do Vale do Paraíba, envolvendo toda a área entre a cidade de São Paulo e o antigo município neutro ou de corte. Não obstante, o porto do Rio de Janeiro permaneceu como o principal porto de exportação de café, tanto originário das plantações fluminenses como das paulistas do Vale do Paraíba. No começo da segunda metade do século, o café já tinha penetrado na região central da província paulista. No começo deste século já abrangia o que se chama de Oeste velho. Nas décadas de 30 e 40 foi penetrando no Paraná e hoje já penetra no Paraguai. Ao mesmo tempo, as regiões mais antigas foram sendo progressivamente abandonadas.

No século XIX houve mudanças na conjuntura política (passagem do período Colonial para o Império - 1808 - e depois República - 1889), nas relações de trabalho (abolição da escravatura em 1888) e na infraestrutura do território (que passa a ter ferrovias (1854) para escoar a produção até o porto). Na parte econômica, houve o início da acumulação de capital pelos produtores de café, o que permitiu o processo de industrialização.

Para Martins (1990, p. 108):

Diversos fazendeiros adotaram uma posição em favor da abolição da escravatura porque teriam compreendido que o trabalho escravo impunha dificuldades ao cálculo da rentabilidade do capital, ao mesmo tempo em que o escravo representa uma imobilização do capital na pessoa do trabalhador.

Em consequência, a abolição da escravatura não somente tornou possível o uso racional da força de trabalho, mas liberou o fazendeiro, ao mesmo tempo, da imobilização de capital na compra de escravos. Essa liberação de capital teria sido um dos primeiros fatores na acumulação relacionada com a industrialização brasileira.

Como fator adicional, muitos fazendeiros mudaram-se para a cidade de São Paulo, que então oferecia uma cultura urbana mais propícia ao desenvolvimento capitalista do que a vida agrária, patriarcal e estreita nas fazendas.

Supõe-se que a acumulação de capital esteve estreitamente relacionada com o desenvolvimento da habilidade empresarial.

Esse processo foi chamado pelo autor de urbanização dos investimentos, pois até 1905 além das fazendas os produtores investiam no comércio - incluindo o imobiliário, bancos, ferrovias e indústrias. Neste cenário ocorreu a crise econômica mundial de 1929, também

chamada de “Grande Depressão”, que colocou um fim no ciclo do café e deu início à industrialização.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) no Brasil houve a criação de leis para regulamentar o mercado de trabalho e ainda o incentivo à industrialização, com a criação das chamadas indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (produtora de aço fundada em 1941) e a Petrobras S.A. (petrolífera fundada em 1953, através da CNP - Comissão Nacional de Petróleo³ - concebida em 1938 para gerir a política nacional de petróleo). O ponto principal, que explica as desigualdades regionais no país, é que a industrialização estava concentrada nos grandes centros urbanos da região sudeste do Brasil.

A entrada do capital industrial internacional ocorreu a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) através do Plano de Metas, que privilegiava os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, tendo por objetivo retirar os entraves econômicos que impediam o desenvolvimento do Brasil. Dentre as ações relevantes para a tese há a criação de Brasília e do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA⁴), que, por meio de estímulos fiscais, nacionalizou a produção de veículos através de multinacionais como a Ford, General Motors, Mercedes-Benz e Volkswagen.

Os resultados mais visíveis desta política foram: a) mudança do modal de transporte brasileiro, de ferroviário para rodoviário, que recebia incentivos desde a década de 1940 consolidando-se nas décadas posteriores, tornando-se atualmente o principal meio para se transportar cargas no país; e b) a mecanização da agricultura - com a inserção do trator a partir da década de 1960. Estas medidas foram o alicerce para a consolidação do processo de industrialização no Brasil e deram origem a uma estruturação econômica regional desigual.

Este quadro de formação espacial do Brasil é compreendido por Santos e Silveira (2012, p. 31) através das seguintes etapas: 1) o território era um arquipélago, contendo um subsistema que seria o arquipélago mecanizado como um conjunto de manchas ou pontos no território onde se realiza uma produção mecanizada; 2) A circulação se mecanizou e permitiu a industrialização; 3) Os pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Esse percurso de construção do espaço nacional mostra como ele foi construído de

³ Decreto-Lei nº 395, de 29 de Abril de 1938. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De10395.htm#art4> Acesso em: 01 de Fevereiro de 2016.

⁴ Decreto nº 39.412 de 16 de Junho de 1956. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39412-16-junho-1956-332154-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 de Janeiro de 2016.

forma heterogênea, diante de um processo que cria e agrava as disparidades regionais, tornando-as estruturais.

Por essa ótica a materialização das desigualdades regionais no território brasileiro fica mais acessível ao entendimento, já que as técnicas fornecem o escopo para se apreender as dinâmicas envolvidas em cada processo. Daí a concordância com Santos e Silveira (2012) quando estes dizem que o país passou por um período em que a natureza comandou os assentamentos humanos devido à disponibilidade de produtos de interesses econômicos, sendo suplantado pela fase em que se iniciou a mecanização do território.

Ou seja, no momento de construção territorial a localização dos homens se deu pelo poder político-administrativo, pela centralização dos agentes e das atividades econômicas, e os desequilíbrios eram causados por conta, principalmente, dos elementos naturais disponíveis no território. No período posterior, o panorama se modificou pelo fato de que a ciência começou a comandar a natureza, tornando as decisões econômicas derivadas das questões sociais e não físicas, asseverando as diferenças regionais.

É nesse contexto que se encontra o terceiro período - os meios técnico-científico-informacionais -, em que a inserção do homem na natureza se torna mais profunda e é concebida por Santos e Silveira (2012, p. 52) como a união entre a ciência e a técnica com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período de globalização e sob a égide do mercado, que se tornou global. Devido às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens, o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos.

O agronegócio, caracterizado pelo processo de industrialização da agricultura, surgiu neste período e substituiu o tempo lento da natureza pelo tempo rápido do mercado global. O calendário agrícola e o tipo de planta a ser produzida não dependiam mais das condições naturais, pois a ciência conseguiu suplantá-la, permitindo às empresas multinacionais o comando da produção em nível mundial. Por esse motivo o território ganhou novos conteúdos que se juntaram aos já existentes modificando a paisagem.

Por isso se observa a relevância dos três momentos propostos por Santos e Silveira (2012), porque permitem uma reconstrução teórica do passado que torna mais compreensível o período contemporâneo. Mas, antes de entrar na discussão sobre a modernização da agricultura brasileira, convém examinar a urbanização do Brasil e dos países desenvolvidos para mostrar que as diferenças dos processos explicam os entraves logísticos existente no país.

2.1.1 O processo da urbanização brasileira

O processo de industrialização está intrinsecamente ligado ao processo de urbanização. A cidade se tornou o abrigo da mão de obra e o centro gestor da produção de mercadorias, que exige uma logística para transportá-las tanto no intraurbano quanto no interurbano. Ponto nevrálgico para os países no período de globalização da economia, em que as diferenças entre localidades no mundo são medidas por sua capacidade de transporte de mercadorias.

No caso do Brasil os entraves logísticos do transporte diminuíram sua capacidade de concorrência econômica no cenário internacional e foram causados pelo modo de colonização implantado, já que “Durante praticamente três séculos e meio, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem [...]” (SANTOS, 2009b, p. 48). O que nos faz compreender os motivos que levaram às atuais formas de constituição das cidades brasileiras.

De modo diferente, para Santos (2012, p. 17), a urbanização moderna nos países desenvolvidos acompanhou a Revolução Industrial. Por mais que sejamos conduzidos à tentação de estabelecermos a mesma correlação entre industrialização e urbanização para os países subdesenvolvidos, perceber essa diferença já se constitui em um bom caminho para entendermos as causas das desigualdades existentes entre essas duas realidades.

No conceito de Santos (2012, p. 109) a cidade dos países industrializados (ou desenvolvidos) é parte integrante do território e se industrializa concomitantemente com o desenvolvimento de vias férreas para a integração do espaço nacional. Ela é edificada para atender três objetivos: a) meio moderno e eficaz para descongestionar um centro urbano; b) instrumento de política de organização do território; c) criada a partir de uma concepção política global. Ao se elencar essas características se torna possível perceber quão diferente é a realidade da criação das cidades nos países subdesenvolvidos.

Para Santos (2012, p. 109), as cidades são concebidas como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelecem relações descontínuas no espaço e no tempo, pois os transportes modernos só se instalavam quando se apelava para a boa vontade dos países industrializados de quem eram dependentes economicamente. Mas, quando ocorria essa instalação dos transportes, a mesma se efetuava apenas em áreas de interesse da exploração colonial, o que explica no Brasil a ausência de ligações fáceis entre as diferentes partes do país, constituindo-se um fator de atraso para o desenvolvimento industrial. Por esse motivo, conforme o autor, que o homem se tornou o maior elemento de mobilidade e a cidade

o local de recebimento das populações vindas da zona rural, causando uma urbanização feita de maneira rápida. Disto nascem as pequenas e médias cidades, redes tradicionais se desmantelam e novas regiões se elaboram, gerando uma instabilidade urbana.

Estas heranças espaciais são a causa do Brasil possuir sua principal infraestrutura concentrada principalmente nas regiões sul e sudeste, enquanto nas outras regiões do país esse processo ocorre de forma natural. Isto sem contar que estas localidades já estruturadas possuem agentes (políticos e econômicos) com força e influência capazes de obter recursos constantemente, que poderiam ser investidos em regiões menos privilegiadas. O resultado é uma deficiente integração espacial das regiões no país, obstáculo para a circulação de mercadorias no território.

Embora incompleta, a infraestrutura contemporânea do Brasil só foi possível devido à globalização da economia. Para Santos (2009b, p. 38-42), o período técnico-científico-informacional tornou a integração do território brasileiro viável a partir da segunda guerra mundial, período em que as estradas de ferro e de rodagem, até então desconectas na maior parte do país, são interligadas. Isto tornou o espaço fluido, permitindo que os fatores da produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias e o capital passassem a ter uma grande mobilidade. Esse processo consolidou a composição de um mercado interno entre as diversas regiões do país, modificando a antiga realidade de um conjunto de “ilhas”.

No entanto, como o desenvolvimento no capitalismo é desigual e combinado, sua penetração no território não aconteceu de forma homogênea. Por isso, Santos (2009b, p. 43) explica que

O meio técnico-científico é o terreno da eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio-técnico científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas [...], e de modo disperso no resto do país.

Ou seja, além das heranças espaciais da colonização no Brasil, ainda se tem o fato de que o capitalismo se desenvolve criando as desigualdades regionais. Harvey (2012, p. 111) afirma: “Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.”

Pautada nesses parâmetros é que se diferencia a urbanização do Brasil, dependente durante séculos das ordens da Metrópole Portuguesa que beneficiou áreas do seu interesse, seguida de uma modernização desigual que privilegiou regiões já privilegiadas, com a

urbanização dos países desenvolvidos, que ocorreu em conjunto com o processo de industrialização. Tal conceituação é a base para o entendimento da difusão do agronegócio do Brasil, ocorrida após a 2ª guerra mundial (que durou de 1939 a 1945), no período técnico-científico-informacional.

2.2 A difusão do agronegócio no Brasil

A difusão do agronegócio no Brasil ocorre em um panorama político de pós-guerra, dentro de um contexto financeiro mundial caracterizado pela consolidação do processo de globalização e pela transição do regime de acumulação fordista, marcado pela rigidez, para um regime de acumulação flexível, caracterizado pela financeirização da riqueza. No contexto nacional, o país passa por uma reestruturação política, econômica e territorial marcada pelo início do processo de industrialização.

Neste processo se encontra o conceito de agronegócio. Para Delgado (2012, p. 94), “[...] na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas do Estado”. O agronegócio é a industrialização da agricultura ocorrida no Brasil com incentivo público.

Para compreender o modo como ocorreu esta modernização da agricultura brasileira e a criação de alguns problemas que refletiram na atual constituição do território, é necessário situá-la no tempo. Em Delgado (2012, p. 13);

O período histórico que estamos considerando, 1965-1985, constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo. É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade do IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil [...].

O primeiro problema está na propriedade da terra que permaneceu concentrada nas mãos de poucas pessoas⁵, devido à derrota do movimento pela reforma agrária, perpetuando os grandes latifúndios, criando uma modernização que conservou a estrutura fundiária.

⁵ Para autores como Neto (2006b) e Abreu (1997), a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas ocorreu devido à Lei de Sesmarias implantada no Brasil Colônia, assunto tratado no capítulo III.

O resultado foi a oligopolização do setor agropecuário em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado. Sobre isso, Elias (2005, 4476) argumenta que:

A reestruturação produtiva da agropecuária foi intensa a partir da década de 1960, mas privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo.

O segundo problema foi privilegiar principalmente as regiões sul e sudeste - já privilegiadas - e classes sociais como a dos “Barões do Café” e outras oligarquias rurais, processo que acentuou as desigualdades regionais no Brasil e acirrou a luta de classes, ocasionando o terceiro problema, que foi o longo período para que estas inovações chegassem ao interior do país. Conforme Delgado (2012, p. 17):

Por outro lado, constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e do processo de mudança na base técnica da produção do rural como se refletissem a totalidade do setor rural brasileiro. Ao contrário, este processo concentrou-se regional e socialmente em sua maior parte em zonas do sudeste e sul, só vindo a propagar-se pelo centro-oeste já nos anos de 1980.

Ora, as ações da “Marcha para o Oeste” ocorreram na década de 1930, mas somente 50 anos depois houve a mudança na base técnica da produção rural no centro-oeste. Esta escala temporal nos dá uma dimensão de como ocorreram os favorecimentos que produziram as desigualdades sociais e territoriais no Brasil da contemporaneidade.

Apesar destes fatos, esse processo modificou a estrutura do território brasileiro a partir da integração do campo com a economia urbana. Para Elias (2010, p. 146), a difusão do agronegócio globalizado se deu paralela à mecanização dos espaços agrícolas aumentando a proporção da natureza social sobre a natural, estabelecendo um quadro que Santos (2009) chamou de substituição do meio natural e meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional, sendo, para Elias e Pequeno (2005, p.22)

[...] visíveis as novas territorialidades na região, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas horizontalidades e verticalidades e de articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo.

De acordo com Santos (2006, p. 105-108), as verticalidades são definidas como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, servindo ao sistema de produção através da constituição de redes, que exigem fluidez e velocidade. Já as horizontalidades são zonas da

contiguidade que formam extensões contínuas, espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas.

Como já foi dito, estas transformações espaciais ocorreram em um primeiro momento por iniciativa do Estado Brasileiro, criador de políticas públicas que resultaram no investimento em construção de malhas rodoviárias, telefonia, energia elétrica e nas pesquisas científicas que mapearam os solos e climas do país, com fins de criarem sementes adaptadas a cada ecossistema. Este esforço do Público tinha o objetivo de tornar o território atrativo para os investimentos do capital internacional. Conforme Elias (2005, p. 4475),

Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos econômicos, os fatores locais clássicos são redimensionados, ocorrendo uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando em diferentes arranjos produtivos em todo o país, tanto no campo como nas cidades.

A territorialização do capital no campo modificou a forma de urbanização brasileira que deixa de ser litorânea - embora ainda hoje continue bastante concentrada - para se interiorizar, permitindo a integração econômica nacional e o rearranjo produtivo do campo e da cidade, desencadeando inúmeras transformações, como a construção de rodovias que fazem a ligação entre as regiões do país.

Na agricultura, esse processo de investimento público, conforme Delgado (2012, p. 13), aconteceu por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural a partir de 1965, que reorientou as Políticas Agrícolas dos Institutos (IAA - Instituto do Açúcar e Alcool, IBC - Instituto Brasileiro do Café, CTRIN-DTRIG - Centro do Trigo Nacional - Departamento do Trigo, etc.) por produtos, fortalecendo as estruturas fomentadoras da produtividade e o crescimento capitalista no setor. Além disso, estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, aprofundando as relações de crédito na agricultura.

Os pacotes tecnológicos fazem parte de uma política internacional concebida no pós 2ª Guerra Mundial que tinha por objetivo combater a fome nos países subdesenvolvidos, utilizando novas técnicas de plantio, mecanização e a aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas. Para Elias (2005, p. 4476),

As bases técnica e econômica da agropecuária foram substituídas, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, uma vez que se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo. O novo modelo de crescimento agropecuário baseia-se na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas e, portanto, socioespaciais.

O incentivo do governo federal através do crédito foi fundamental para o surgimento deste novo rural, em que se incorporaram a ciência, a tecnologia e a informação, capazes de transformar a economia do país, gerando mudanças socioespaciais no território.

No regime de acumulação flexível que deu origem à financeirização da riqueza, o desenvolvimento das relações de crédito na agricultura se tornou complexo. Delgado (2012, p. 17) compreende

A especificidade do período de produção agrícola caracteriza-se por dois tipos de discontinuidades que trazem consequências à rotação mais lenta dos capitais empregados na agricultura, relativamente aos capitais aplicados em processos de produção contínuos. A primeira discontinuidade esta referida pelo já apontado problema da interrupção do processo de trabalho, dentro do período de produção. Isso implica em uma rotação mais lenta do capital que, vista de outro ângulo, significa maior necessidade de imobilização no tempo do capital de giro que financia as operações produtivas, desde o preparo inicial do solo até o final da colheita e venda da produção. Mas há ainda uma segunda discontinuidade que se verifica entre os períodos de produção. Isso porque mesmo quando concluído o período de produção de um produto qualquer, em geral não há renovação imediata do processo, mas tão somente em datas anuais preestabelecidas no calendário agrícola, variáveis por produto e latitude geográfica.

Como o capital precisa circular constantemente para a obtenção do lucro e as interrupções no processo produtivo da agricultura fazem com que ele circule lentamente, tem-se o risco de perda do capital. Por mais que o homem tenha modificado o calendário agrícola com a inserção da ciência na produção, os fatores naturais como chuva, seca, vento, espera para a planta crescer, ainda são preponderantes para a obtenção do produto final e imobilizam o capital por um tempo maior.

Além destas características outro fator importante, segundo Delgado (2012, p. 23), é o caráter inteiramente líquido do capital investido até o final do período de produção agrícola que, diferente da produção na pecuária, não apresenta estoques de mercadorias semielaboradas de uso intermediário. “Por isso, o retorno de qualquer parcela de capital de giro (capital circulante) somente poderá apresentar algum grau de liquidez depois que se dispuser do estoque das mercadorias terminadas, [...] após a colheita.”. Isso quer dizer que o investimento na agricultura é feito com capitais de giro de longo prazo, com alto risco de perda.

Por essa razão foi necessário modificar a forma de investimento na agricultura no sentido de diminuir a perda de capital e aumentar a obtenção de lucros, pois,

Essa característica da produção, a intervalos discretos, frente ao caráter contínuo do consumo de produtos agrícolas, engendra condições especiais para a circulação mercantil desses produtos, sobressaindo em especial o papel das bolsas de

mercadorias e do comércio a termo de ‘commodities’, formas capitalistas de “transportar no tempo” as mercadorias, ou, ainda, de tornar continuamente reversíveis as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil. (DELGADO, 2012, p. 23, destaques do autor).

Mediante isto que o termo financeirização da riqueza faz sentido, porque na lógica das *commodities* o valor do produto é regulado pela bolsa, submetendo o produtor às ordens distantes, tirando-lhe o poder de negociação. “Neste contexto, o papel dos bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo o monopólio de uma mercadoria bastante especial - o dinheiro -, por eles passarão necessariamente as demandas de crédito de curto e de longo prazo.” (DELGADO, 2012, p. 24).

Devido a esse monopólio do capital e o apoio do Estado os bancos passaram a comandar todo o processo na agricultura, da montante até a jusante. Para Delgado (2012, p. 29 e 31),

É inegável que a política monetária e financeira do Estado, e particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas do planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhe margens de lucratividade mais estáveis e generosas.

[...] Significa, em outros termos, crescente poder do capital bancário em reivindicar uma parcela apreciável do lucro agrícola, acrescentando ainda mais restrições e perdas aos capitais cativos da produção exclusiva do setor agrícola.

Por mais que a intervenção do Estado na concessão de crédito tenha viabilizado o processo de industrialização da agricultura e modificado a estrutura territorial do país, o efeito colateral foi nefasto, pois subjugou o campo aos bancos que agem como parasitas extraindo boa parte do lucro.

O principal período de investimento do Governo Federal na agricultura foi da década de 1960 até a de 1980, época marcada pela transição do governo militar para o democrático e por uma profunda crise econômica na América Latina, que intitulou 1980 como a “Década Perdida”. A saída para a crise no Brasil aconteceu via neoliberalismo a partir da década de 1990, com uma política de Estado que passou a interferir de forma mínima na economia dando total liberdade ao mercado, promovendo uma reestruturação nas políticas públicas de fomento à agricultura. Delgado (2012, p. 77 e 78) explica essa mudança da seguinte forma:

[...] os meados dos anos 1980 e os anos 1990 são demarcados por fatos significativos e políticas conjunturais, atuantes no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora da era militar, sem, contudo estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. [...] a promulgação da Constituição de 1988 e sua precedente Assembleia Nacional Constituinte, alteram fortemente as condições políticas e jurídicas sob as quais se apoiaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar. Ademais, as reformas neoliberais promovidas nos anos de 1990 nas políticas agrícolas desmontaram importantes estruturas internas do fomento produtivo e comercial, e abriram o comércio exterior de maneira muito diferente daquela que ocorrera no período anterior.

As políticas de investimento público foram desmontadas fechando o ciclo de investimentos Estatal e iniciando o ciclo em que o comando da agricultura passa para a economia de mercado.

No período contemporâneo as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, responsáveis por induzir à produção de determinado produto e comercializá-lo, estão se unindo aos bancos. Para Delgado (2012, p. 23)

Trata-se do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de holdings, cartéis, trusts e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que se cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados.

Os conglomerados escolhem as áreas propícias ao investimento para a extração do lucro, capturando os territórios e impondo suas normas e comando. Nesse processo há o agravamento dos problemas ambientais no campo e das questões sociais na cidade.

O fato é que as empresas ao exercerem suas atividades para a extração do lucro reorganizam o espaço, impondo normas que afetarão toda a sociedade. Ao falar da economia urbana, Santos (1979, p. 103) explica que “A questão dos monopólios torna-se de fato essencial para a compreensão dos problemas microeconômicos e macroeconômicos.” Assim,

Na maior parte dos países subdesenvolvidos, a contemporaneidade entre dependência tecnológica no mais alto grau e início de industrialização acarreta a instalação de firmas que já aparecem numa situação de concentração sem passar pela situação de concorrência atomizada, característica dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, no início da industrialização. [...] Esse é um aspecto suplementar da solidariedade da economia mundial. Os países dominados se acham sem defesa frente a fenômenos cujo alcance é internacional. Ao aumento da produtividade nos países desenvolvidos, corresponde a implantação de uma nova tecnologia “intramuros”.

A industrialização tardia do Brasil o deixou dependente das tecnologias dos países desenvolvidos e vulnerável às grandes empresas dos mesmos, que já chegam na forma de monopólios, interferindo na economia e distribuição de renda no país.

Conforme Santos (1979, p. 116), “Cada vez mais, os lucros dos monopólios retornam às firmas, criando obstáculo a uma distribuição de rendas mais justa, o que não favorece absolutamente a formação de capital [...]” Isso ocorre porque as empresas extraem o capital do território brasileiro e, ao invés de reinvestirem, enviam para sua matriz nos países desenvolvidos, perpetuando o ciclo de dependência tecnológica.

Além disso,

As indústrias monopolísticas, embora já associadas à organização do governo, julgam, não obstante, necessário forjar as armas suscetíveis de assegurar sua sobrevivência e sua dominação sobre o mercado. Por isso, utilizam sua parte no controle do poder para aumentar a cada ano suas reservas técnicas ao preço de saques sobre a poupança coletiva, através dos preços administrados. Isso equivale a reduzir a capitalização do Estado e, portanto, sua capacidade de investimento. Assim, a situação de desinvestimento é dupla, pois ela afeta tanto o setor privado como o setor público. Os resultados são cumulativos e agravados pelo fato de o Estado, tornando-se relativamente menos rico, estar cada vez menos livre de escolher os setores para onde dirigir seus investimentos.

O alto grau de interferência dos monopólios na economia nacional afeta o Estado, que perde a capacidade de investimento e escolha de onde investir, e também o setor privado, que não consegue competir dentro deste cenário, tendo que unir o seu capital ao das grandes multinacionais. Para a sociedade fica o ônus de produzir a mais-valia e não vê-la reinvestida na forma de hospitais, escolas e outros bens públicos, além do prejuízo ambiental no território.

Baseado nestas ideias Santos (1979, p. 16) elaborou o pensamento do espaço dividido por meio de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, que são: 1) o circuito superior - tem origem na modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios, sendo que o essencial de suas relações ocorre fora da cidade e região que o abrigam tendo como cenário o país ou o exterior; e 2) circuito inferior - formado pelas atividades de pequena dimensão com interesse principalmente para as populações pobres, enraizado e mantendo relações privilegiadas com sua região.

O circuito superior está materializado no território através das grandes redes do comércio varejista (supermercados, alimentação e culinária, farmácias, concessionárias de veículos e máquinas agrícolas, lojas de vestuário e materiais de construção), imobiliário e bancário com sede no exterior, local de afluxo do capital. No circuito inferior há as mesmas

atividades, mas em uma pequena dimensão, realizadas predominantemente de forma artesanal. Sua função é muito importante por ser “[...] a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo; ele aparece, portanto, como um papel social e econômico inegável.” (SANTOS, 1979, p. 287).

Mas, o autor adverte que,

[...] o circuito inferior não deve permanecer o que é, é porque seu papel, muito antes de ser o de provedor de ocupações e de fornecedor de meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediário de todos os tipos. (SANTOS, 1979, p. 288).

A produção agrícola na forma de monocultura, com o agravante da monopolização agroindustrial, expulsa o homem do campo para as periferias das cidades. Como a terra era o seu meio sobrevivência, através de uma agricultura de subsistência, tal situação o deixará na miséria. Por isso, precisa usar a força dos seus braços para conseguir pagar a moradia, a vestimenta e o alimento de cada dia, fato que propicia a canalização do seu dinheiro do circuito inferior para o superior, perpetuando a situação de pobreza.

No discurso desenvolvimentista a entrada de uma multinacional no território significa a construção de infraestrutura na cidade e no campo, a criação de empregos e melhoria na qualidade de vida. Mas, o que acontece de forma real é a precarização do trabalho e o aumento da exploração do trabalhador, além da deficiência na prestação de serviços públicos, aumento da violência, elevação do tráfico e consumo de drogas ilícitas como o “crack” (no campo houve uma invasão nas lavouras e, nas cidades, já é possível ver a formação de “cracolândias”⁶). Ou seja, simplesmente o território se torna fluido para uma extração cada vez maior do capital que migrará para os países desenvolvidos e beneficiará sua população.

Isso mostra que a nova forma de produção no campo modificou o espaço e, também, a relação campo cidade. Elias (2005, p. 4475), por meio do entendimento de Santos (1979), compreende que a difusão da agricultura científica e do agronegócio se deu pela expansão do meio técnico-científico-informacional no espaço agrário brasileiro, desenvolvendo novas

⁶ O crack é um subproduto da pasta de cocaína (extraída das folhas da coca), mas com um poder de ação no cérebro muito maior e o preço da grama bem menor, sendo consumido principalmente pela população pobre. No campo, a droga é utilizada principalmente em lavouras de cana-de-açúcar para os trabalhadores suportarem longas jornadas de trabalho ininterruptas. Nas cidades, os usuários se reúnem em uma determinada rua, chamada de cracolândia, para consumirem a droga e se prostituírem para conseguir mais, local que acaba se tornando sua moradia. Para maiores informações sobre o assunto ver reportagem: <<https://eusr.wordpress.com/2011/09/23/cortadores-de-cana-usam-crack-para-suportar-jornada-de-14-horas/>> acesso em 07/02/2016.

categorias de cidades como as cidades do campo, que têm funções e vínculos adequados às demandas dos sistemas agroindustriais integrantes do circuito superior da economia agrária.

As grandes empresas se instalam nas cidades fazendo destas a base territorial para o comando do campo, disto decorre o termo cidade campo. “Dessa forma, o agronegócio globalizado representa um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos.” (ELIAS, 2010, p. 147). Estas mudanças foram capazes de modificar a antiga dicotomia cidade/campo. Elias e Pequeno (2005, p. 15-16) afirmam que:

Dentre as características da agricultura científica está sua forte integração a economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo, em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços, construindo-se uma unidade dialética. As cidades próximas às áreas de realização da agricultura científica tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc., aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais [...].

Como a execução da agricultura científica demanda a prestação de serviços especializados que estão concentrados na área urbana, tal situação coloca a cidade na condição de suporte do processo produtivo.

No entanto, devido ao desenvolvimento geográfico desigual, não são todas as regiões do território Brasileiro que possuem agricultura científica. Santos (2009b, p. 74-75) esclarece essa situação dizendo:

Dois problemas, reais e de método, parecem impor-se. O primeiro é a diferença de situações entre, de um lado, as regiões economicamente mais desenvolvidas do País (aquelas onde o meio técnico-científico se afirma mais fortemente) e, de outro, as regiões deprimidas. Nessas últimas, as demandas do mundo rural são qualitativamente e quantitativamente menores, porque os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é inexistente, pontual ou incompleta, e, desse modo, a cidade preside a uma vida de relações que é ainda próxima do tradicional, através da conhecida dicotomia rural-urbana.

É importante lembrar que a diluição da dicotomia campo/cidade se deu nas áreas onde o meio técnico-científico-informacional se instalou e permitiu a fluidez do capital, nas demais regiões ditas deprimidas a vida de relação continua na forma tradicional, havendo uma separação muito clara entre as funções do campo e da cidade.

Nas regiões de agricultura científica, a mudança na função da cidade e do campo pode ser observada a partir do modo de consumo. Santos (2009b, p. 73-74) esclarece:

Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícola, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais.

Para Santos (2009b, p. 54-55), há uma diferença entre consumo consuntivo e produtivo. O consumo consuntivo é aquele relativo à saúde, educação, lazer, que se esgota em si mesmo criando uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda.

Já o consumo produtivo é realizado através da incorporação de ciência e informação ao território rural, modernizando o campo que passa a requerer máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, gerando um mecanismo territorial de oferta e demanda de bens e serviços. Ele não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta as mesmas, transformando a relação campo-cidade.

Por isso, o consumo é o elemento estruturante da economia urbana nas áreas de expansão do agronegócio. Conforme Elias (2005, p. 4481),

Antes da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, o consumo do campo era, sobretudo, um consumo consumptivo que criava demandas heterogêneas, segundo os subespaços, dependendo da importância das suas rendas e salários. Mas, hoje, nas áreas que participam de forma mais complexa do processo de modernização agrícola, o consumo produtivo do campo tem o poder de adaptar as cidades próximas as suas principais demandas, convertendo-as no laboratório, no lugar da gestão da produção agropecuária moderna, uma vez que fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização.

A produção no campo, por ter se tornado um processo mais complexo, reorganiza a região a partir de suas demandas de consumo. Logo, o consumo produtivo do campo tem o poder de capturar as cidades circunvizinhas direcionando-as à área do agronegócio, fazendo com que as mesmas sirvam como suporte de mão de obra e aporte financeiro e técnico para a execução da produção agrícola.

Até aqui a discussão mostrou como a difusão do agronegócio no Brasil foi sendo construída ao longo das décadas com incentivos públicos, reestruturando o modo de produção no campo através da agricultura científica que foi capaz de alterar profundamente a estrutura territorial do país. O agronegócio foi dotado de objetos técnicos capazes de atender a uma demanda de consumo mundializada, comandada por grandes redes de empresas multinacionais com origem nos países centrais.

Outro processo muito importante, em virtude do agronegócio ser a industrialização da agricultura, é a formação dos complexos agroindustriais (CAI's) no Brasil, fruto da inserção do meio técnico-científico-informacional (utilização de máquinas e insumos) na agricultura. Para Marafon (1998, p. 8-10):

O termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para rotular articulações entre os setores agrícola e industrial que vêm ocorrendo na agricultura brasileira. [...] Outra ideia central que norteia as investigações destas concepções é a de que a constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil é recente e remonta à década de setenta.

Embora o processo de junção da agricultura com a indústria seja recente, por ter ocorrido a partir da década de 1970, ele faz parte das ações de industrialização fomentadas pelo Governo Federal desde a década de 1930.

A principal característica dos complexos industriais

[...] é a de que ocorrem relações intersetoriais entre agricultura-indústria. A análise insere as relações agricultura-indústria na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas na agricultura e nesse contexto o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais balizados em seus dois extremos por setores industriais oligopolizados: a indústria para a agricultura - fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura - (denominado de setor a montante da agricultura); e a indústria da agricultura - processadora da matéria-prima agrícola - agroindústria - (denominado de setor a jusante da agricultura).

Mais uma vez se percebe quão profunda é a oligopolização do setor, já que as empresas agem tanto como fornecedoras de insumos quanto como processadoras das matérias-primas extraídas da produção agrícola, da montante à jusante. Isto sem contar que são elas as responsáveis por comercializarem os produtos no mercado interno e externo.

Com relação ao processo de formação do complexo industrial, Marafon (1998, p. 12) explica que existem duas concepções, sendo que na primeira:

Parte-se da concepção de que o Complexo Agroindustrial insere-se em um espaço econômico determinado. A partir desse espaço, se poderia isolar um conjunto de atividades fortemente interdependentes, onde cada complexo formaria um conjunto de sistemas e/ou cadeias produtivas relativamente independentes dos demais complexos. Este recorte do Complexo Agroindustrial denominamos de "macro" Complexo Agroindustrial, que tem em MÜLLER (1981, 1982a,b,c, 1989b,c) a mais expressiva contribuição para o entendimento desse processo no Brasil. A outra concepção parte da análise das transformações da agricultura brasileira originada nos complexos rurais do Brasil Colonial aos Complexos Agroindustriais da atualidade. Assim, teríamos a existência de vários Complexos Agroindustriais. Os trabalhos de KAGEYAMA et al. (1987) e SILVA (1991,1996) procuram mostrar esse processo no Brasil.

Para o autor, a principal diferença é que a primeira está calcada na utilização da matriz insumo-produto em que o complexo agroindustrial é um elemento do espaço econômico, e a segunda leva em consideração o processo histórico dizendo que a configuração do complexo agroindustrial é fornecida pelas evoluções em cada lavoura. Porém, ambas consideram que as articulações entre a indústria e a agricultura são encadeadas da seguinte forma: indústria para agricultura - agricultura - indústria da agricultura.

Os complexos agroindustriais nos dão uma noção do tamanho da estrutura montada para a execução do agronegócio no território. O processo se inicia com as indústrias situadas no urbano que fornecem maquinários e insumos para a produção no campo, passando pelo plantio e colheita ou a criação de animais no rural, resultando nos produtos que serão industrializados pelas agroindústrias que estão nas cidades, terminando com o escoamento da produção para os mais diversos mercados do Brasil e do exterior. Por isso que se afirma que houve uma integração do campo com a economia urbana e uma diluição parcial da dicotomia campo/cidade.

De uma maneira geral, este foi o caminho pelo qual ocorreu a difusão do agronegócio no Brasil, fazendo com que as desigualdades construídas no país desde o período colonial se acentuassem a partir da introdução deste no território. Disto surge o conceito que relaciona o agronegócio ao aprofundamento das desigualdades espaciais, assunto que será tratado no próximo tópico.

2.3. A relação entre o aprofundamento das desigualdades e o agronegócio

Ao longo deste capítulo se discorreu teoricamente sobre a lógica passada do Brasil, promovendo um resgate teórico do período colonial para mostrar que a ocupação do território se deu conforme os interesses da Metrópole Portugal, fato que produziu desigualdades territoriais que se tornaram estruturais e podem ser observadas na contemporaneidade. E o agronegócio, implantado sobre esta base, foi capaz de aprofundá-las.

A questão demográfica é levantada por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento na tentativa de elucidação das desigualdades regionais e sociais no Brasil. A migração, em especial, apresenta-se tanto como um mecanismo de manutenção da reserva de mercado, conforme o interesse da classe capitalista, quanto uma oportunidade de melhorias de vida, por parte da classe trabalhadora.

Desde a colonização, são implementadas no Brasil políticas que têm por objetivo intervir na questão migratória. Assim o foram as políticas externas voltadas aos migrantes

africanos para o trabalho escravo, aos europeus no Brasil Império, denominados “colonos”, e também políticas migratórias internas. Resta salientar que tais políticas sempre estiveram ancoradas a projetos econômicos, colocando sociedade e o território em constantes “reajustes”.

É nessa lógica, da migração enquanto termômetro econômico, político e cultural da sociedade brasileira, que se propôs uma breve análise dos processos que levaram à atual distribuição da população brasileira. Como dito, o fenômeno em si carrega uma contradição fundamental: a migração contribui tanto para “potencializar o crescimento da economia e do bem-estar social da população, quanto [para] ampliar as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira” (BRITO, 2008, p. 5).

A problemática da migração é tema latente não só no Brasil, mas em todo o mundo. Aliás, no ano de 2015, ganharam repercussão os conflitos instaurados em países europeus quando da chegada “em massa” de refugiados de guerras civis, vindos dos continentes asiático e africano. Assim como os demais fenômenos sociais, deve-se, no estudo da migração, atentar-se aos condicionantes históricos e espaciais que emprestam a esta feições singulares:

Trata-se de um fenômeno caracterizado pela sua universalidade, mas fortemente condicionado pelas condições históricas em que se realiza nos diferentes países. Sua diferença em relação aos países desenvolvidos e sua semelhança com os outros em desenvolvimento não esgotam a sua originalidade.

Além de uma abordagem da migração atenta à história espacial, é também salutar compreendê-la perante outras variáveis não estritamente demográficas. Ou seja: a migração é um processo social conectado às profundas mudanças de ordem econômica, cultural e política pelas quais tem passado o Brasil.

Ao estudioso da migração, resta um desafio: não tratá-la como fatalidade histórica ou efeito natural do crescimento populacional. Não há neutralidade nesse processo. As políticas de migração, sejam elas públicas ou privadas, estão atreladas a um projeto de sociedade, por isso dizem do jogo de poder e das lutas de classe instauradas no tecido social.

A transição demográfica e as demais transformações conjunturais levam décadas. Logo, a desejada proposição metodológica de pensar os vínculos entre o agronegócio, a distribuição da população brasileira no território e as implicações socioespaciais dessa configuração demanda um estudo histórico que resgate acontecimentos e diretrizes que balizaram as políticas territoriais antecessoras. O enfoque dado é na transição entre o modelo desenvolvimentista - predominante até a década de 1960 - e o modelo neoliberal. É nesse

sentido que se buscou realizar um breve estudo comparativo entre o Brasil do ano 2000 e o Brasil do ano 2013, exposto na tabela 01.

Tabela 01. População brasileira (2000 a 2013)

Brasil e Unidades da Federação	População Censitária (2000)	População Estimada (2013)	Evolução (%)
Brasil	190.755.799	201.032.714	5,39
Região Norte	15.864.454	16.983.484	7,05
Acre	733.559	776.463	5,85
Amapá	669.526	734.996	9,78
Amazonas	3.483.985	3.807.921	9,30
Pará	7.581.051	7.969.654	5,13
Rondônia	1.562.409	1.728.214	10,61
Roraima	450.479	488.072	8,35
Tocantins	1.383.445	1.478.164	6,85
Região Nordeste	53.081.950	55.794.707	5,11
Alagoas	3.120.494	3.300.935	5,78
Bahia	14.016.906	15.044.137	7,33
Ceará	8.452.381	8.778.576	3,86
Maranhão	6.574.789	6.794.301	3,34
Paraíba	3.766.528	3.914.421	3,93
Pernambuco	8.796.448	9.208.550	4,68
Piauí	3.118.360	3.184.166	2,11
Rio Grande do Norte	3.168.027	3.373.959	6,50
Sergipe	2.068.017	2.195.662	6,17
Região Sudeste	80.364.410	84.465.570	5,10
Espírito Santo	3.514.952	3.839.366	9,23
Minas Gerais	19.597.330	20.593.356	5,08
Rio de Janeiro	15.989.929	16.369.179	2,37
São Paulo	41.262.199	43.663.669	5,82
Região Sul	27.386.891	28.795.762	5,14
Paraná	10.444.526	10.997.465	5,29
Rio Grande do Sul	10.693.929	11.164.043	4,40
Santa Catarina	6.248.436	6.634.254	6,17
Região Centro-Oeste	14.058.094	14.933.191	6,22
Distrito Federal	2.570.160	2.789.761	8,54
Goiás	6.003.788	6.434.048	7,17
Mato Grosso	3.035.122	3.182.113	4,84
Mato Grosso do Sul	2.449.024	2.587.269	5,64

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

O destaque no crescimento populacional ocorrido nas regiões Norte (mais de 7%) e Centro-Oeste (mais de 6%) nos últimos anos indica novos processos de urbanização, novos

sentidos da migração, também transformações econômicas, especialmente na configuração espacial da indústria (sobretudo de base). Enfim, depara-se com um redesenho do Brasil que coloca em evidência o interior do país, porém, numa lógica diferente daquela predominante até os anos 1960/1970.

Utilizando o pensamento de Harvey (2013), podemos dizer que o Brasil de 2000 se vincula ao movimento de reestruturação produtiva do capital, cujo marco temporal remete às décadas de 1980/1990. Desde então se fortalece a tendência de alinhamento dos governos às políticas neoliberais como saída para a crise econômica mundial da década de 1970, registro do esgotamento de políticas concorrenciais entre as empresas e da instauração da era dos monopólios.

Os desafios sinalizados a partir de tal período, no que tange à estrutura demográfica do país, relacionam-se desde as diferentes taxas de fecundidade entre os estratos sociais - a população pobre é a que mais tem crescido (tabela 02) - aos desequilíbrios nas faixas etárias: o envelhecimento da população tem se tornado uma realidade cada vez mais presente em algumas localidades; e as comunidades camponesas são as que primeiro vivenciam o ônus desse processo.

Tabela 02. População total, segundo renda familiar per capita - Brasil, 1980-2000

Renda Domiciliar Per Capita em (salários mínimos)	1980	1991	2000
Até 0,5 SM	57.711.820	70.332.627	53.218.960
De 0,5 a 1 SM	26.407.465	30.702.893	39.361.466
De 1 a 2 SM	17.159.860	21.598.045	36.864.377
De 2 a 3 SM	5.767.600	7.610.639	13.941.868
De 3 a 5 SM	4.453.430	5.656.629	11.814.966
De 5 a 10 SM	2.595.165	3.464.631	8.604.410
Mais de 10 SM	896.800	1.432.408	4.826.407
Total	115.060.520	140.799.834	168.638.201

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

O déficit no acesso à informação e à contracepção é um dos fatores que os estudiosos atribuem a esse crescimento absoluto da população brasileira, concentrado nas camadas de menores rendas. Junto a essa participação desigual dos segmentos sociais no crescimento absoluto da população, soma-se a redução da população jovem - que no Brasil é majoritariamente pobre - já sinalizada desde a década de 1970. Redução esta que teria sido ainda maior caso não houvesse o decréscimo nas taxas de mortalidade infantil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), entre 1970 e 2000 houve uma redução de mais de 70% no número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1.000

nascidas vivas. Vê-se, portanto, a intrínseca relação entre a desigualdade social, os atributos populacionais e a vulnerabilidade socioeconômica dos menos favorecidos.

O “desarranjo” populacional, favorecido por políticas que intensificam as desigualdades sociais, ganha materialidade no espaço. Em outras palavras: é no espaço que a política territorial se torna realidade. Compreende-se, nesse sentido, que o agronegócio “moderno” não tem por objetivo romper com esse caráter desigual da dinâmica populacional brasileira, pois a ordem social que o substancia é a mesma do Brasil colônia. O fato é que as políticas territoriais no Brasil evidenciam a tomada de decisão daqueles que estão no poder: agem a serviço de um modelo de desenvolvimento ao qual se associa o crescimento econômico às desigualdades de renda, que por sua vez reverberam em desigualdades socioespaciais. Escolha que tem sido contra argumentada inclusive por um grupo de economistas, conforme aponta Ferreira (1999, p.134):

[...] tanto os argumentos teóricos como a evidência empírica mais recente passaram, em grande parte, a sugerir uma relação causal negativa entre desigualdade e crescimento econômico. O principal argumento teórico por trás da hipótese de que a desigualdade reduz o crescimento é a consideração de que, com mercados imperfeitos de capital e sob assimetrias de informação, a desigualdade e a pobreza implicariam a existência de um grupo de agentes sem acesso ao crédito e, portanto, sem possibilidade de desenvolver projetos cujo valor privado (e social) é positivo.

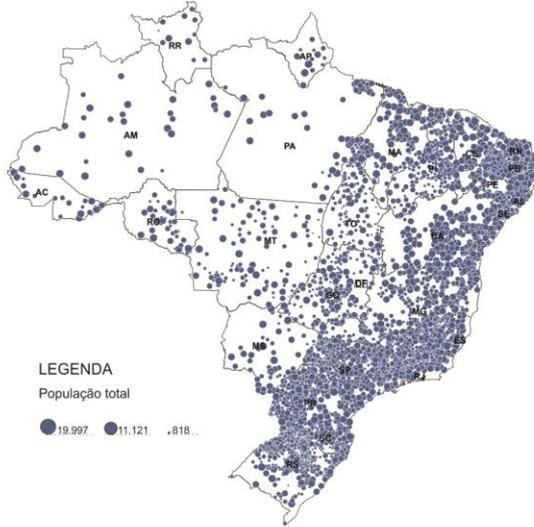
Além do raciocínio exposto, o autor - em acordo com a denominada “Nova Economia Política” - compreende a redução da eficiência da alocação global de recursos dentro de uma economia também em função da existência dos conflitos sociais. Ou seja, um movimento de inserção das desigualdades sociais como variáveis econômicas sugere a ineficiência desse projeto de sociedade calcado na concentração de pessoas e riquezas, entre elas a terra.

Na lógica presente, a desigualdade estrutural mais palpável está na distribuição da população pelo território, que continua fortemente concentrada no litoral. Observando o mapa 02, percebe-se que a maioria dos municípios com população acima de 100 mil habitantes encontram-se na região sul e sudeste e em pontos específicos da costa litorânea. Em números, o Brasil teve sua população estimada pelo IBGE no ano de 2013 em 201.032.714 mil habitantes, sendo 16.983.484 mil habitantes na Região Norte, 55.794.707 mil habitantes na Região Nordeste, 84.465.570 mil habitantes na Região Sudeste, 28.795.762 mil habitantes na Região Sul e 14.933.191 mil habitantes na Região Centro-Oeste.

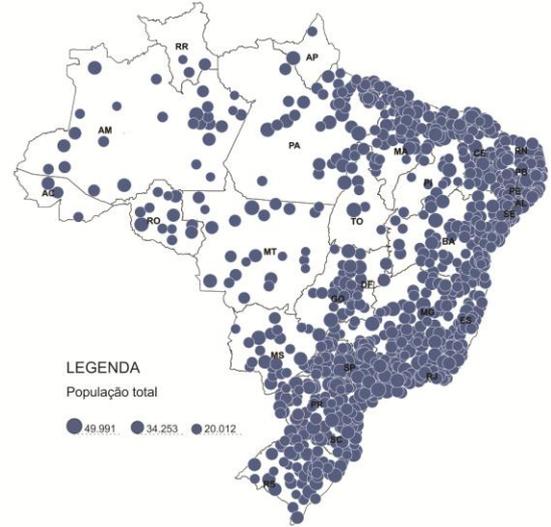
O mapa 2 confirma a concentração da população brasileira no litoral e a continuidade do processo de “marcha para o oeste”, observado no mapa dos municípios com população de 20.000 a 50.000 mil habitantes, que evidencia o deslocamento populacional rumo ao interior.

BRASIL: POPULAÇÃO ESTIMADA POR MUNICÍPIOS - 2015

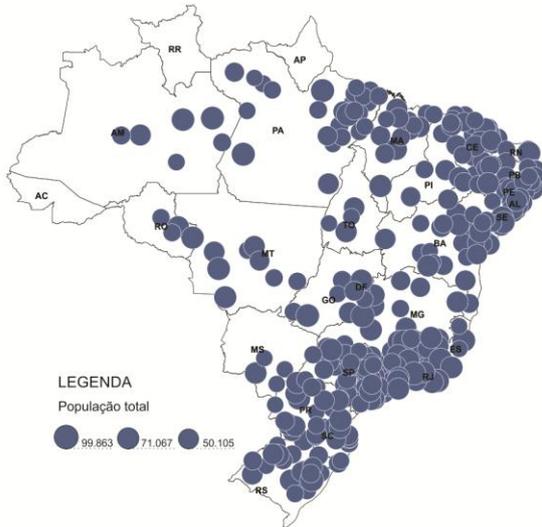
População até 20.000 habitantes



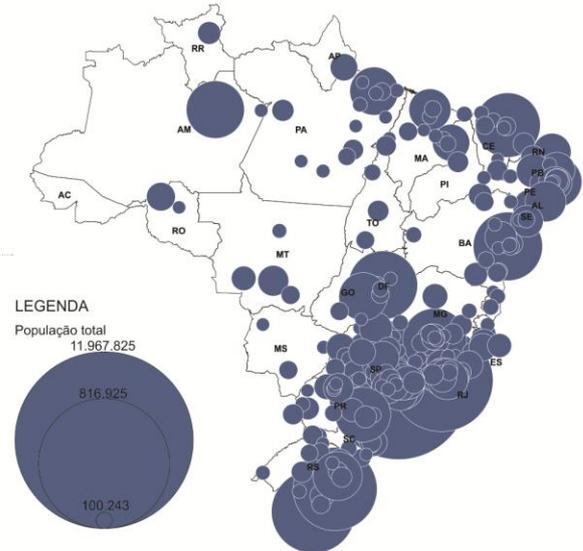
População de 20.000 até 50.000 habitantes



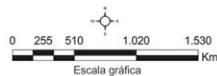
População de 50.000 a 100.000 habitantes



População acima de 100.000 habitantes



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal: SAD-1969
Fonte: Limites estaduais (IBGE, 2015);
Limites municipais (IBGE, 2015);
População estimada por município (IBGE, 2015)
Organização dos dados: Michel Rezende da Silveira
Elaboração: Juheina Lacerda R. Viana



Mapa 02. Brasil: população estimada por município – 2013
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

O que explica porque o norte e centro-oeste foram integrados economicamente ao país, embora ainda possuindo uma baixa densidade populacional, fato observado no mapa dos municípios com população até 20.000 mil habitantes.

A nova “Marcha para o Oeste” se dá, entretanto, sob novas diretrizes. Se antes o pacote político e tecnológico veiculado ao PRODECER (1970) pressupunha também a migração de uma população “descapitalizada” ou baixo contingente de capital, assim como uma maior presença do Estado com política de regulamentação do uso da terra, a nova fronteira agrícola, simbolizada na proposta regional do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), traz consigo a “liberalidade” pautada pelo capital financeiro. Redefinem-se as fronteiras conforme os interesses de mercado. A marcha do capital não rompe o caráter desigual que marca a estrutura populacional brasileira, pelo contrário, intensifica-o.

Esta conjuntura territorial fica mais evidente quando se observa a população por Estados, assim, a população do Estado São Paulo com 43.663.669 mil habitantes é maior que a soma das populações da região norte e centro-oeste, que possui 31.976.675 mil habitantes. A análise da tabela também revela que os Estados mais populosos estão nas regiões sul e sudeste, motivo da afirmação de Santos e Silveira (2012, p. 140 e 269): “A região concentrada e o ‘resto’ do território. A Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...]”. A região abriga 56,33% da população brasileira, concentrando o trabalho, as indústrias, as sedes das multinacionais instaladas no território e o capital nacional.

Considerando a escala municipal, percebe-se que o maior acúmulo populacional está nos municípios sede dos Estados ou pertencentes a regiões metropolitanas e naqueles mais desenvolvidos economicamente. Verificando o mapa (02) a região concentrada possui o maior número de municípios com população superior a 100.000 mil habitantes, situação que vai mudando à medida que se dirige para o oeste do Brasil. Em Goiás, segundo o IBGE, no ano de 2013, dos 246 municípios apenas 10 possuíam população superior a 100.000 mil habitantes. Este dado demonstra a desigualdade no processo de distribuição espacial da população no território brasileiro, devido, sobretudo, a processos de expropriação das populações do campo.

Com um crescimento populacional abrupto e desordenado, as cidades se tornam receptáculos de força de trabalho ociosa, culminando numa série de problemas urbanos: ocupação de áreas de risco pelos mais pobres, comprometimento da higiene dos ambientes e da saúde do trabalhador, segregação socioespacial, violência, drogadição etc.

Nessa sociedade de consumo criada a partir da globalização da economia os modais para o transporte⁷ de mercadorias são peças essenciais do processo produtivo, e este é outro problema estrutural do Brasil. Se a mobilidade populacional é uma condição, a derrubada dos obstáculos territoriais para a circulação da mercadoria é um empreendimento histórico.

A rede ferroviária (mapa 03) é uma herança do período em que a cafeicultura para exportação era a base econômica do país, mas, de acordo com o que foi discutido, ela inicia sua operação na década de 1850 ligando as principais regiões cafeicultoras de São Paulo até o porto de Santos. Teve seu declínio na década de 1950 no Governo Juscelino Kubitschek, que pretendia um crescimento rápido, mas a construção da mesma era lenta.

Quando se fala em ferrovias a quantidade de quilômetros que abrangem é tão importante quanto a sua distribuição pelo território e, no Brasil, a malha está mais bem repartida na região concentrada. Em cada um destes Estados a ferrovia liga o território de Oeste para Leste, onde se localiza o oceano atlântico, que é a principal rota logística das exportações brasileiras. Essa informação fica mais clara quando se examina a quantidade de quilômetros por Estado, sendo: a) região Norte - Acre 0 km, Amapá 0 km, Amazonas 0 km, Pará 224 km, Rondônia 0 km, Roraima 0 km, Tocantins 147 km; b) região Nordeste - Alagoas 390 km, Bahia 1.551 km, Ceará 1.168 km, Maranhão 1.343 km, Paraíba 660 km, Pernambuco 958 km, Piauí 240 km, Rio Grande do Norte 364 km, Sergipe 278 km; c) Sudeste - Espírito Santo 522 km, Minas Gerais 5.329 km, Rio de Janeiro 1.199 km, São Paulo 4.749 km; d) Sul - Paraná 2.287 km, Rio Grande do Sul 3.110 km, Santa Catarina 1.365 km; e) Centro-oeste - Distrito Federal 45 km, Goiás 637 km, Mato Grosso 108 km, Mato Grosso do Sul 1.604 km.

No panorama contemporâneo a ferrovia volta a ter importância, recebendo grandes investimentos do Governo Federal, por ser o transporte mais viável para *commodities* como minério e soja (principais produtos transportados atualmente pelas ferrovias brasileiras). Mas, para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o problema da distribuição da malha ferroviária pelo país faz com que o transporte seja inviável, já que a região Norte possui 371 Km, a região Nordeste 6.950 km, a região sudeste 6.762 km, a região sul 2.394 km e a região centro-oeste 6.762 km, totalizando 28.276 km de vias. Para Lima e Penna (2016), as ações orquestradas pelo poder público com vistas à corporatização do território surtiram efeitos parciais em decorrência da crise fiscal do Estado. O que explica a dificuldade encontrada pelos produtores de grãos para escoarem o seu produto.

⁷ Como este tópico tem por objetivo discutir o aprofundamento das desigualdades a partir do agronegócio e o assunto de modais de transporte no Brasil é muito amplo, escolheu-se apenas o modal ferroviário e rodoviário para exemplificar este processo.



Mapa 03. Brasil: Malha Ferroviária – 2010
 Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

O mapa 03 evidencia que o Sudeste brasileiro é protagonista na malha ferroviária do país, o que sugere não só o aparelhamento desses territórios, mas a tendência de manutenção do domínio sob os demais. Por meio destes dados é possível compreender porque os grandes produtores de grãos do Brasil, como os Estados do Pará e Tocantins na região norte e de Mato Grosso e Goiás na região centro-oeste, enfrentam dificuldades para escoarem a produção, o que resulta a elevação do custo dos produtos. Conforme o IPEA, o transporte ferroviário é o mais eficiente, pois enquanto um caminhão transporta no máximo 35 toneladas um vagão transporta em média 130 toneladas. No entanto, devido à sua deficiência, transporta apenas 25% da produção enquanto o modal rodoviário transporta 58% (o restante é feito através de outros modais).

Esta discrepância nos dados advém do fato do modal rodoviário (mapa 04) ser bem mais amplo que o modal ferroviário, contendo 1.720.643,2 quilômetros no Brasil (tabela 03). Porém, da mesma forma que as ferrovias as rodovias também estão centralizadas na região concentrada e, à medida que se percorre o oeste do país, têm-se a diminuição de sua quantidade (mapa 3). Os dados mostram que a região Norte possui 147.793,1 km, a região Nordeste 445.557,3 km, a região Sudeste 533.579,7 km, a região Sul 388.188,7 km e a região Centro-Oeste 205.524,4 km. Mas, é importante se atentar para um detalhe, estes são os dados totais contendo rodovias asfaltadas, não asfaltadas e planejadas, que são rodovias fisicamente inexistentes com previsão de uma futura execução.

Este é o ponto principal da questão rodoviária do Brasil, as condições de tráfego. Pelos dados do DNIT, a porcentagem de rodovias não asfaltadas e planejadas por regiões é: Norte 85,4%, Nordeste 80,06, Sudeste 88,3%, Sul 90,21% e Centro-Oeste 85,34%. Ou seja, mais de 80% da malha viária, se existente, não possui pavimentação. Para piorar o quadro, daquelas que são asfaltadas a grande maioria não é duplicada e está em péssimo estado de conservação, necessitando de constantes reparos. Quando se retoma o dado de que 58% da produção é escoada por esse modal, percebe-se o tamanho da deficiência na infraestrutura de transporte do país.

A prioridade dada pelos governos brasileiros à construção de rodovias em detrimento das ferrovias se explica também pela força da indústria dos automóveis, exigindo inclusive retrocessos no estabelecimento de outras redes técnicas: desativação de ferrovias, por exemplo.



Mapa 04. Brasil: Malha Viária - 2015

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

O arranjo espacial da malha viária no Brasil, sobretudo as rodovias “planejadas” (tabela 03), revela o caráter expansionista do capitalismo no interior do país, especialmente do agronegócio, cujos investimentos (re)desenham a nova fronteira agrícola.

Tabela 03. Malha Viária do Brasil (km) – 2015

Localidade	Planejada	Não Pavimentada	Pavimentada	Total
Região Norte	32.367,60	93.863,30	21.562,20	147.793,10
Acre	443,7	7.318,70	1.498,20	9.260,60
Amapá	4.937,00	1.769,30	528,1	7.234,40
Amazonas	8.405,40	3.834,30	2.157,00	14.396,70
Pará	6.198,50	30.917,10	5.738,70	42.854,30
Rondônia	4.240,90	20.255,20	2.936,20	27.432,30
Roraima	778,7	6.083,80	1.462,80	8.325,30
Tocantins	7.363,40	23.684,90	7.241,20	38.289,50
Região Nordeste	29.256,50	357.459,30	58.841,50	445.557,30
Alagoas	1.836,90	10.768,20	2.359,90	14.965,00
Bahia	14.883,20	111.680,50	15.910,70	142.474,40
Ceará	2.390,00	42.886,90	8.645,30	53.922,20
Maranhão	3.362,60	47.941,40	6.829,90	58.133,90
Paraíba	401,6	31.140,30	3.768,70	35.310,60
Pernambuco	851,8	37.063,40	7.014,50	44.929,70
Piauí	4.531,20	50.075,20	7.481,80	62.088,20
Rio Grande do Norte	618,8	22.892,00	4.554,70	28.065,50
Sergipe	380,4	3.011,40	2.276,00	5.667,80
Região Sudeste	19.458,30	452.009,00	62.112,40	533.579,70
Espírito Santo	1.137,20	26.809,70	3.934,00	31.880,90
Minas Gerais	9.227,40	245.092,00	25.823,90	280.143,30
Rio de Janeiro	2.749,50	15.392,50	7.377,90	25.519,90
São Paulo	6.344,20	164.714,80	24.976,60	196.035,60
Região Sul	58.150,00	292.053,80	37.984,90	388.188,70
Paraná	5.672,70	98.043,10	19.574,10	123.289,90
Rio Grande do Sul	5.754,80	139.742,60	11.354,70	156.852,10
Santa Catarina	46.722,50	54.268,10	7.056,10	108.046,70
Região Centro-Oeste	18.328,50	157.078,10	30.117,80	205.524,40
Distrito Federal	230,5	498,3	908	1.636,80
Goiás	9.985,70	73.885,00	12.760,60	96.631,30
Mato Grosso	5.490,30	28.066,80	8.486,50	42.043,60
Mato Grosso do Sul	2.622,00	54.628,00	7.962,70	65.212,70
Brasil	157.560,90	1.352.463,50	210.618,80	1.720.643,20

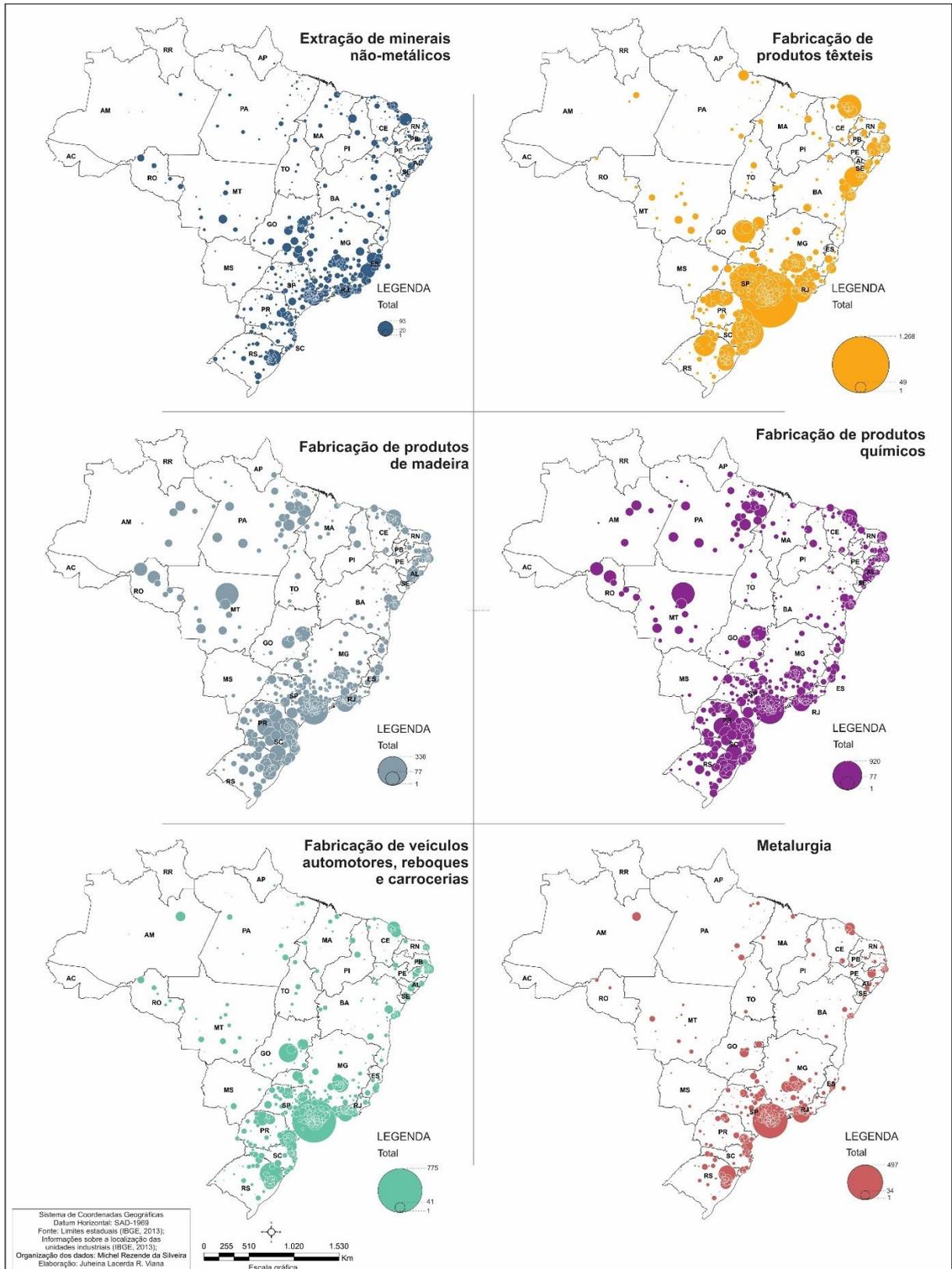
Fonte: DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

Não há, portanto, como desvincular o protagonismo da região Sudeste na economia do país da centralidade que essa região desempenha na distribuição populacional, na consolidação das redes técnicas e, conseqüentemente, na indústria. O mapa das unidades industriais por municípios com mais de 50.000 mil habitantes nos traz mais elementos para o debate (mapa 05). Em termos de metodologia, embora pareça excludente elencar apenas os municípios com populações maiores, a verdade é que esta realidade não se modifica com populações menores. Com relação à indústria, o IBGE compreende como sendo as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obter produtos novos.

Por esse mosaico com seis mapas das principais unidades industriais no Brasil se pretende demonstrar como a atividade industrial ainda está centralizada na região concentrada e somente a partir dos incentivos fiscais do Governo Federal na década de 1970 para desconcentração industrial que alguns ramos se espalharam pelo território. Porém, o que se desconcentrou foi a indústria estandardizada, responsável pela produção. Os centros de comando das grandes empresas ainda continuam concentrados nestas regiões, porque elas possuem a melhor capacidade técnico-informacional do país, o que facilita o processo de gerência da indústria e a comunicação com os mercados consumidores no exterior.

O primeiro mapa se refere à indústria dos minerais não-metálicos, que é a extração em pedreiras, em depósitos aluviais, rochas e terras sedimentares. Os produtos compreendidos nesta divisão são, normalmente, usados em construção (areias, pedras), para a fabricação de outros materiais (barro, gesso), e para a fabricação de produtos químicos (fosfatos e sulfatos naturais) (IBGE). Pelo perfil do material trabalhado e por sua utilização principal ser na construção civil, a concentração na região sudeste está mais ligada ao fato de ser o maior mercado da construção nacional, motivo pelo qual esta indústria se encontra espalhada pelo país.

O segundo mapa faz alusão à fabricação de produtos têxteis, o que compreende as atividades de preparação das fibras têxteis, a fiação e a tecelagem. As fibras têxteis podem ser naturais (algodão, seda, linho, lã, rami, juta, sisal) ou químicas (artificiais e sintéticas). (IBGE). Nesta atividade industrial a produção das fibras têxteis é a parte mais complexa do processo produtivo, exigindo equipamentos de ponta e mão de obra especializada, por isso sua concentração nas regiões sul e sudeste. Fora isso, em pontos específicos do Brasil se encontra a produção estandardizada (produção em massa).



Mapa 05. Brasil: Total de Unidades Industriais, segundo municípios com mais de 50.000 hab. – 2013

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

O terceiro mapa menciona a fabricação de produtos em madeira, incluindo a madeira serrada, laminada, compensada, prensada, aglomerada, a imunização da madeira e a fabricação de produtos de cortiça, bambu, vime, junco e palha para uso industrial, comercial e doméstico (IBGE). Por exigir uma mão de obra menos especializada sua produção se encontra dispersa pelo Brasil, localizando-se principalmente nas áreas de fácil acesso ao produto.

O quarto mapa diz respeito à fabricação de produtos químicos, correspondendo à transformação de matérias-primas orgânicas ou inorgânicas por processos químicos e a formulação de produtos, além da produção de gases industriais, fertilizantes, resinas e fibras, defensivos agrícolas, produtos de limpeza e perfumaria e tintas (IBGE). Através deste conceito se percebe que os dados são mais amplos e englobam desde a indústria farmacêutica, concentrada principalmente nas regiões sul e sudeste e em alguns pontos específicos do território como Anápolis em Goiás, até a indústria dos defensivos agrícolas implantada nas regiões produtoras de grãos como a norte e centro-oeste.

O quinto e o sexto mapa são complementares, referindo-se à fabricação de veículos automotores, reboque e carrocerias para o transporte de pessoas e mercadorias, e à, metalurgia, que é uma indústria de base, convertendo minérios ferrosos e não-ferrosos em produtos metalúrgicos por meios térmicos e eletrometalúrgicos para obtenção de produtos intermediários, tais como gusa, aço líquido, alumina calcinada, mates metalúrgicos de cobre e níquel (IBGE). Estas indústrias fazem parte do início da industrialização do Brasil nascendo concentradas na região sudeste, “desconcentrando-se” a partir de 1970 devido aos incentivos fiscais do Governo Federal e, também, dos Governos Estaduais.

Nesta exposição foram elencados alguns pontos que mostram as desigualdades estruturais contemporâneas do território brasileiro, que são heranças do período colonial, para mostrar que o processo de industrialização da agricultura se inicia na década de 1960 sobre esta base, concentrando-se na região sul e sudeste, e se deslocando gradativamente para a região centro-oeste e norte do Brasil, produzindo o aprofundamento das desigualdades. Já que o processo de instalação do capitalismo não é homogêneo e o seu desenvolvimento ocorre de forma desigual e combinada.

A composição de mapas sugere uma divisão regional do trabalho na qual estão concentradas na região Sudeste as atividades que demandam uma maior especialização da indústria, reforçando a posição da região Norte com fornecedora de matéria prima. Dessa forma, percebe-se que o agronegócio representa, por excelência, o modelo de desenvolvimento extrativista implantado desde o período colonial, adquirindo, claro, novas feições conforme as demandas do tempo presente.

A comparação entre a evolução dos valores do PIB, segundo as regiões e estados brasileiros, no período de 2000 a 2013, permite a identificação de novos processos, sobretudo no funcionamento da indústria brasileira. Um elemento novo no funcionamento da economia nacional na contemporaneidade é o crescimento do setor terciário. Conforme a tabela 04, o setor de serviços cresce de maneira extraordinária no período analisado (2000-2013).

Outra dinâmica industrial do Brasil é que se vivencia uma retração da indústria na região Sudeste do país, enquanto o mesmo setor apresenta índices positivos nas demais regiões. Entretanto, esse movimento da indústria rumo às regiões interioranas do Brasil não interfere substancialmente na estrutura socioespacial historicamente marcada pela segregação espacial e pela concentração de riquezas, com o protagonismo do Sudeste. Pelo contrário, assiste-se à inserção perversa de novos territórios - e sujeitos - aos comandos do capital.

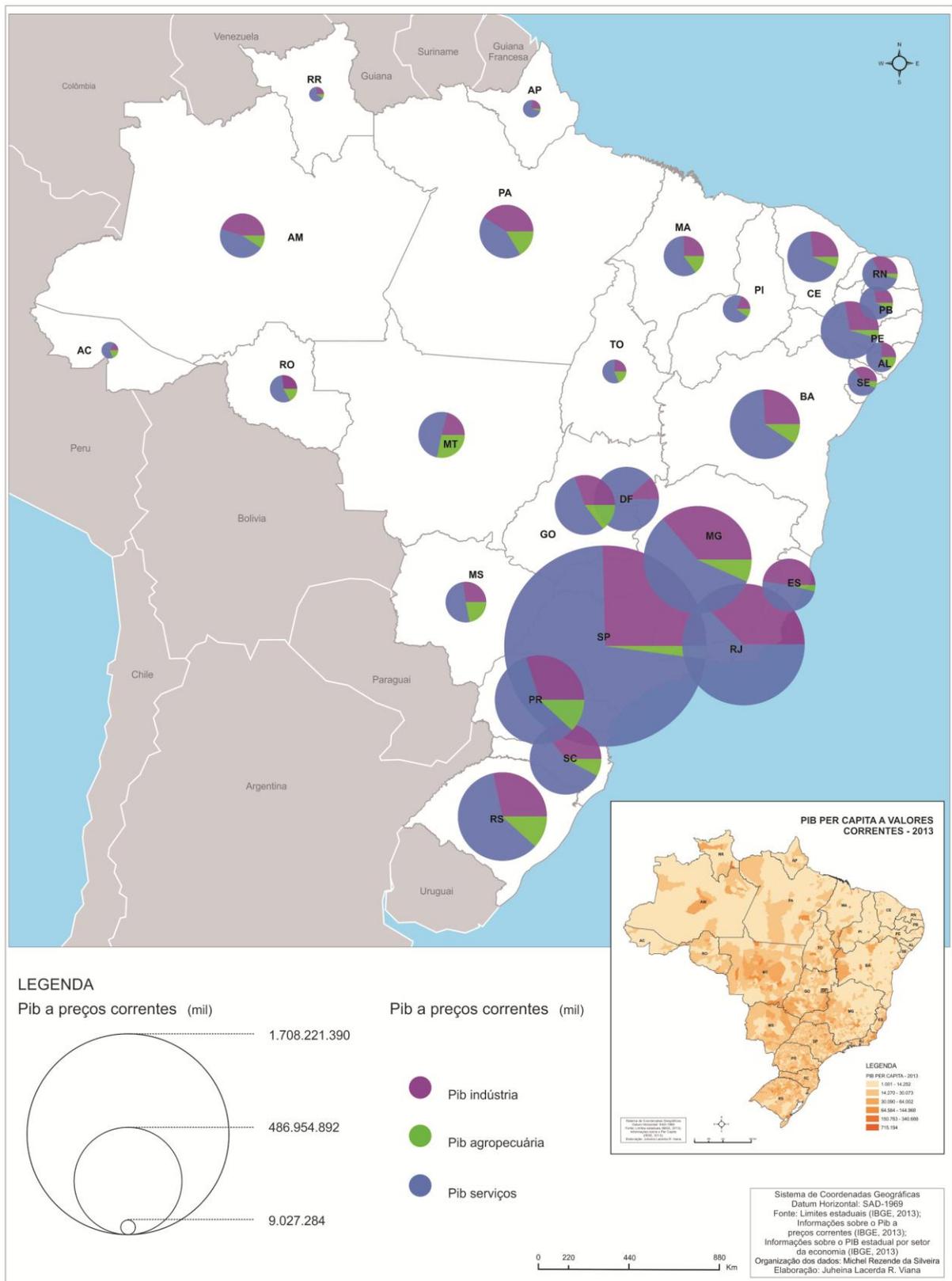
O mapa 06 do produto interno bruto por setor da economia do Brasil em 2013 revela como esta discrepância de instalação territorial das atividades produtivas no território se traduz em números. Na região norte o PIB da agropecuária é 27.597.234 mil reais, o PIB da indústria 74.627.773 mil reais e o PIB dos serviços 94.762.087 mil reais, na região nordeste o PIB da agropecuária é 39.515.588 mil reais, o PIB da indústria é 128.725.167 mil reais e o PIB dos serviços 310.179.362 mil reais, na região sudeste o PIB da agropecuária é 56.208.568 mil reais, o PIB da indústria é 656.532.196 mil reais e o PIB dos serviços 1.440.863.384 mil reais, na região sul o PIB da agropecuária é 70.848.683 ml reais, o PIB da indústria é 200.333.776 mil reais e o PIB dos serviços é 381.317.143 mil reais, na região centro-oeste o PIB da agropecuária é 46.137.925 mil reais, o PIB da indústria é 71.591.088 mil reais e o PIB dos serviços 193.187.026 mil reais (tabela 04).

Estes dados são reflexos do processo de migração do agronegócio pelo território brasileiro escolhendo as áreas mais propícias à extração de lucro, criando nestas localidades uma infraestrutura que permita a produção e o escoamento das mercadorias. Da mesma forma que ocorreu a concentração na região sul e sudeste, os Estados que abrigam a agricultura científica criaram seus polos de desenvolvimento do agronegócio. Para se ter uma ideia, em Goiás a região sul do Estado foi privilegiada e hoje abriga a maioria das atividades de produção agrícola mecanizada e as principais agroindústrias do setor agropecuário.

Tabela 04. Produto Interno Bruto por Setor da Economia 2000 – 2013

Localidade	PIB Agropecuária (mil reais)			PIB Indústria (mil reais)			PIB Serviços (mil reais)		
	2000	2013	Evolução (%)	2000	2013	Evolução (%)	2000	2013	Evolução (%)
Região Norte	4.701.359	27.579.234	587	12.280.073	74.627.773	608	29.419.502	94.762.087	322
Acre	283.470	1.183.025	417	187.591	1.109.239	591	1.547.922	4.209.326	272
Amapá	81.714	255.073	312	293.187	1.552.018	529	1.856.546	4.737.731	255
Amazonas	481.364	5.174.509	1.075	5.686.456	25.415.125	447	8.148.921	25.585.816	314
Pará	1.964.412	14.536.974	740	4.889.652	36.525.075	747	10.658.103	38.036.492	357
Rondônia	1.004.815	3.330.576	331	630.371	5.342.876	848	3.701.916	10.961.005	296
Roraima	165.021	384.153	233	169.794	1.081.934	637	1.308.737	2.908.401	222
Tocantins	720.563	2.714.924	377	423.022	3.601.506	851	2.197.357	8.323.316	379
Região Nordeste	10.781.060	39.515.588	367	31.071.082	128.725.167	414	88.283.150	310.179.362	351
Alagoas	1.074.036	3.505.309	326	1.541.256	5.926.615	385	4.436.896	14.863.235	335
Bahia	3.574.092	13.141.753	368	11.747.294	36.472.462	310	25.380.777	91.525.768	361
Ceará	1.535.123	4.880.368	318	4.820.515	19.361.602	402	13.598.879	48.682.789	358
Maranhão	1.720.430	6.838.067	397	1.795.887	11.366.496	633	7.497.464	27.098.411	361
Paraíba	743.641	1.846.340	248	1.638.921	7.340.591	448	5.941.759	17.470.087	294
Pernambuco	1.033.672	4.245.445	411	5.162.854	26.016.146	504	17.479.003	63.255.652	362
Piauí	609.210	1.775.689	291	792.709	3.438.068	434	4.086.820	13.020.683	319
Rio Grande do Norte	224.024	1.485.046	663	2.129.383	10.729.755	504	5.738.628	20.873.275	364
Sergipe	266.832	1.797.571	674	1.442.263	8.073.432	560	4.122.924	13.389.462	325
Região Sudeste	17.854.160	56.208.568	315	174.823.555	656.532.196	376	392.082.367	1.440.863.384	367
Espírito Santo	2.881.543	3.188.311	111	5.440.279	39.476.457	726	10.980.556	40.113.540	365
Minas Gerais	9.285.595	24.093.539	259	27.797.815	131.233.993	472	51.135.614	207.114.584	405
Rio de Janeiro	781.590	2.442.839	313	28.549.246	162.520.144	569	89.380.787	273.149.862	306
São Paulo	4.905.432	26.483.879	540	113.036.215	323.301.602	286	240.585.410	920.485.398	383
Região Sul	14.894.936	70.848.683	476	52.913.214	200.333.776	379	103.325.843	381.317.143	369
Paraná	5.492.924	29.926.177	545	17.727.364	75.068.383	423	37.361.299	146.069.848	391
Rio Grande do Sul	5.983.469	28.798.796	481	21.433.103	69.500.270	324	21.508.225	146.639.428	682
Santa Catarina	3.418.543	12.123.710	355	13.752.747	55.765.123	405	44.456.319	88.607.867	199
Região Centro-Oeste	9.009.484	46.137.925	512	12.233.076	71.591.088	585	67.975.138	193.187.026	284
Distrito Federal	136.507	425.470	312	2.564.364	9.701.466	378	40.188.455	73.351.468	183
Goiás	3.237.261	16.450.649	508	5.551.667	34.498.481	621	14.325.759	61.822.633	432
Mato Grosso	3.670.458	18.406.793	501	2.222.909	13.840.840	623	7.251.289	33.072.302	456
Mato Grosso do Sul	1.965.258	10.855.013	552	1.894.136	13.550.301	715	6.209.635	24.940.623	402

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Mapa 06. Brasil: Produto Interno Bruto por setor da economia - 2013

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Através destes dados se tem a dimensão da polarização de São Paulo em relação ao país e a importância da região sul e sudeste para a economia nacional. Observa-se, também, que em cada região um Estado se destaca, sendo no norte o Pará, no nordeste a Bahia, no sudeste São Paulo, no sul o Paraná e no centro-oeste o Distrito Federal, tornando-se o ponto de referência para os demais. E, à medida que o agronegócio avança no território brasileiro devido ao quadro econômico nacional exposto e ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, ocorre o aprofundamento das desigualdades.

No próximo capítulo, “O agronegócio em Goiás: globalização, transformações e desigualdades espaciais”, a análise segue a mesma metodologia utilizada neste capítulo com a pretensão de mostrar a inserção do agronegócio no território goiano e o modo como este agravou a produção das desigualdades espaciais. O propósito é tecer uma compreensão sobre as principais dinâmicas territoriais presentes no território que sirva como base para o entendimento do município de Rio Verde.

CAPÍTULO III
***O AGRONEGÓCIO EM GOIÁS: GLOBALIZAÇÃO E
MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO***

Neste capítulo o agronegócio é discutido no contexto da globalização econômica em uma escala estadual, analisando-se as transformações e as desigualdades socioespaciais seguindo a mesma metodologia de análise do capítulo II, em que se estabelecem os pontos importantes desde o período da colonização até o atual, no intuito de se compreender o que já existia e o que é novo no território. No primeiro tópico, o agronegócio e a estruturação do território goiano foram analisados desde a colonização para explicar os usos da terra no bioma cerrado, indo até o século XX com a construção de Goiânia e da Capital Federal Brasília. No segundo tópico, o histórico e as transformações recentes do agronegócio foram analisados por meio dos investimentos do Governo Federal através dos Planos de Desenvolvimento que visavam tornar a agricultura científica e sua inserção no território goiano, que é caracterizada por uma cisão entre o norte, com poucas atividades econômicas ligadas à extração de minerais e à produção agropecuária, e o sul, mais desenvolvido e abrigo do agronegócio. No último tópico, discutiu-se sobre o agronegócio e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais por meio dos dados de população de Goiás e PIB *per capita* para se compreender a forma como ocorreu este processo de desenvolvimento e sua materialidade no território.

3.1 O agronegócio e a estruturação do território goiano

Bem ou mal, ou melhor, quer queiram quer não, mesmo carcomida pelos anacronismos que a marcaram, e a marcam hoje tanto ou mais que no passado, porque castigada pelo monopólio da terra pelos “coronéis” e pelos oligopólios modernos, foi do campo, parafraseando Braudel, que surgiram os setores modernos da indústria, dos serviços urbanos, dos transportes e as mil formas novas da vida nacional e principalmente goiana.

Esse conceito de Antônio Teixeira Neto (2006a, p. 09) mostra como é primordial o estudo das raízes goianas no campo para compreender o atual Estado de Goiás em sua totalidade. O agronegócio, produto de um processo de globalização da economia responsável por criar uma demanda de consumo global que impulsiona o espriar da produção de mercadorias pelos mais diversos continentes, reformulou este Estado mediante sua estrutura territorial pré-existente. Ressalte-se que, historicamente, a ocupação do território goiano se deu a partir de 1722, período do Brasil Colônia, com a descoberta pelos bandeirantes de ouro de aluvião às margens do Rio Vermelho na atual Cidade de Goiás. A produção aurífera tinha como destino a Metrópole Portugal, detentora e regulamentadora do uso do solo por meio de leis rígidas. Como o ouro se esgotou rapidamente restou à população que não migrou da região a agricultura e a pecuária, que já vinham sendo desenvolvidas para subsistência em

torno das minas. Dentre as barreiras encontradas estava a localização de Goiás na área central do Brasil, longe da parte povoada, no litoral, e o acesso ao uso e posse da terra devido à Lei de Sesmarias, possuidora de formalidades difíceis de serem cumpridas pelo camponês.

Teixeira Neto (2006b, p. 3, destaques do autor) explica que a Lei de Sesmarias⁸ foi criada em 1375 em Portugal por conta dos estragos provocados pela peste negra na Europa, tendo como objetivo fixar o trabalhador na terra, combater a fome e diminuir as propriedades despovoadas. Como este sistema deu certo foi trazido para o Brasil, mas

Na verdade, o que mais dificultou a sua aplicação na colônia brasileira foi o seu caráter seletivo, excludente: as sesmarias só seriam concedidas a pessoas de posse, que, teoricamente, pudessem cumprir com todas as formalidades que ela exigia - encargos e ônus pesados demais. Como não havia um camponês sequer que reunisse as condições jurídicas e materiais para requerer e confirmar uma sesmaria, a lei, então, em vez de facilitar o acesso à terra por parte de quem necessitava dela para produzir, nem que fosse para o seu próprio sustento e o de sua família, ao contrário, concentrou a propriedade nas mãos de quem nada sabia fazer com ela - a burguesia colonial. Disto resultou o surgimento de tipos sociais que povoaram o campo e a cidade em regiões pouco habitadas, como os nossos sertões, e dominaram a vida política nacional por muito tempo: os coronéis - símbolo do poder oligárquico e do latifúndio improdutivo em nossa terra - e os posseiros e a imensa massa de camponeses paulatinamente transformados em “cativéis da terra”.

Mesmo com uma clara e bem definida função social a lei teve efeito contrário, restringindo o acesso à terra e permitindo a criação de grandes latifúndios. Também fez surgir duas classes sociais, a dos coronéis detentores de uma grande quantidade de terras e a dos camponeses excluídos dela, ambas permaneceram em constante conflito.

A figura do coronel é muito importante para esse contexto de Goiás - embora bastante controversa já que sobre ele recai a culpa pelo atraso no desenvolvimento do Estado -, pois, além deste deter a propriedade da terra, é o articulador político da região. Ferreira e Mendes (2009, p. 8) acreditam que nesse período o atraso era uma forma privilegiada de controle e afirmam que:

A política coronelística envolvia os diversos níveis de poder (federal, estadual e municipal). O coronel colocava-se, enquanto mediador, entre as instituições políticas e a população interiorana. [...] De um modo geral, supõe-se que as características essenciais do coronelismo em Goiás se estruturavam no predomínio da vida rural sobre a urbana, na grande propriedade auto-suficiente, na produção de subsistência, na falta de meios de comunicação e na dispersão e isolamento da população goiana.

⁸ Para maiores informações sobre as sesmarias no Brasil ver: ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

Esta conjuntura em que a vida no território goiano se dava no ambiente rural sobrepujando o urbano, por meio das grandes propriedades autossuficientes baseadas em uma produção de subsistência administrada pelos coronéis, tornou-se uma característica de Goiás por séculos, e ainda hoje se encontram resquícios dela.

Retornando à problemática da Lei de Sesmaria, Teixeira Neto (2006b, p. 4-6) relata que as dificuldades de obtê-las era tão grande que em Goiás, de 1726 a 1770, foram requeridas 1052 e confirmadas apenas 09, e explica:

A concessão vigoraria por cinco anos, mas os obstáculos (degredo, tributos elevados, pensões e obrigações de serviços, o caráter de privilégio das concessões) deturparam o espírito maior da lei, que era o de povoar o campo, contendo o êxodo rural, e melhorar a agricultura. [...] chama a atenção para a burocracia e para a quase impraticabilidade de certas obrigações a serem cumpridas por parte do sesmeiro de poucos recursos, como, dentre outros, a obrigação de, no decorrer de dois anos, lavrar a terra. Isto não acontecendo, ele era obrigado a transferi-la a outrem, arrendando-a. O não cumprimento dessas duas obrigações (cultivar ou arrendar) implicaria em confisco da propriedade, fazendo-a retornar ao “bem comum”, ou mais precisamente, ao domínio do rei, advindo daí o termo “terra devoluta” (que foi devolvida à origem dominial). (TEIXEIRA NETO, 2006b, p. 4-6, destaques do autor)

Esta Lei deu origem a outro problema no Brasil, que diz respeito às terras devolutas, aquelas que, em tese, pertencem ao Estado, mas são ocupadas por grandes latifundiários aumentando o conflito pela posse e pela propriedade da terra. Teixeira Neto (2006a, p. 1) conclui seu raciocínio afirmando que:

Passados dois séculos, a situação em nada mudou: o Brasil é um dos países em que o acesso à propriedade da terra é difícil para quem mais necessita dela para produzir e os tributos que incidem sobre tudo o que se faz e o que se consome são os mais pesados em todo o mundo.

Portanto, os principais parâmetros para se compreender Goiás até o século XX são: a) o povoamento que se inicia com a descoberta do ouro no século XVIII, que teve um ciclo curto; b) a localização na região central no Brasil, longe do povoamento principal concentrado na parte litorânea; c) um vasto e rico território que não pôde ser ocupado pelos camponeses para produção de sua subsistência devido à Lei de Sesmarias; e d) o surgimento de duas classes sociais, a dos coronéis donos das terras e comandantes políticos e a dos camponeses, que são os trabalhadores rurais.

É a estrutura de classes, formada desde a colonização, que vai - sob novas roupagens (atualmente: latifundiário, bancário, assentado, Sem-Terra, ribeirinho, Sem-Teto etc.) - delinear o paradoxo no qual o Cerrado está imerso: por um lado, assiste-se à degradação do mesmo enquanto bioma (destruição de seus rios, flora, fauna, solo), por outro, valoriza-o

enquanto território produtor de riquezas. Ambos os processos são conteúdo do próximo tópico.

3.1.1 O Cerrado Goiano

O desafio para estudiosos do Cerrado, professores/pesquisadores lotados em universidades no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Matogrosso do Sul e São Paulo, é situá-lo no cenário geopolítico contemporâneo. Para isso, um conjunto de docentes do Instituto de Estudos Socioambientais desenvolveu a denominada “Abordagem Territorial do Cerrado”, que é, em síntese, uma proposta metodológica que supõe ler o Cerrado a partir da categoria território, ou seja, do conflito.

O conteúdo de método enuncia a indisposição desses estudiosos contra uma leitura ambientalista do Cerrado, pautada, por exemplo, no conceito de Bioma. Estabelecem-se também contraposições aos estudos que obliteram a importância metodológica da noção de escala, e veiculam abordagens que separam o Cerrado do país, e este do mundo.

Chaveiro e Marques (2015, p. 1, destaques dos autores) se posicionam a respeito do teor político da chamada “leitura ambientalista do Cerrado”:

Junto ao crivo do método se coloca a leitura política deste tipo de interpretação: a tendência da leitura ambientalista, quando fundada na separação entre o conceito de Bioma e Território, ou seja, na separação de natureza e sociedade, é redundar numa concepção de bairrismo provinciano. Ou seja, ao enaltecê-lo o Cerrado a partir de expressões como “caixa d’água da América Latina”, “Mundo das águas” e correlatas, é como se o Cerrado, visto na perspectiva do bioma, fosse superior a outros biomas como a Mata Atlântica, o Pantanal, o Amazônico etc.

Por outro lado, os autores reiteram que a proposta não é desconsiderar a análise ambiental, independente da categoria de análise elencada - bioma, domínio morfoclimático, sistema biogeográfico -, mas avançar no desvendamento das relações de poder que desencadeiam transformações de uso e significação de seus territórios. O Cerrado enquanto território é, assim, o Cerrado visto a partir do conflito de interesses arquitetados e expressos de forma particular nos lugares.

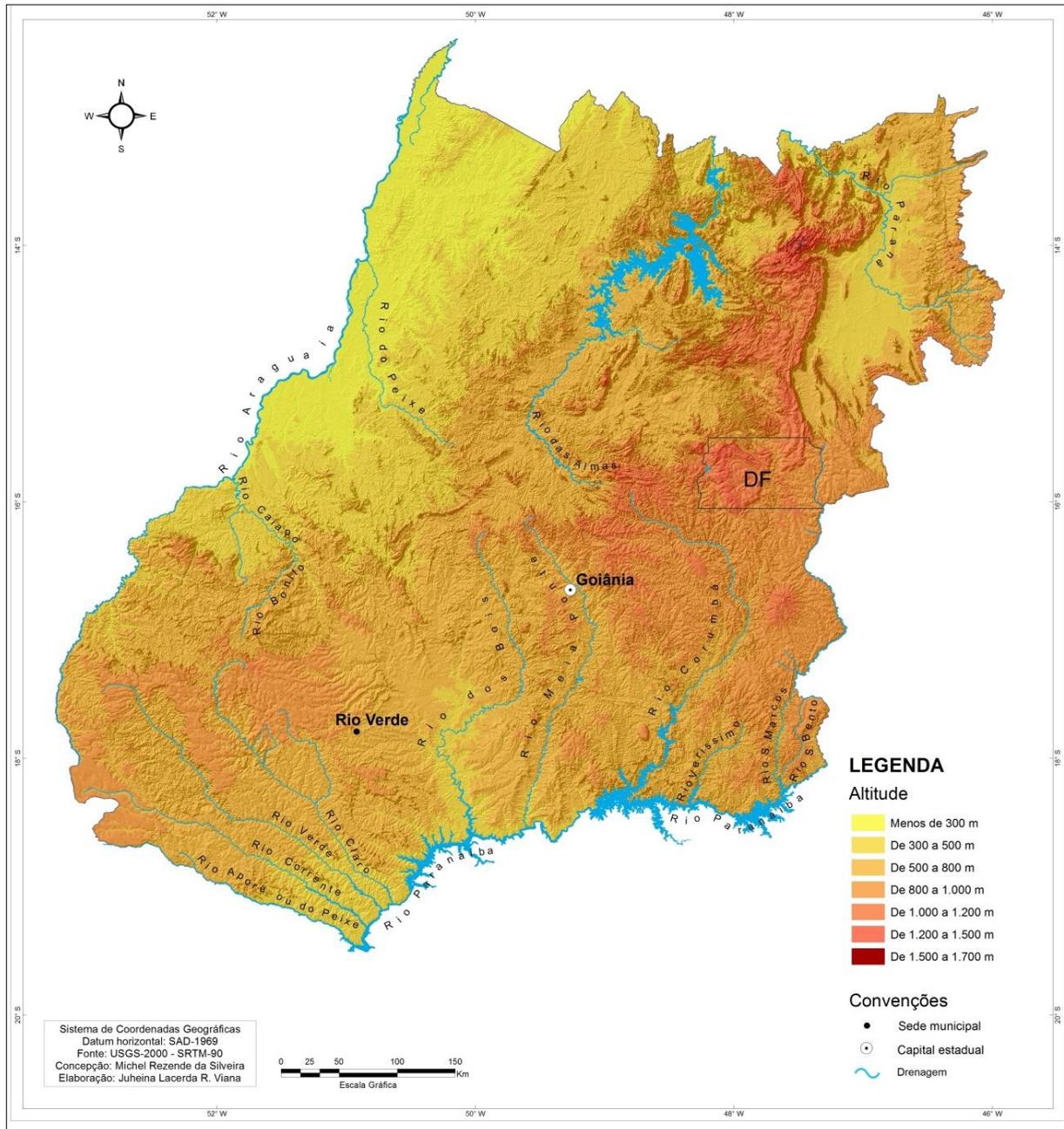
Pautar os conflitos é, antes de tudo, amarrar as múltiplas frentes de apropriação dos componentes naturais e humanos do Cerrado: conflitos por solo, água, minérios, relevo, vegetação, trabalho e cultura. Se no Brasil se evidenciou uma forte relação entre a posição do Sudeste na divisão regional do trabalho - a exemplo da centralidade desempenhada por São Paulo na indústria brasileira, herança de uma política colonial -, em Goiás o modelo se

reproduz. Para compreender as bases de tal estrutura regional e a formação de polos econômicos, partiu-se de uma breve explicação sobre o sistema natural do bioma Cerrado, que abrange uma área de mais de 2.000.000 quilômetros quadrados, e é possuidor de características geomorfológicas, paisagísticas, hídricas e climáticas bem peculiares (mapa 07). Com relação à geomorfologia, Ab'Sáber (2007, p. 117-118) o descreve como

O domínio dos chapadões recoberto por cerrado e penetrados por florestas-galeria – de diversas composições – constitui-se em um espaço físico ecológico e biótico, de primeira ordem de grande, possuindo de 1,7 a 1,9 milhão de quilômetros quadrados de extensão. [...] O domínio dos cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1700 m de altitude. As formas de terrenos são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terrenos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos. No detalhe, entretanto, as feições morfológicas são muito mais diversificadas, fato bem testemunhado pelo caráter compósito dos padrões de drenagem das sub-bacias hidrográficas, ainda que, em conjunto, chapadões sedimentares e chapadões de estrutura complexa e de velhos terrenos tenha o mesmo comportamento na estruturação de paisagens físicas e ecológicas no domínio dos cerrados.

Esses conceitos estão ligados à formação geológica do Brasil, que se encontra no centro da Placa Tectônica Sul-Americana, e de Goiás, situado no centro do país em uma área chamada de escudo cristalino, formada por uma estrutura geológica antiga e por isso possuidora de uma grande quantidade de recursos minerais.

O autor concebe planalto e planície a partir de sua altitude e do processo de erosão e sedimentação, sendo que o planalto possui superfícies acima de 200m (nível do mar), predominando o desgaste erosivo, e, a planície, abaixo de 200m (nível do mar), prevalecendo o processo de acumulação dos sedimentos. Os chapadões são áreas elevadas e de grande extensão, propícias à mecanização da agricultura.



Mapa 07. Relevo do estado de Goiás

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Analisando o mapa geomorfológico de Goiás (mapa 07), percebe-se que a maior concentração dos relevos planos está na parte sul do território. Essa característica física aliada ao grande latifúndio - resultado da enorme quantidade de terras devolutas no Estado que deram origem a uma modernização agrícola conservadora -, fizeram do sul goiano o lócus do agronegócio e do conflito em torno da posse e da propriedade da terra. Essa disputa se tornou mais acirrada com a chegada das grandes multinacionais do agronegócio que capturaram a região para a obtenção de lucro e fortaleceram as estruturas de poder já estabelecidas no território. A consequência desse processo é a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, circunstância que eleva as desigualdades socioespaciais.

Com relação ao solo, devido à estrutura geológica e climática da região, este é bastante ácido, deficiente em nutrientes e rico em ferro, alumínio e manganês, elementos químicos que em grandes quantidades se tornam tóxicos para as plantas, criando uma vegetação caracterizada por árvores tortas e de baixo porte. Ab'Sáber (2007, p. 118) afirma que:

Dentro da escala paisagística observável diretamente pelo homem, o domínio dos cerrados apresenta cerrados e cerradões predominantemente nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. Faixas de campos limpos ou campestre sublinham as áreas de cristas quartzíticas e xistos aplainados e mal pedogenetizados dos bordos de chapadões onde nascem bacias de captação de pequenas torrentes dotadas de forte capacidade de dissecação (centro-sul de Goiás). Por sua vez, as florestas-galeria permanecem amarradas rigidamente ao fundo aluvial dos vales de porte médio e grande. Os sulcos das cabeceiras dendritificadas das sub-bacias hidrográficas possuem apenas uma vegetação ciliar, disposta linearmente, em sistema de frágil implantação. As florestas-galeria verdadeiras às vezes ocupam apenas os diques marginais do centro das planícies de inundação, em forma de corredor contínuo de matas; outras vezes, quando o fundo aluvial é mais homogêneo e alongado, ocupam toda a calha aluvial, sob a forma de serpenteantes corredores florestais.

Não raro, em alguns setores, estendem-se continuamente pelo setor aluvial central de planícies, deixando lugar para corredores herbáceos nos dois bordos da galeria florestal, arranjo fitogeográfico reconhecido pelo nome popular de veredas.

Observa-se que a vegetação se modifica de acordo com os fatores locais como temperatura, umidade, características químicas do solo e relevo, criando uma diversidade de paisagens, incluindo a mais bonita do cerrado, que são as veredas. Castilho e Chaveiro (2010) explicam que este bioma possui onze tipos de vegetação enquadrados em formações campestres, savânicas e florestais.

O cerrado também é chamado de “caixa d’água” do Brasil por abrigar as nascentes ou leitos de rios de oito bacias hidrográficas (Bacia Amazônica, Bacia do Tocantins-Araguaia, Bacia do São Francisco, Bacia do Parnaíba, Bacia Atlântico Nordeste Ocidental, Bacia Atlântico Leste, Bacia do Paraná e Bacia do Paraguai), das doze (as outras são Bacia do

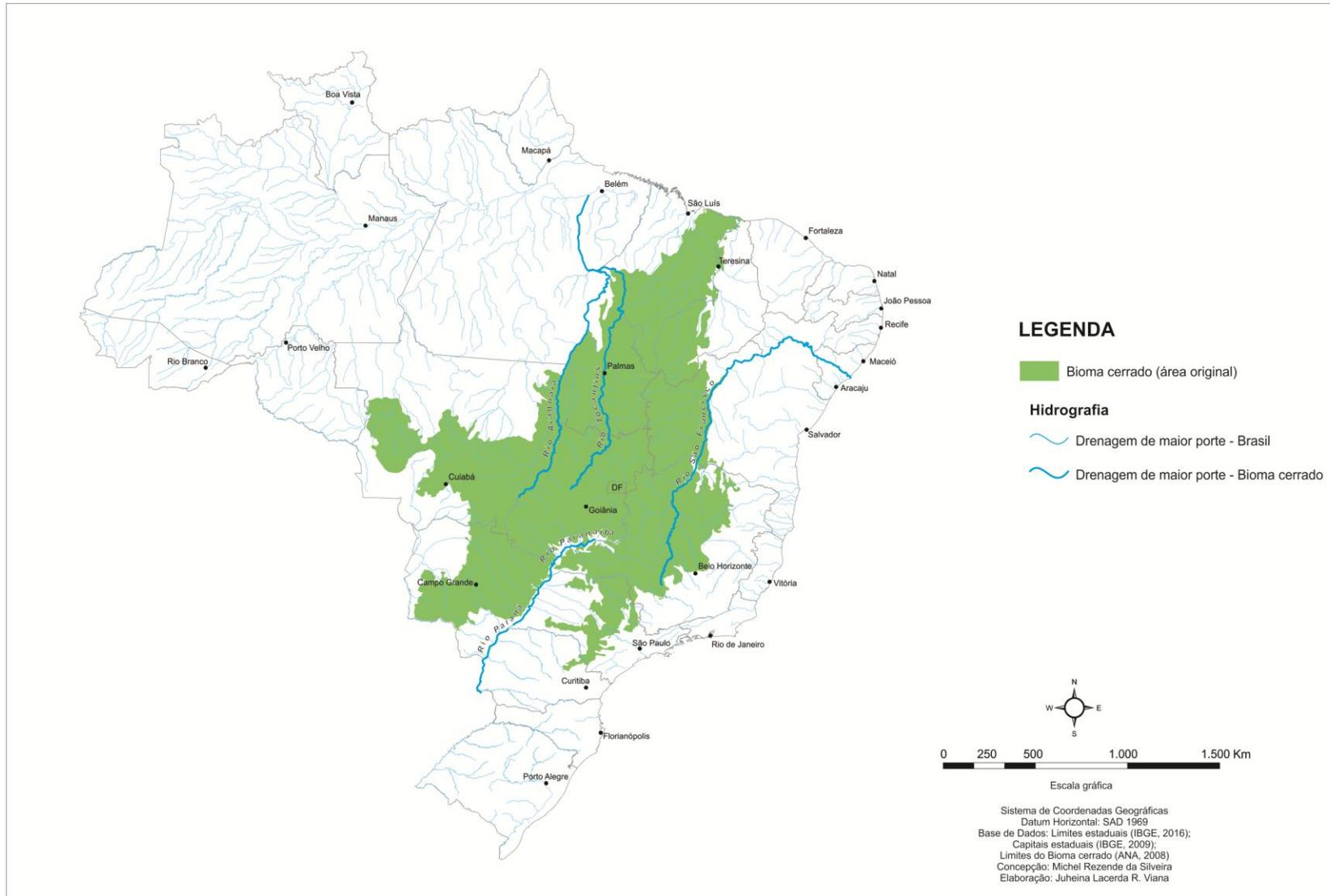
Uruguai, Bacia Atlântico Nordeste Oriental, Bacia Atlântico Sul e Bacia do Atlântico Sudeste) existentes no país (Mapa 08). Além de abastecer o Aquífero Guarani, que é o maior manancial de água doce subterrâneo transfronteiriço do mundo.

No mapa estão representados os quatro rios de maior porte em território do Cerrado, que são: São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paranaíba. Assim como estes, a grande maioria dos cursos d'água do Cerrado é abastecida por aquíferos subterrâneos. Isso significa que qualquer alteração no sistema de solos, ou na vegetação original, afeta também o regime hídrico. Efeitos dos desequilíbrios no abastecimento desses rios, que alimentam grandes bacias hidrográficas do Brasil, já são sentidos - a exemplo da crise hídrica enfrentada pela população de São Paulo.

Ab'Sáber (2007, p. 119) explica:

O domínio dos cerrados possui drenagens perenes para os cursos d'água principais e secundários, envolvendo, porém, o desaparecimento temporário dos caminhos d'água de menor ordem de grandeza por ocasião do período seco do meio do ano. Dessa forma, coexiste uma perenidade geral para a drenagem dos cerrados, com um efeito descontínuo de intermitência sazonal para os caminhos d'água das vertentes e interflúvios, a par com uma atenuação dos fluxos d'água nos canais de escoamento das pequenas sub-bacias de posição interfluvial. O ritmo marcante da tropicalidade regional, com estações muito chuvosas alternadas com estações secas que inclui um total de precipitações anuais de três a quatro vezes aquele ocorrente no domínio das caatingas, implica uma preservação extensiva dos padrões de perenidade dos cursos d'água regionais. Mesmo nos canais de escoamento laterais aos chapadões e de muita pequena extensão, permanece uma espécie de linha de molhamento d'água sub-superficial, durante toda a estação seca de meio ano. O lençol d'água sofre variações ao longo do ano, desde um a 1,5 m até 3 a 4 m no subsolo superficial dos cerrados, continuando, porém, em posição subsuperficial à topografia, alimentando as raízes da vegetação lenhosa dos cerrados.

Embora existam áreas com cursos d'água intermitentes, o que caracteriza hidricamente o cerrado é a perenidade de seus cursos, capazes de resistirem a um período de seca muito rigorosa, expresso pela variação do lençol freático que vai de 1 a 1,5 m no período seco a 3 ou 4 m no chuvoso, garantindo abastecimento de água para consumo humano e dessetenção de animais.



Mapa 08. Cerrado brasileiro: principais rios

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Esse regime hídrico é consequência da inexistência de estações do ano (primavera, verão, outono e inverno) bem definidas no cerrado. O que se percebe, grosso modo, são duas estações: uma chuvosa e outra seca. Para Ab'Sáber (2007, p. 120),

Climaticamente, o domínio dos cerrados – em sua área nuclear – comporta de cinco a seis meses secos, opondo-se a seis ou sete meses relativamente chuvosos. As temperaturas médias anuais variam de amplitude, de um mínimo de 20 a 22° C até um máximo de 24 a 26° C, levando-se em conta o espaço total dos cerrados desde o sul de Mato Grosso até o Maranhão-Piauí. [...] Entretanto, a umidade do ar atinge níveis muito baixos no inverno seco (38 a 40%). Tal fato acentua a sazonalidade que tem sido vista, sobretudo, em termos de alternância de estações chuvosas com estações secas. Entretanto, no inverno seco, a taxa de umidade do ar no domínio dos cerrados é tão baixa quanto aquela do domínio das caatingas na mesma época ou mesmo mais baixa.

Por estas médias de temperaturas anuais se pode concluir que se trata de um clima ameno, que possui o agravante da baixa umidade do ar no período seco, sendo esse o quadro descritivo das principais características das áreas de cerrado no território goiano.

O antropólogo Altair Sales (2015), professor da PUC-GO, um dos maiores estudiosos do Cerrado brasileiro, defende a tese de que lidamos com um bioma em vias de extinção. Entre os argumentos está o estágio atual do Cerrado, denominado clímax evolutivo. Consolidada há aproximadamente 65 milhões de anos, a vegetação do Cerrado brasileiro - a região mais antiga do planeta - chegou a um nível de especialização demasiadamente avançado, ao ponto de impossibilitar a reprodução da maioria de suas espécies em laboratório. Das mais de 12.000 espécies catalogadas apenas 180 são hoje reproduzidas com o auxílio de tecnologia.

O sistema radicular das plantas, o caráter oligotrófico (baixa quantidade de nutrientes) do solo, o clima subtropical úmido (duas estações bem definidas), entre outros atributos dos ecossistemas que respondem pela diversidade do Cerrado, estabelecem trocas de matéria e energia altamente sofisticadas. Um exemplo é a semente do araticum, cuja dormência só é possível após passar pelo intestino delgado de uma raposa ou lobo-guará.

As veredas são também ecossistemas bastante peculiares, formados por plantas como o buriti, que chegam à idade adulta com cerca de 500 anos. Além disso, o buriti necessita, para a sua existência, de trocas estabelecidas com um fungo incompatível com as tecnologias disponíveis. Ou seja, o Cerrado como o mais antigo bioma do planeta apresenta características que o colocam não só no topo dos ambientes com a maior biodiversidade florística, mas também numa posição de extrema vulnerabilidade a processos erosivos e à perda da biodiversidade.

Contraditoriamente ao enfraquecimento do Bioma Cerrado, vê-se sua crescente inserção no cenário geopolítico contemporâneo como um importante território do agronegócio, em virtude das suas riquezas naturais, como o relevo, que facilita a operação de maquinário agrícola, e a abundância de recursos hídricos, utilizados na irrigação das plantas. Tais características atraem investidores do Brasil e do mundo das mais diversas áreas, pressionando o ambiente natural frágil e retirando povos do seu local de vivência, fato comum ao hidronegócio de construção de barragens para geração de energia elétrica. Situação denunciada pelo MAB (movimento dos atingidos por barragens), que luta não só pela preservação da água como um bem comum a todos os cidadãos (para se ter uma ideia a maioria dos principais rios goianos possui barragens), mas pelo direito de continuar morando onde os seus antepassados viveram e construíram uma cultura local. Nesse processo, logo mais detalhado, o Estado desempenha papel fundamental, atuando, sobretudo, na consolidação de polos econômicos em Goiás.

Quanto ao sistema de coisas criado pelo homem no cerrado goiano o Mapa 09 - “Capitania de Goyaz (1809) - Divisão em Julgados”, concebido por Teixeira Neto (2001), ilustra o período em que o Estado, conforme o mesmo autor (2003), possuía aproximadamente 1.000.000 de quilômetros quadrados. Essa configuração será modificada ao longo de um período histórico em que Goiás perderá áreas para Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Mato Grosso e será separado praticamente ao meio em 1988 para a criação do Estado do Tocantins, do paralelo 13° aproximadamente até o chamado Bico do Papagaio, chegando aos seus atuais 340.086,698 km².

Observando o Mapa 09, tem-se uma ideia das áreas de povoamento e dos caminhos que eram utilizados para circulação no território. A ocupação principal estava concentrada na parte central do Estado, ficando as áreas norte (Bico do Papagaio) e sul como vazias. Mas a parte sul tinha a vantagem de estar próxima a São Paulo - que se tornaria um grande produtor de café para exportação - e no caminho para a capital da colônia, que era o Rio de Janeiro, tornando-se um lugar de passagem.

Esse privilégio foi materializado no território através da construção de infraestrutura como a ferrovia Mogiana, criada em São Paulo em meados do século XIX para escoar a produção de café até o Porto de Santos, chegando a Goiás no ano de 1912 pela parte sudeste, passando por cidades como Catalão, Pires do Rio, Anápolis e Goiânia. Os trilhos se tornaram a principal comunicação com os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, dinamizando a economia dos municípios que a receberam permitindo ao Estado uma maior inserção no cenário nacional.

Esse fato histórico é relevante para a nossa realidade contemporânea quando se analisa os entraves que dificultam o escoamento da produção, principalmente no sudoeste goiano. Godoi (2012, p. 83-144), em sua tese sobre a rede técnica produtiva do sudoeste goiano, explica que houve um esforço dos agentes da região para receberem a ferrovia em seu território, fato que não se concretizou devido às questões políticas da época. Por isso hoje a produção é escoada principalmente pelo modal rodoviário, sobrecarregando uma estrutura rodoviária de má qualidade, diminuindo sua competitividade no mercado.

O que confirma a tese de Carlos (2008) de que o território se constitui enquanto resultado do trabalho do homem por meio de relações materiais e imateriais para o desenvolvimento de sua humanidade, mostrando ser relevante recorrer à história da construção territorial para se compreender o presente. Destaque-se que a modernização agrícola conservadora ocorrida no Brasil - e conseqüentemente no sudoeste goiano - tem origem na Lei de Sesmarias, que permitiu a existência de uma imensidão de terras devolutas, e a decadência do modelo escravocrata⁹, que levou à mudança na forma de se obter renda a partir da terra.

Suzuki (2004, p. 137-138) relata que existia uma pressão da Inglaterra no século XIX para garantir preços acessíveis na aquisição de matérias-primas do Brasil, provocando a generalização da terra como mercadoria, a abolição da escravatura e o incentivo à migração (nesse caso, de europeus para trabalharem nas lavouras de café¹⁰). Por isso, o capital que era concentrado no escravo como fonte de trabalho e na riqueza acumulada do fazendeiro vai se movendo para outros bens como os imóveis urbanos e as ações.

Este é o ponto principal para se compreender a questão agrária no Brasil, em que “o objeto de renda capitalizada passa do escravo para a terra [...]” (MARTINS, 1990, p. 24). Para

⁹ A primeira lei abolicionista foi aprovada em 1851 e chamada Lei do Ventre Livre, concedendo liberdade aos filhos de escravas nascidos após essa data. Em 1885, foi promulgada a Lei dos Sexagenários, dando liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Por fim, em 1888 houve a promulgação da Lei Áurea que aboliu definitivamente a escravidão.

¹⁰ Para maiores informações sobre o assunto ver MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

esse autor, no período colonial o trabalhador escravo entraria no processo produtivo como mercadoria, portanto, antes de ser o produtor direto ele tinha que ser objeto do comércio. Por isso,

[...] a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. [...] De fato, “fazenda” significava o conjunto dos bens, a riqueza acumulada; significava sobretudo os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo. (MARTINS, 1990, p. 15-23, destaques do autor).

Por esse viés se compreende que a abolição da escravatura não teve apenas um caráter jurídico, mas provocou uma profunda modificação social nas relações de produção em que se redefinem a figura do trabalhador e o valor da terra, que deixa de ser simbólico para ser capitalizado, processo chamado pelo autor de cativo da terra, no qual ela deixa de ser livre para ser aprisionada como mercadoria pelo capital.

A captura foi regulamentada pela chamada “Lei de Terras” de 1850 (Lei nº 601 de 18 de Setembro), que concebeu a mercantilização como única forma de acesso, revalidando as sesmarias e outras concessões do Governo e proibindo a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse o da compra. Esta Lei nunca se concretizou de forma prática no Brasil e as terras devolutas (pertencentes aos Estados) foram apossadas ou griladas pelos fazendeiros, resultando na criação de grandes latifúndios por todo o país.

Segundo Myskiw (2002, p. 24-26), o posseiro seria aquele que faz uso de uma determinada área de terra sem o título de propriedade expedido em seu nome pelo Estado ou União, e a grilagem é a falsificação de um documento no todo ou em parte, a fim de obter para si a propriedade do imóvel. A adulteração ocorria por meio de uma prática muito antiga que era colocar os papéis de comprovação da propriedade por algumas semanas dentro de uma gaveta cheia de grilos, o que fazia com que ela passasse a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Em todas essas ações, obviamente, havia conflitos com os supostos proprietários das terras que agiam com violência para retomarem a sua propriedade, dando origem a um embate que se arrasta até a contemporaneidade pela posse e acesso a terra e ao surgimento de grupos sociais que lutam por uma reforma agrária¹¹.

¹¹ Assunto tratado por MARTINS, José de Souza. Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

Em Goiás, as terras devolutas se tornariam interessantes para os grandes produtores da região Sudeste do Brasil. Oliveira (2007, p. 155, destaques do autor), tratando da ocupação do sudoeste goiano, relata:

A ocupação efetiva, entretanto, viria a se consolidar com a migração de mineiros e paulistas, já no século XIX. Motivados pela imensidão de terras devolutas a partir da margem direita do Rio Paranaíba, de topografia plana e uma cobertura vegetal apta à alimentação do gado, e ainda pressionados pela elevação do custo da terra no Sudeste, ocupada pelos cafezais, esse “bandeirantes tardios” vieram desbravar os sertões de Goiás.

O Mapa 09, de Teixeira Neto (2001), expõe este vazio demográfico de ocupação do sudoeste goiano, com terras propícias ao desenvolvimento da agricultura temporária e vasta alimentação para o gado, além da possibilidade de o fazendeiro obter uma maior quantidade de terras do que a que possuía, significando maior produção e conseqüentemente lucro.

Nesse contexto, conforme o IMB (Instituto Mauro Borges), é que se situa a fundação do município de Rio Verde, especificamente no ano de 1838, com a isenção de impostos por 10 anos concedida pelo Governo para quem se estabelecesse na região, episódio que atraiu mineiros e paulistas que se dedicavam à vida pastoril. Em 1846, fazendeiros doaram suas terras para a construção da primeira capela à “Nossa Senhora das Dores”, Padroeira do local. Por isso, em 1848, tornou-se “Freguesia das Dores de Rio Verde”, incluindo o nome do rio com águas esverdeadas que banhava a região. Em 1882, a sede municipal foi elevada à cidade e, em 1911, tornou-se município de Rio Verde.

Esse processo de ocupação em Goiás concentrou a posse da terra, havendo um agravamento deste quadro na modernização da agricultura. Elias (2005, p. 1126) argumenta que:

A modernização na agropecuária brasileira significou mudanças profundas em todas as estruturas sociais do país, pois quando ela selecionou algumas faixas do território, algumas culturas e alguns grupos sociais, ela priorizou logo de imediato áreas que fossem mais propícias à reprodução ampliada do capital, beneficiando com isso determinadas oligarquias, renegando nesse primeiro momento as outras áreas do território nacional.

A modernização denominada de conservadora agravou ainda mais a problemática social do país na medida que concentrou renda, trouxe vários impactos ambientais e, pior, manteve intacta a maior mazela social do Brasil, a histórica concentração da propriedade da terra.

O sudoeste goiano é um exemplo desse processo, tanto que na região a infraestrutura do território vem sendo transformada para que haja a reprodução ampliada do capital, concentrado nas mãos de pequenos grupos oligárquicos. Pode-se dizer que esta situação é

reflexo do modo de acesso à terra implantado no Brasil pela Lei de Sesmarias, aliado a um processo de modernização conservadora da agricultura.

Por outro lado, como foi dito, o processo de modernização do território goiano ganhou impulso com a migração de mineiros e paulistas em busca de terras mais “baratas” para se produzir, devido à elevação dos custos nas áreas cafeeiras do sudeste do Brasil, evidenciando como o café, produzido no país durante os séculos XIX e início do XX para abastecer o mercado Europeu, foi capaz de modificar a configuração territorial do país. Por meio dele que a burguesia agrária mercantil acumulou o capital necessário para dar início ao processo de industrialização, iniciado em 1900 e consolidado como política nacional em 1930 com o Governo Getúlio Vargas.

Para se chegar à industrialização foram necessárias mudanças sociais nas relações de trabalho (de escravocrata para assalariado) e na forma de acesso a terra (mercantilização), comentados anteriormente, e a criação de um mercado consumidor interno por meio do processo de urbanização. A produção de café na região sudeste do Brasil desempenhou este papel e deu origem a inúmeras cidades, em que os “Barões do Café” ostentavam sua riqueza, e fomentou a criação de uma extensa rede ferroviária - integradora de regiões distantes - para drenar a produção até os portos.

Goiás foi beneficiado por esse processo recebendo migrantes e a infraestrutura ferroviária para atender à recente demanda de consumo vinda da região do café. Arrais (2004, p. 18) afirma que “De Goiás, pela estrada de ferro no início do século XX, saíam arroz, café, couro, banha, bois, charque, açúcar etc., com destino ao Triângulo Mineiro e São Paulo, onde havia uma grande demanda favorecida pelo nascente mercado de consumo urbano.” Gradativamente, as fazendas goianas autônomas, que desenvolviam uma agropecuária de subsistência com pequena integração na economia nacional, vão se transformando em lócus da produção de alimentos para abastecer as cidades.

O que ocorre nesse período é um processo de transição do modelo econômico adotado no país. Conforme Barreira (1995, p. 93, destaques do autor):

Na década de 30, com o rompimento do modelo primário exportador, delineia-se no Brasil e em Goiás um novo arranjo econômico espacial, redefinindo funções e desencadeando transformações a partir de um foco dinamizador ou área nuclear de mudanças correspondentes à região cafeeira [...] Deste núcleo dinamizador emanarão transformações e uma distribuição espacial das atividades econômicas, efeito de complementaridade, que tanto se manifestará no sul de Goiás como no norte do Paraná, no Triângulo Mineiro e no sul de Mato Grosso, consideradas “áreas vazias” e próximas a São Paulo. De uma certa forma, estas áreas apresentavam um predisposição a receber os impactos de integração que emanavam da zona cafeeira paulista, e mesmo de um certo capitalismo paulista. Isto se deu não apenas porque

eram vazias, mas também porque assimilaram as condições do impacto capitalista emanado de São Paulo.

Trata-se de um novo arranjo econômico espacial em que o foco produtor das novas dinâmicas está concentrado em São Paulo, que passou a comandar toda uma região à sua volta. Como no capitalismo o desenvolvimento se dá de forma desigual e combinada, desse modo, apenas as áreas que tinham vocação receberam este impacto do capital paulista.

A partir da década de 1930, o Brasil passou por significativas mudanças com o fim do ciclo do café - em decorrência de uma oferta que se tornou muito maior que a demanda associada à quebra da Bolsa de Nova York nos Estados Unidos -, criação das políticas nacionais para industrialização e de ocupação e integração do território - Marcha para Oeste, produzindo as condições necessárias para a transição demográfica do rural para o urbano. Disto surge o novo modelo econômico brasileiro baseado em uma sociedade urbano-industrial, com uma política econômica de substituição das importações para não depender de capitais externos.

Em Goiás, estas transformações repercutiram por meio da Política Nacional de Marcha para o Oeste, que pretendia ocupar e desenvolver as áreas interioranas estagnadas no Norte e Centro-Oeste do Brasil - nesse período cerca de 90% da população estava concentrada no litoral. Para Alves de Castro (2004, p. 85),

A Marcha para o Oeste visava ocupar o Planalto Central e, a partir deste, desbravar a Amazônia, pois havia um grande vazio demográfico no território brasileiro e era necessário ocupá-lo e integrá-lo. Esse projeto não estava desvinculado do econômico, pois seu objetivo era suprimir barreiras que isolavam as regiões, para que a economia pudesse fluir de uma forma homogênea, articulando, ao mesmo tempo, os meios de transportes, para que a produção econômica pudesse escoar.

A estratégia se concentrou na ocupação do planalto central em um primeiro momento, para que este servisse de apoio à integração da Amazônia. Nesse período, a ação mais importante para ser executada era quebrar o isolamento existente entre estas regiões e o centro de comando econômico, São Paulo, e a capital, Rio de Janeiro.

Nesse sentido, Barreira (1995, p. 95) explica que:

A partir da década de 40 iniciam-se, então, grandes transformações em Goiás, com a abertura de novas vias de penetração no Sul do Estado, com iniciativas de regulamentação de terras devolutas, assim como toda uma política de incorporação de novas áreas emanadas da Marcha para o Oeste. O deslanche ocorrido nesta década da área de expansão da fronteira será marcado pela descontinuidade, formando espaços insulados tais como o Sudoeste Goiano, a Estrada de Ferro, Vale do São Patrício, Vertente Goiana do Paranaíba e, principalmente, a região do Mato Grosso Goiano, onde dar-se-á a implantação de Goiânia.

Essas regiões se constituirão em verdadeiras frentes de ocupação impulsionadas pelo poder público com projetos de colonização (inclusive com migrantes estrangeiros), loteamento de terras devolutas e, principalmente, a fundação de Goiânia.

Isso revela que o desenvolvimento foi guiado e fomentado por políticas públicas nacionais que abriram novas vias de acesso ao território, regulamentaram a questão fundiária e fundaram uma nova capital (em 24 de Outubro de 1933). Ou seja, o território foi preparado pelos agentes públicos para o recebimento de capitais produtivos.

Além da construção da capital de Goiás, Goiânia, o Estado forneceu parte do seu território para a construção da capital do Brasil, Brasília (inaugurada em 21 de Abril de 1960), na região do Planalto Central. Embora prevista desde a primeira Constituição da República em 1891, que fixou legalmente o local onde seria instalada, foi construída somente no Governo de Juscelino Kubitschek - cujos ideais desenvolvimentistas foram consolidados no Plano de Metas de *slogan* “50 anos em 5” - entre os anos de 1956 a 1960.

Brasília foi construída como um ponto estratégico, em um ambiente natural descrito por Teixeira Neto (2006b, p. 6) como:

Em Goiás, o Planalto Central, que tem o seu topo localizado nas imediações de Brasília, é o ponto de irradiação dos rios de três das mais importantes bacias do Brasil. Por isso, aquele topo ó berço de muitas águas. De lá, descem para o norte, o sul e o leste os formadores das bacias Tocantínia - que se insinua na Amazônia -, Platina e Sanfranciscana, respectivamente [...]

Do ponto de vista militar dois elementos foram importantes: 1) a nova capital deveria ficar distante do mar como medida preventiva em caso de guerra, pois isso dificultaria a tomada do poder pelo inimigo, e o Estado do Rio de Janeiro se localiza em uma posição geográfica que o deixa muito vulnerável; e 2) o local deveria possuir água potável para o sustento da população e a região de Brasília dispõe em abundância.

A essência geopolítica de Brasília foi construída pensando nesse ambiente hídrico. Para Teixeira Neto (2006a, p. 16):

O sentido desse escoamento comandou também o sentido dos fluxos no nosso território, conferindo a ele um simbolismo peculiar: o seu papel geopolítico, na medida que Brasília, do alto do Planalto Central, comanda a vida política do país, dirigindo as ordens e as decisões para os quatro cantos do território nacional. Essa permeabilidade do território goiano faz dele o ponto estratégico das articulações espaciais brasileiras. Só por esse lado, Goiás é hoje - mais do que foi no passado - o elo estratégico da articulação e da mobilidade espaciais de todo o território nacional.

Brasília se localiza geograficamente no centro do Brasil, dentro de uma bacia hidrográfica que drena água para as mais diversas regiões (norte e sul), com rodovias que lhe

integram a todo país, e é o cerne do comando político nacional; simbolicamente é um lugar de articulação e dispersão de fluxos e poder para todo o território.

Por fim, este tópico, “O agronegócio e a construção do território goiano”, buscou rememorar teoricamente os usos do território como forma de fundamentar as análises sobre o agronegócio, pois este se dá em um território usado e, no caso de Goiás, aproveitando-se das potencialidades naturais e do capital nacional que estruturou o território construindo cidades e as conectando por meio de ferrovias e rodovias. Se retomarmos a discussão de Harvey (2011), no primeiro capítulo, a explicação é que o capitalismo se revoluciona constantemente derrubando as barreiras que impedem o desenvolvimento de suas forças produtivas, mas, devido às barreiras existentes dentro de sua própria natureza, ele produz novas formas de diferenciação geográfica - condição necessária para a reprodução do capital.

Por isso, esse período apresentado representa o momento de eliminação dos obstáculos em Goiás para a introdução do agronegócio, o que foi feito exclusivamente via capital público. Diante deste arcabouço teórico, no próximo tópico serão apresentados os resultados desse investimento através das transformações que ocorreram no território a partir da década de 1960.

3.2 Histórico e transformações recentes do agronegócio

O território brasileiro passou por uma mudança na lógica de ocupação devido aos incentivos para a interiorização e conquista da Amazônia. A consequência foi uma urbanização das cidades locais e médias que continuam sendo suporte ao campo passando a acumular, também, a função de atender às necessidades básicas da população urbana de modo mais complexo, tornando-se grandes receptoras de mão de obra advinda principalmente dos grandes centros. Esta população migrante busca não somente a sua reprodução econômica, mas uma qualidade de vida melhor do que aquela encontrada nas metrópoles.

O período histórico da reestruturação recente do território goiano pelo agronegócio desde a década de 1960 se desenvolveu até a atualidade, e segundo Castillo (2007, p. 35) ocorre da seguinte forma :

[...] o primeiro período abrange aproximadamente as décadas de 1960 e 1970 e caracteriza-se pela constituição do chamado complexo agroindustrial. Esse paradigma é marcado pela forte presença do Estado na articulação entre os agentes envolvidos nos circuitos produtivos modernos, gerando uma maior aproximação e interdependência entre agricultura e indústria, com extensos subsídios a algumas categorias de produtores, incentivos fiscais, promoção da ocupação de novas

fronteiras agrícolas e crédito, entre outras medidas, tais como o apoio à produção tecnológica (biotecnologia) e internalização de indústrias de bens de capital e de produção agrícolas.

O segundo período (o atual) é o de consolidação da produção de commodities nos Cerrados. A partir dos anos 1980, a forte crise fiscal do Estado brasileiro impele, pouco a pouco, a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola. A adoção de políticas neoliberais (privatizações, concessões, diminuição dos subsídios, abertura comercial) junto a um novo paradigma produtivo dominante (com forte participação das tecnologias da informação) conduz a novas formas de relações entre os agentes da produção, sobretudo voltada à exportação.

Existiram dois períodos principais, sendo que, no primeiro, o Governo Federal é o grande incentivador e investidor e, no segundo, essa função passou ao mercado. No cerrado goiano a execução de políticas de fomento permitiu a constituição dos complexos agroindustriais da soja, da cana-de-açúcar, da carne (bovina, suína e aves) e dos polos minerais (localizados principalmente na parte norte do Estado). Com a diminuição dos subsídios e modificação nas formas de intervenção na agricultura, momento contemporâneo, consolida-se a produção destas *commodities* voltadas principalmente à exportação.

Refletindo sobre o período de forte presença e investimento estatal para produzir o desenvolvimento, podem-se elencar algumas políticas públicas que beneficiaram o Estado de Goiás, como: I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1972 a 1974, criado pela Lei de nº 5.727 de 4 de Novembro de 1971, que tinha o seguinte ideal:

O modo brasileiro de organizar o estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento.

Esse modelo nacional deve, por um lado, criar economia moderna, competitiva e dinâmica, e, por outro lado, realizar democracia econômica, social, racial e política, consoante a índole brasileira.

A modernização implica, notadamente, mudança de concepção, no Governo, na empresa privada e nos demais agentes econômicos, e não simplesmente saltos quantitativos. [...]

Três são os grandes objetivos nacionais do desenvolvimento:

Primeiro - colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria de nações desenvolvidas.

Segundo - duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil [...]

Terceiro - elevar, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%.

Esta “euforia” dos gestores tem explicação: durante os anos de 1969 a 1973 o Brasil vivia o período que foi chamado de “Milagre Econômico”, caracterizado por níveis de crescimento econômico extraordinários. Aproveitando-se deste cenário da economia é que foi elaborado o I PND, que possui três objetivos e cuja intenção principal era o investimento na infraestrutura territorial do país para quebrar as barreiras que impediam a fluidez do capital, permitindo ao país chegar à situação de desenvolvido.

Dentre as estratégias desenvolvidas no I PND que favoreceram Goiás se pode citar o projeto de integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, que investiu recursos na construção de rodovias, aeroportos e redes de telecomunicações para expandir a fronteira econômica. O objetivo era a “[...] integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul,” (BRASIL, 1971, p. 31).

Como era de se esperar, para uma economia de país subdesenvolvido, no II Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1975 a 1979, criado pela Lei de nº 6.151 de 4 de Dezembro de 1974, a conjuntura econômica do Brasil havia se modificado devido ao primeiro choque mundial do petróleo ocorrido em 1973, que levou à triplicação do preço do barril. O discurso mudou para:

O País está cômico das dificuldades para manter o crescimento acelerado dos últimos anos, mas reafirma a sua determinação de superá-las, na expectativa de que se realize esforço no sentido de que se realize esforço no sentido de caminhar, progressivamente, para razoável normalidade do cenário mundial. [...]
A efetivação de tais resultados estará ligada à realização de tarefas árduas, que cumpre ter em mente. Tais tarefas têm o sentido de conquistas econômicas e sociais de envergadura, a seguir sumariamente caracterizadas:
I – O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. [...].

A abertura do país para a entrada do capital internacional ocorreu através das políticas públicas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1960), e, desde então, o Governo Federal passou a contrair empréstimos para custear suas despesas na construção de infraestrutura territorial; o choque do petróleo foi capaz de desacelerar o crescimento da economia nacional.

Essa conjuntura internacional de crise por conta do principal combustível utilizado no mundo revigorou o interesse público em ocupar economicamente as regiões Nordeste, Amazônia e Centro Oeste. O II PND (BRASIL, 1974, p. 58) diz que:

A estratégia de integração nacional considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro de política global, que vê em conjunto essas três regiões, no fluxo de fatores de produção entre si (para melhor combinação de mão-de-obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos, atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste a áreas próximas das outras regiões (para ampliação de mercado).

O panorama territorial do Brasil de 1974 mostrava uma concentração das plantas industriais e infraestrutura viária (rodovia, ferrovia, portos e aeroportos) nas regiões sul e sudeste, com um grande vazio populacional e de ocupação econômica das terras nas regiões norte, nordeste e centro oeste. Para os gestores a solução da economia do país estava na incorporação produtiva destas áreas, expressa no plano da seguinte forma:

Analisando-se as condições de viabilidade daquele novo papel, cabe recordar que o Brasil, no quadro mundial, é um dos poucos países ainda com ampla disponibilidade de espaço. A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. (BRASIL, 1974, p. 42).

Esta era a situação de Goiás quando foi transferida a Capital Federal para Brasília, o que resultou na construção de redes viárias para integrá-la ao resto do país (como a BR – 153, que corta o Brasil de Norte a Sul, inaugurada em 1959), e as terras do bioma cerrado ainda não eram utilizadas pela agricultura científica. Logo, o Estado passou a ser um agente estratégico pela necessidade da ampliação das fronteiras no país, visando incrementar o sistema econômico.

Nesse período, as principais políticas públicas implantadas no território goiano foram: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Como já foi dito, dentre os objetivos para a construção de Brasília estava proporcionar uma base auxiliar na conquista da Amazônia que se ligasse geograficamente ao polo econômico do Brasil, região sudeste, passando por Goiás. Por isso, o POLOAMAZÔNIA privilegiou parte do Estado (BRASIL, 1974, p. 18 e 65), da seguinte forma:

[...] Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com investimentos estimados em Cr\$ 4 bilhões (com recursos do PIN, PROTERRA, FDPI, etc.), integrado, inicialmente, por cerca de 15 pólos de desenvolvimento, fora dos núcleos urbanos da região. O Programa de Pólos Pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazônia para 5 000 000 de cabeças, até o fim da década, será desenvolvido principalmente no norte de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina. O Programa será realizado segundo dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor.

Não se pode esquecer que nesse período o Estado ainda não havia sido desmembrado para criar o Estado de Tocantins, fato ocorrido em 1988. De qualquer forma, houve um investimento significativo de recursos através do programa e em Goiás se privilegiou a pecuária, com a preocupação da tecnificação do setor.

Porém, conforme o Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste para os anos de 1987 a 1989, os resultados obtidos com o programa não foram satisfatórios. Segundo este:

O “Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia” (Poloamazônia) abrangendo algumas áreas da região Centro-Oeste, tinha como objetivo básico a “ocupação por áreas selecionadas, escolhendo as terras mais férteis, nelas concentrando a ação, e também setorialmente seletiva, para desenvolver vantagens comparativas evidentes”. Este programa porém, ao procurar dotar essas áreas de infra-estrutura básica, além de medidas de apoio direto à produção, paralelamente à política de incentivos fiscais que estimulou a capitalização da agropecuária sobre imensas porções de terras, não teve efeito significativo sobre um processo mais intenso de povoamento. Por sua vez, a relação incentivos fiscais/empregos gerados é indicativa de fraca absorção de mão-de-obra. Finalmente, a política de terras do governo até então não implicou numa distribuição significativa de títulos a lavradores e a meta prevista de assentamento de milhares de famílias não veio a ser atingida. (SUDECO, 1988, p. 37, destaques no original)

Ora, se um investimento desta proporção não conseguiu gerar empregos e nem distribuir terras aos trabalhadores, pode-se concluir que o investimento público beneficiou somente as classes sociais mais abastadas, que se capitalizaram e continuaram concentrando a posse da terra. E o pior: este foi apenas um programa entre os vários implementados no Brasil pelo Governo Militar.

Com relação ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado pelo Decreto nº 75.320 de 29 de Janeiro de 1975, pode-se dizer que foi uma política pública orientada para a exploração econômica deste bioma que abrange dez Estados na parte central do Brasil. Pela análise do cronograma financeiro consolidado da área de Rio Verde (SUDECO, 1975, p. 133), é possível observar que os principais setores beneficiados foram: armazenamento, transportes, energia e pesquisa agropecuária. Em síntese, a intenção do Governo Federal se constituía- em estruturar o território para o recebimento da agricultura científica, elaborando os itens imprescindíveis para sua execução.

Esse programa conseguiu equipar minimamente o território para permitir a fluidez do capital, mas, de acordo com o plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste para os anos de 1987 a 1989, não atingiu os efeitos sociais esperados (SUDECO, 1986, p. 37-38), pois,

A ocupação dos cerrados, da qual o Polocentro foi um dos elementos de impulso, demonstrou efeitos produtivos bem mais nítidos do que a ocupação das áreas amazônicas, em termos de incorporação de terras e lavouras e produção de grãos e de melhoria das pastagens, mas seus efeitos sociais, em termos de emprego e fundiários são muito discutíveis.

A região atualmente desempenha o papel econômico que a divisão inter-regional vem lhe atribuindo ou seja, o de exportadora de matérias-primas em bruto ou semi-elaboradas e importadora de produtos manufaturados.

[...] O cultivo dos produtos agrícolas de exportação, com predominância do capital intensivo e de suas formas de organização produtiva, provocaram um grande êxodo rural, levando a uma concentração urbana da população, especialmente nas capitais e no Distrito Federal.

Os empregos produtivos no setor urbano são escassos, refletindo a incipiente indústria existente na região, tanto no primeiro beneficiamento dos produtos agropecuários como na indústria de bens de consumo final.

O processo de incorporação de terras para pastagens e lavouras permitiu o início da exportação de matérias-primas, mas fez surgir o grave problema que foi a expulsão do trabalhador do campo. Como foi destacado no capítulo II, este camponês se deslocou para as bordas das cidades em uma situação de pobreza, por ter perdido o seu único meio de sobrevivência que era a terra.

Esta política pública do POLOCENTRO foi substituída pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Para Inocêncio e Calaça (2009, p. 3-4), o Programa foi criado em 1979 e

No caso em específico a função principal do PRODECER foi tornar o Cerrado uma área produtora de grãos, soja principalmente, produto em recessão no mercado japonês.

Os Estados Unidos em 1970 impuseram uma barreira dificultando a exportação da soja. Como o Japão era dependente desse mercado e possuía um consumo elevado desse produto, houve a necessidade de se buscar outras áreas que pudessem suprir o abastecimento.

Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto, através da agricultura. Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade através do capital estrangeiro aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiarão os insumos indispensáveis à modernização. Temos então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

O investimento paulatino do Governo Federal nas décadas anteriores foi muito importante para esse contexto de execução do PRODECER, pois permitiu que o Programa fosse um marco para a mudança econômica e produtiva dos cerrados, beneficiado em virtude das barreiras que impediam os Estados Unidos de exportarem soja e pela demanda de consumo deste produto pelo Japão.

O PRODECER foi executado em etapas e Goiás, conforme Inocêncio e Calaça (2009, p. 5), foi contemplado na segunda. Para eles:

As ações do PRODECER fixaram-se em Estados das Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, todas recobertas por vegetação de Cerrado. Na primeira etapa, (PRODECER I) que teve início em 1980, foi implantada no oeste de Minas Gerais. A segunda (PRODECER II) estabeleceu-se em 1987, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. A terceira e última etapa (PRODECER III), fixou-se a partir de 1995 nos estados do Maranhão e Tocantins.

Como esse processo estava sendo realizado por meio de novas técnicas gerenciais e de plantio, mecanização da agricultura e inserção de produtos químicos e fertilizantes, em 1980 houve a consolidação do Estado como produtor de soja. Fato importante para se construir o

período posterior, que é a industrialização da agricultura, em que os grandes conglomerados do agronegócio passaram a comandar a produção no campo.

A análise dos programas POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO e PRODECER mostra, de forma inegável, que os investimentos públicos atingiram seus objetivos e transformaram o território de Goiás, preparando-o para receber a agricultura científica. Da mesma forma, não se pode contestar que o processo foi socialmente excludente, pois privilegiou as classes sociais abastadas e expulsou o homem do campo, causando o inchaço das cidades que não estavam preparadas, em relação à infraestrutura pública e empregos, para receberem este contingente populacional.

Essa situação foi se tornando ainda mais complicada ao longo da década de 1980 devido à crise econômica que fez com que o Estado brasileiro mudasse a forma de intervenção na agricultura dando liberdade ao mercado - com a implantação do neoliberalismo em 1990. Nesse momento, em Goiás, estabelece-se a produção de *commodities*, atraindo para o seu território as grandes empresas multinacionais do setor agrícola. Disto surgiu a industrialização da agricultura e o processo de criação dos grandes conglomerados que comandam a produção.

Na década de 1990, Goiás era concebido territorialmente enquanto um Estado dividido em duas regiões: o Norte subdesenvolvido e o Sul desenvolvido. Para Arrais (2002, p. 06),

As diferenciações regionais entre o Norte e o Sul do Estado, desde o início da colonização, já demonstravam o forte vínculo com questões que já ultrapassavam os limites do Paranaíba, do Araguaia, do Tocantins e da Serra Geral de Goiás. O Sul do Estado, pela proximidade à região de São Paulo, centro econômico do país, mostrou-se, no final do século XIX, mais receptivo às novas formas de produção do Sudeste do País. Já o Norte, vazio do ponto de vista das atividades ditas produtivas, veio a integrar-se definitivamente ao mercado nacional por ocasião das políticas que visaram a integração nacional e a construção da BR-153, eixo rodoviário que cortou o Estado no sentido Norte - Sul, facilitando, também, as vias de acesso à Amazônia, fronteira econômica importante para o país.

A parte Sul do Estado, devido à proximidade com São Paulo, foi capturada pelas novas formas produtivas da região Sudeste do Brasil, constituindo-se como um território mais dinâmico economicamente, enquanto a parte Norte, por conta da integração territorial nacional mais recente que a do sul, tinha uma carência de atividades produtivas.

Embora a região Norte esteja em uma condição econômica subdesenvolvida em relação à região Sul, alguns municípios despontaram devido à grande produção da pecuária e, principalmente, devido à extração de minérios. Conforme Arrais (2002, p. 13, destaques do autor),

Merece destaque nessa região o que podemos chamar de “Quadrilátero do Norte”, formado pelos municípios de Porangatu, Niquelândia, Uruaçu e Minaçu, cidades mais importantes do ponto de vista demográfico e econômico da região. Nessa região, além da importância da pecuária, o setor mineral destaca-se. Niquelândia pela produção de níquel, ferro e concentrado fosfático; Minaçu pela significativa produção de Amianto e as perspectivas negativas geradas com a pressão internacional em torno da interrupção da comercialização desse produto. Além disso nessa região podemos destacar a geração de energia hidroelétrica em Serra da Mesa, o que vem despertando a atividade turística em algumas cidades da região, como Niquelândia e Uruaçu, onde, especialmente nessa última, já se podem notar as alterações na paisagem urbana.

No “quadrilátero do norte”, Porangatu e Uruaçu se destacam na produção de bovinos, Niquelândia na extração de níquel pelo Grupo Votorantim Metais¹² e Minaçu na extração de amianto pela SAMA e a geração de energia elétrica pela Usina de Serra da Mesa, administrada por Furnas. Outra atividade econômica desenvolvida na região Norte, mas em uma escala econômica bem menor, é o ecoturismo praticado em regiões do cerrado que permanecem preservadas e no Lago da Usina de Serra da Mesa, que é o maior do Brasil em volume de água, abrangendo seis municípios (Colinas do Sul, Minaçu, Niquelândia, Uruaçu, Campinaçu, Campinorte).

Na parte sul se concentram as atividades econômicas voltadas ao agronegócio, destacando-se quatro municípios polos - Catalão e Itumbiara no sudeste goiano, Jataí e Rio Verde no sudoeste goiano. A principal diferença entre estas duas regiões é a capacidade de escoamento da produção, sendo que o sudeste goiano se sobressai em razão da ferrovia construída no início do século XX e de uma malha rodoviária mais ampla.

No sudeste goiano o município de Catalão tem uma economia diversificada, com produção de soja, extração de recursos minerais (rocha fosfática, nióbio, argila refratária, pirocloro, titânio e vermiculita) e multinacionais nos ramos industriais e agroindustriais - *Mitsubishi*, *John Deere*, *Copebrás*, *Ultrafértil* e *ADM*. Já o município de Itumbiara é produtor de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, abrigo em seu território empresas multinacionais da agroindústria - *Caramuru*, *BP Brasil Biocombustíveis*, *Louis Dreyfus Commodities*, *STMEMAC* Geradores de Energia.

No sudoeste goiano houve dois períodos importantes, a consolidação da soja na década de 1980, possibilitando a atração de agroindústrias para o território a partir de 1990, e

¹² No dia 18 de Janeiro de 2016 o Grupo Votorantim Metais anunciou o fechamento de sua usina em Niquelândia. Por ser uma *commodities* que tem o preço regido pela *London Metal Exchange* (LME), alega que a crise econômica mundial reduziu drasticamente o valor do níquel, inviabilizando sua extração. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/19/interna_cidadesdf,514443/votorantim-fecha-usina-em-niquelandia-ao-menos-800-desempregados.shtml> acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

a entrada da cana-de-açúcar em 2000, que trouxe as agroindústrias do setor de energia. O município de Jataí é um grande produtor de grãos e cana-de-açúcar, tendo como principais agroindústrias a BRF, Raizem, Nestlé e Comigo. Quanto ao município de Rio Verde, este é um grande produtor de soja, e as principais empresas instaladas em seu território são a BRF, Grupo Orsa, Videplast, Brasilata, Kowalski, COMIGO, Cargill e Caramuru.

Mas, é preciso deixar bem claro que se compreende ser impossível representar a dimensão da dinâmica econômica existente nos municípios Catalão, Itumbiara, Jataí e Rio Verde em apenas dois parágrafos, por isso, optou-se por apresentar as maiores empresas e as principais atividades agrícolas. A pretensão foi mostrar a existência dos conglomerados que reorganizaram o território goiano baseados nos novos signos e símbolos da modernidade. Conforme Santos (1994, p. 56-60),

Nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Em Goiás, os complexos agroindustriais - soja, álcool, carne (bovino, suíno e aves) - e as mineradoras representam estes novos signos, pois são multinacionais que internacionalizaram a produção e os produtos, que se tornaram *commodities* regidas pelas bolsas de valores. Para a sociedade a instalação destas empresas no cerrado - antes improdutivo por conta da acidez dos solos - é o símbolo da prosperidade. Mas, na realidade, esse processo também é a causa do aumento das desigualdades socioespaciais e da destruição de um bioma rico em biodiversidade.

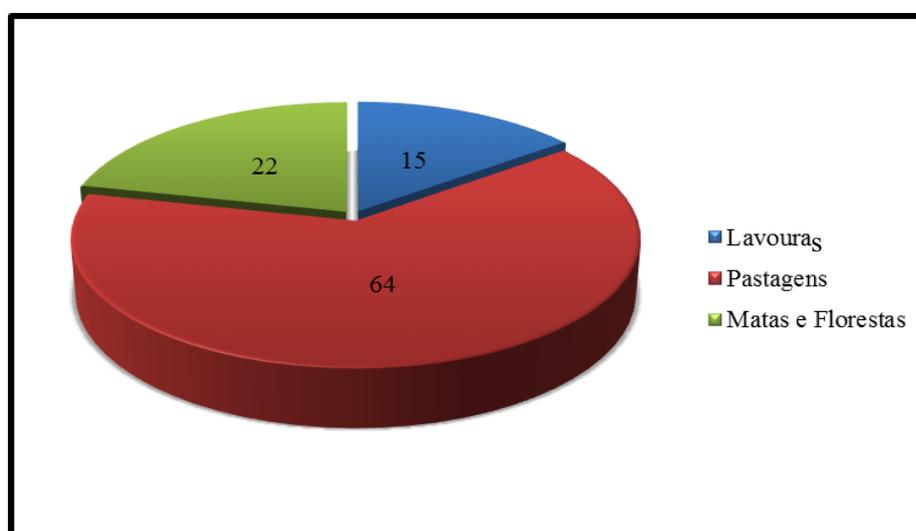
Para Elias (2010, p. 141), esse processo ocorre devido à difusão das horizontalidades e verticalidades no território que aumenta a articulação da escala local com a internacional, resultando na fragmentação desses espaços a partir da diferenciação na lógica de sua organização, existindo a seletividade de distribuição das políticas públicas, dos sistemas de objetos e dos investimentos produtivos, que fortalecem as diferenças de uma forma mais complexa e devastadora.

3.2.1 A consolidação de polos econômicos

Compreendidos os pressupostos históricos da produção econômica, política e ideológica sobre os quais o agronegócio se expandiu enquanto não só modelo produtivo, mas veículo do modo civilizatório capitalista, propõe-se agora o enfoque num dos mecanismos centrais de produção do espaço coerente a essa lógica: a promoção de polos econômicos. Identificá-los em meio à “falsa aleatoriedade” de elementos na malha territorial é o primeiro passo para a revelação das desigualdades socioespaciais que desmascaram as contradições necessárias a esse projeto de sociedade.

De início vale ressaltar que nessa pesquisa os polos econômicos foram concebidos através do conceito de centralidade. Para o REGIC (2007), a gestão pública e das empresas mantém relações de controle e comando entre os centros urbanos, propagando decisões, definindo relações, destinando investimentos, ou seja, criando redes urbanas hierárquicas ou não-hierárquicas. Assim, a oferta de distintos equipamentos e serviços (ligações aéreas, internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior, diversidade de atividades comerciais e de serviços, como os bancários, dentre outros) dotam uma cidade de centralidade. Nesse sentido, utilizou-se a palavra polo econômico em referência àquelas cidades que comandam os municípios à sua volta, estando em uma rede hierárquica (como Rio Verde, Jataí e Mineiros) ou não-hierárquica. Por esse prisma, observa-se o caráter espoliativo desse modelo que obedece a uma lógica de acumulação/concentração da força de trabalho e dos meios de produção, entre eles a terra:

Gráfico 01. Estado de Goiás: utilização das terras segundo percentual de área ocupada, 2006.



Fonte: SEGPLAN, 2015.

Os dados disponibilizados pela SEGPLAN (2015) revelam o caráter extensivo do agronegócio em território goiano, cuja conquista de novas áreas é condição para o regime de acumulação. A expressão espacial desse sistema é o latifúndio - já pautado no período colonial. Em 2006, os dados mostram que quase 80% de toda a área territorial do Estado de Goiás é ocupada por lavouras e pastagens. Ou seja: não se trata somente do latifúndio (e de um problema circunscrito à questão fundiária), mas de um uso - monocultura em larga escala - arbitrariamente legitimado.

O sistema de pastagens exemplifica a incompatibilidade posta entre os usos predominantes do Cerrado e seus atributos físico-naturais, ou sua “vocação territorial”. A primeira incompatibilidade envolve o sistema radicular das espécies gramíneas introduzidas. Diferente do capim-barba-de-bode, espécie endógena do Cerrado, o braquiária - a título de exemplo - não consegue reter a água da chuva de maneira satisfatória   recarga dos aquíferos, o que logo desencadeia uma série de questões ambientais, como a erosão e o assoreamento dos rios.

A lógica de degrada o do ambiente subjacente ao agronegócio não permite a perpetua o deste por muito tempo nos mesmos territórios. Por isso, a “expansão da fronteira”   desde algum tempo uma expressão comum entre aqueles que investem, e aqueles que estudam tal processo. Em Goiás, identifica-se com facilidade a dire o tomada pelo agronegócio rumo às terras no Norte do estado, a partir do que os estudiosos têm interpretado como o “deslocamento da soja e a expansão do cultivo de cana-de-a o car” (Mapa 10).

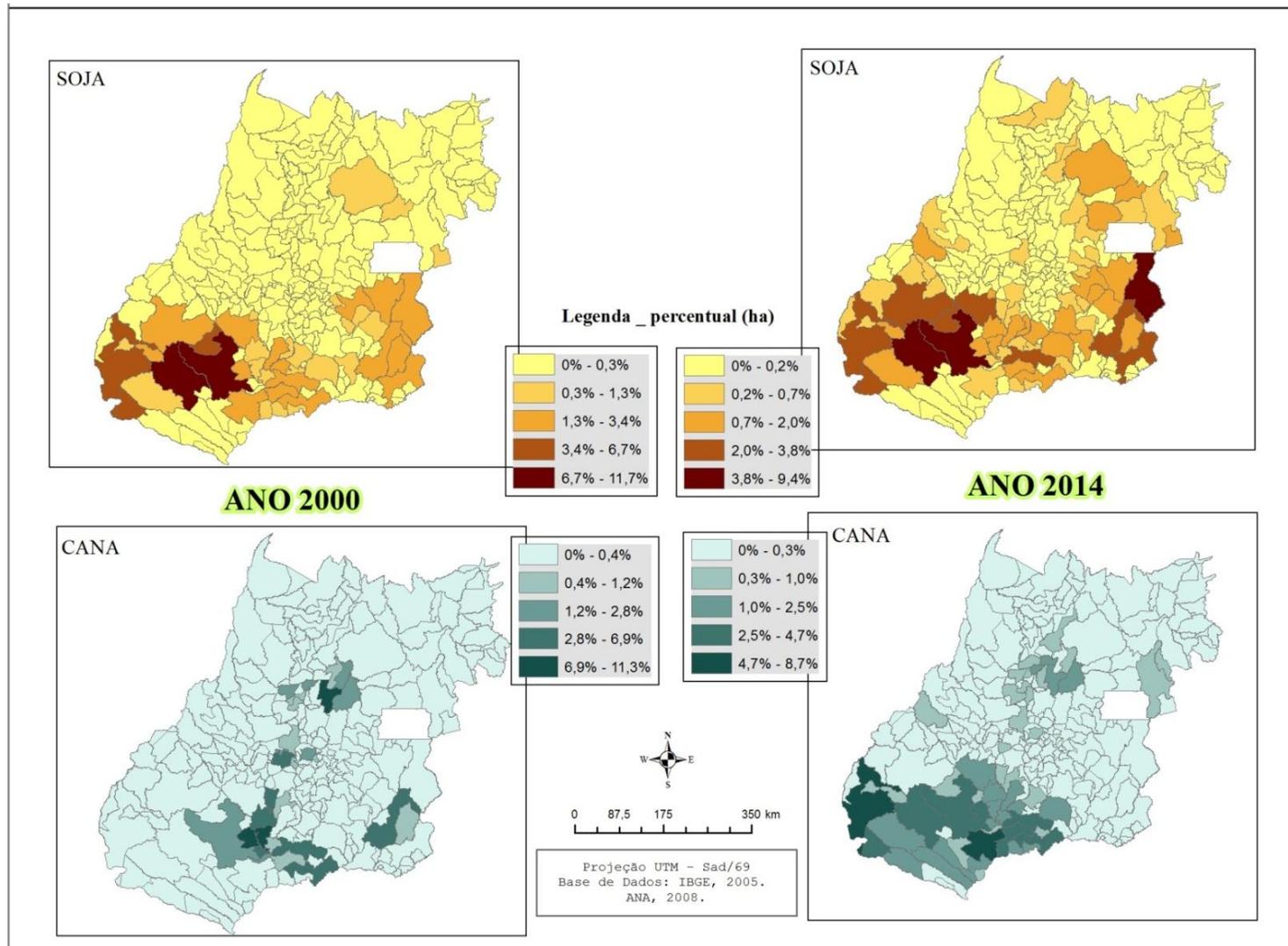
A marcha da soja rumo   nova fronteira agrícola (MATOPIBA) ocorre simultaneamente   difusão da cana de a o car, sobretudo no Sudoeste Goiano, e ao deslocamento das pastagens. Poder-se-ia espacializar outros dados que revelariam o caráter multifacetado do agronegócio no estado de Goiás, tais como: as usinas hidrelétricas, as mineradoras, os cursos profissionalizantes. Por hora, basta ressaltar que o reconhecimento desse complexo movimento econômico   condi o na investiga o das desigualdades socioespaciais desencadeadas pelo mesmo. Num modelo agrícola declaradamente submetido às demandas do mercado internacional, ancorado a políticas voltadas   exporta o de *commodities*, o valor das exporta es   um dado esclarecedor:

Tabela 05. Sudoeste Goiano: valor das exportações

Municípios	Valor (US\$ FOB)		
	2003	2004	2005
Acreúna	716.837	852.018	2.119.972
Aparecida do Rio Doce	-	-	-
Aporé	-	-	-
Cachoeira Alta	3.555.273	8.987.965	-
Caçu	-	-	-
Castelândia	-	-	-
Chapadão do Céu	2.050.475	5.696.214	5.122.798
Gouvelândia	-	-	-
Itajá	-	-	-
Itarumã	-	-	-
Jataí	3.480.848	12.969.435	8.324.952
Lagoa Santa	-	-	-
Maurilândia	-	-	-
Mineiros	394.382	26.457.799	36.658.687
Montividiu	-	-	-
Paranaiguara	-	-	-
Perolândia	-	-	-
Portelândia	-	-	-
Quirinópolis	-	716	-
Rio Verde	28.811.829	54.849.715	182.558.841
Santa Helena de Goiás	1.289.387	8.796.223	11.408.427
Santa Rita do Araguaia	-	-	-
Santo Antônio da Barra	-	-	-
São Simão	22.411.051	6.804.141	5.293.951
Serranópolis	-	-	-
Turvelândia	-	-	-
TOTAL DA REGIÃO	62.710.082	125.414.226	251.487.628
TOTAL DO ESTADO	1.102.202.495	1.411.773.076	1.816.294.287
REGIÃO/ESTADO (%)	5,99	8,88	13,85

Fonte: MDIC. Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

Organização: SILVEIRA, M. R.



Mapa 10. Estado de Goiás: Distribuição espacial das lavouras de soja e cana-de-açúcar
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Ana C. O. Marques, 2016

Os fatores que explicam a posição privilegiada dos municípios de Rio Verde e Jataí são múltiplos. De acordo com Penna e Silveira (2013), esses ganham destaque à medida que se torna possível o estabelecimento de redes com municípios próximos, formando o que foi intitulado de “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Conteúdo do próximo capítulo.

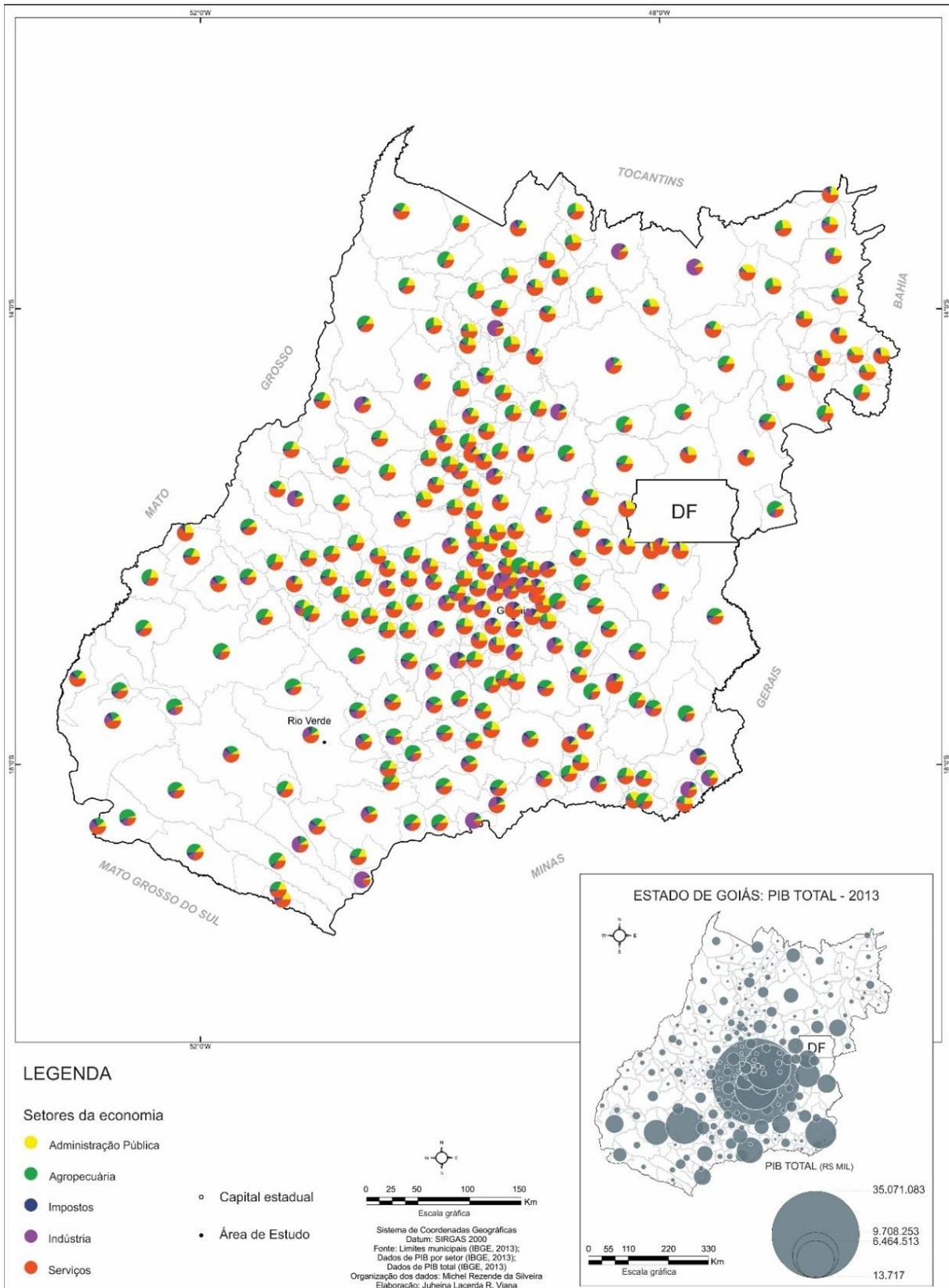
O resultado desta seletividade de distribuição das políticas públicas e da difusão das horizontalidades e verticalidades em Goiás está materializado no território através da existência de polos econômicos em regiões específicas, o que é comprovado pelo Mapa 11 do Produto Interno Bruto¹³ (PIB) por setores da economia (2013).

Analisando o PIB da administração pública, os quinze municípios com os maiores investimentos nessa área foram: Goiânia - 4.763.652 mil reais, Aparecida de Goiânia - 1.366.203 mil reais, Anápolis - 1.127.067 mil reais, Rio Verde - 708.306 mil reais, Luziânia - 550.458 mil reais, Águas Lindas de Goiás - 477.661 mil reais, Valparaíso de Goiás - 417.599 mil reais, Senador Canedo - 396.509 mil reais, Itumbiara - 325.916 mil reais, Formosa - 322.718 mil reais, Jataí - 316.662 mil reais, Catalão - 311.894 mil reais, Trindade - 290.820 mil reais, Planaltina - 277.336 mil reais e Novo Gama - 267.165 mil reais. Estas informações mostram que nesses municípios, possuidores de uma grande população que necessita da prestação de serviços em educação, saúde, dentre outras áreas, o público é o grande investidor de capital.

Na agropecuária os quinze maiores PIB são de Rio Verde - 1.058.687 mil reais, Jataí - 915.498 mil reais, Cristalina - 755.256 mil reais, Chapadão do Céu - 496.213 mil reais, Mineiros - 363.980 mil reais, Montividiu - 341.355 mil reais, Goiatuba - 320.620 mil reais, Paraúna - 320.073 mil reais, Caiapônia - 313.609 mil reais, Ipameri - 305.204 mil reais, Catalão - 300.579 mil reais, Morrinhos - 274.171 mil reais, Bom Jesus de Goiás - 262.139 mil reais, Quirinópolis - 261.269 mil reais e Luziânia - 252.630 mil reais. No Mapa 10 foi feita, grosso modo, uma distinção entre as atividades agropecuárias e o agronegócio, que se diferenciam pelo motivo do último possuir uma cadeia de indústrias no território que são responsáveis por comandar a produção a montante e à jusante.

Quanto à arrecadação de impostos os quinze maiores PIB foram dos municípios de Goiânia - 5.390.271 mil reais, Anápolis - 2.333.198 mil reais, Catalão - 1.649.601 mil reais, Aparecida de Goiânia - 1.368.184 mil reais, Rio Verde - 735.436 mil reais.

¹³ Para o Instituto Mauro Borges da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num determinado período de tempo.



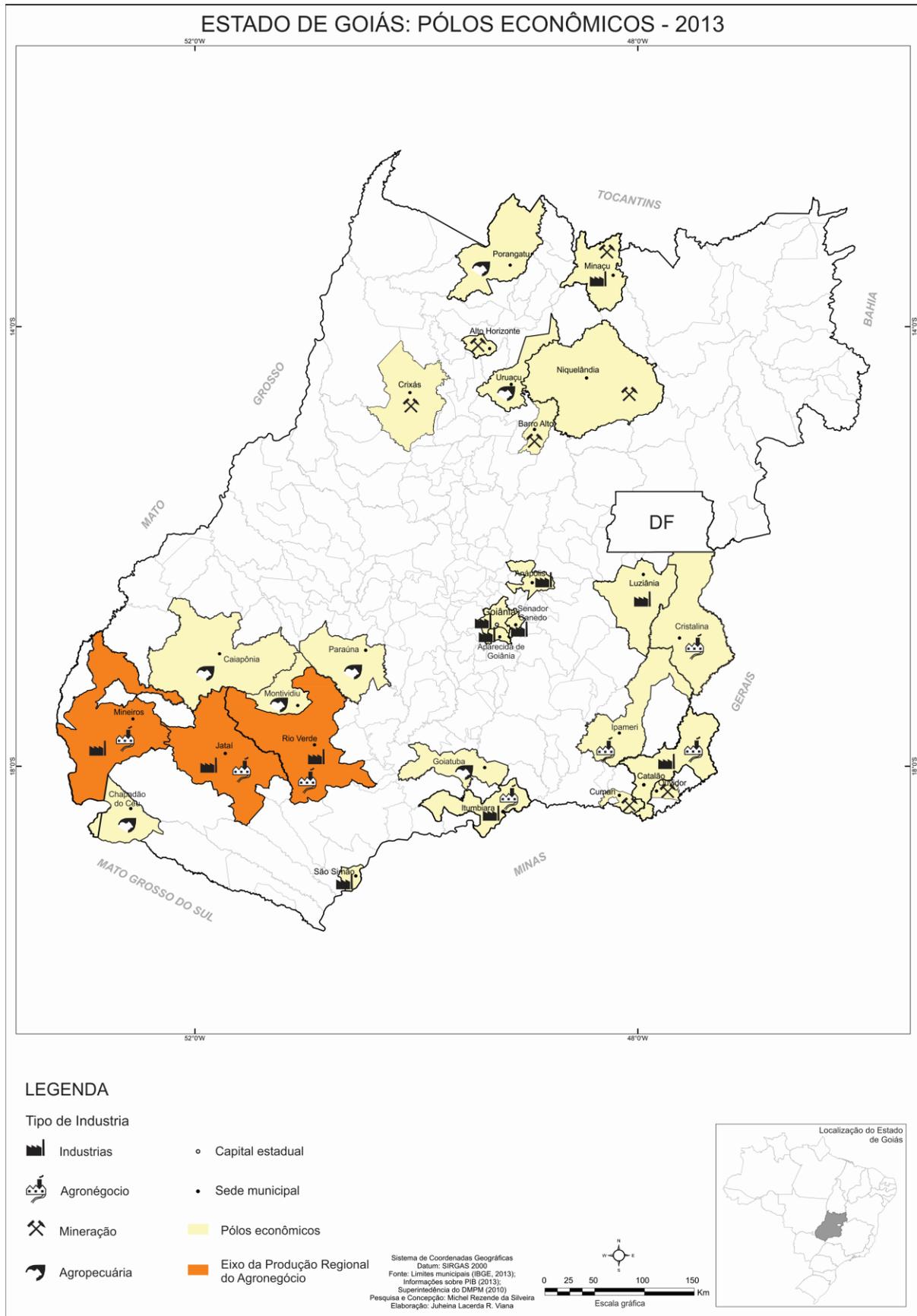
Mapa 11. Estado de Goiás: Produto Interno Bruto por setor da economia - 2013
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Itumbiara - 476.164 mil reais, Senador Canedo - 339.644 mil reais, Jataí - 280.107 mil reais, Luziânia - 267.917 mil reais, Valparaíso de Goiás - 171.491 mil reais, Mineiros - 171.273 mil reais, Trindade - 165.968 mil reais, Formosa - 152.816 mil reais, Cristalina - 131.566 mil reais e Caldas Novas - 118.292 mil reais. Nestes municípios as atividades econômicas predominantes são industriais e agroindustriais, revelando que a indústria é capaz de modernizar o território em que se instala.

Essa afirmação é comprovada pelos PIB da indústria em que os quinze primeiros municípios são Goiânia - 7.241.762 mil reais, Anápolis - 3.927.806, Aparecida de Goiânia - 2.375.776 mil reais, Catalão - 2.165.244 mil reais, Rio Verde - 1.981.652 mil reais, Itumbiara - 1.213.284 mil reais, São Simão - 1.115.791 mil reais, Luziânia - 974.917 mil reais, Senador Canedo - 611.006 mil reais, Minaçu - 608.252 mil reais, Jataí - 565.614 mil reais, Cachoeira Dourada - 506.351 mil reais, Niquelândia - 412.519 mil reais, Trindade - 407.732 mil reais e Alto Horizonte - 388.064 mil reais. Comparando as duas tabelas se pode dizer que são praticamente os mesmos municípios das maiores arrecadações de impostos com algumas diferenças na classificação, motivo de alguns não aparecerem nestes dados como o município de Mineiros, que está na décima sexta posição.

Na área de prestação de serviços os quinze primeiros municípios com maior PIB são Goiânia 27.779.799 mil reais, Aparecida de Goiânia 6.140.200 mil reais, Anápolis 5.725.205 mil reais, Rio Verde 3.424.174 mil reais, Catalão 2.075.198 mil reais, Itumbiara 1.755.981 mil reais, Luziânia 1.642.888 mil reais, Jataí 1.509.098 mil reais, Senador Canedo 1.364.408 mil reais, Valparaíso de Goiás 1.337.969 mil reais, Caldas Novas - 1.095.458 mil reais, Formosa - 1.073.249 mil reais, Águas Lindas de Goiás - 1.022.771 mil reais, Mineiros - 857.097 mil reais e Trindade - 825.372 mil reais. Percebe-se, a partir da análise do PIB, que não só a agropecuária, mas um conjunto de atividades levam determinadas localidades à condição de polo econômico. A prestação de serviços é também um importante indicador da circulação do capital, sobretudo em regiões industriais. No estado de Goiás, ao identificarmos a concentração dos serviços na região metropolitana de Goiânia, juntamente à concentração das áreas e estabelecimentos voltados à agricultura capitalista no sul do estado, logo percebemos que a dicotomia norte/sul ainda está longe de ser superada.

Com base nessa multiplicidade de atividades que hoje compõem o que muitos autores têm denominado “complexo” do agronegócio, apresenta-se a seguir um mapa (12) que sinaliza as regiões, ou “Polos Econômicos”.



Mapa 12. Estado de Goiás: Polos Econômicos - 2013.
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Nestas regiões a territorialização do capital acontece com maior força, fazendo com que essas localidades exerçam um poder de atração de investimentos, empregos e infraestrutura em relação às demais.

Nesse tópico foi apresentado o histórico e as transformações recentes do agronegócio em Goiás, revelando uma dicotomia territorial antiga entre o norte, com poucas atividades econômicas e carência de infraestrutura, e o sul, mais desenvolvido, situação que lhe permitiu receber os grandes conglomerados internacionais do agronegócio. No próximo tópico o agronegócio será abordado diante de sua capacidade de provocar as desigualdades socioespaciais, percebidas tanto no âmbito intramunicipal quanto intermunicipal.

3.3. O agronegócio e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais

A intenção de revisitar teoricamente a ocupação do território goiano da colonização até a contemporaneidade está baseada na necessidade de conhecer o que já existia para compreender como se deu o aprofundamento das desigualdades socioespaciais em virtude da instalação do agronegócio. Por isso, foi fundamental rememorar que sua economia começa a se desenvolver no início do século XX quando se inicia a exportação de produtos primários para outros Estados, recebendo um impulso a partir de 1950 com a intervenção do Governo Federal que transferiu a capital nacional para Goiás, investindo na construção de rodovias e nas pesquisas científicas que tornaram o solo do bioma cerrado produtivo. Estas ações permitiram a instalação dos conglomerados do agronegócio no território num momento que ele ainda era caracterizado pela sua estagnação econômica, escassez de infraestrutura e baixo contingente populacional. Razão pela qual as empresas são vistas pela sociedade como salvadoras da economia por terem trazido empregos e “desenvolvimento”, maquiando sua responsabilidade no aprofundamento das desigualdades socioespaciais no Estado.

Em termos de demografia o que já existia era uma pequena população, comprovada pelos censos do IBGE (2010)¹⁴, de 160.395 mil habitantes em 1872, 227.572 mil habitantes em 1890, 255.284 mil habitantes em 1900, 511.919 mil habitantes em 1920, 661.226 mil habitantes em 1940, 1.010.880 mil habitantes em 1950, 1.626.376 mil habitantes em 1960, 2.460.007 mil habitantes em 1970, 3.229.219 mil habitantes em 1980, 4.996.439 mil

¹⁴ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>> Acesso em: 19/03/2016.

habitantes em 2000 e 6.003.788 mil habitantes em 2010. O que se agrava é a distribuição dos habitantes por municípios em virtude da modernização da agricultura que expulsou o homem do campo para a cidade que não tinha empregos suficientes para recebê-lo, levando-o à migração.

Conforme a estimativa de população por município do IBGE em 2015, dos 246 municípios goianos existentes, 155 possuíam menos de 10.000 mil habitantes (equivale a 63,00% dos municípios), 53 possuíam de 10.000 a 30.000 mil habitantes (equivale a 21,54% dos municípios), 16 possuíam de 30.000 a 50.000 mil habitantes (equivale a 6,50% dos municípios), 10 possuíam de 50.000 a 100.000 mil habitantes (equivale a 4,06% dos municípios) e 12 possuíam acima de 100.000 mil habitantes (equivale a 4,87% dos municípios). O Mapa 13 (p.132) e a Tabela 06 nos dão a dimensão deste fato ao mostrarem que a maioria da população está concentrada em poucos municípios no eixo que envolve as metrópoles Goiânia e Brasília (administração e indústrias) e nas áreas mais dinâmicas economicamente tanto na parte norte (agropecuária e minérios) quanto sul (agronegócio), e o restante está espalhada em municípios com população pequena.

Tabela 06. Estado de Goiás: ranking dos vinte maiores municípios goianos em população estimada em 2015

Municípios	População (hab)
Goiânia	1.430.697
Aparecida de Goiânia	521.910
Anápolis	366.491
Rio Verde	207.296
Luziânia	194.039
Águas Lindas de Goiás	187.072
Valparaíso de Goiás	153.255
Trindade	117.454
Formosa	112.236
Novo Gama	106.677
Itumbiara	100.548
Senador Canedo	100.367
Catalão	98.737
Jataí	95.998
Planaltina	87.474
Caldas Novas	81.477
Santo Antônio do Descoberto	69.988
Goianésia	65.767
Cidade Ocidental	64.229
Mineiros	60.464
Total	4.222.176
Total Estado de Goiás	6.610.681

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos -Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás.

Esse argumento é confirmado pela Tabela 07, que estima apenas os vinte maiores municípios goianos em 2015, em que 2.536.919 mil habitantes estavam na capital Goiânia e nos municípios circunvizinhos de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, 974.970 mil habitantes no Entorno do Distrito Federal em Águas Lindas de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, 628.810 mil habitantes nas áreas do agronegócio em Catalão, Goianésia, Itumbiara, Jataí, Mineiros e Rio Verde e 81.477 mil habitantes em Caldas Novas devido ao turismo das águas quentes.

Os dados revelam que Goiás passa por um fenômeno global que é a concentração populacional nas regiões metropolitanas devido ao maior volume de empregos e acesso a serviços básicos de qualidade como saúde e educação, razão pela qual mais da metade de sua população se encontra nestas áreas. Esse fato, aliado à referência de que 63% dos municípios goianos possuem população inferior a 10.000 mil habitantes e que a parte sul está integrada ao agronegócio globalizado e a parte norte à agropecuária e à extração de minérios, mostra-nos a contradição que é a existência de atividades econômicas nos municípios e a inexistência de população. Para Barreira e Chaveiro (2010, p. 27),

Embora o processo tenha transformado o Cerrado num cinturão produtivo importantíssimo, principalmente para a balança comercial do país, ao gerar bens de exportação, houve uma concentração de terras, um aumento da desigualdade social e uma concentração espacial, especialmente fundada na urbanização desigual que espelha um território urbanizado e cheio de problemas. Segue, junto, um campo produtivo, mas vazio de gente e da cultura do local.

A realidade em Goiás, especialmente nas áreas do agronegócio, é a existência de alguns municípios polos concentrando a mão de obra, os serviços e as grandes multinacionais ao lado de municípios vazios de gente, com um campo altamente produtivo e uma cidade sem infraestrutura pública e privada.

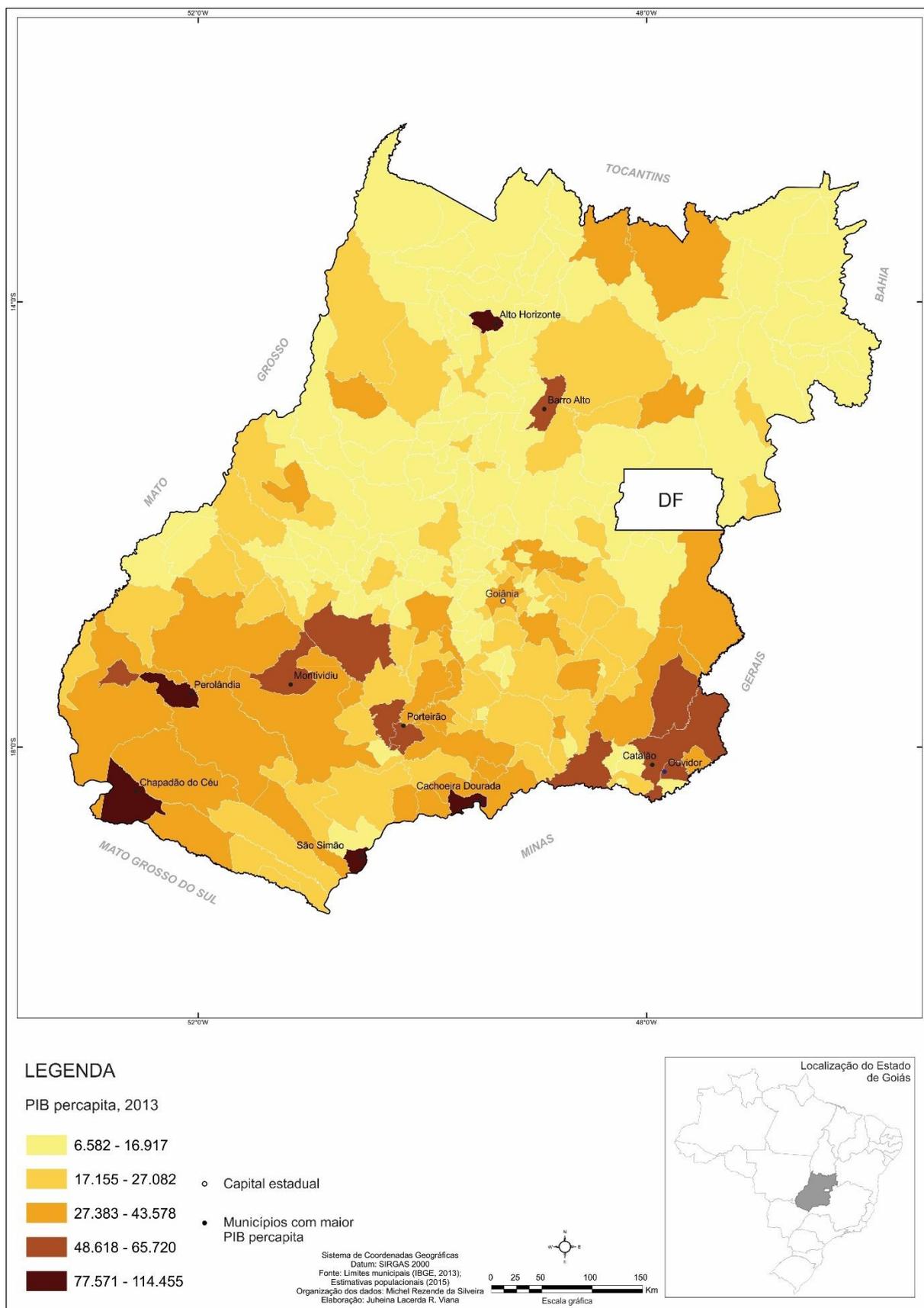
Porém, a existência de uma população pequena em municípios onde o rural é ligado ao agronegócio tem os seus benefícios, pelo menos em números, já que o Produto Interno Bruto Per Capita (Mapa 13) é calculado através da divisão do PIB pela população residente. A Tabela 07, com o *ranking* dos vinte municípios com maiores PIB per capita e população estimada em 2013 do Estado de Goiás, confirma este fato ao mostrar apenas seis municípios que possuem população acima de 10.000 habitantes, sendo que, destes, apenas três (Catalão, Itumbiara e Rio Verde) são considerados polos. Outro fato importante é quando a pesquisas retornar ao mapa do produto interno bruto da economia (10) será observado que a maioria destes municípios não aparece entre os dez principais.

Se qualidade de vida significa o atendimento às necessidades básicas (emprego, saúde e educação) e suplementares (lazer) do ser humano, pode-se afirmar que nestes municípios a mesma não existe já que sua população tem que enfrentar uma migração diária para satisfazê-las. Esta informação é comprovada quando se colhem os dados de atendimento da saúde ou do ensino superior dos municípios circunvizinhos com uma população maior, que são responsáveis por atender os municípios com população pequena. Na saúde, ocorrem muitos conflitos pelo motivo de que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (programa do Governo Federal) são distribuídos pelo tamanho da população municipal, sendo necessária uma pactuação intermunicipal prévia, que não ocorre, para transferência de verbas.

Tabela 07. Estado de Goiás: Ranking dos vinte municípios com maiores PIB Per Capita e População Estimada em 2013

Município	População Censitária (2000)	População Estimada (2013)	Evolução (%)	PIB Per Capita (R\$ mil - 2000)	PIB Per Capita (R\$ mil - 2013)	Evolução (%)
Chapadão do Céu	3.778	8.042	113	31.789	114.455	260
Alto Horizonte	2.564	5.140	100	2.694	109.787	3976
Perolândia	2.791	3.074	10	9.113	97.054	965
Cachoeira Dourada	8.525	8.414	-1	15.364	81.478	430
São Simão	13.552	18.493	36	31.073	77.571	150
Porteirão	2.823	3.577	27	13.552	65.720	385
Catalão	64.347	94.896	47	12.782	65.236	410
Ouidor	4.271	5.933	39	13.701	57.622	321
Barro Alto	6.251	9.606	54	3.375	57.216	1595
Montividiu	7.736	11.611	50	15.670	54.839	250
Turvelândia	3.524	4.751	35	16.454	53.302	224
Campo Alegre de Goiás	4.528	6.631	46	13.418	52.520	291
Paraúna	10.834	11.175	3	9.012	52.288	480
Corumbáiba	6.655	8.809	32	10.847	49.425	356
Portelândia	3.696	3.984	8	9.113	48.618	434
Rio Quente	2.097	3.724	78	7.256	43.578	501
Santa Fé de Goiás	4.083	5.073	24	8.875	41.597	369
Cezarina	6.514	8.026	23	11.374	38.380	237
Itumbiara	81.430	98.484	21	8.575	37.431	337
Rio Verde	116.552	197.048	69	8.349	36.539	338

Fonte: Instituto de Geografia e Estatística.



Mapa 13. Estado de Goiás: Produto Interno Bruto per capita - 2013

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

A dicotomia Norte/Sul novamente se faz presente, revelando o grau de concentração de riquezas no estado de Goiás. Isso não quer dizer que os municípios ao norte estão “excluídos” do processo de territorialização do capital. Pelo contrário, a posição marginal que ocupam na produção econômica atribui a eles um papel fundamental na lógica do capital: fornecedores de mão de obra barata, áreas de especulação imobiliária (necessárias à expansão da fronteira agrícola), massas de manobras políticas. Estes territórios de menor valor agregado têm se tornado também o “refúgio” de populações tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhas – que em algum momento da história construíram seus *habitats*, num movimento de resistência à opressão da qual foram e continuam sendo vítimas. Melhor dizendo, esses sujeitos marginalizados conseguiram, a partir da “reterritorialização” de suas comunidades, saírem da vitimização para a resistência.

A relação dos vinte municípios com os maiores PIB *per capita* reitera esse protagonismo atribuído a determinados conjuntos territoriais.

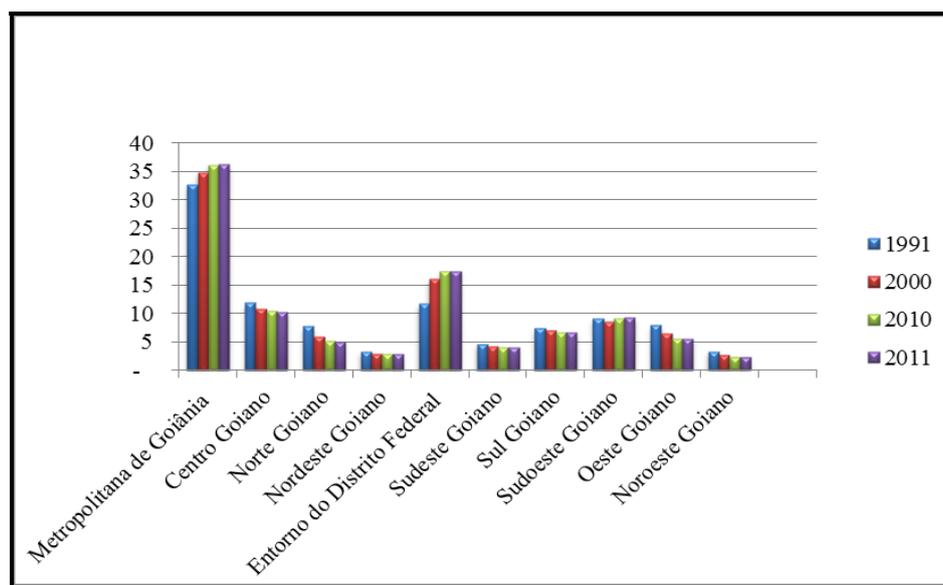
O que se conclui é que a introdução do agronegócio em Goiás modernizou áreas e elevou a arrecadação estadual fazendo o capital circular, mas a materialização no território ocorreu em locais privilegiados gerando o aprofundamento das desigualdades socioespaciais em virtude de muitos municípios, embora tendo um campo produtivo, continuarem com uma cidade precária. Por isso, a nosso ver o território goiano é alvo de um saque por parte das multinacionais que retiram dele minérios, grãos, carne, combustível, deixando um grande impacto ambiental, sem o devido retorno de capital. O que leva os seus cidadãos à eterna ilusão de que o desenvolvimento um dia chegará, promovendo uma melhoria na sua qualidade de vida.

Diante do arranjo formado por determinados municípios, ou do caráter desigual da territorialização do capital, a escala regional ou os novos processos de regionalização se apresentam preponderantes à análise desse fenômeno. Alguns dados disponibilizados pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN (2015) - ajudam-nos a visualizar a problemática regional instaurada no território. O primeiro deles diz respeito à população, expressa no gráfico 2.

Reproduzindo a tendência constatada a nível nacional, a maior parte da população do Estado de Goiás está localizada nos centros urbanos, especialmente na região Metropolitana de Goiânia e no Entorno do Distrito Federal. Nas demais regiões, o quantitativo populacional estagnou ou sofreu decréscimos consideráveis entre os anos de 1991 a 2001 - conforme representado no gráfico. Isso revela o enfraquecimento demográfico - por conseguinte,

econômico e cultural - dos pequenos centros urbanos, assim como a complexidade que as cidades têm apresentado à medida que cresce o número de desempregados e o trabalho informal.

Gráfico 02. Percentual de População residente segundo as Regiões de Planejamento - 1991, 2000, 2010 - 2011. (%)



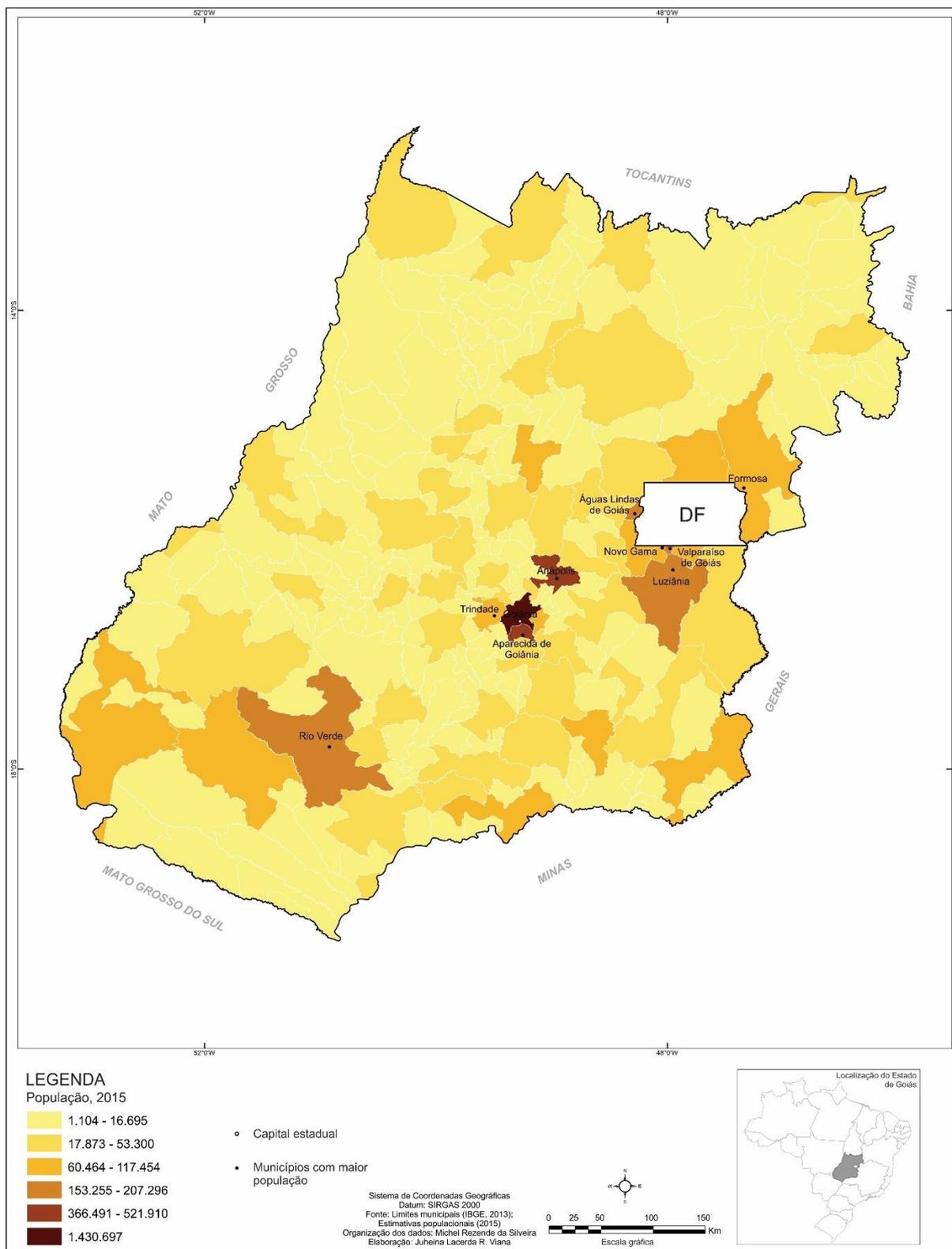
Organizador: Silveira, M. R.. Fonte: SEGPLAN (2015).

A tendência percebida pelos dados acima explorados se confirma na distribuição espacial da população estimada no estado de Goiás no ano de 2015 (Mapa 14).

No mapa (14), ressaltam-se três aglomerados populacionais no estado: Metropolitana de Goiânia, Entorno do Distrito Federal e Sudoeste Goiano. Neste último, o município de Rio Verde, com uma média de crescimento anual de 2%, tem protagonismo.

Em contraposição, os municípios situados nas regiões de planejamento Norte, Noroeste e Nordeste Goianos apresentam quantitativos populacionais bastante aquém da densidade proporcional às respectivas extensões territoriais.

No plano metodológico, as representações gráficas apontam para uma nova relação campo-cidade. O agronegócio se torna um setor preponderante na produção do espaço urbano, sobretudo na concentração da força de trabalho nas cidades, direcionada a atividades “agroindustriais” ou de “serviços”, e também na promoção do desemprego.



Mapa 14. Estado de Goiás: população estimada – 2015

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Enfim, a forma pela qual as diferentes porções do espaço participam da economia, da alocação populacional, da geração de empregos etc. revela o *modus operandi* de territorialização do capital: promoção das desigualdades sociais e regionais como condição à promoção das centralidades. Nesse movimento, reajustes acontecem conforme os novos elementos colocados pelo espaço e tempo presentes em confronto ao que é herdado: depara-se com a dialética entre o novo e o velho. A necessidade de compreender as novas roupagens e estratégias de inserção dos territórios ao modelo produtivo do agronegócio é, além de um exercício analítico, uma ação política para instrumentalização das resistências. Sendo assim, buscar-se-á, no próximo capítulo, realizar tal exercício, elencando a região do Sudoeste Goiano - com destaque ao município de Rio Verde - no sentido de compreender como se constroem as novas centralidades do capital através da dinâmica do agronegócio.

CAPÍTULO IV
CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE E AS
NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Nesse capítulo foi realizado o fechamento da tese iniciando com a apresentação da microrregião do sudoeste de Goiás, que é uma das maiores regiões produtoras de grãos do país, fato que atraiu agroindústrias para o seu território, consolidando os municípios de Mineiros, Jataí e Rio Verde como polos regionais, intitulados de “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Após isso, foi feita a análise da centralidade do município de Rio Verde, através dos dados de população censitária, produção agrícola, total de empresas, remuneração média, vínculos ativos e total de funcionários empregados na indústria. Por fim, por meio dos dados de deslocamento para trabalho, saúde, educação e índice de Gini, compreendeu-se como ocorreu a criação de novas dinâmicas territoriais, dentre elas o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, analisadas no contexto da microrregião.

4.1 A agricultura globalizada na microrregião do sudoeste de Goiás

Verdes paisagens de tempos perdidos / Troncos retorcidos com os pés na terra / Um sinal expresso diz que o progresso lhes declara guerra / Troncos perfilados verdes pelotões / Capitães tombados Cedros Anões / Sucupira viúva Angico a chorar / Vinhático raquítico Peroba sem par / Emcurussu ferrado no atrito da serra agoniza cerrado na dor do Pau-terra / Ipê amarelo estéril sem flor Faveiras Favas ordena o trator / O cerrado é fogo é dor é solidão / O cerrado é um risco de carvão / Aroeira insisti, Mangabeira não / Pequizeiro desiste, Chichá vai ao chão / Desidratada magra Pindaíba / Sem sombra sem copa cai a Copaíba / Desaba em pranto o velho Jatobá / Baru destroncado adeus Jacarandá / Tambu tomba tenso / Gameleira já morta / Pororoca aflita / Barriguda aborta / Caraíba é fumaça / Chora Jequitibá / Embaúba se lasca Alicá é pra já / Simbaíba secando lá vai Tamboril / A Malva ardendo é brasa é Brasil / O cerrado é fogo é dor é solidão / O cerrado é um risco de carvão.

“Música Cerrado” - Marcelo Barra e Hamilton Carneiro

A centralidade do Município de Rio Verde só pode ser compreendida se houver um entendimento das dinâmicas territoriais da microrregião do sudoeste de Goiás. Por isso, foi realizado um trabalho de campo nos dias 02, 03 e 04 de abril em que foram visitados 16 municípios (ficando de fora apenas Santa Rita do Araguaia - visitado em outra oportunidade -, e Doverlândia) e percorridos 1.300 quilômetros. Em termos metodológicos, as visitas tiveram o objetivo de entrar em contato com a realidade existente no rural pela observação das culturas agrícolas desenvolvidas, e no urbano através do diálogo e entrevista com os cidadãos (anexo).

Nesta pesquisa de campo, percorrendo parte da imensidão dos 56.111.075 km² da microrregião do sudoeste de Goiás através de rodovias Federais e Estaduais, deparou-se com uma paisagem marcada pelo plantio da monocultura de cana, de soja, de milho e de algodão que ocupa centenas de quilômetros sem deixar espaço para cercas, casas ou árvores -

encontradas raramente em forma de pequenas manchas¹⁵. A música “Cerrado” retrata essa realidade de destruição do bioma pelas lavouras, pois lista o nome das principais árvores que existiam nele e que foram desaparecendo gradativamente por conta da lógica de acumulação do capital pelos grandes conglomerados multinacionais.

Sua presença no território é observada através de suas logomarcas estampadas em placas que ficam no meio da plantação para indicar a marca e o tipo de sementes cultivadas no solo, nos maquinários utilizados no processo produtivo e nos galpões que recebem os produtos. Esse fato mostra a interferência econômica dos atores internacionais, que são os detentores das patentes de insumos e implementos agrícolas, situação que lhes permite comandar a agropecuária da microrregião do Sudoeste de Goiás. Por isso, qualquer análise do município de Rio Verde que não levar em conta o seu contexto regional tende a ser incompleta, motivo pelo qual iniciamos este capítulo com sua análise.

Para o IBGE, uma divisão político-administrativa do Brasil deve levar em consideração as escalas de Unidade da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios. Em relação às microrregiões¹⁶, estabeleceu-se como parte das mesorregiões por apresentarem especificidades em relação à organização do espaço. No caso em estudo, a microrregião do sudoeste de Goiás - representada no Mapa 15, é composta pelos municípios de Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

¹⁵ Estas pequenas manchas com árvores só existem para cumprir a Lei de nº 12.651 de 2012 que exige uma reserva legal para proteção da vegetação nativa.

¹⁶ Metodologia disponível em <<http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>> Acesso em 28/04/2016.



Mapa 15. Brasil: Localização da área de estudo

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Dentre estes 18 municípios existem três polos econômicos que comandam a agropecuária em nível regional, os municípios vizinhos Rio Verde, Jataí e Mineiros, posicionados geograficamente em uma linha reta - com uma distância aproximada de 100 km um do outro - que liga a microrregião de leste a oeste formando o que denominaremos de “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. A relação econômica entre eles é pautada na hierarquia Rio Verde > Jataí > Mineiros e em vínculos de complementaridade, fatores que podem ser medidos através da análise das empresas multinacionais instaladas no território, criadoras do processo de polarização regional.

Esse fato causa uma interferência na distribuição de pessoas por municípios, porque houve uma concentração do trabalho no “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Conforme a Tabela 08, estimou-se em 2015 que a microrregião possuía 503.397 habitantes, dos quais 41% residiam em Rio Verde, 19% em Jataí e 12% em Mineiros, totalizando 72% da população do sudoeste de Goiás concentrada nos municípios polos. Obviamente, esta discrepância na ocupação territorial em que dos 18 municípios apenas 3 possuem população acima de 50.000 mil habitantes, 1 com população entre 30.000 e 40.000 mil habitantes, 3 com população entre 10.000 e 20.000 mil habitantes e outros 11 com população abaixo de 10.000 mil habitantes, não pode ser explicada apenas pelo emprego, o que provoca o questionamento: quais foram os motivos que ocasionaram a concentração populacional em três municípios?

Segundo Elias (2011, p. 153), o fundamento de uma configuração espacial como esta se deve às transformações ocorridas na atividade agropecuária nas últimas cinco décadas no Brasil, que exerce profundos impactos sobre a reorganização do território resultando em novos arranjos territoriais, destacando-se o que se designou como Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), que são os

[...] novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio.

Para a autora, as RPAs se constituem em importantes nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados, capazes de promover significativas (re)estruturas regionais e urbanas, tornando-se o lugar do conflito de várias naturezas.

Tabela 08. Microrregião do sudoeste de Goiás - população estimada da microrregião em 2015.

Município	População estimada - mil habitantes
Aparecida do Rio Doce	2.510
Aporé	4.077
Caiapônia	18.148
Castelândia	3.642
Chapadão do Céu	8.589
Doverlândia	7.842
Jataí	95.998
Maurilândia	12.956
Mineiros	60.464
Montividiu	12.101
Palestina de Goiás	3.499
Perolândia	3.105
Portelândia	4.015
Rio Verde	207.296
Santa Helena de Goiás	38.378
Santa Rita do Araguaia	7.916
Santo Antônio da Barra	4.714
Serranópolis	8.147
Total	503.397

Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás / Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

A observação empírica e a análise de dados da microrregião do sudoeste de Goiás revelam que este conceito pode ser aplicado nesta realidade, porque o território foi (re)estruturado para atender ao agronegócio. Porém, Elias (2013, p. 2019) adverte que a caracterização das RPAs perpassa vários campos de estudo da geografia - agrária, econômica, urbana, regional - e de outras ciências - economia espacial e política, sociologia rural -, tornando a pesquisa bastante complexa. Por essa razão, ao invés de certificar que a região é uma RPA, deixar-se-á apenas como uma possibilidade, utilizando algumas destas concepções para explicar as modificações ocorridas no território após a implantação da agricultura científica.

O primeiro ponto da teoria de Elias (2011) diz respeito à reestruturação do território brasileiro pelas transformações da agropecuária, que pode ser confirmada elencando os dez produtos mais exportados pelo Brasil no ano de 2015¹⁷, em ordem decrescente, que são: soja em grão, minério de ferro, petróleo bruto, carne de frango *in natura*, açúcar bruto, farelo de

¹⁷ Disponível em: <<http://www.avisite.com.br/noticias/?codnoticia=16534>> Acesso em: 11/05/2016.

soja, celulose, café em grão, milho em grão e carne bovina. Ora, se dos dez produtos mais exportados pelo país oito são oriundos do campo não há como negar sua capacidade de reorganizar o espaço para atender às demandas globais. Caso da microrregião do sudoeste de Goiás que passou por mudanças consideráveis com a introdução da agricultura científica que a tornou nacionalmente uma das maiores regiões produtoras de grãos.

De acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB) - pertencente à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento -, em 2014 Goiás ocupava a quarta posição no *ranking* nacional (a diferença de um ano nos dados ocorreu porque o IBGE só divulgou os números da produção agrícola até o ano de 2014. Mas, como a sequência dos anos anteriores não mostrou mudanças abruptas nos dados, decidiu-se utilizá-los). Conforme a Tabela 09, os municípios de Jataí e Rio Verde eram os líderes estaduais na produção de milho, de soja e grãos. Essa capacidade produtiva é a razão da instalação das agroindústrias, que buscam os territórios com disponibilidade de matéria-prima, circunstância que leva à criação de empregos no rural e no urbano, justificando a concentração populacional no “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Os dados também revelam outra questão importante, que é a liderança produtiva de Jataí, mostrando que Rio Verde diminui sua produção, mas aumenta o seu grau de polarização. Essa é uma das características dos polos: deixarem de produzir para comandar, e o principal exemplo é a cidade de São Paulo, caracterizada como metrópole global.

Tabela 09. Ranking de produção dos principais produtos agrícolas - 2014 por municípios

Produtos	Municípios	Produção (t)	Ranking Estadual
Milho (em grão)	Jataí	1.476.000	1º
	Rio Verde	1.234.500	2º
Cana-de-açúcar	Quirinópolis	6.771.809	1º
	Itumbiara	3.552.300	2º
	Goiatuba	3.440.140	3º
Soja (em grão)	Jataí	767.280	1º
	Rio Verde	750.000	2º
Produção de grãos	Jataí	2.283.890	1º
	Rio Verde	2.086.045	2º

Elaboração: SILVEIRA, M. R. Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás / Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

Estes argumentos ficam mais compreensíveis quando se unem os dados relativos ao tamanho da área territorial e à produção agrícola da microrregião do sudoeste de Goiás em

2014¹⁸ (dados mais recentes divulgados pelo IBGE). Conforme a Tabela 10, o milho (utilizado pelo complexo agroindustrial da carne para fazer ração) e a soja (exportada *in natura* ou esmagada para fazer ração e óleo de cozinha) têm como maiores produtores os municípios de Jataí, Rio Verde, Montividiu e Mineiros. Quanto à cana-de-açúcar (para a geração de biocombustível) os principais municípios são Mineiros, Rio Verde, Jataí e Santa Helena de Goiás, que possuem uma produção em toneladas próxima à do município de Goiatuba, que está em terceiro lugar no *ranking* estadual. Ligando estes dados ao tamanho da área territorial se observa que os maiores produtores são aqueles municípios que possuem uma grande porção de terras que permite o desenvolvimento da agricultura mecanizada (relevos planos ou suavemente ondulados). Destacando-se os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, que são os maiores em extensão e produção da microrregião do sudoeste de Goiás, fundamentando a afirmação de que estes são polos regionais.

Tabela 10. Microrregião do sudoeste de Goiás: produção de milho, soja, cana-de-açúcar e algodão no ano de 2014

Município	Área Territorial	Quantidade produzida em Toneladas			
	(Km ²)	Milho	Soja	Cana-de-açúcar	Algodão
Aparecida do Rio Doce	602,133	650	1.890	-	-
Aporé	2.900,053	1.105	10.703	1.593.000	-
Caiapônia	8.637,871	313.000	245.700	-	6.923
Castelândia	297,428	-	17.400	425.000	-
Chapadão do Céu	2.185,124	435.250	238.500	2.367.000	68.952
Doverlândia	3.222,941	28.900	40.500	-	-
Jataí	7.174,228	1.476.000	767.280	3.000.000	2.682
Maurilândia	389,697	13.250	33.600	937.500	-
Mineiros	9.060,091	439.800	279.000	3.120.000	6.680
Montividiu	1.874,153	627.300	338.800	604.500	19.260
Palestina de Goiás	1.320,687	34.310	32.400	-	-
Perolândia	1.029,624	238.800	141.775	450.000	22.600
Portelândia	556,576	99.350	62.560	330.000	2.760
Rio Verde	8.379,659	1.234.500	750.000	3.060.000	3.670
Santa Helena de Goiás	1.141,389	150.000	100.800	2.648.600	-
Santa Rita do Araguaia	1.361,773	2.480	23.540	-	-
Santo Antônio da Barra	451,598	17.340	16.200	360.000	-
Serranópolis	5.526,723	172.000	103.362	877.500	-
Total	56.111,75	5.284.035	3.204.010	19.773.100	133.527

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁸ Propôs-se metodologicamente examinar a paisagem da microrregião do sudoeste de Goiás através de dados oficiais do ano de 2015. No entanto, os últimos dados da produção agrícola divulgados pelo IBGE são do ano de 2014. Diante da necessidade de se expor a realidade agrária, pois o texto aborda o agronegócio, e tomando como base o trabalho de campo que revelou não haver mudanças significativas na produção agrícola de um ano para o outro, resolveu-se utilizá-los deixando uma nota explicativa para o leitor.

Situação que remete ao segundo ponto da teoria de Elias (2011) de que as RPAS são os nós, pontos ou manchas das redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados. Para a autora, esta ligação com o global é umas das características das RPAs que em nada lembram a forma mais clássica inerente ao conceito de região em que pareciam dotadas de certa autonomia, independente das relações do país como um todo e com o sistema mundial, tornando-se muito fechadas em si mesmas. Pelo contrário, as RPAs são lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção de *commodities*, cada vez menos resistentes às ingerências exógenas e aos novos signos, comandadas por algumas empresas hegemônicas do setor e se constituindo como lugares do fazer do agronegócio globalizado.

Através do conceito de RPAs Elias (2011, p. 156) diferencia as regiões constituídas pela agricultura tradicional, em que é possível observar os traços da dicotomia campo/cidade, sendo o campo, na maioria das vezes, um local dominado pela economia de subsistência e, a cidade, pela prestação de serviços para sua população, daquelas produtivas agrícolas, explicando que:

Nas RPAs a oposição clássica entre a cidade e o campo torna-se bastante relativizada e a noção de complementaridade ganha mais força e importância. Tudo isso nos leva a dizer que as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo estão soldando a união contraditória que separou no início da sua expansão: a indústria e a agricultura, a cidade e o campo.

Como já evidenciei em outros momentos, com o advento da globalização, inúmeros pesquisadores têm afirmado que as características desse novo período histórico apagaram o espaço e que a expansão do capital e da tecnologia teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido se prosseguir pensando que a região existe. Vou em sentido inverso a essa compreensão. Concordo com Santos (1994b; 1988), para quem, muito ao contrário, nunca os lugares foram tão distintos uns dos outros, porquanto, o tempo acelerado, ao acentuar a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares.

Em síntese, as RPAs são regiões comandadas pelo agronegócio com a função de produzir *commodities* para exportação dentro de um sistema econômico capitalista caracterizado pela união da indústria, agricultura, cidade e campo no processo produtivo, que foi capturado pelas multinacionais do setor agropecuário.

O exame do território da microrregião do sudoeste de Goiás na pesquisa de campo revelou o domínio das empresas, retratado na Figura 01 pela foto da distribuidora de produtos agropecuários SOAGRO, situada no município de Rio Verde, e por um *folder* desta convidando os produtores rurais para o 7º dia de campo onde apresentariam os produtos das marcas comercializadas na região (parte de baixo do convite), que são: *Basf* (multinacional alemã), GRAP Agrocete (empresa brasileira), Microgeo (empresa brasileira), Nortox

(empresa brasileira), *Monsanto* (multinacional americana), *Arysta* (multinacional japonesa), *Nidera* (multinacional holandesa), *Rotam* (multinacional de Taiwan), *Adama* (empresa brasileira), *Helm* (multinacional alemã) e *Biogene* (empresa pertencente à DuPont Pioneer, que é uma multinacional americana).



Figura 01. Empresa SOAGRO e Convite para o 7º dia de campo.

Fonte: Arquivo Pessoal. Autor: Silveira, M. R.

Em vista disso, pode-se afirmar que a região pertence aos circuitos espaciais de produção globalizados, conforme a teoria de Elias (2011), e o “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” se constituem como um ponto das redes agroindustriais globalizadas. Conjuntura que nos remete à tese de Santos (2006, p. 68) de que “Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta para sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio.”

O desequilíbrio é observado por meio de diversas faces na microrregião do sudoeste de Goiás, pode-se citar o ambiental, devido a um fato corriqueiro na região que é a invasão da faixa lateral de segurança da rodovia¹⁹ (reserva de 15 metros em cada lado da via) e a inexistência de vegetação, e o social, representado pela construção de casas (Município de Maurilândia) praticamente dentro de uma plantação de cana-de-açúcar. A única explicação plausível para esta usura do produtor, que conta com o incentivo das multinacionais e a conivência do Estado, encontra-se no desejo de uma obtenção cada vez maior de lucro. Esses processos nos remetem ao exposto por Santos (2006, p. 67): “Os atores são empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas.”

Esse pensamento de Santos (2006) contribui para a análise das receitas municipais, compostas por: a) tributos - impostos (IPTU²⁰, ITR²¹, ITBI²² e ISS²³), taxas sobre serviços públicos e contribuição por melhorias decorrentes de obras públicas -; b) contribuições para custeio; c) transferências constitucionais - Estado (25% do ICMS²⁴, 50% do IPVA²⁵ e 25% do IPI²⁶) e União (50% do ITR, 22,5% do IR²⁷ e 22,5% do IPI, repassados por meio do FPM²⁸) -; e d) prestação de serviços. Essa quantidade de fontes de arrecadação previstas por Lei supriria todas as necessidades da população de um município. Mas, o que se observa é que elas não são aplicadas em sua totalidade e nem fiscalizadas pelos gestores, causando uma dependência municipal das transferências constitucionais, revelando a raiz do problema da maioria dos municípios goianos que é falta de recursos e a dependência da transferência de verbas do Estado e da União. E a culpa é dos gestores municipais que deixam de receber parte do percentual de impostos a que têm direito - denominado renúncia fiscal - para atrair empresas

¹⁹ Área pública regulamentada pela Lei de nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979.

²⁰ Imposto predial e territorial urbano.

²¹ Imposto sobre a propriedade territorial rural.

²² Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos.

²³ Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

²⁴ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

²⁵ Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

²⁶ Impostos sobre produtos industrializados.

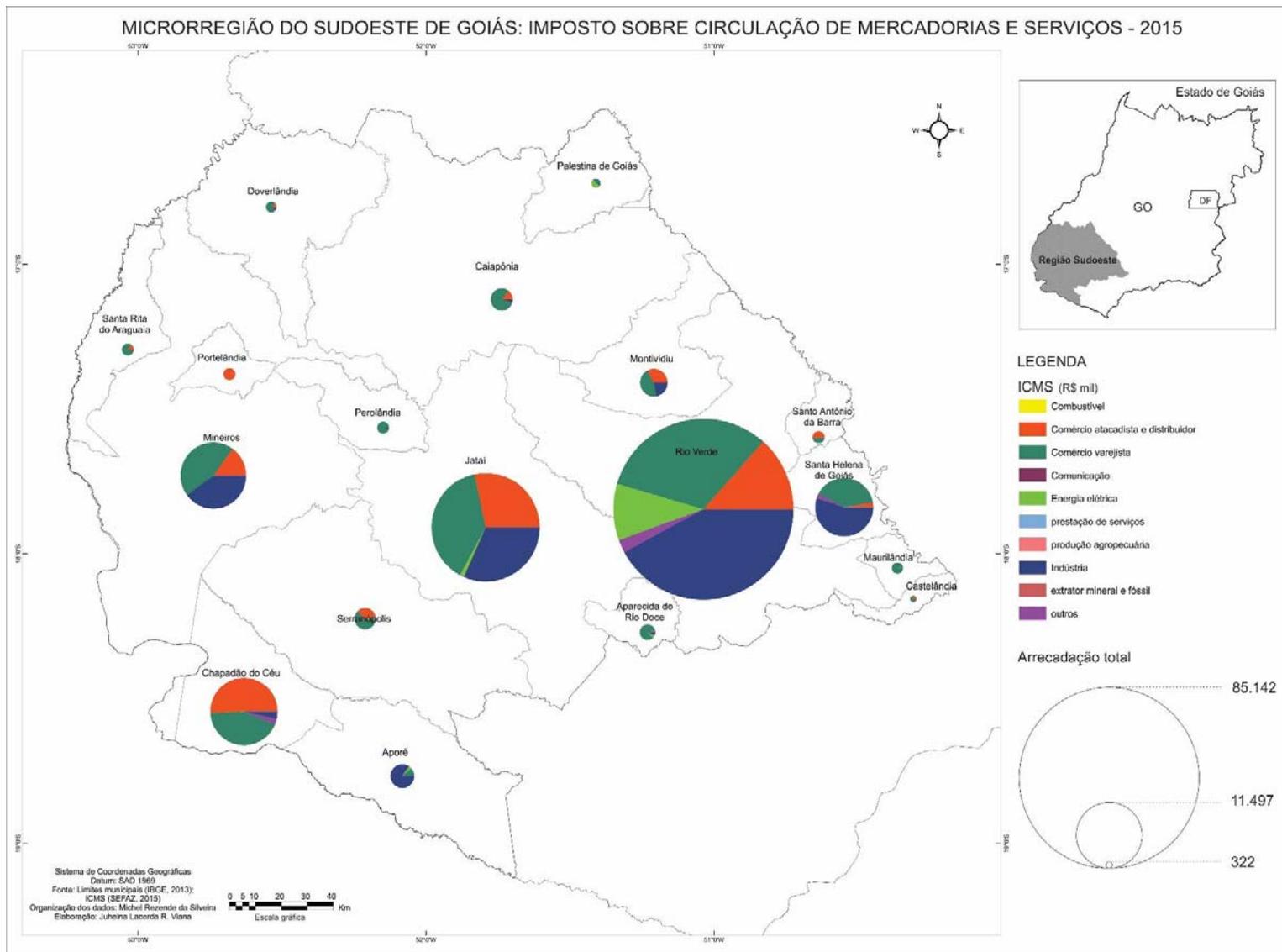
²⁷ Imposto de renda.

²⁸ Fundo de participação dos municípios.

para o seu território, com a justificativa de que haverá a geração de empregos para a sua população. Este argumento seria plausível se houvesse um equilíbrio entre os empregos gerados e os valores recebidos pelos trabalhadores com o lucro das empresas, o que não acontece, porque estas ficam com milhões e os empregados com 1 ou 2 salários mínimos, produzindo uma massa salarial irrisória em relação ao tamanho da isenção de impostos.

Essa afirmação pode ser confirmada pela análise do Mapa 16, que mostra a arrecadação de ICMS da microrregião do sudoeste de Goiás. Pela lógica, um campo produtivo, com agroindústrias instaladas em seu território, deveria gerar riquezas para o município, o que não acontece em Aporé, Maurilândia e Serranópolis que produzem em média 1.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar por ano e as arrecadações de ICMS não chegam a 5.000 mil reais. Chapadão do Céu, tido como o melhor município da parte sul da microrregião, produz 2.367.000 mil toneladas de cana-de-açúcar por ano, mas a principal arrecadação de ICMS vem do comércio. Disto surge um questionamento: Qual é o benefício para um município com população pequena ter uma grande produção agrícola em seu território? Poderiam ser muitos, desde que não houvesse a renúncia fiscal, pois ela permite que o capital extraído do município seja levado para outros lugares.

A contradição - existente nos municípios com populações pequenas da microrregião do sudoeste de Goiás - entre um campo altamente produtivo e conectado com as demandas de consumo globais e uma cidade vazia de população devido à falta de emprego e condições de sobrevivência nos fazem entender a teoria das “Regiões Produtivas do Agronegócio” de Elias (2011), no ponto em que ela afirma haver uma união entre o campo e a cidade devido às relações econômicas de complementaridade. Essa união se dará em nível regional e não municipal, porque o campo dos municípios com populações pequenas será capturado pelos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Nestes, os dados mostram que há uma elevada arrecadação de ICMS na maioria dos setores, dando a entender que tal fato não se deve somente a uma grande área territorial agricultável, à elevada produção agrícola e às agroindústrias, mas também ao comando dos municípios circunvizinhos.



Mapa 16. Microrregião do sudoeste Goiás: imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - 2015
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Isso quer dizer que os polos econômicos do agronegócio da microrregião do sudoeste de Goiás só possuem uma cidade pujante com acesso da população a serviços de qualidade em saúde e educação devido à captura do campo dos municípios vizinhos. Esse pensamento de captura do campo foi desenvolvido por Chaveiro (2005), que compreende a inserção do capital no território goiano como causador de profundas mudanças socioespaciais, com destaque para o aguçamento de problemas como a migração campo-cidade, o desemprego, a proliferação de subempregos, a diminuição da produção de alimentos voltados para o abastecimento do mercado interno, a crise de moradia, de saúde e de educação. Utilizando esse conceito fica evidente que a união entre campo e cidade não ocorre dentro de relações municipais, mas regionais.

Porém, é preciso esclarecer que apenas uma parte do capital extraído do campo dos municípios com populações pequenas irá para o “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Como a maioria das empresas que atuam no território pertence a conglomerados multinacionais do agronegócio, grande parte do dinheiro migrará para os mais diversos países desenvolvidos, fazendo-nos questionar o significado material da palavra município nas regiões do agronegócio, pois aqueles que possuem população pequena ficam só com o ônus da produção de monocultura, que é a degradação do meio ambiente e das relações sociais. O bônus, que é a materialização do capital no território na forma de hospitais, escolas, universidades, áreas públicas de lazer e moradia digna para os cidadãos, é levado para outros locais. Por isso, o pensamento de Santos (2006) de que as empresas globais não possuem preocupações éticas e finalísticas se torna muito atual, havendo a necessidade de uma globalização mais humana.

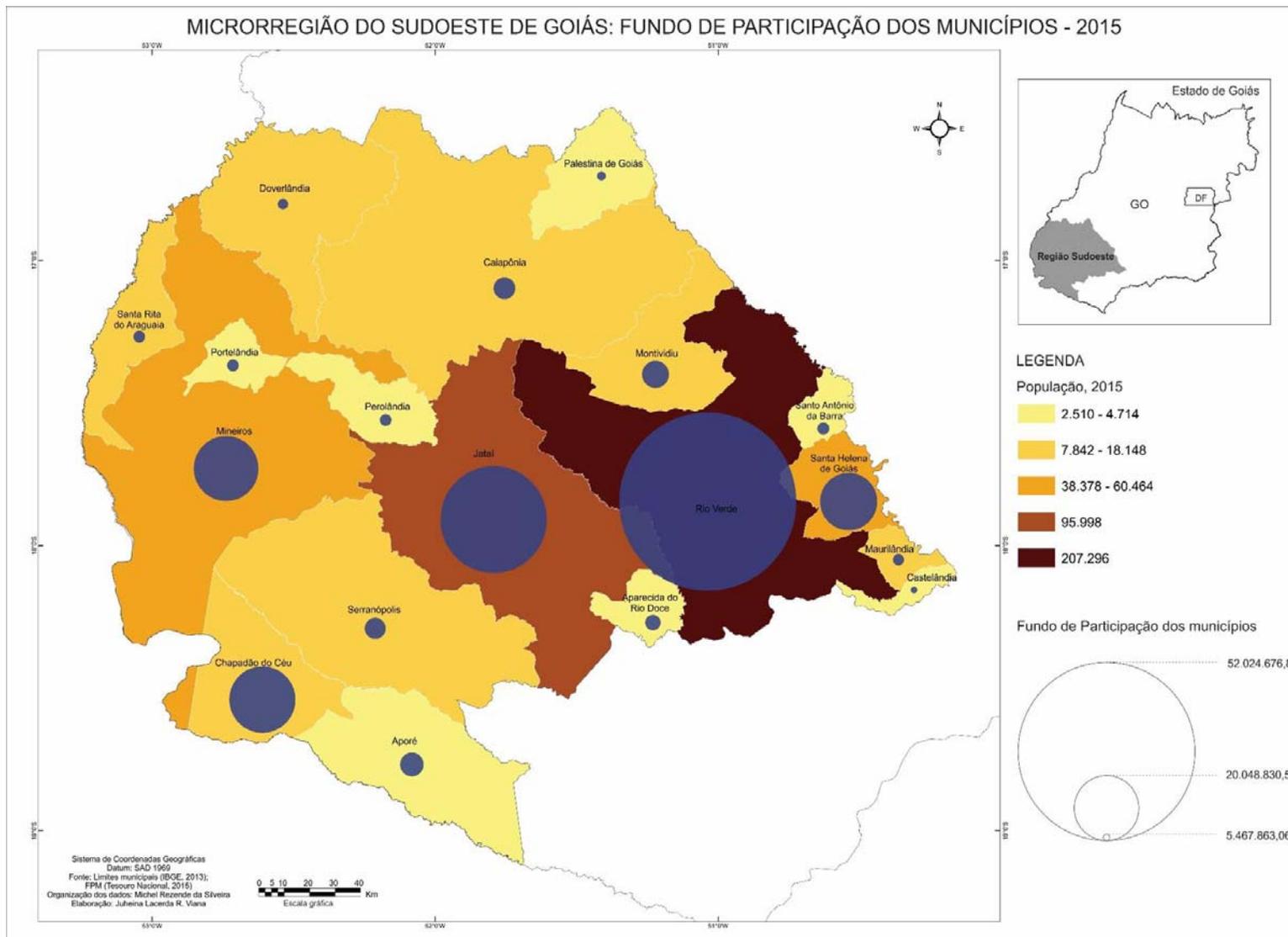
As empresas e o poder público são responsáveis por criar uma situação dialética nos municípios com populações pequenas nas regiões do agronegócio onde o campo é produtivo, uma vez que a gestão municipal não possui recursos financeiros para gerir o território devido aos incentivos fiscais, fazendo com que o município dependa de verbas constitucionais como o FPM - que é uma transferência de parte dos valores arrecadados do imposto de renda e dos produtos industrializados pela União para os Estados, repassados para os municípios de acordo com o número de habitantes -, para sua gestão. O Mapa 17 mostra a distribuição de FPM, os municípios com população de até 10.000 mil habitantes recebem 5.467.863,06 milhões; entre 10.000 e 15.000 mil habitantes recebem 7.290.484,02 milhões; entre 15.000 e 20.000 mil habitantes recebem 10.935.725,88 milhões; entre 30.000 e 40.000 mil habitantes recebem 16.403.588,63 milhões; entre 60.000 e 80.000 mil habitantes recebem 20.048.830,50

milhões; entre 80.000 e 100.000 mil habitantes recebem 27.339.314,14 milhões; e acima de 200.000 mil habitantes recebem 52.024.676,82 milhões.

Como a maioria da população da microrregião do sudoeste de Goiás migrou para os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” em busca de emprego e o FPM é dividido pelo número de habitantes residentes, os municípios com populações pequenas terão uma média maior de arrecadação por pessoa (a conta é fácil, dividindo 52.024.676,82 milhões por 200.000 mil habitantes se tem uma média de 260,12 reais por pessoa, enquanto se se dividir 5.467.863,06 por 10.000 mil habitantes a média será de 546,78 reais por pessoa). Mas, isso não se constitui em uma grande vantagem porque nos municípios com população pequena essa é a maior e principal fonte de receitas, diferente dos municípios polos que possuem mais fontes de arrecadação.

Estes argumentos mostram que não há benefícios em possuir uma grande produção agrícola em seu território quando não há autonomia para geri-la e extrair o lucro. Por isso, a modernização da agricultura nessa região representa um processo de captura do território pelas empresas globalizadas do agronegócio com a permissão do poder público, que resulta no aprofundamento das desigualdades existentes, confirmando a tese de Elias (2011) de que as regiões produtivas do agronegócio são lugares de conflito de várias naturezas.

Apresentada a microrregião do sudoeste de Goiás e o seu “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, local escolhido para a instalação dos conglomerados multinacionais do agronegócio que comandam a produção agropecuária regional, passar-se-á à discussão sobre a centralidade do município de Rio Verde.



Mapa 17. Microrregião do sudoeste de Goiás: fundo de participação dos municípios - 2015.
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

4.2 O espaço urbano de Rio Verde

A cidade do município de Rio Verde (Figura 02) é dotada de uma infraestrutura pública e privada capaz de dar suporte tanto para a agricultura científica quanto para a agroindústria, dentro de uma escala de abrangência regional. Essa estrutura espacial, criada pelas empresas em conjunto com a gestão pública, tornou Rio Verde um “Centro Sub-regional A” (REGIC, 2007²⁹). Situação que lhe coloca numa posição central em relação aos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás, motivo pelo qual se afirma que ele é um polo regional.

Na metodologia da tese propôs-se estudar o município de Rio Verde do ano de 1996 (implantação do projeto Buriti pela agroindústria Perdigão) até a contemporaneidade. Porém, para a compreensão do espaço urbano foi feita uma comparação entre o período de introdução do cultivo da soja no município e o seu processo de industrialização pela COMIGO, década de 1980, e o período após o anúncio de chegada da Perdigão, ano de 1996. Com o objetivo de mostrar como a infraestrutura urbana mudará completamente devido à sua consolidação como o cidade industrial.

Nesse viés, o que diferencia o espaço urbano do espaço rural, conforme Villaça (2009, p. 20), é o fato de que:

O espaço intra-urbano, [...], é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos da força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços.

A função da cidade é abrigar as indústrias, o comércio, a prestação de serviços e a mão de obra, dentro de uma estrutura urbana em que a característica fundamental é a possibilidade de deslocamento do ser humano. De modo diferente, no rural, que contemporaneamente se encontra interligado ao urbano por conta do processo de industrialização agrícola e é considerado como o lócus da produção primária, o relevante é a facilidade de escoamento dos produtos.

²⁹ O REGIC (Regiões de Influência das Cidades, 2007) caracterizou as áreas de influência dos centros a partir da intensidade das ligações entre cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico da pesquisa. O centro sub-regional A se refere aos locais que possuem população acima de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.

Essa distinção entre os usos do espaço (urbano e rural) é importante para o entendimento da forma das cidades contemporâneas, que são (re)estruturadas visando a fluidez de pessoas e mercadorias. Para Villaça (2009, p. 239-240),

O desenvolvimento da vida social faz com que surjam atividades que exigem o deslocamento de muitos, para o mesmo ponto, à vezes ao mesmo tempo (governo, religião, comércio). Para o atendimento ótimo da maioria dos membros da comunidade [...], tais atividades devem localizar-se no ponto que minimiza o somatório de todos os deslocamentos. O(s) terreno(s) nesse ponto passa(m) a ter excepcional valor de uso. Ao mesmo tempo e pelo mesmo processo dialético, a acessibilidade a esse ponto passa a ser disputada pelos membros da comunidade, o que reforça o valor de uso do centro e, concomitantemente, dos pontos que lhe são mais acessíveis.

Por isso, o uso da cidade é diferente do uso do campo porque nela a terra é utilizada para a construção de casas, comércio e indústrias. Assim, na história das cidades o centro era o local em que se concentravam o comércio, a prestação de serviços e as casas das pessoas abastadas. Contudo, em virtude do processo de evolução urbana em que se disseminaram o transporte público (ônibus, trens) e o acesso dos cidadãos aos veículos automotores (carro e moto), as cidades passaram a possuir mais de uma área central.

Em Rio Verde a Avenida Presidente Vargas (figura 03), que se inicia às margens da BR 060 e corta, praticamente, a cidade de uma ponta na outra, concentra o comércio e a prestação de serviços. Nela estão as agências bancárias (Itaú, HSBC, Banco do Brasil, Santander, Bradesco, SICOOB - Figura 04 -), os hotéis (Varandas, Honorato), as lojas de produtos e implementos agropecuários (Somafértil, Comigo - Figura 04 -, Soagro, Futura Agrícola, Sementes Bandeirantes, Ceapar Cerrado Sementes, Bravo Agrícola, Lippert Peças Agrícolas, CJ Agrícola, Martins & Sobrinhos, Guimarães Agrícolas, Casa da Fazenda, Marsol Máquinas Agrícolas), as lojas de vestuário e calçados, as concessionárias (Citroen, Honda, Yamaha, Nissan, Volkswagen, Toyota), os supermercados, a rodoviária e o *Shopping* Rio Verde. Essa grande concentração de atividades explica a importância da Avenida Presidente Vargas para a cidade de Rio Verde.



Figura 03. Vista aérea da Avenida Presidente Vargas na cidade Rio Verde
Fonte: Blogspot Deoclismar Notícias 2016. Elaboração: SILVEIRA, M.R.

É possível visualizar que a Avenida Presidente Vargas (Figura 03) foi projetada para ser o centro da cidade de Rio Verde, por isso divide a parte central do núcleo urbano ao meio (a cidade se espalha além do que pode ser visto na foto), iniciando na entrada da cidade (BR 060) e indo até o Cristo Redentor, que fica em frente à rodoviária municipal, de onde é possível retornar para a BR 060 (através de outra pista dupla). Seu projeto atende à lógica da acessibilidade urbana porque facilita o acesso dos cidadãos aos locais de consumo e lazer. Outro aspecto importante da Avenida Presidente Vargas é a sua relação com a BR 060 - via de acesso para muitos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás -, fato que viabiliza a entrada e a circulação tanto das mercadorias quanto dos cidadãos de outras localidades.

Outras formas de centralidade existentes são os chamados de subcentros, definidos por Villaça (2009, p. 293) como uma

[...] réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade.

O crescimento da cidade provoca transformações no centro principal como a concentração das atividades comerciais mais complexas, o aumento do valor venal do metro quadrado da terra urbana e o crescimento da distância em relação a determinados bairros periféricos, favorecendo a criação dos subcentros, cuja função principal é dar acesso às empresas a terras mais baratas, para que o capital possa girar de forma mais rápida.

Nessa mesma perspectiva, quando o capitalismo chega ao estágio de financeirização da riqueza outros tipos de centros comerciais vão surgindo, e aqui destacaremos os *shoppings centers*. Para Villaça (2009, p. 303-304),

Há, entretanto, uma diferença fundamental entre, de um lado, o shopping center e, de outro, a loja de departamentos e as lojas dos subcentros tradicionais. Nestes últimos, o comerciante é quem toma várias decisões importantes a respeito de seu empreendimento, a começar pela localização do estabelecimento; no shopping, é o promotor imobiliário quem define não só a localização, mas uma série de normas ao comerciante, como horário de funcionamento, aspectos de comunicação visual, normas de segurança, etc. Ao controlar e impor o mix, também há um domínio do capital imobiliário sobre o mercantil. O shopping representa pois a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e – através deste – ao financeiro.



Figura 04. Loja COMIGO e Banco SICOOB na Avenida Presidente Vargas na cidade Rio Verde
Fonte: Arquivo pessoal 2016. Autor: SILVEIRA, M.R.

O shopping, comércio que concentra uma variedade de atividades (serviços e lazer) num mesmo local, expressa a força do capital imobiliário nas cidades. Penna (2014, p. 914) explica essa questão dizendo que “No contexto do urbanismo neoliberal (transnacional), o planejamento e a cidade surgem como oportunidades para negócios e possuem como objetivo a acumulação do capital, pois são assumidos como um projeto empreendedor”. Por isso, os centros, os subcentros, os shopping e as cidades são os locais que o grande capital se utiliza para sua acumulação.

A cidade de Rio Verde possui dois *shoppings* (Figura 05) que foram construídos em momentos econômicos distintos, contexto que nos permitem fazer a comparação metodológica proposta inicialmente - antes (1980 até 1996) e depois (1997 à contemporaneidade) da consolidação como cidade industrial -, possibilitando a compreensão do processo de evolução econômica do município. Assim, no momento em que a produção de soja no município estava em seu auge, a Perdigão já havia anunciado sua instalação na cidade e o IMB (Instituto Mauro Borges) estimava uma população de 103.243 mil habitantes, foi inaugurado em 1997 o *Shopping* Rio Verde na Avenida Presidente Vargas - consolidando sua centralidade no núcleo urbano.

Conforme o sítio da empresa³⁰, o *shopping* está instalado em uma área de 12.000 metros quadrados, com uma área bruta locável de 9.299,43 metros quadrados, possuindo 650 vagas de estacionamento e 44 lojas (3 salas de cinema, vestuário, calçados, presentes, importados, bijouterias, telefonia, praça de alimentação, brinquedo, brinquedoteca, serviços, terminais eletrônicos de várias agências bancárias). Nesse contexto, o *Shopping* de Rio Verde trazia uma novidade para a região que eram as salas de cinema, já que as mais próximas encontravam-se na capital Goiânia.

No ano de 2014, momento em que estavam em pleno funcionamento diversas agroindústrias, a cidade já passava a ser caracterizada como industrial e o IMB estimava a população em 202.221 mil habitantes, foi inaugurado na BR 060 o Buriti *Shopping*. Segundo o sítio da empresa³¹, o *shopping* foi edificado em uma área de 86.058 metros quadrados, com uma área bruta locável de 27.717 metros quadrados, possuindo 1.582 vagas de estacionamento e 172 lojas (5 salas de cinema - 2 com projeção 3D -, acessórios, artigos eletroeletrônicos, calçados em geral, lojas de departamento, vestuário feminino, masculino e infantil, completa praça de alimentação com restaurantes e *fast-foods*).

³⁰ Disponível em : <http://www.shoppingrioverdego.com.br/o_shoppings>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

³¹ Disponível em : <<http://buritishoppingrioverde.com.br/shopping.asp>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.



Figura 05. Buriti *Shopping* e *Shopping* Rio Verde na cidade Rio Verde
Fonte: Arquivo pessoal 2016. Autor: SILVEIRA, M.R.

A diferença na estrutura física dos dois *shoppings*, o intervalo de 17 anos da inauguração de um para o outro e a localização do Buriti *Shopping* revelam o processo de transformação urbana de Rio Verde. O *Shopping* Rio Verde inicia suas atividades em um momento em que a Avenida Presidente Vargas era a principal área de fluxo das pessoas por conter a parte mais importante do comércio da cidade. Seu objetivo era incrementar o comércio já existente, mas em um formato diferente, já que o *Shopping* possui um mix de lojas e o conforto das áreas de estacionamentos (difíceis de encontrar na área central da cidade). Ele atinge o seu propósito, mas, com a industrialização da cidade (com o início das atividades na Perdigoão - BRF - em 2000), sua capacidade de atendimento se tornou reduzida perante a dimensão das transformações urbanas.

Dentre as mais relevantes mudanças na infraestrutura pode-se citar a duplicação da BR 060 (inaugurada em 2014) no trecho que vai do município de Goiânia (capital do Estado) até o município de Jataí. Esse fato é relevante porque o trecho urbano da rodovia em Rio Verde, antes dessa data, era o local de concentração das agroindústrias (BRF, Caramuru, Comigo, Grupo Cereal, *Louis Dreyfus Commodities*, *Nidera*), do aeroporto, das concessionárias (carros, caminhões e máquinas agrícolas), do clube (AABB), das empresas de transporte e logística, das instituições de ensino profissionalizante (Sest Senat), das lojas de peças e serviços agrícolas, dos postos de combustíveis, dos supermercados (Atacadão).

Embora a duplicação da BR 060 tenha ocorrido devido à lógica da necessidade de se facilitar o deslocamento das mercadorias, tal fato modificou completamente o processo de urbanização da cidade de Rio Verde. Porque a cidade, localizada a oeste da BR 060, passou a crescer em direção à rodovia e, no momento atual, já existe um processo acelerado de ocupação da margem leste. Inclusive, o novo projeto viário preocupou-se em facilitar a interligação da parte oeste à leste da cidade, por meio de viadutos.

Por isso, o trecho urbano da BR 060 se tornou um subcentro para Rio Verde, motivando a instalação do Buriti *Shopping*. Como a tendência é que esta área se torne cada vez mais adensada, devido à especulação imobiliária na parte leste da rodovia, surgirão problemas por conta da proximidade de moradias com as agroindústrias e oficinas de máquinas pesadas, que causam barulho, poluição e um tráfego intenso de caminhões. A consequência é a perda da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento da pressão destes sobre o poder público para que as empresas se mudem para os distritos industriais (muitos estabelecimentos se encontram fora do distrito). Estas, por terem uma infraestrutura instalada

há muito tempo, resistirão a uma possível mudança, circunstância que pode vir a causar conflitos urbanos.

Em Rio Verde existem 4 distritos industriais: O DIMPE (Distrito de Micro e Pequenas Empresas de Rio Verde), localizado na GO 174 sentido município de Montividiu, o Distrito Industrial César Bastos localizado na BR 452 sentido município de Itumbiara e o DARV (Distrito Agroindustrial de Rio Verde) I e II, localizados na BR 060. Os dois primeiros distritos possuem apenas empresas goianas e poucas nacionais que atendem a uma demanda local e regional, nos outros há a concentração de multinacionais do agronegócio em que a produção é voltada para o mercado nacional e internacional. O destaque é o DARV II (Figura 06), que fica ao lado da BRF para servir de apoio ao seu processo produtivo.



Figura 06. Imagem de satélite da empresa BRF e do DARV II na cidade de Rio Verde
Fonte: Google Maps 2016 e Arquivo Pessoal 2016. Elaboração: SILVEIRA, M.R.

O processo de industrialização tem início com a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - fundada em 1975) na década de 1980. Para Pizarro (2007, p. 35),

Com recursos do BNCC, no ano de 1981, tem início a construção da unidade esmagadora e refino de óleo de soja e de três armazéns graneleiros para suporte do complexo industrial. Em 1983, tem início o esmagamento de soja que apenas atendia à produção dos subprodutos como o óleo bruto e o farelo. O ano de 1984 é marcado pelo refino e envasamento do óleo de soja e da construção do laboratório de análises de solos e de patologia animal. Já 1985, entra em atividade a fábrica de sabão que utiliza os resíduos da fábrica de óleo de soja.

No período de 1980 a 1996 houve a formação do complexo agroindustrial da soja em Rio Verde, que teve o apoio do Governo Federal tanto na parte de criação de políticas públicas quanto no fomento para acesso ao capital. Os incentivos públicos permitiram a COMIGO (Figura 07) se tornar uma referência regional e nacional e estar hoje espalhada por todo o sudoeste goiano, produzindo sementes, farelo de soja, suplemento mineral, rações e fertilizantes para o mercado interno e externo.

A grande produção agrícola de milho e soja e a capacidade industrial instalada para processá-los aliado à existência de frigoríficos de carne bovina atraíram a Perdigão (BRF) - especializada em aves e suínos -, que anunciou sua implantação em 1996 e iniciou os abates em 2000. Com isso houve a elaboração do complexo agroindustrial de carne que atualmente é um dos principais responsáveis pelo superávit da balança comercial de Rio Verde, situação que colocou o município pelo segundo ano consecutivo como o maior exportador do Estado de Goiás em 2015³² (superando a capital Goiânia).

Essa posição de destaque foi obtida porque em Rio Verde existem três complexos agroindustriais: carne, soja e cana-de-açúcar. Mesmo que o município não possua agroindústria de biocombustível instalada em seu território - pois elas estão instaladas em Jataí (Raízen) e Mineiros (Odebrecht) -, no final da década de 2010 Rio Verde se torna um grande produtor de cana-de-açúcar. Com isso, ele entra na cadeia da cana-de-açúcar através da produção agrícola e do suporte comercial e de serviços que é capaz de atender a uma demanda regional.

³² Disponível em: <<http://www.goiasagora.go.gov.br/rio-verde-lidera-ranking-de-municipios-que-mais-exportaram-em-2015/>>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.



Figura 07. Imagem de satélite do parque industrial da COOPERATIVA COMIGO na cidade de Rio Verde
Fonte: Google Maps 2016. Elaboração: SILVEIRA, M.R

Por causa dessa grande estrutura agrícola, comercial e industrial Rio Verde passou a gerar mais empregos (tanto para os cidadãos qualificados quanto para os sem qualificação), atraindo pessoas de todas as classes sociais das mais diversas localidades do país. Este aumento dos empregos propiciou a circulação de capital na cidade, permitindo que os cidadãos da classe média usem um artifício típico das grandes metrópoles, que é o confinamento em condomínios fechados. Esse processo de segregação é explicado por Carlos (2013, p. 97) da seguinte forma:

No mundo moderno, esta prática aponta o movimento de passagem, na história, da cidade produzida como lugar da vida – portanto como uso – para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização: a cidade como valor de troca sob a lógica que a torna mercadoria. Assim, a segregação é a expressão do desdobramento da contradição que produz o espaço urbano (decorrente da dupla determinação do trabalho de gerar valor e de satisfazer um necessidade) que é, ao mesmo tempo e dialeticamente, valor de uso (condição necessária à realização da vida) e valor de troca (mercadoria cujo uso está submetido ao mercado imobiliário visando à produção de valor). Com isso quero dizer que se a segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação.

Em Rio Verde esse processo de produção do espaço como mercadoria pode ser observado porque as grandes as corporações imobiliárias integraram a cidade à lógica do capitalismo, por ela ter se tornado um lugar viável para o investimento. Dessa forma, as empresas passaram a construir condomínios fechados visando o lucro e a acumulação de capital.

A partir do crescimento da cidade, aumentam-se o roubo, o tráfico de drogas, a violência e a criminalidade, e a tendência é imaginar que essa é a razão do surgimento dos condomínios fechados. Mas, Sposito (2013, p. 71, destaques do autor) discorda dessa afirmação dizendo:

A multiplicação de formatos, de tamanhos e de padrões de espaços residenciais fechados levam-me, assim, a repensar a associação imediata entre as áreas residências muradas e autosegregação, que muitos pesquisadores faziam antes, entre eles eu. As iniciativas de implantação residencial desse tipo, mais recentes, e as pesquisas sobre elas mostram que, tratando-se de áreas residenciais muradas com imóveis de padrão médio baixo, a opção pela compra deste produto imobiliário decorre muito mais de ele ser oferecido no mercado, com financiamento total ou parcial, e não de seus adquirentes terem procurado ou preferido este tipo de habitat aos outros da cidade “aberta”. Desse ponto de vista, eles não se enquadrariam no grupo dos que decidiram se isolar relativamente do restante da cidade, ou por razões (supostas ou efetivas) de segurança ou porque desejam “viver entre os seus” [...].

A ampliação do número de condomínios fechados em Rio Verde está mais para uma estratégia de venda da terra urbana pelas imobiliárias do que uma opção feita pelos cidadãos de se isolarem do restante da cidade. A dimensão desse processo fica mais clara quando lembramos que não estamos discorrendo sobre uma região metropolitana, mas uma cidade que tem à sua volta municípios com população menor que 10.000 mil habitantes que, mesmo possuindo uma grande produção agrícola, a economia é estagnada (caso de Castelândia e Santo Antônio da Barra). Ou seja, o contraste é muito grande, os condomínios murados estão em uma área cheia de indústrias e a poucos quilômetros de cidades pacatas (por não terem atividades econômicas relevantes). Por isso, fica a pergunta: por que motivo uma pessoa paga caro para viver em um lugar fechado onde é possível ouvir o barulho das indústrias e receber a fumaça e os odores do seu processo produtivo?

Esse contexto nos remete às considerações de Elias e Pequeno (2005, p. 19- 20, destaques dos autores) de que

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações campo-cidade, impostas pela agricultura científica globalizada, representam um papel fundamental para expansão da urbanização e para o crescimento das cidades intermediárias e locais, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos, cujos elementos estruturantes podem ser encontrados na expansão das novas relações de trabalho agropecuário, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e a *migração descendente* (SANTOS, 1993), de profissionais especializados no agronegócio; na difusão do *consumo produtivo* agrícola (SANTOS, 1998; ELIAS, 2003b), dinamizando o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana, mostrando que é na cidade que se realiza a regulação, a gestão, a normatização das transformações que ocorrem no campo moderno.

Em Rio Verde a reestruturação produtiva da agropecuária se deu com a produção e industrialização da soja em 1980, atraindo uma mão de obra especializada no agronegócio, dinamizando a economia urbana e consolidando Avenida Presidente Vargas como centro comercial. Em 2000, a partir desse fortalecimento econômico e demográfico e da abundância de matérias primas que atraiu agroindústrias, a cidade se desponta como um polo industrial capaz de regular e gerir a produção agrícola regional, tornando-se alvo dos investimentos do capital imobiliário que vem construindo *shoppings* e condomínios fechados, transformando o solo urbano em objeto de acumulação do capital.

Portanto, o que foi discutido revela como Rio Verde se tornou um polo regional, situação comprovada pelos estudos feitos pelo IBGE, chamados de REGIC (Regiões de Influência das Cidades), que têm por objetivo compreender a rede urbana brasileira. Estas

pesquisas, que são baseadas na Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1933) e buscam entender as relações espaciais e hierárquicas entre os centros urbanos no Brasil, foram divulgadas em 1972, 1987, 1993 e 2007. Para Rio Verde, utilizou-se os anos de 1993 (antes da consolidação como cidade industrial) e 2007 (depois da consolidação como cidade industrial).

Em 1993, a metodologia foi explicada da seguinte maneira:

Para a obtenção dos diversos níveis de centralidade e hierarquia, foi utilizada a posição relativa dos centros, numa composição de variáveis que denotam a intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade e a disponibilidade de equipamentos funcionais. [...]

No tocante à intensidade da demanda, obteve-se, nas matrizes de interações espaciais, a quantidade de fluxos direcionados a um dado centro, na busca dos bens e serviços [...]

Nessa pesquisa, o IBGE utilizou diversos questionários que perguntavam aos cidadãos aonde satisfaziam às demandas por insumos agropecuários, eletrodomésticos, automóveis e caminhões novos, aviões de pequeno porte, consultas médicas, laboratórios de análises clínicas, cirurgias dentistas, agências bancárias, serviços gráficos, de contabilidade, de advocacia e engenharia, cursos de nível superior e pós-graduação, etc. De posse dos dados do IBGE fez-se o cruzamento das variáveis e chegou aos resultados expressos no Quadro 01.

Quadro 01. Níveis da centralidade das cidades brasileiras - 1993

Níveis	Número de Cidades	Padrões das cidades
Máximo	9	Metropolitano (Cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza)
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para médio	108	Predominantemente de Centro Sub-regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-regional
Médio para fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou centro local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou centro local)
Muito Fraco	3 733	Municípios Subordinados

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia. Elaboração: SILVEIRA, M. R.

A cidade de Rio Verde se encontrava na categoria “Médio” (com tendência a centro sub-regional), ligando-se diretamente com Goiânia e comandando Acreúna, Cachoeira Alta, Caiapônia, Castelândia, Doverlândia, Maurilândia, Montividiu, Palestina de Goiás, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Turvelândia. Além destes, comandava a rede de Quirinópolis - “Padrão Fraco” - (Gouvelândia, Paranaiguara e São Simão) e de Jataí - “Padrão

Médio para Fraco” - (Aparecida do Rio Doce, Caçu, Chapadão do Céu, Itarumã, Perolândia e Serranópolis). Para a pesquisa do IBGE a cidade de Mineiros fazia parte de outra rede, sendo considerada de “Padrão Médio para Fraco”, comandando Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Alto Taquari e Ponte Branca. Estes resultados mostram que a produção e a industrialização da soja colocou Rio Verde como um polo regional já no ano de 1993.

No ano 2007 o estudo foi atualizado se levando em conta o aprofundamento da globalização e o avanço da fronteira de ocupação do Brasil, com uma metodologia que:

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território. (REGIC, 2000, p. 24).

Nessa pesquisa, percebeu-se que os questionários já não conseguiam explicar a realidade daquele momento, por isso os dados passaram a ser coletados diretamente nas empresas e nos setores públicos, em conjunto com a pesquisa de campo. Em consequência, houve um aumento no número de variáveis na metodologia de enquadramento das cidades, gerando resultados que podem ser observados no Quadro 02.

Quadro 02. Níveis da centralidade das cidades brasileiras - 2007

Níveis	Número de Cidades	Padrões das cidades
Grande Metrópole Nacional	1	Primeiro Nível da Gestão Territorial (Cidade: São Paulo)
Metrópole Nacional	2	Foco para Centros Localizados em todo o País (Cidades: Brasília e Rio de Janeiro)
Metrópole	9	Terceiro Nível da Gestão Territorial (Cidades: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre)
Capital Regional A	11	Mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos
Capital Regional B	20	Mediana de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos
Capital Regional C	39	Mediana de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos
Centro Sub-regional A	85	Mediana de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos
Centro Sub-regional B	79	Mediana de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos
Centro de Zona A	192	Mediana de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos
Centro de Zona B	364	Mediana de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos
Centro Local	4 473	Mediana de 8 133 mil habitantes e servindo apenas os habitantes

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia. Elaboração: SILVEIRA, M. R.

A cidade de Rio Verde subiu para o “Padrão Centro Sub-regional A” continuando polarizada diretamente por Goiânia e comandando as cidades de Aparecida do Rio Doce,

Cachoeira Alta, Caçu, Castelândia, Itarumã, Maurilândia, Montividiu, Porteirão, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Turvelândia. Além destas, Rio Verde comandava a região de Quirinópolis, que tinha um “Padrão Centro de Zona A” e as cidades de Gouvelândia, Paranaiguara e São Simão. As redes de Jataí - “Padrão Centro de Zona A” que comandava as cidades de Caiapônia, Perolândia e Serranópolis -, e de Mineiros - “Padrão Centro de Zona A” que comandava as cidades de Portelândia e Santa Rita do Araguaia - também se elevaram, mas em uma proporção menor se comparadas à cidade de Rio Verde.

A partir destes dados do IBGE é possível explicar o “Eixo de Produção Regional do Agronegócio” composto pelos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros. O uso da palavra Eixo está baseado no entendimento de Sposito (2010, p. 2) que explica:

Em primeiro lugar, destacam-se as dinâmicas territoriais que exprimem a consolidação e o papel cada vez mais decisivo dos polos de circulação (materiais e imateriais). A mudança na interpretação da localização industrial no Estado de São Paulo (Brasil) é, historicamente, explicada pelo paradigma das áreas mas, atualmente, o paradigma dos eixos evidencia novas configurações [...]. Por isso, a confrontação de duas maneiras de se ler as dinâmicas territoriais, ou seja, aquela definida pela dispersão da localização das atividades industriais por área de influência da cidade e, por outro lado, aquela definida pelos territórios com alta densidade de estabelecimentos, de tecnologia e de população. A informação geográfica tem, frequentemente, como referência, a sua espacialização pela noção de áreas (município, região administrativa, estado, país); entretanto, é possível, com forte componente empírica, organizar a informação geográfica levando-se em conta os territórios continentais das grandes densidades tecnológicas e de altas rendas, diferenciados das áreas com concentração de populações de menor poder aquisitivo.

Em virtude dos elementos centrais para a localização de uma indústria estarem pautados nos fatores existência de matérias primas e possibilidade de transporte, na contemporaneidade as rodovias assumem um papel muito importante para a atração de indústrias. Dessa forma, ao invés de se compreender a concentração industrial por meio das áreas de influência, pode-se levar em conta os Eixos como organizadores do espaço geográfico. No caso dos municípios supracitados os Eixos, conforme observado na linha vermelha da Figura 08 e 09, são a BR 060 (Rio Verde para Jataí) e a BR 364 (Jataí para Mineiros).

Outro elemento que corrobora com a justificativa de que a análise através dos eixos é a melhor forma metodológica de se abordar o objeto em estudo é o fato destes municípios não estão inseridos na região metropolitana. Para Sposito (2010, p. 3),

Quando o padrão de localização é focado tendo-se como referência a cidade, as metrópoles têm importante papel porque elas surgiram com funções centralizadoras relativamente aos espaços nacionais que as geraram. No entanto, na atualidade esse papel de “núcleo” de amplas bacias econômicas tende a ser substituído pelo papel de

elo numa rede internacional de “cidades mundiais”. Por isso, é possível apreender que há mudanças sensíveis do ponto de vista teórico que podem ser facilmente constatadas empiricamente: a economia global territorializa-se em pólos concretos e muda a composição técnica da produção, com maior peso para os serviços e reforça o tecido de cidades médias ou grandes que assumem boa parte do papel de centro da bacia econômica, mudando o contexto nacional de reprodução econômica das metrópoles.

A mundialização da economia, criadora de um mercado de consumo global, disseminou o uso de novas tecnologias pelo mundo, modificando o papel das cidades. Diferente das regiões metropolitanas, que foram criadas e estruturadas tanto em termos econômicos quanto de infraestrutura para serem uma centralidade, as cidades médias surgem como uma escolha das empresas multinacionais devido às vantagens em relação ao custo da produção. Circunstância que faz com que estas cidades passem a ter relevância econômica em nível nacional, tecendo uma nova rede urbana no Brasil, marcada por novos signos e símbolos.

Nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, os signos podem ser representados pelo processo de multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e o símbolo da ideia do progresso encarnados na instalação das indústrias multinacionais e na duplicação da BR 060. Esta nova configuração territorial é fruto de mudanças em nível nacional, que Sposito (2007, p. 219) entende da seguinte forma:

Partimos da preocupação com a superposição de formas de produção flexíveis e formas de produção fordistas que tem provocado uma redefinição do uso do território e dos papéis das cidades, tanto as metrópoles quanto as cidades de porte médio como, também, com relação entre esses tipos de cidades. No caso da produção industrial, por exemplo, destaca-se a tendência, nas últimas décadas, de separação territorial das atividades de produção das atividades de comando e gestão. Estas tem permanecido nas grandes metrópoles nacionais, com predominância clara de São Paulo, reforçando seu papel no setor “quaternário”, aumentando suas relações internacionais e redefinindo a dimensão da rede urbana. Os grandes grupos econômicos, que coordenam os sistemas financeiro e industrial, ao estabelecerem suas escolhas locais para as atividades de produção (em outras palavras: para a instalação de novas unidades produtivas) optam ou por aglomerações metropolitanas de menor porte ou por cidades de porte médio, onde são menores os custos da produção (por exemplo, preço da terra, preço da força de trabalho, custos da transportes e de serviços...) e onde se tem comprovado que a qualidade de vida para as pessoas é de melhor nível. Esse processo de descentralização espacial das unidades de produção altera o jogo das forças políticas e sociais que incidem sobre o uso do espaço urbano e sobre a rede de relações na dinâmica econômica e nas dinâmicas territoriais das cidades de porte médio, instaurando um novo desenho estrutural que pode ser definido pelo paradigma dos eixos, nas áreas com maior densidade econômica, e pelo paradigma de áreas em locais de menor densidade urbana e econômica.

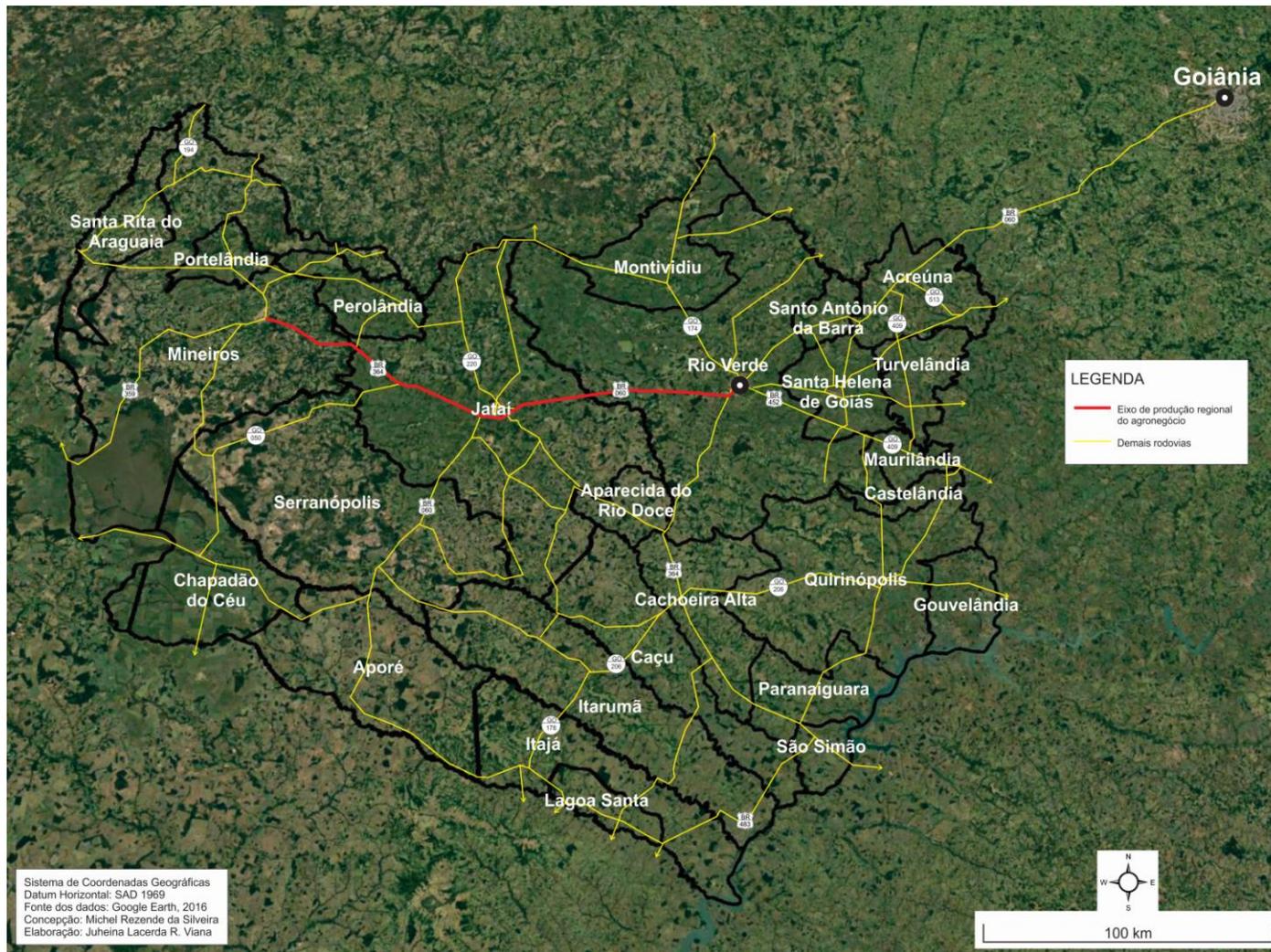


Figura 08. Imagem de satélite do “Eixo de Produção Regional do Agronegócio” (linha vermelha)
 Fonte: Google Maps 2016. Elaboração: SILVEIRA, M.R.

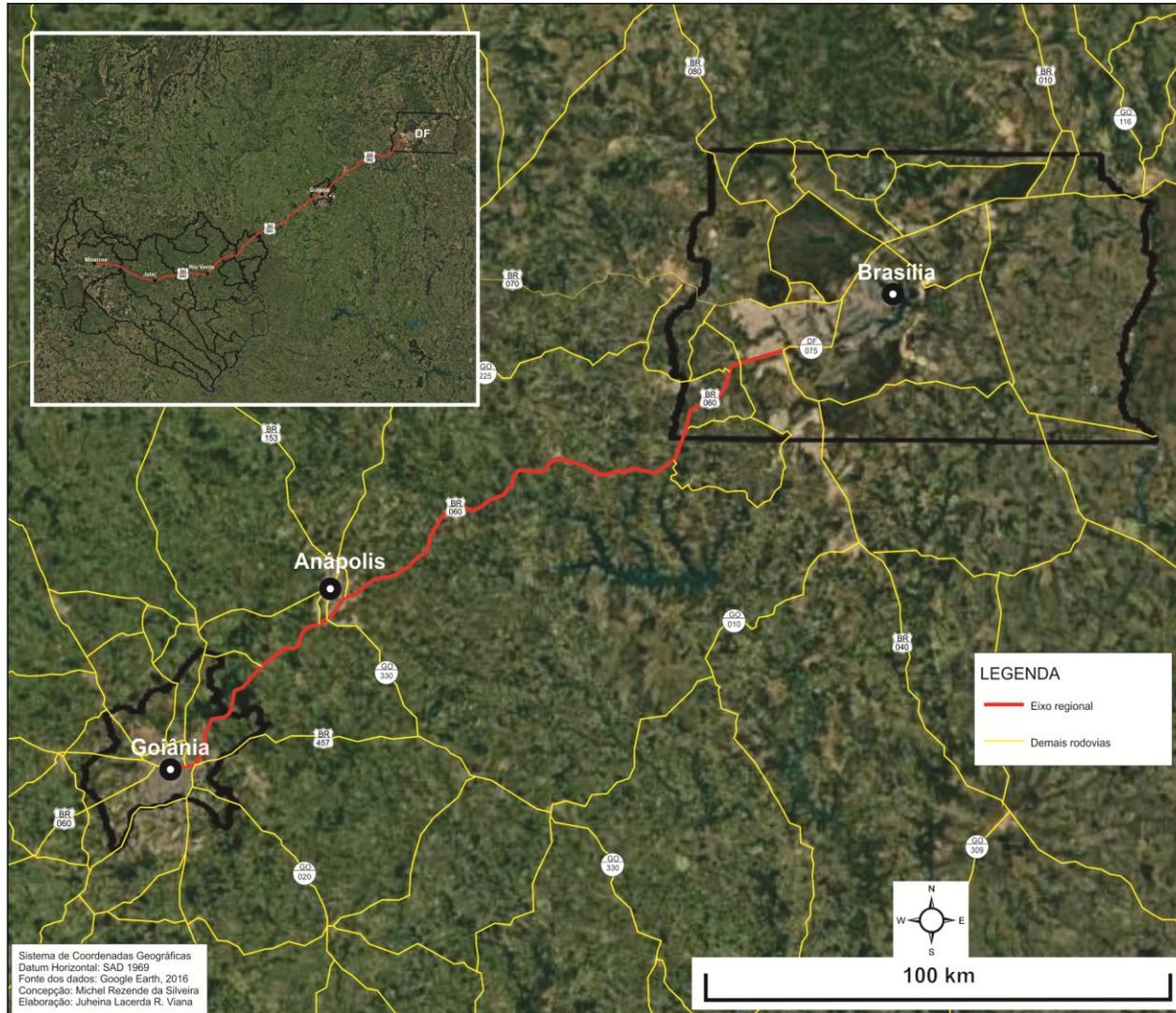


Figura 09. Imagem de satélite do “Eixo Regional” (linha vermelha)

Fonte: Google Maps 2016. Elaboração: SILVEIRA, M.R.

O Brasil passou por um processo de desconcentração industrial em que a produção estandardizada se espalhou pelo território, mas os centros de comando continuaram concentrados na cidade de São Paulo. Essa mudança provoca um redesenho da rede urbana brasileira devido à inserção das cidades médias no processo produtivo industrial, que faz com que o paradigma dos eixos seja o mais adequado para entender às modificações ocorridas nestes locais, enquanto o paradigma das áreas se aplica aos municípios com populações pequenas e economia deprimida.

Diante disso, conclui-se que a rede urbana de Rio Verde, Jataí e Mineiros coloca estas cidades na posição de médias, fato comprovado pelo REGIC (2007), que mostra a primeira como um “Centro Sub-regional A” e, as outras, “Centro de Zona A”. Este estudo também prova o comando da rede urbana regional pela cidade de Rio Verde e a existência de uma hierarquia entre as principais cidades da microrregião do sudoeste de Goiás: Rio Verde > Jataí > Mineiros. Estas cidades estão interligadas pelas BRs 060 e 364, formando um eixo econômico que intitulamos de “Eixo de Produção Regional do Agronegócio”, porque nele se concentra a produção dos complexos agroindustriais da carne, soja e cana. Todas estas análises mostram que a compreensão do espaço urbano de Rio Verde se torna mais completa quando se leva em conta o seu contexto regional.

Foi por esse motivo que se iniciou o capítulo discutindo a agricultura globalizada na microrregião do sudoeste de Goiás para depois se explicar o espaço urbano de Rio Verde. Ou seja, as vicissitudes da infraestrutura na cidade de Rio Verde só podem ser compreendidas à luz das dinâmicas econômicas que modificaram o conteúdo territorial regional. A partir disso, é possível entender a centralidade do município de Rio Verde, assunto tratado no próximo tópico.

4.3 O agronegócio e a centralidade no município de Rio Verde

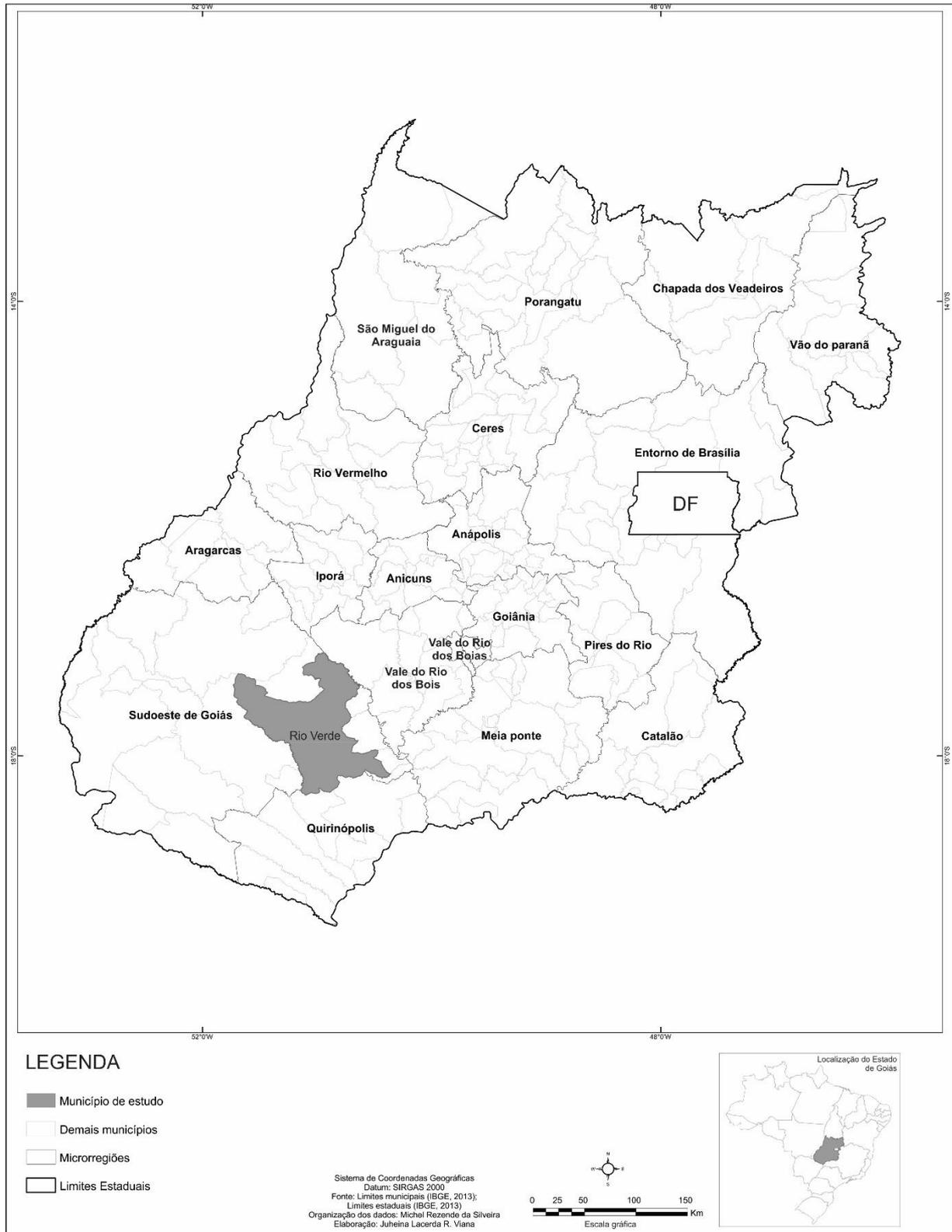
Ao longo desta tese foi se construindo o argumento de que o agronegócio comandado pelos grandes conglomerados multinacionais é capaz de reestruturar uma região para atender à demanda de consumo globalizada. A palavra reestruturar foi bastante utilizada porque as empresas escolheram os locais que já eram estruturados para implantar uma agricultura científica baseada na monocultura. Este é o caso de Rio Verde, representado no Mapa 18, um município que possui uma grande extensão territorial com um relevo que permite a mecanização agrícola, fatores que lhe permitiram se tornar um grande produtor de grãos a partir da “descoberta dos cerrados” em 1970. A abundância de matérias primas foi um fator

decisivo para a instalação das agroindústrias em meados da década de 1990, circunstância que transformou a cidade em um polo que comanda a região sudoeste do Estado de Goiás.

Antes de discorrer sobre a centralidade do município de Rio Verde é necessário discutir os dados censitários da microrregião do sudoeste de Goiás, caracterizada por um desequilíbrio no quadro populacional. A Tabela 11 mostra que 11 municípios com população abaixo de 10.000 mil habitantes e 4 com população entre 10.000 e 40.000 mil habitantes praticamente não tiveram crescimento, ao contrário de Montividiu, que dobrou o número de moradores, e dos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Esse quadro nos faz questionar se a produção agrícola cresce porque a população não aumenta.

A resposta mais simples estaria no processo de modernização agrícola que mecanizou o campo e expulsou o homem para a cidade. Mas, se isso for verdade, porque Elias (2011) afirmou que a modernização agrícola reestruturou o território brasileiro? A própria autora explica: privilegiando áreas, produtos e segmentos sociais. Por isso, a modernização é o principal ponto para se compreender a centralidade do município de Rio Verde, por ser o processo que cria o crescimento (e conseqüentemente o desenvolvimento), mas aprofunda as desigualdades socioespaciais.

Se se realizar uma rápida análise nos sítios oficiais das prefeituras da microrregião do sudoeste de Goiás se encontrará o discurso do crescimento e uma série de dados que mostram a instalação de empresas no território. Porém, caminhando por ela se ouve um discurso totalmente diferente dos cidadãos, que reclamam da falta de emprego, atendimento em saúde e educação. Outro problema enfrentando nos municípios produtores de cana-de-açúcar é a migração temporária de trabalhadores, que chegam em levadas de até 10.000 mil homens em cidades com menos de 5.000 mil habitantes, como ocorreu em Maurilândia e Portelândia. O drama social vai desde a falta de casas para alojar as pessoas, obrigando-as a se amontoarem em barracões de aluguel minúsculos, escassez de alimentos porque os supermercados não estão preparados para a demanda, até os problemas de violência e drogas. Por esse motivo se afirma que a reestruturação produtiva do campo privilegiou áreas, como os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, que também possuem uma hierarquia econômica sob o comando de Rio Verde.



Mapa 18. Estado de Goiás: localização da área de estudo - 2015.
 Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Tabela 11. Microrregião do Sudoeste Goiás: população censitária, 1991 - 2010

MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Aparecida do Rio Doce	-	2.402	2.427
Aporé	4.979	3.427	3.803
Caiapônia	13.915	14.673	16.757
Castelândia	-	3.882	3.638
Chapadão do Céu	-	3.778	7.001
Doverlândia	10.213	8.558	7.892
Jataí	65.957	75.451	88.006
Maurilândia	7.321	8.969	11.521
Mineiros	31.144	39.024	52.935
Montividiu	5.595	7.736	10.572
Palestina de Goiás	3.174	3.307	3.371
Perolândia	-	2.791	2.950
Portelândia	3.021	3.696	3.839
Rio Verde	96.309	116.552	176.424
Santa Helena de Goiás	33.142	34.545	36.469
Santa Rita do Araguaia	4.534	5.087	6.924
Santo Antônio da Barra	-	4.052	4.423
Serranópolis	7.855	6.447	7.481
TOTAL	287.159	344.377	446.433

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Sua centralidade pode ser mensurada analisando a Tabela 12, que mostra a área colhida em hectares do algodão, da cana-de-açúcar, do milho e da soja na microrregião nos anos de 1996, 2006 e 2014. Estes dados se tornam interessantes quando se calcula a porcentagem da área territorial ocupada pela produção, pois revelam como o território é capturado pelas empresas. O algodão foi uma cultura importante para os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, mas hoje não ocupa nem 1% do território, sendo relevante apenas para Chapadão do Céu, que em 2014 teve uma área colhida equivalente a 7,73% de seu território.

A cana-de-açúcar, que chega à microrregião do sudoeste de Goiás na década de 1990 e se consolida em 2000 incentivada pelas políticas nacionais de biocombustível, é um produto controverso, por exaurir o solo rapidamente, a mão-de-obra não ser especializada e vir de fora do Estado e as Usinas, que, devido à sua susceptibilidade de fechamento em momentos de crises financeiras, não garantem o lucro ao produtor. Inclusive a câmara municipal de Rio Verde aprovou a Lei 5.200/2006 que limitou a área agricultável de cana-de-açúcar no município em 10%, causando revolta nos donos de usinas porque ela foi copiada por muitos

municípios em todo o Brasil. Mas isso não impediu o avanço da cana-de-açúcar na região que hoje conta com as usinas da Odebrecht em Mineiros e da Raízen em Jataí, líderes em produção no mercado nacional.

Cruzando os dados de área colhida de cana-de-açúcar (tabela 12) com a área territorial municipal (tabela 10) será obtida a porcentagem de utilização do território nos principais municípios produtores de cana-de-açúcar na microrregião, que foi: a) Jataí - 1996 equivaleu a 0,008%, 2006 a 0,013%, 2014 a 3,485%; b) Mineiros - 1996 equivaleu a 0,002%, 2006 a 0,004%, 2014 a 5,739%; c) Rio Verde - 1996 equivaleu a 0,114%, 2006 a 0,346%, 2014 a 4,057%; d) Castelândia - 1996 equivaleu a 3,429%, 2006 a 8,742%, 2014 a 16,811%; e) Chapadão do Céu - em 2014 equivaleu 12,036%; f) Maurilândia - 1996 equivaleu a 13,600%, 2006 a 23,095%, 2014 a 32,076%; g) Portelândia - em 2014 equivaleu a 9,882%; h) Santa Helena - 1996 equivaleu a 9,839%, 2006 a 21,903%, 2014 a 28,299%. Os dados mostram que os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” não utilizam percentualmente grande parte do seu território para a produção de cana-de-açúcar devido ao tamanho das suas áreas territoriais, diferente de Maurilândia e Santa Helena, que ocupam 30% do território. Lembrando que nestes cálculos foi usada a área total do município, sem excluir o perímetro urbano, para se ter uma noção do avanço desta cultura no cerrado.

O milho, utilizado pelas agroindústrias dos complexos agroindustriais da carne para fazer ração animal, possui a seguinte porcentagem de utilização do território: a) Jataí - 1996 equivaleu a 7,251%, 2006 a 15,183%, 2014 a 29,271%; b) Mineiros - 1996 equivaleu a 1,051%, 2006 a 2,815%, 2014 a 7,340%; c) Rio Verde - 1996 equivaleu a 6,564%, 2006 a 7,041%, 2014 a 25,777%; d) Chapadão do Céu - 1996 equivaleu a 15,254%, 2006 a 15,519%, 2014 a 28,831%; e) Perolândia - 1996 equivaleu a 11,627%, 2006 a 5,633%, 2014 a 34,964%; f) Portelândia - 1996 equivaleu a 10,868%, 2006 a 8,265%, 2014 a 46,714%; g) Santa Helena - 1996 equivaleu a 15,548%, 2006 a 4,381%, 2014 a 21,903%. Percebe-se que a área colhida do milho é maior que a da cana-de-açúcar, em razão da grande demanda da multinacional BRF (antiga Perdigão) que produz aves e suínos para o mercado interno e externo.

Tabela 12. Microrregião do sudoeste de Goiás: culturas selecionadas, área colhida (HÁ)

Município	Área Colhida (HÁ)											
	Algodão herbáceo (em caroço)			Cana-de-Açúcar			Milho (em grão)			Soja		
	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014
Aparecida do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	171	300	100	-	800	700
Aporé	-	-	-	-	-	17.700	1.151	900	170	400	3.200	3.850
Caiapônia	-	3.200	1.950	11	35	-	7.310	13.500	46.000	14.694	63.000	90.000
Castelândia	950	-	-	1.020	2.600	5.000	500	2.600	-	1.000	8.300	6.000
Chapadão do Céu	1.006	6.945	16.900	-	-	26.300	33.331	33.911	63.000	56.348	101.946	90.000
Doverlândia	-	-	-	25	35	-	750	1.800	4.200	-	8.000	15.000
Jataí	-	750	745	60	95	25.000	52.022	108.929	210.000	91.768	230.000	278.000
Maurilândia	200	-	-	5.300	9.000	12.500	1.800	2.100	2.500	1.800	6.000	12.000
Mineiros	-	2.492	1.670	14	35	52.000	9.524	25.500	66.500	45.341	133.000	93.000
Montividiu	2.000	3.200	5.400	-	-	9.300	30.000	21.500	90.700	45.000	105.000	121.000
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-	-	323	1.850	5.300	-	3.000	12.000
Perolândia	-	2.496	5.650	-	-	7.500	11.971	5.800	36.000	27.883	38.500	53.500
Portelândia	-	-	690	14	-	5.500	7.899	3.800	15.500	11.485	24.300	23.000
Rio Verde	11.000	2.800	980	955	2.900	34.000	55.000	59.000	216.000	110.000	250.000	300.000
Santa Helena de Goiás	23.500	345	-	11.230	25.000	32.300	17.746	5.000	25.000	8.000	44.000	42.000
Santa Rita do Araguaia	-	-	-	6	-	-	264	3.550	400	200	5.000	8.560
Santo Antônio da Barra	1.700	800	-	-	-	4.500	2.000	500	3.100	1.600	7.000	6.000
Serranópolis	-	-	-	12	2.800	13.500	6.049	4.600	26.000	9.979	24.000	37.450
Total	40.356	23.028	33.985	18.647	42.500	245.100	237.811	295.140	810.470	425.498	1.055.046	1.192.060

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A soja é um caso especial para a microrregião do sudoeste de Goiás porque fomentou o crescimento econômico devido à introdução da agricultura científica, responsável pela atração de migrantes das mais diversas regiões do país, especialmente sul e sudeste. Produzida desde a década de 1970 até hoje é considerada pelos fazendeiros como um produto “perene”, porque ainda existe no mercado uma alta demanda de consumo que faz com que os preços na Bolsa de Chicago oscilem pouco, razão que os leva a não investirem em outra cultura. Além disso, ela é vista pelos gestores municipais como a cultura que mais propicia impactos positivos ao município. A porcentagem de utilização do território é: a) Jataí - 1996 equivaleu a 12,791%, 2006 a 32,059%, 2014 a 38,750%; b) Mineiros - 1996 equivaleu a 5,004%, 2006 a 14,680%, 2014 a 10,256%; c) Rio Verde - 1996 equivaleu a 13,127%, 2006 a 29,834%, 2014 a 35,801%; d) Chapadão do Céu - 1996 equivaleu a 25,787%, 2006 a 46,655%, 2014 a 41,188%; e) Maurilândia - 1996 equivaleu a 4,619%, 2006 a 15,397%, 2014 a 30,793%; f) Montividiu - 1996 equivaleu a 24,011%, 2006 a 56,025%, 2014 a 64,562%; g) Perolândia - 1996 equivaleu a 27,081%, 2006 a 37,392%, 2014 a 51,961%; h) Portelândia - 1996 equivaleu a 17,929%, 2006 a 43,121%, 2014 a 67,286%; i) Santa Helena - 1996 equivaleu a 7,009%, 2006 a 38,550%, 2014 a 36,797%. Os dados mostram que a soja continua sendo o “grão dourado” da região, chegando, em alguns casos, a ocupar mais da metade da área territorial total do município.

A partir destas informações se pode examinar a Tabela 13 que contém a quantidade produzida de algodão, cana-de-açúcar, milho e soja da microrregião. Nesta é possível observar a hierarquia no “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” - em que o município de Jataí possui uma produção agrícola semelhante à do município de Rio Verde e o município de Mineiros só é competitivo na cana-de-açúcar - e o despontar no cenário regional dos municípios de Chapadão do Céu e Montividiu com a soja e Santa Helena na cana-de-açúcar. Outra questão importante está no total produzido pela microrregião do sudoeste de Goiás, que faz dela uma das maiores regiões produtoras de grãos no país, atraindo as multinacionais do agronegócio.

Tabela 13. Microrregião do sudoeste de Goiás: culturas selecionadas, quantidade produzida (t)

Município	Quantidade Produzida (t)											
	Algodão herbáceo (em caroço)			Cana-de-Açúcar			Milho (em grão)			Soja		
	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014
Aparecida do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	345	1.280	650	-	2.240	1.890
Aporé	-	-	-	-	-	1.593.000	3.209	3.720	1.105	1.032	8.960	10.703
Caiapônia	-	12.800	6.923	197	1.750	-	39.277	69.750	313.000	39.682	157.500	245.700
Castelândia	1.990	-	-	87.720	299.000	425.000	1.950	13.000	-	2.100	19.920	17.400
Chapadão do Céu	1.935	23.960	68.952	-	-	2.367.000	212.966	239.332	435.250	132.124	256.904	238.500
Doverlândia	-	-	-	631	1.750	-	1.794	9.750	28.900	-	20.000	40.500
Jataí	-	2.475	2.682	1.500	3.800	3.000.000	196.674	467.830	1.476.000	227.842	621.000	767.280
Maurilândia	400	-	-	455.800	828.000	937.500	7.200	10.500	13.250	3.780	13.800	33.600
Mineiros	-	8.722	6.680	167	1.575	3.120.000	43.417	115.500	439.800	112.039	319.200	279.000
Montividiu	4.200	11.520	19.260	-	-	604.500	153.000	109.200	627.300	112.500	252.000	338.800
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-	-	717	9.200	34.310	-	7.200	32.400
Perolândia	-	9.360	22.600	-	-	450.000	49.157	25.200	238.800	70.925	111.650	141.775
Portelândia	-	-	2.760	410	-	330.000	43.921	15.800	99.350	28.360	58.320	62.560
Rio Verde	24.200	8.400	3.670	74.490	249.400	3.060.000	249.500	308.500	1.234.500	275.000	600.000	750.000
Santa Helena de Goiás	50.995	620	-	1.010.700	2.200.000	2.648.600	93.030	27.500	150.000	18.800	101.200	100.800
Santa Rita do Araguaia	-	-	-	217	-	-	900	14.550	2.480	420	12.000	23.540
Santo Antônio da Barra	3.400	2.000	-	-	-	360.000	9.000	2.750	17.340	3.200	16.800	16.200
Serranópolis	-	-	-	416	235.200	877.500	22.496	19.020	172.000	24.526	67.200	103.362
Total	87.120	79.857	133.527	1.632.248	3.820.475	19.773.100	1.128.553	1.462.382	5.284.035	1.052.330	2.645.894	3.204.010

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os dados revelam que o agronegócio privilegiou áreas e neste caso o município de Rio Verde foi “privilegiado” para ser o centro porque já possuía uma contrapartida para as empresas, que é a extensa área territorial e a alta capacidade produtiva no campo, infraestrutura pública e privada - que inclui rodovias, energia elétrica de qualidade, telefonia, hospitais, escolas, universidades - e mão de obra qualificada. Como o agronegócio é caracterizado pela atuação da indústria à montante, por meio da produção de sementes e defensivos agrícolas, e à jusante, com a industrialização dos produtos extraídos do campo, a centralidade de Rio Verde se estenderá desde a concentração de pesquisas, produção e venda de novas sementes até a industrialização e comércio das mercadorias extraídas do campo.

Em síntese, os números nos permitem dizer que o município de Rio Verde é o elo que liga a microrregião do sudoeste de Goiás ao global, recebendo e executando as ordens e comandos dos atores internacionais. Porque nele está instalado o centro de comando dos conglomerados multinacionais do agronegócio que atuam na região.

O crescimento da produção de cana-de-açúcar, milho e soja na microrregião entre os anos de 1996 e 2014 provocou uma mudança significativa no campo e na cidade. Os dados da RAIS (relação anual de informações sociais) mostram um aumento no número de empregos e uma transição da agricultura para a agroindústria, iniciada em 1996 devido à implantação do projeto Buriti³³ pela Perdigão (BRF). Essa empresa é um marco importante tanto para o município de Rio Verde - sede regional -, porque ela impulsionou o crescimento da população (que dobrou em 20 anos) e tornou sua economia mais complexa, quanto para a microrregião, que passou a atrair agroindústrias.

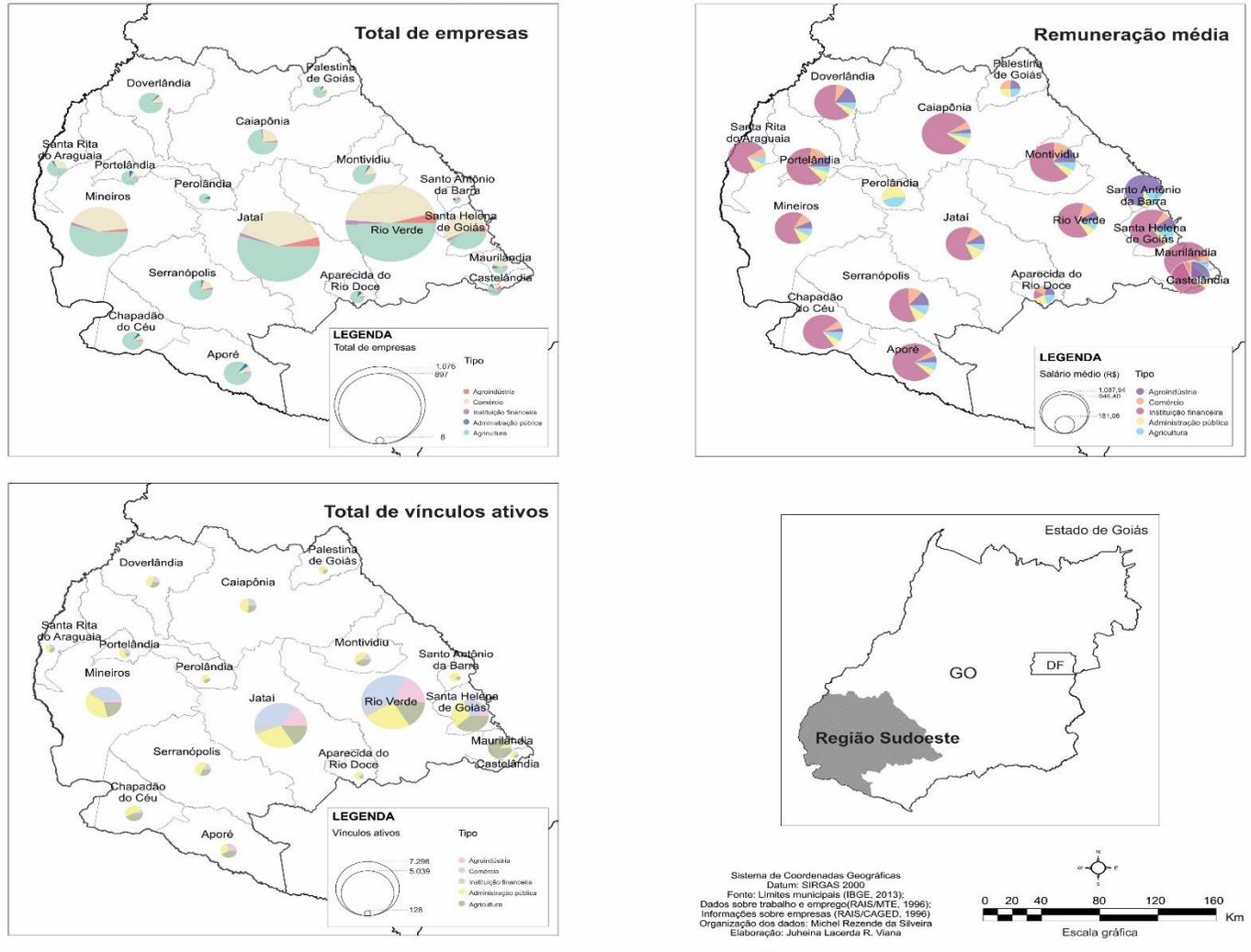
Para observar essas mudanças na microrregião do sudoeste de Goiás se fez uma sequência de mapas com os dados da RAIS do total de empresas, remuneração média e vínculos ativos dos anos de 1996, 2006 e 2014, classificando as informações nas categorias agroindústria (incluindo a indústria química que é a responsável pela produção de álcool e as agroindústrias de alimentos e bebidas), comércio (atacadista e varejista), instituição

³³ Em 1996, a Perdigão escolheu o município de Rio Verde para a implantação do Projeto Buriti, que consistia em um sistema completo de integração avícola e suinícola na região. O projeto, iniciado em 1998 e concluído em 2000, previa a construção de um frigorífico para abater 281 mil cabeças de aves e 3.500 cabeças de suínos por dia, uma fábrica de rações para 60 mil toneladas por mês, duas granjas de matrizes, um incubatório de aves e 810 módulos de integração (aves e suínos). A integração consistia em terceirizar parte do serviço, em que o integrado não é um produtor, mas um prestador de serviços, que é remunerado conforme o resultado técnico. A função da empresa é enviar o pintinho de um dia, as rações e medicamentos, prestar assistência técnica e transportar as aves para o abatedouro, enquanto o integrado é responsável pelo trato dos animais. Para a escolha do município foi levado em consideração disponibilidade de grãos (basicamente milho e soja), oferta e qualidade de mão-de-obra, proximidade do mercado consumidor, disponibilidade de carne bovina (devido à produção de embutidos como salsicha), incentivos fiscais, condições climáticas e infraestrutura.

financeira, administração pública e agricultura. O objetivo é compreender quais foram as transformações ocorridas nas empresas e no emprego com a chegada das multinacionais do agronegócio no território.

O Mapa 19, do ano de 1996, indica que a maioria das empresas da microrregião pertencem aos ramos da agricultura e comércio. No entanto, conforme mostrado no Mapa 6 - relevo do Estado de Goiás -, as áreas de planalto propícias à mecanização agrícola se encontram na parte sul da microrregião enquanto na parte norte o relevo é mais movimentado, o que resulta, “grosso modo”, em uma agricultura científica no Sul e uma agricultura tradicional no Norte. Esse argumento pode ser comprovado observando a quantidade produzida de algodão, cana-de-açúcar, milho e soja (Tabela 13) nos municípios de Caiapônia, Doverlândia e Palestina de Goiás. Por conta disso, na parte sul o comércio movimentará um grande volume de capital devido à agricultura científica, enquanto na parte norte o comércio está voltado à prestação de serviços básicos para a população.

MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS: TOTAL DE EMPRESAS, REMUNERAÇÃO MÉDIA E VÍNCULOS ATIVOS TOTAIS - 1996



Mapa 19. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais – 1996
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

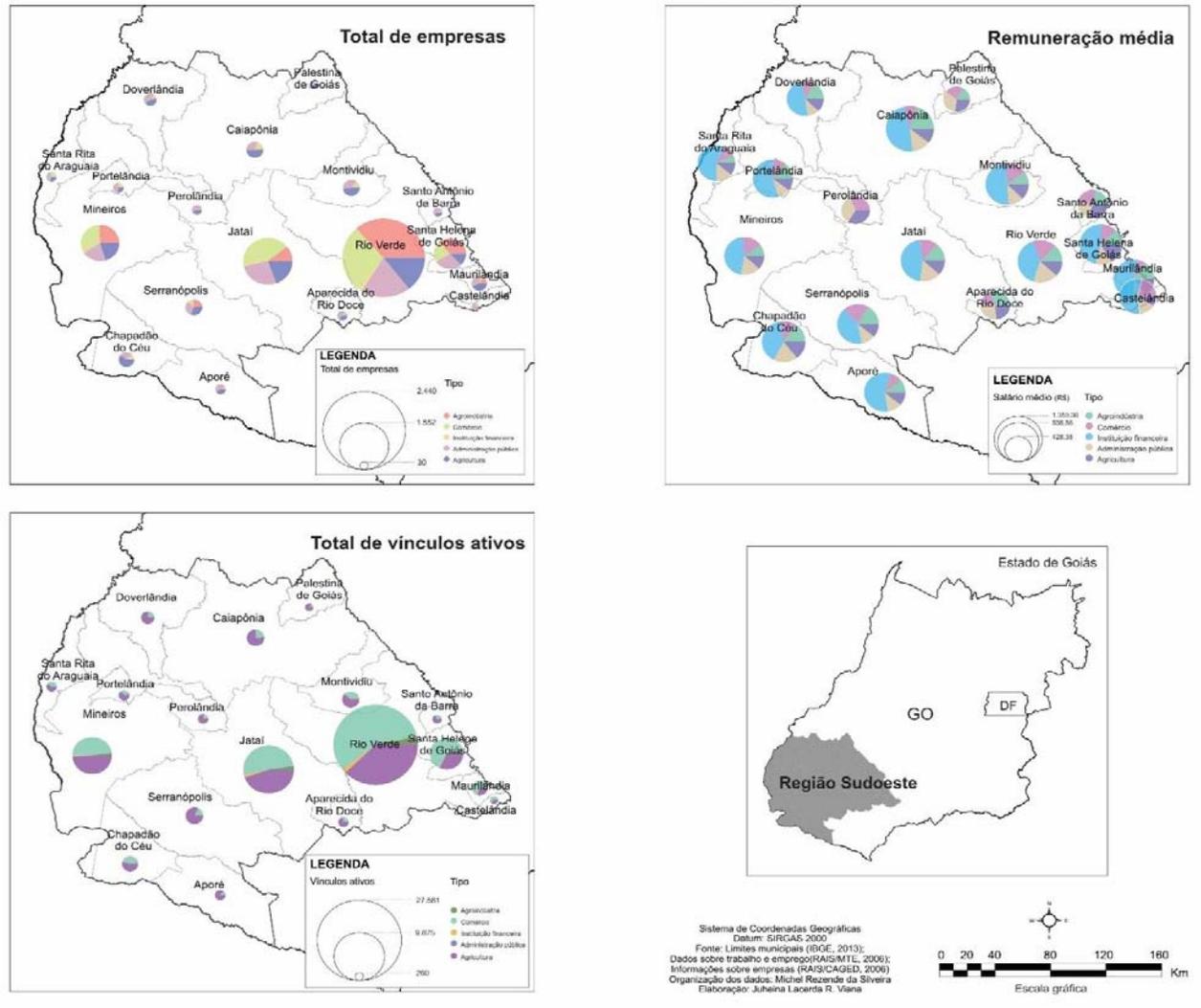
A diferença entre agricultura e comércio na parte sul e norte não refletiu no salário médio do trabalhador, que recebia de 1 a 2 salários mínimos (este valia 112,00 reais). Sendo maior apenas nas instituições financeiras porque nessa época houve a transição de moeda brasileira (do cruzeiro para o real em 1994) e a carreira de bancário se encontrava em seu auge. Entretanto, esse emprego era para poucas pessoas, tanto que nos vínculos ativos se observa que a maioria dos trabalhadores está empregada na administração pública e comércio. Este dado justifica a migração de pessoas dos municípios com população pequena para o “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, que se mudavam não por conta de salários melhores, mas para ter acesso ao emprego.

O Mapa 20, do ano de 2006, representa uma outra fase da microrregião por causa do processo de industrialização da agricultura que estimulou um aumento no total de empresas da agricultura, comércio, instituição financeira, administração pública e das agroindústrias, provocando reflexos na remuneração média, em que, além das instituições financeiras, outros setores (como o comércio, a agricultura e as agroindústrias) começam a pagar melhor os seus trabalhadores. No entanto, o aumento mais significativo dos rendimentos ocorreu nos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, onde os funcionários passaram a receber de 3 a 4 salários mínimos (este valia 350,00 reais). Por isso, os vínculos ativos ficaram concentrados na agricultura e comércio e a administração pública deixou de ser a principal fonte empregadora.

Acredita-se que nesse período a economia dos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” se tornou mais complexa em virtude da consolidação do agronegócio, fazendo com que haja uma mudança no perfil do migrante, que não procura apenas oportunidade de trabalho, mas melhores salários e possibilidade de subir na carreira, já que existem diversas empresas multinacionais. Mas, esse processo é acompanhado de outro que é o aumento das diferenças entre os municípios da microrregião do sudoeste de Goiás, mostrando como funciona a dinâmica do par dialético modernização e desigualdade.

A modernização é constatada apenas nos municípios que comandam a agropecuária em nível regional, que é o local onde existirão os melhores empregos e a prestação de serviços em saúde e educação com qualidade, sendo acessíveis aos cidadãos. Obviamente isso tem um custo, que é o aumento dos furtos e roubos, violência no trânsito, criação de periferias, enfim, problemas que eram verificados somente em metrópoles. Já a desigualdade atingirá o restante dos municípios, que, mesmo possuindo uma grande produção agropecuária em seu território, resta à sua população subempregos e saúde e educação ineficientes, que a faz se deslocar constantemente quando necessita destes serviços.

MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS: TOTAL DE EMPRESAS, REMUNERAÇÃO MÉDIA E VÍNCULOS ATIVOS TOTAIS - 2006



Mapa 20. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais - 2006
 Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

O Mapa 21, do ano de 2014, apresenta a realidade atual do sudoeste de Goiás, que se diferencia daquela exposta no Mapa 19, especialmente pelo aumento no total de empresas da microrregião, resultado do avanço do plantio da cana-de-açúcar que atraiu as usinas de biocombustível. A maior remuneração, mesmo depois da cana se espalhar pelo território, continuou sendo nos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, onde o trabalhador recebia em média de 3 a 4 salários mínimos (este valia 724,00 reais). E o total de vínculos ativos ainda se concentrava na agricultura e no comércio.

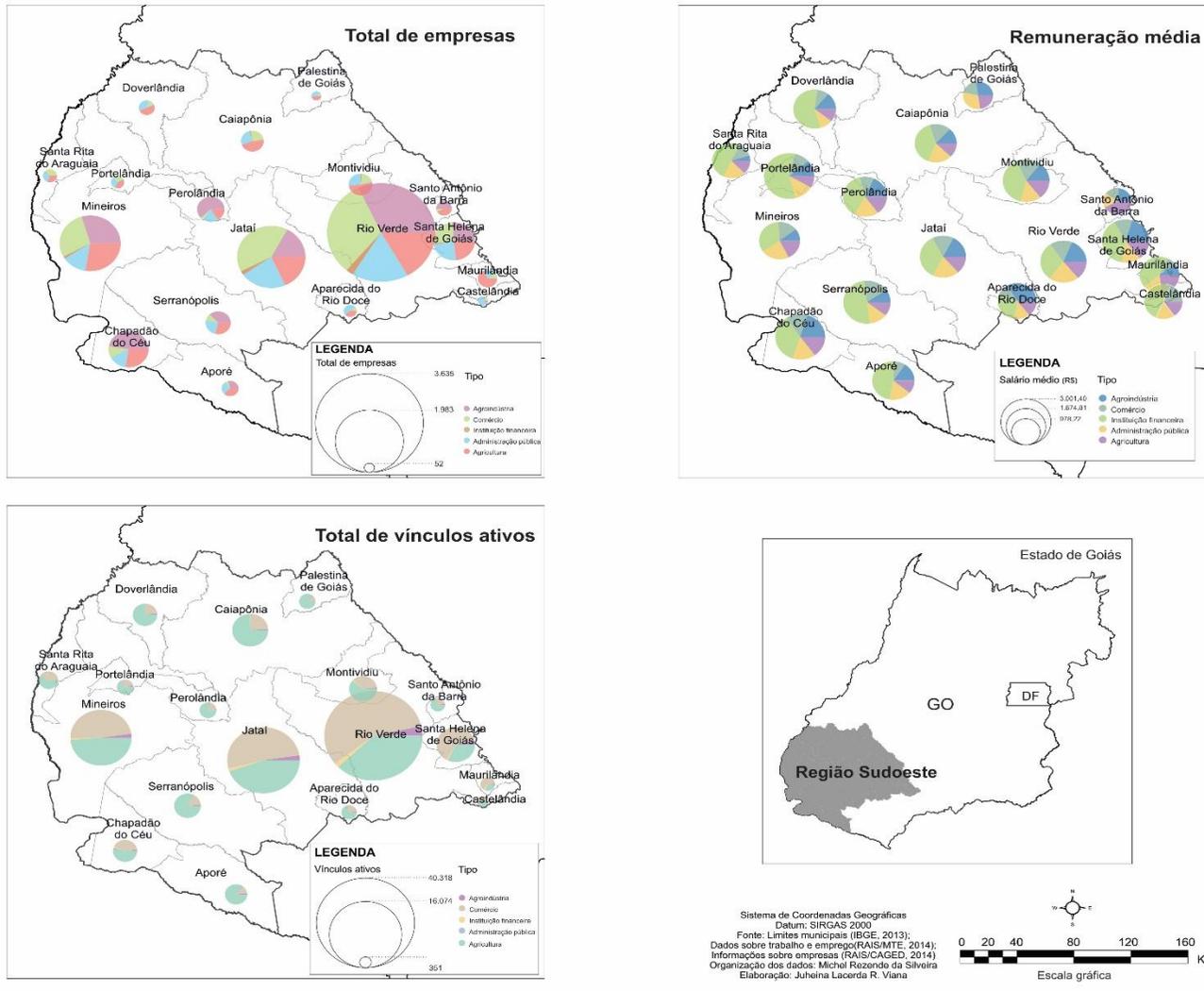
Pelos números se pode dizer que a microrregião possui uma economia forte, capaz de absorver a mão de obra existente e distribuir renda. Mas, observando-se a Tabela 12 - área colhida em hectares do algodão, da cana-de-açúcar, do milho e a da soja na microrregião - e levando em consideração a quantidade de incentivos fiscais dados pelo Estado de Goiás e a remuneração média nos anos de 1996, 2006 e 2014, pergunta-se: para uma produção tão grande como essa, com incentivos públicos, a remuneração média não é muito pequena? A resposta é muito óbvia, as empresas deveriam retribuir melhor à sociedade! Santos (2006, p. 68) explicou esse processo dizendo: “Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes e de emprego e modernidade”.

Esse é o centro da discussão suscitada nessa tese: as áreas com extensos planaltos na microrregião do Sudoeste de Goiás foram capturadas pelas empresas para o desenvolvimento da monocultura, cuja produção bate recordes ano após ano, mas a população e os municípios não participam dos benefícios das riquezas extraídas de seu território, porque as empresas ficam com o maior volume de capital, dando migalhas como retribuição e exigindo serem vistas como salvadoras dos lugares, caso contrário vão embora para outros locais mais lucrativos.

Por isso, em relação à centralidade do município de Rio Verde, compreende-se que existem dois processos: O primeiro processo é aquele que diz respeito à consolidação do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Podemos dividi-lo nas seguintes fases:

a) 1996 - As maiores empresas do comércio estavam ligadas à agricultura por conta das plantações de soja, e a quantidade produzida deste produto provava a existência de uma hierarquia entre Rio Verde, Jataí e Mineiros. Neste ano, o município de Rio Verde foi escolhido para receber uma unidade industrial da Perdigão (BRF), o que provocaria um aumento na diferença hierárquica entre eles.

MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS: TOTAL DE EMPRESAS, REMUNERAÇÃO MÉDIA E VÍNCULOS ATIVOS TOTAIS - 2014



Mapa 21. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de empresas, remuneração média e vínculos ativos totais - 2014
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

b) 2006 - As agroindústrias já possuem um papel relevante para a economia da microrregião por conta do início das atividades da Perdigão (BRF) em Rio Verde (ano de 2000), Jataí (ano de 2005) e Mineiros (ano de 2007). E o município de Rio Verde já se destaca como um polo regional.

c) 2014 - A plantação de cana-de-açúcar aumenta na microrregião atraindo as usinas de biocombustível, consolidando os três complexos agroindustriais: carne, soja e cana. O município de Rio Verde já não é o maior produtor de grãos do Sudoeste Goiano, revelando como este paulatinamente vai deixando a produção agropecuária para os outros municípios à medida que assume a função de polo, que, nesse caso, atinge a escala nacional. Um exemplo desse processo está na escolha de Rio Verde pelo Ministério das Comunicações³⁴ para receber o projeto piloto de desligamento do sinal analógico de TV, circunstância que o tornou o 1º município do Brasil a receber um sinal 100% digital.

O segundo processo é a captura do campo dos municípios com populações pequenas principalmente para a produção de cana-de-açúcar. Podemos dividi-lo nas seguintes fases:

a) 1996 - A agricultura não estava ligada ao agronegócio (salvo em algumas exceções como Montividiu e Chapadão do Céu que já eram grandes produtores de soja), pois este ainda estava concentrado nos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”.

b) 2006 - A monocultura transborda dos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” em direção aos municípios com populações pequenas, período em que os dados evidenciam um discreto aumento da produção de cana-de-açúcar.

c) 2014 - Já é possível enxergar uma captura do campo dos municípios com populações pequenas para a produção de cana-de-açúcar, que é comandada pelos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”.

De acordo com Elias (2011), pode-se definir que a rede econômica da microrregião do sudoeste de Goiás é formada por estes dois processos: 1) consolidação do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”; e 2) captura do campo dos municípios com populações pequenas para a produção de cana-de-açúcar. O município de Rio Verde pode ser considerando um **nó**, os municípios de Jataí e Mineiros **pontos** e os municípios com populações pequenas **manchas** das redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados.

Esse entendimento é confirmado pela Tabela 14 que apresenta a quantidade de funcionários nas principais indústrias do município de Rio Verde no ano de 2016. Fazendo uma comparação entre a população total estimada de alguns municípios da microrregião em

³⁴ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/rio-verde-go-sera-primeira-a-desligar-sinal-analogico-de-televisao>>. Acesso em: 05 de Julho de 2016.

2015 (dados mais recentes divulgados pelo IBGE) e a quantidade de trabalhadores da Perdigão (BRF), percebe-se que este número é maior do que a quantidade de habitantes de 7 municípios. Agora, se for comparado o total de funcionários nas principais indústrias do município de Rio Verde, ver-se-á que o número é maior que a população de 11 municípios. Isso porque os dados relacionados se referem apenas às atividades industriais.

Tabela 14. Total de funcionários na indústria- município de Rio Verde 2016

Indústrias	Total de Funcionários
Agromais	6
Brasilata	100
Caramuru Alimentos	27
Cargill	270
Case	60
Cervejaria Cristal	105
Comigo	2312
Fox comercial de alimentos - comercio varejista	230
Indústria Gessy Lever – SIOL	65
Indústria Torneadora Use forte	10
Nova Safra	22
Nutriforte (revenda)	1
Nutrisal	11
Orsa Papel, Celulose e embalagens	340
Perdigão (BRF)	7100
Refrescos Bandeirantes	133
Rinco	154
Siol Alimentos	80
Triel-HT	16
Videplast	310
Total	11352

Fonte dos dados: cadastros telefônicos das indústrias – 2016

Retornando-se aos mapas (19, 20 e 21), do total de vínculos ativos se nota que uma parcela significativa de trabalhadores - em agricultura, na administração pública, no comércio e nas instituições financeiras - não entrou na comparação entre o número de funcionários empregados em Rio Verde e a população total dos municípios da microrregião. Tomando como exemplo o ano de 2014 a parcela excluída da comparação ultrapassa os 80%³⁵, ou seja, o menor segmento econômico do município de Rio Verde (a indústria) emprega mais pessoas do que o número total de habitantes em 11 municípios, o que equivale a 61% dos municípios

³⁵ Segundo os dados do IBGE de 2010, a quantidade total dos trabalhadores do município de Rio Verde é de 88.779 mil.

da microrregião. Esta é a dimensão da centralidade produzida pelo agronegócio, capaz de provocar novas dinâmicas territoriais, assunto que será discutido no próximo tópico.

4.4 O agronegócio no município de Rio Verde e as novas dinâmicas territoriais - a desigualdade socioespacial regional

Os fundamentos teóricos que embasam a tese explicam que o espaço geográfico é uma construção do homem através do modo de produção capitalista, que ocorre dentro de uma relação dialética entre o espaço e a sociedade. Nessa pesquisa, o fio condutor do raciocínio foi pautado no par dialético modernização e desigualdade a partir introdução do agronegócio no território, usando uma escala de análise que mostra esse processo desde o âmbito Global até o Brasil, e de Goiás à escala local da microrregião do sudoeste de Goiás. O pensamento nesta tese é que o agronegócio no município de Rio Verde criou novas dinâmicas territoriais como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na região.

O termo desigualdade socioespacial é compreendido por Carlos (2007) por meio da produção do espaço que se realiza enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista, em que a desigualdade é o fundamento histórico do capitalismo e se expressa nas diferenças do acesso à riqueza. A diferenciação espacial é um produto social dessa desigualdade que está na origem do processo, evidenciando espacialmente as estratégias de classe. Por isso, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos tanto no campo quanto na cidade e, no cerne desse conflito, encontra-se a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial.

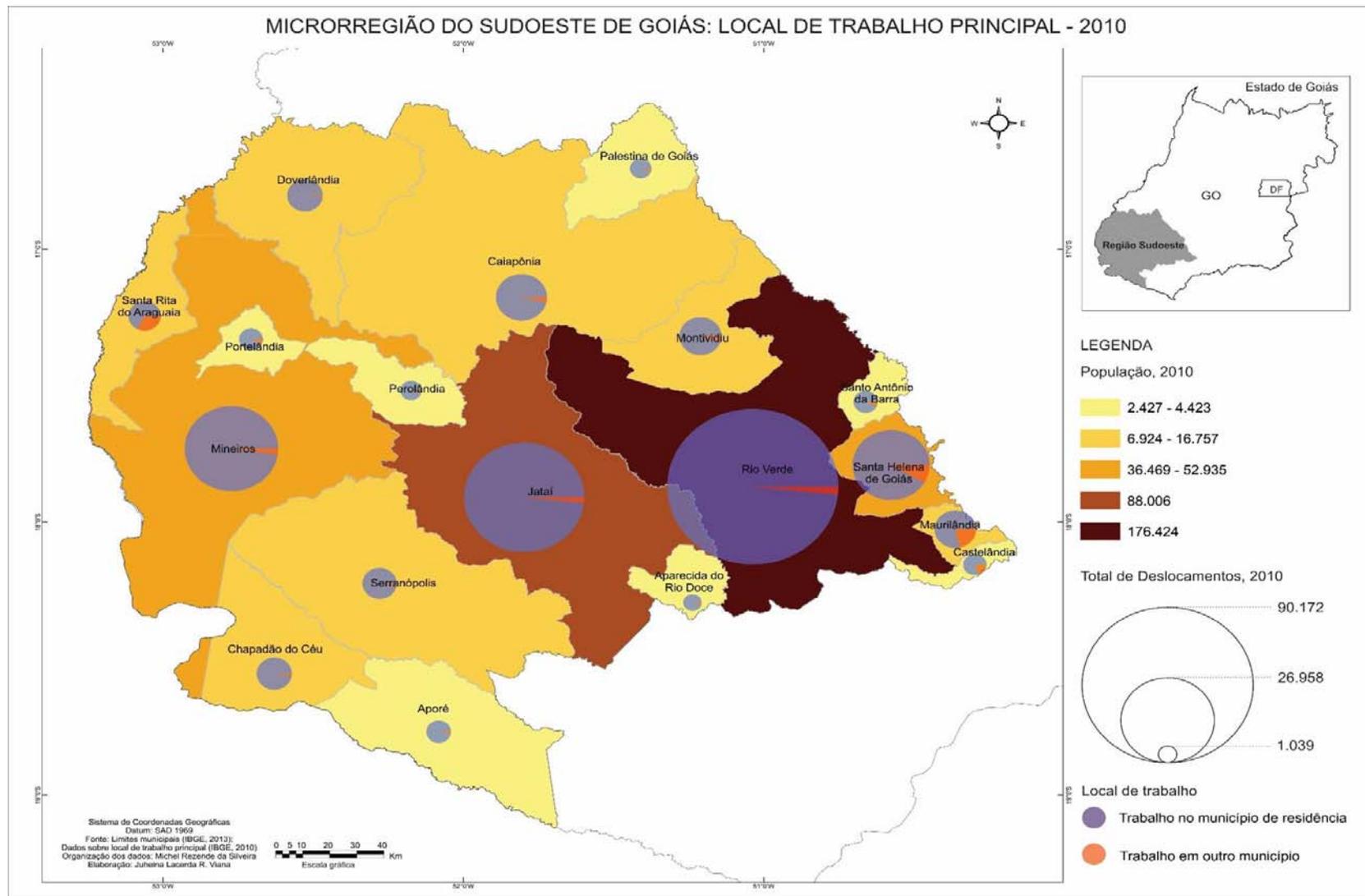
Nesse estudo a desigualdade no acesso à riqueza não está baseada no acúmulo de bens materiais e imateriais pelos cidadãos. Mas, especificamente relacionada àqueles indivíduos que só possuem sua força de trabalho para se sustentar, na possibilidade de terem um emprego que lhes permita morar dignamente (mesmo que a moradia seja alugada), dispendo de uma prestação de serviços na área de saúde e educação com qualidade - o mais próximo possível de sua residência - e a oportunidade de desfrutar de momentos de lazer. Estes itens são compreendidos como os requisitos mínimos para que uma pessoa possa ter uma boa qualidade de vida.

Escolheu-se este recorte pela possibilidade de se observar o acesso diferenciado da sociedade ao território da microrregião através dos dados de deslocamento dos cidadãos para o trabalho, ou atendimento em saúde e educação, tendo em vista que, mesmo o sudoeste de

Goiás possuindo 56.111.075 km² distribuídos em 18 municípios, 72% de sua população vive nos 3 municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”. Isso nos faz deduzir que o campo e a cidade de 15 municípios do sudoeste de Goiás não dão condições para o trabalhador realizar sua sobrevivência, forçando-o a se deslocar diariamente ou até mesmo migrar.

Com relação aos deslocamentos diários da população para o trabalho, o Mapa 22 nos mostra que quanto menor for a População Economicamente Ativa (PEA) do município maior é a necessidade de deslocamento. Conforme o censo de 2010, Tabela 15, destacaram-se os municípios de Castelândia com 19,67% da PEA; Maurilândia com 21,39% da PEA e Santa Rita do Araguaia com 32,04% da PEA. Nos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” os dados foram: Jataí 1,58% da PEA, Mineiros 2,27% da PEA e Rio Verde 1,54% da PEA. Obviamente, os perfis das pessoas são diferentes, nos municípios com PEA pequena quem se desloca são os trabalhadores (Maurilândia em razão da usina de cana-de-açúcar de Santa Helena e Santa Rita do Araguaia porque a sua cidade está quase conurbada com a cidade de Alto Araguaia (MT), que possui um Terminal da Ferronorte), já nos municípios com PEA grande quem se desloca são os prestadores de serviços (médico, advogado, agrônomo, veterinário, técnicos agrícolas).

Estes dados mostram que os cidadãos dos municípios com populações pequenas não encontram em seu território a condição básica de sua sobrevivência, que é o acesso ao emprego, e, quando encontram, não recebem mais do que 2 ou 3 salários mínimos, conforme apresentado no Mapa 21. Essa situação foi descrita por Santos (1979) como o circuito inferior, que é a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo, formado pelas atividades de pequena dimensão com interesse principalmente para as populações pobres, enraizado e mantendo relações privilegiadas com sua região. Este é o ponto principal abordado pela tese, que são os conglomerados do agronegócio extraindo as riquezas do solo, usufruindo da água em abundância, destruindo o bioma cerrado e lucrando milhões, enquanto o trabalhador tem que percorrer o território em busca de um emprego que lhe pagará no máximo 2.500 reais. E ainda deve ficar grato porque em outras regiões do Estado não se encontram empregos que pagam estes valores.



Mapa 22. Microrregião do sudoeste de Goiás: local de trabalho principal - 2010.

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana,

Tabela 15. Microrregião do sudoeste de Goiás: local de trabalho principal em 2010

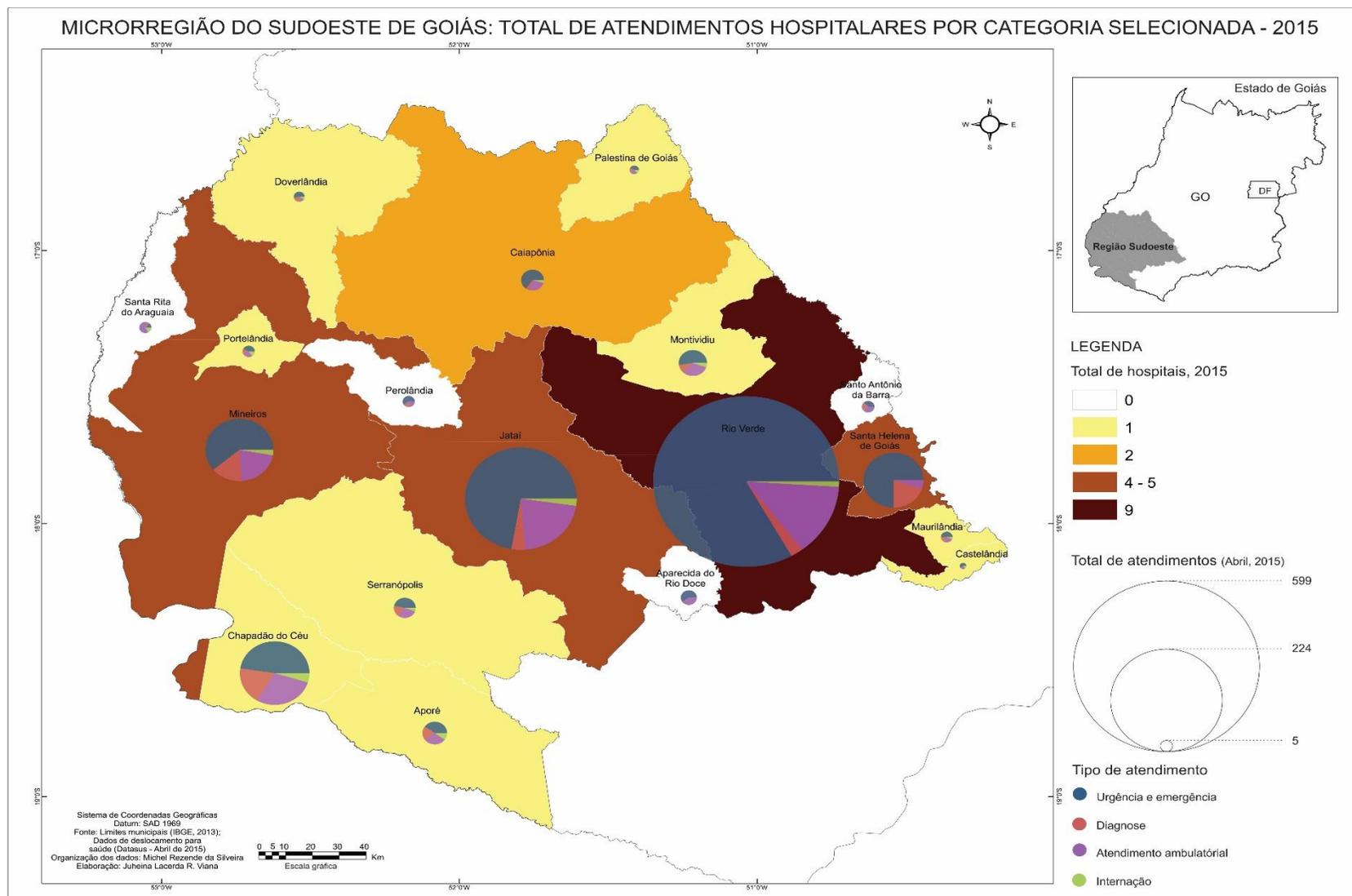
Município	População Censitária - 2010	População Economicamente Ativa	Trabalha no município	Trabalha em outro município	Migrantes (%)
Aparecida do Rio Doce	2.427	1.039	1.007	32	3,07 %
Aporé	3.803	1.864	1.804	60	3,21 %
Caiapônia	16.757	8.056	7.772	284	3,52 %
Castelândia	3.638	1.682	1.351	331	19,67 %
Chapadão do Céu	7.001	3.833	3.760	73	1,90 %
Doverlândia	7.892	3.905	3.851	54	1,38 %
Jataí	88.006	44.535	43.828	707	1,58 %
Maurilândia	11.521	5.286	4.155	1.131	21,39 %
Mineiros	52.935	26.958	26.344	614	2,27 %
Montividiu	10.572	5.412	5.202	210	3,88 %
Palestina de Goiás	3.371	1.427	1.378	49	3,43 %
Perolândia	2.950	1.392	1.325	67	4,81 %
Portelândia	3.839	1.744	1.637	107	6,13 %
Rio Verde	176.424	90.172	88.779	1.393	1,54 %
Santa Helena de Goiás	36.469	18.297	16.777	1.520	8,30 %
Santa Rita do Araguaia	6.924	3.227	2.193	1.034	32,04 %
Santo Antônio da Barra	4.423	1.801	1.687	114	6,32 %
Serranópolis	7.481	3.601	3.520	81	2,24 %

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Esta riqueza poderia ser reinvestida no território que a gerou, produzindo benefícios como o acesso de sua população a serviços de saúde com qualidade. Conforme observado no Mapa 23, os habitantes de municípios com população pequena da microrregião do Sudoeste de Goiás, como Aparecida do Rio Doce, Perolândia, Santo Antônio da Barra e Santa Rita do Araguaia, necessitam se deslocar vários quilômetros porque em suas cidades os postos de saúde não conseguem atender às demandas básicas.

Neste caso, o problema não é do Governo Federal, porque a legislação em saúde no Brasil é feita através do Sistema Único de Saúde (SUS), que é uma referência em saúde pública para vários países no mundo devido aos seus critérios, que são: a) regionalização - articulação entre os serviços existentes para um comando unificado; b) hierarquização - divisão em três níveis de complexidade: baixa (unidades básicas de saúde), média (hospitais secundários e ambulatórios de especialidades) e alta (hospitais terciários); c) descentralização - o município é gestor e administrador dos recursos; d) comando único - cada esfera do governo é autônoma e soberana em suas decisões e atividade; e e) participação popular - a sociedade participa da gestão através dos conselhos de saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.

Um sistema complexo como este só funciona se os municípios vizinhos realizarem pactos de cooperação e cumprirem a meta estipulada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de terem pelo menos 1 médico para cada 1.000 habitantes. Como isso não acontece e o dinheiro recebido é mal gerido, os postos de saúde e hospitais de municípios com população pequena ficam sucateados, fazendo com que os médicos percam o interesse em trabalhar nestes locais, pois a falta de estrutura física coloca a vida, tanto do paciente quanto do médico, em risco. Dessa forma, os serviços de baixa complexidade que poderiam ser resolvidos em unidades básicas de saúde do próprio município são repassados para outros municípios, resultando em uma superlotação dos hospitais. Caso típico da microrregião em que boa parte dos municípios, ao invés de fazerem uma gestão correta dos recursos, apenas compram ambulâncias para transportar os pacientes para locais com uma melhor estrutura, como aquela encontrada nos municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, gerando conflitos entre os gestores públicos, pelo motivo de que o SUS distribui os recursos conforme a quantidade de habitantes por município, o que quer dizer que os hospitais são municipais, mas atendem a uma demanda regional, muitas vezes sem a devida pactuação intermunicipal.



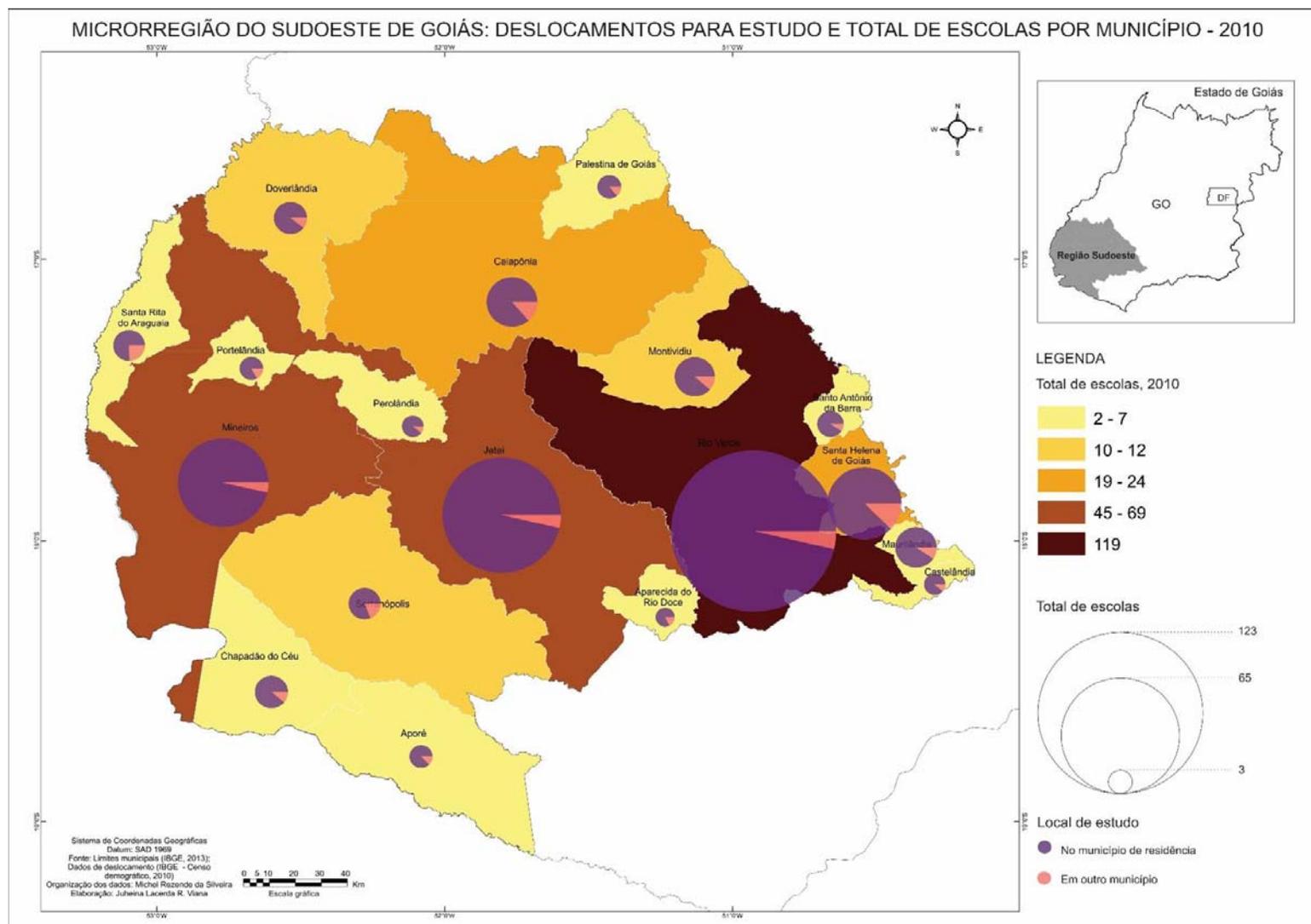
Mapa 23. Microrregião do sudoeste de Goiás: total de atendimentos hospitalares por categoria selecionada - 2016.

Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Convém deixar claro que estamos falando de má gestão do dinheiro público e não de corrupção ou desvio de verbas. A má gestão dos recursos ocorre, na maioria das vezes, porque os municípios com populações pequenas não possuem uma equipe técnica capaz de produzir projetos para firmar convênio com outras prefeituras e o Ministério da Saúde. Um exemplo disso são as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) - programa criado pelo Governo Federal para funcionar como um Hospital Regional 24 horas por dia com o objetivo de atender grande parte das urgências e emergências -, que em muitos municípios já possuem a estrutura física construída há vários anos, mas não funcionam por conta da celebração do pacto intermunicipal. Já que a inexistência de um contrato entre as prefeituras e o Governo Federal informando as competências e as contrapartidas impede a transferência de recursos públicos para a compra de equipamentos e a contratação de funcionários.

Este problema poderia ser resolvido facilmente se as prefeituras exigissem das multinacionais, como contrapartida para instalação no território, o pagamento de assessorias técnicas que auxiliassem na gestão do município. O retorno deste investimento, com toda certeza, seria muito grande principalmente para as empresas que passariam a contar com um funcionário mais produtivo e mais interessado em permanecer no emprego, porque o município lhe proporciona uma boa qualidade de vida. Outro efeito, igualmente importante, seria o aumento da circulação do dinheiro no local, pois haveria uma diminuição dos gastos com saúde pelos cidadãos, resultando em uma maior circulação do capital no mercado interno do que no externo. Como isso não ocorre, o que se vê nos municípios com populações pequenas é um campo interligado às demandas de consumo do agronegócio globalizado e uma cidade precária, situação que propicia a expulsão de seus moradores. Isso quer dizer que o território deixa de ser das pessoas e passa a ser das empresas.

A mesma situação apresentada na prestação de serviços em saúde ocorrerá com a prestação de serviços na área de educação, conforme o Mapa 24. Nos municípios com população pequena os cidadãos deveriam possuir acesso a um ensino de qualidade que formasse os discentes pelo menos até o Ensino Médio. Como nestes locais existe uma escassez de capital, tornando inviável a instalação de colégios particulares, a educação fica a cargo do município e do Estado. Estes, além de não pagarem bem aos professores, não possuem uma boa infraestrutura física e pedagógica de trabalho, situação que dificulta a contratação de docentes, especialmente nas áreas de licenciatura em Matemática e Física devido à carência de profissional no mercado. Assim, não raro os alunos ficam meses sem assistir aulas destas disciplinas pela inexistência de pessoas qualificadas para ministrá-las.



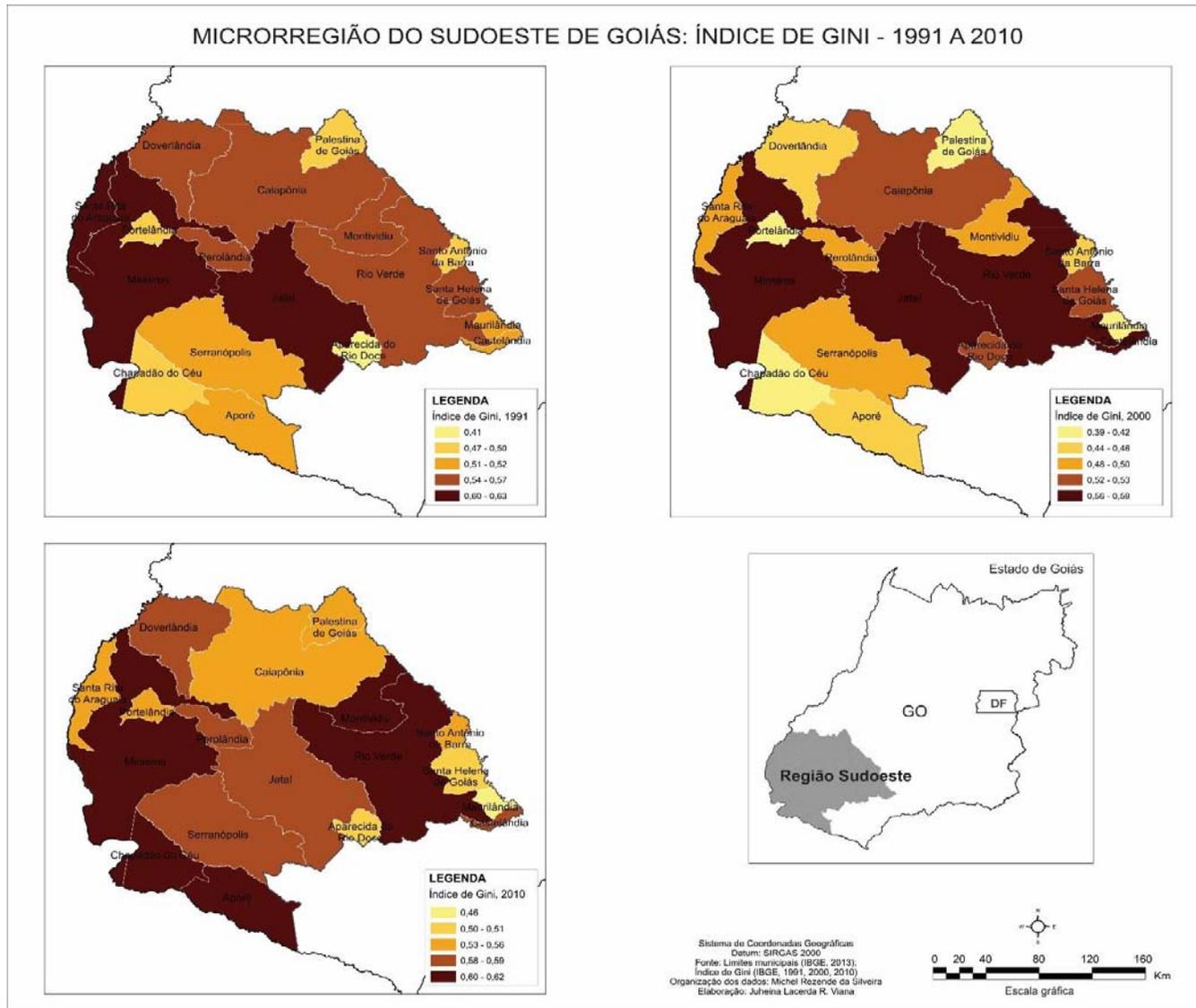
Mapa 24. Microrregião do sudoeste de Goiás: deslocamentos para estudo e total de escolas por municípios - 2010.
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

De acordo com o Mapa 24, cerca de 10% do total de estudantes dos municípios com populações pequenas realizam um deslocamento diário até outros municípios para estudar. Destes discentes, uma pequena quantidade, principalmente os filhos de comerciantes (donos de farmácia, supermercados e postos de gasolina), desloca-se para cursar o Ensino Médio. O restante é composto por alunos trabalhadores que fazem o curso superior e chegam a enfrentar distâncias de até 100 quilômetros entre a sua cidade e a Instituição de Ensino, em uma rotina desgastante que inclui chegar às 07h ao trabalho e sair às 17h diretamente para o ponto de ônibus, só retornando à sua casa às 00h. Mas, o esforço é recompensado porque o diploma de curso superior pode ser a garantia de um emprego melhor, que certamente só existirá em outro município, o que significa dizer que esse é o momento de preparação para a migração.

Em síntese, como disse Harvey (2001), o dinheiro não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é incessantemente enviado em busca de mais dinheiro. Nos municípios pequenos o dinheiro sempre sai, através dos cidadãos (na forma de pagamento da prestação de serviços em saúde e educação) ou das empresas multinacionais (extração do lucro), e não retorna. Essa realidade só mudará se houver uma quebra no processo de saída do capital, forçando-o a circular dentro do município, isso é o mais justo, porque haveria o reinvestimento da riqueza retirada do território, redundando em uma melhoria na qualidade de vida da população e na diminuição da desigualdade socioespacial regional.

Como isso não acontece, o que se vê materializado no território da microrregião do sudoeste de Goiás é que as novas dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado provocaram uma desigualdade socioespacial regional, que pode ser mensurada através do índice de Gini, Mapa 25. Conforme o IPEA³⁶, o índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração da renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de zero a um, em que o valor zero representa a situação de igualdade, todos têm a mesma renda, e o valor um está no extremo oposto, uma pessoa só detém toda a riqueza.

³⁶ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 16/06/2016.



Mapa 25. Microrregião do sudoeste de Goiás: índice de GINI - 1991 a 2010.
Organizador: M. R. da Silveira. Cartografia digital: Juheina L. Viana, 2016.

Esmiuçando o Mapa 25, pode-se dizer: a) 1991 - a economia da microrregião era baseada na agropecuária, principalmente na produção de soja, e os menores índices eram de Aparecida do Rio Doce e Palestina, na casa de 0,4, e os maiores índices eram de Jataí e Mineiros, na casa de 0,6. b) 2000 - início da instalação de agroindústrias e o menor índice era de Maurilândia, na casa de 0,4, e os maiores índices de Aporé, Chapadão do Céu, Mineiros, Montividiu e Rio Verde, na casa do 0,6. c) 2010 - a microrregião já possui um perfil agroindustrial e o menor índice era de Palestina, na casa do 0,3, e os maiores índices eram de Aparecida do Rio Doce, Caiapônia, Castelândia, Jataí, Mineiros, Perolândia e Rio Verde, na casa dos 0,5.

Os dados revelam que os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, local onde circula todo o dinheiro da microrregião do sudoeste de Goiás, sempre tiveram os maiores índices de Gini. Essa situação mostra a perpetuação do fundamento histórico do capitalismo, que é a concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas. De modo contrário, os menores índices de Gini nesse período foram dos municípios com populações pequenas, o que não significa que há uma igualdade na distribuição da riqueza, mas uma igualdade na distribuição da pobreza. Por isso que a maioria dos cidadãos resolve migrar para os municípios polos, justificando o aprofundamento das desigualdades socioespaciais a partir da introdução do agronegócio na região.

Estes mapas fecham a discussão da tese revelando que a introdução do agronegócio no município de Rio Verde criou de um lado o desenvolvimento e de outro a desigualdade socioespacial regional. O par dialético modernização e desigualdade é nítido na microrregião do sudoeste de Goiás, pois se verifica que o município de Rio Verde continua em seu processo de crescimento econômico após a chegada da agroindústria em meados da década de 1990 - juntamente com os municípios de Jataí e Mineiros -, enquanto os municípios à sua volta recebem agroindústrias, mas não mudam seu quadro de estagnação econômica e social. O mais importante é perceber que o agronegócio aumentou enormemente o fluxo de capital, mas, como sempre, a riqueza não foi dividida com a população.

Por isso, como Santos (2006, p. 170), acredita-se que um novo mundo é possível, conforme ele descreveu:

Esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima. As condições acima enumeradas deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva

solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização.

Esse é o desejo desta pesquisa para a microrregião do Sudoeste de Goiás, que a riqueza gerada em seu solo pelo trabalho do homem sirva para a coletividade dos habitantes que ali vivem, assegurando uma nova distribuição de bens e serviços (como em saúde e educação) que dê aos cidadãos uma melhor qualidade de vida, ao invés de enriquecerem poucas pessoas ou mesmo os grandes conglomerados do agronegócio. O primeiro passo para que isso ocorra está no cumprimento das palavras dos gestores públicos e privados, que o agronegócio traz emprego, qualidade de vida e cuidado ao meio ambiente (garantindo a qualidade dos recursos naturais para as gerações futuras). A realização prática do discurso já seria um bom começo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa trouxe o estudo do município para o centro das discussões, criando um caminho metodológico diferente daqueles utilizados nos conceitos de cidades médias e cidades pequenas, pela necessidade de compreender as dinâmicas econômicas da cidade e do campo em conjunto. Em razão dessa mudança na escala de análise se fez uma opção pelo termo “municípios com populações pequenas” para diferenciá-los daqueles que possuem populações maiores. Já que a tese teve como objetivo discutir a centralidade do agronegócio no município de Rio Verde e as suas consequências espaciais, como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na microrregião do sudoeste de Goiás.

Partiu-se do pressuposto de que o espaço geográfico é um produto do trabalho do homem, o trabalho sendo a mediação necessária da relação homem-natureza, para mostrar que o homem é o responsável pela produção das diferenças socioespaciais no território, através do modo de produção capitalista que se desenvolve de forma contraditória, através do par dialético modernização e desigualdade, pois ao mesmo tempo que se cria o desenvolvimento se aprofundam as desigualdades. Em virtude de o capitalismo ser fundamentado na luta de classes, refletindo essa disputa no processo de organização do espaço, usou-se o termo desigualdades socioespaciais.

O viés de análise foi a agricultura científica, que é a industrialização da agricultura, chamada de agronegócio, caracterizada por possuir indústrias à montante (fábricas de insumos agrícolas) e à jusante (transformação da matéria-prima em produto) para a realização do processo produtivo. Como a agricultura revela as raízes profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno, principalmente em um momento em que esta deixa de ter como finalidade a sobrevivência humana para se integrar ao sistema econômico de um país, tornando-se globalizada, utilizamos a mesma para compreender as transformações no espaço, haja vista que no objeto em estudo as modificações espaciais se deram graças à introdução do agronegócio no território.

Para contextualizar teoricamente a tese, as mudanças espaciais em razão da introdução das dinâmicas econômicas do agronegócio foram observadas dentro de uma escala que foi do global para o local, levando em consideração a premissa básica do agronegócio que é o acúmulo de capital pelos grandes conglomerados internacionais, que se aliam aos Governos espalhando a produção por todo o planeta. Por conta disso, em todo lugar que recebe a agricultura científica é possível observar como o processo de desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais, pois essa característica de desenvolvimento desigual está na essência do modo de produção capitalista.

Com relação ao Brasil, por ter sido uma colônia de exploração e apresentar até hoje em seu território as marcas coloniais, na forma de desigualdades regionais estruturais, analisou-se alguns períodos de sua história colonial para distinguir os processos que já existiam daqueles que são novos. Com isso, foi possível observar os privilégios de infraestrutura que ocorreram nas regiões sul e sudeste do país no período da cafeicultura e, devido à atual migração da fronteira agrícola para as regiões à oeste e norte do país (Goiás, Mato Grosso, Pará), existe uma dificuldade de escoamento da produção agropecuária realizada nestes lugares. Circunstância que causa o aprofundamento das desigualdades socioespaciais entre as regiões brasileiras.

Por meio desta mesma metodologia, análise de alguns períodos do Brasil Colônia, foi realizada a compreensão do território goiano. Este pode ser caracterizado através da divisão norte/sul, em que o norte está ligado à extração mineral, tendo ligações econômicas com a região Norte do país, e o sul ao agronegócio, sendo comandado pela região Sudeste do país. A partir deste quadro se fez um mapa com os polos Econômicos de Goiás para mostrar o desenvolvimento e as desigualdades existentes no Estado.

Feito o panorama mundial, nacional e estadual se iniciou a discussão sobre a microrregião do sudoeste de Goiás. Esta possui três complexos agroindústrias: 1) o complexo da soja, plantada na região desde a década de 1970; 2) o complexo da carne, com a escolha do município de Rio Verde para a implantação do Projeto Buriti em 1996 pela Perdigão - BRF; e 3) o complexo da cana-de-açúcar, iniciado a partir de 2000. Todas estas dinâmicas fizeram dos municípios vizinhos Rio Verde, Jataí e Mineiros polos econômicos, que chamamos de “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” devido à sua função de ligar a microrregião às demandas de consumo globalizadas.

A tese do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” abre as discussões sobre a centralidade do município de Rio Verde mostrando que 72% da população da microrregião do sudoeste de Goiás está concentrada nos municípios polos, que são os maiores produtores de grãos do Estado de Goiás. Em princípio, essa é a área moderna do território onde existe a fluidez do capital, propiciadora de benefícios para a população, como educação e saúde de qualidade, e os outros municípios são aqueles em que predomina o desequilíbrio econômico e social.

Porém, analisando-se os números da produção agrícola dos municípios que estão fora do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, percebe-se que se trata de uma microrregião com alta produção em cana-de-açúcar, milho e soja. Mas, esta não trouxe impactos significativos para a arrecadação municipal - pois ainda dependem em grande parte

das transferências de FPM pelo Governo Federal -, não mudou o perfil da população que continuou estagnada e nem trouxe uma melhora nos serviços públicos para os seus habitantes, incitando o questionamento o significado material da palavra município, porque um campo produtivo passou a não ser sinônimo de riqueza para o município.

E o discurso de que o agronegócio uniu o campo e a cidade em uma única relação produtiva passa a não ser verdade para alguns municípios porque a relação campo/cidade não se dá mais em âmbito municipal, mas regional, em virtude do comando produtivo estar nos municípios polos. Essa “perda” de controle do campo é uma questão seríssima, pois qualquer produção em regime de monocultura traz importantes impactos ambientais, devendo ser fiscalizada de perto pelos gestores municipais, que se aliam às empresas, entregando os recursos naturais. Realidade acobertada através de números que indicam o crescimento após a chegada das multinacionais, mas que não se encontram concretizados no território através de moradias descentes para os cidadãos, hospitais e escolas. Isso sem falar que o território municipal se tornou inacessível para a maioria dos cidadãos.

Quando se analisa a centralidade do município de Rio Verde comparando os dados de área colhida e quantidade produzida de algodão, cana-de-açúcar, milho e soja, com o total de empresas, remuneração média, vínculos ativos e os funcionários das indústrias, descobrimos onde está sendo investida parte³⁷ do capital gerado pelo campo dos municípios com populações pequenas. Daí a necessidade de se repensar o significado de município e as estruturas de poder neles constituídas para que haja uma melhoria da qualidade de vida para o cidadão que labuta nele no dia-a-dia.

Entretanto, é importante salientar que o capital extraído do campo de municípios com populações pequenas e enviado para o município de Rio Verde não trará benefícios para todos os seus habitantes. Observando-se as desigualdades socioespaciais da microrregião do sudoeste de Goiás pelos dados de Gini dos anos de 1991, 2000 e 2010, ver-se-á que a entrada do agronegócio no território provocará um aumento no índice, ou seja, uma elevação da concentração da riqueza nas mãos de poucos.

Este é o outro lado da centralidade do município de Rio Verde que tem sido relegado por muitos pesquisadores, que é o fato da sua população não ser constituída somente por fazendeiros ricos que andam em veículos de luxo, mas principalmente por migrantes que não encontraram em seus municípios as condições mínimas de sua sobrevivência, que passa por

³⁷ Uma grande parte do capital gerado pelo agronegócio no Brasil é remetida aos países sedes das multinacionais instaladas no território.

encontrar um emprego. Daí o crescimento desordenado da cidade, o aumento da violência, características típicas de uma metrópole que começam a existir em cidades médias.

É preciso fazer esse alerta porque as teses e dissertações falam repetidamente de Rio Verde e da microrregião do sudoeste de Goiás pelo viés das empresas e seus números astronômicos, ou dos produtores e empresários de sucesso, sem se aterem ao fato de que a contradição é muito maior que o desenvolvimento. Fato comprovado no município de Aporé, que possui uma população estimada de 4.000 mil habitantes e produziu 1.593.000 toneladas de cana-de-açúcar em 2014 - o 3º lugar no *ranking* estadual produziu 3.440.140 toneladas -, porém, em 2016 o acesso por rodovia para carros pequenos ainda era inviável devido à quantidade de buracos na pista.

A tese aqui defendida é que existem dois processos em curso na microrregião do sudoeste de Goiás: 1) consolidação do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio” - disposto numa hierarquia Rio Verde > Jataí > Mineiros -; 2) captura do rural dos municípios com populações pequenas para a produção de cana-de-açúcar. Estes processos formarão a rede econômica da microrregião, em que o município de Rio Verde pode ser considerado um **nó**, os municípios de Jataí e Mineiros **pontos** e os municípios com populações pequenas **manchas** das redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados.

Em razão desta interferência dos agentes globais se conclui ser importante a pesquisa do agronegócio no Brasil pelo viés da centralidade para compreensão das novas dinâmicas territoriais, como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais regionais. Pois, só a partir do entendimento do par dialético modernização e desigualdade é que conseguiremos mensurar quais os reais benefícios, ou malefícios, existirão na implantação de empresas multinacionais no território.

Para finalizar, pode-se dizer que a tese contribuiu com as pesquisas sobre o agronegócio no município de Rio Verde porque saiu dos reiterados discursos de pesquisadores sobre as benesses da introdução da agricultura científica e da instalação da Perdigão (BRF), para aprofundar na questão das desigualdades, principalmente em relação aos municípios com população pequena. Ou seja, partindo do pressuposto de que o capitalismo se desenvolve de modo desigual e combinado foi utilizado o par dialético modernização e desigualdade para compreender como boa parte dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás não participa dos benefícios do capital, mesmo havendo uma elevação da produção agrícola em seu território.

Outro ponto importante a ser mencionado é que a pesquisa trabalhou com a categoria município, buscando abarcar a realidade municipal como um todo (campo e cidade). Tal

perspectiva se torna relevante quando lembramos que houve uma mudança na rede urbana do Brasil, na qual as cidades médias passaram a terem relevância nacional porque estão crescendo mais do que as metrópoles. O mais interessante é que muitas destas cidades médias não estão localizadas nas regiões metropolitanas, situação que dá início a uma nova discussão, que é a relação entre as cidades médias e pequenas.

Em Goiás, as cidades médias (salvo algumas exceções como Anápolis e Aparecida de Goiânia) só começaram a crescer por conta das atividades rurais, fato que mostra a necessidade de se compreender o território através da perspectiva do município e não somente da cidade. Nesse sentido, da mesma forma como ocorreu com as metrópoles em relação à concentração dos bens e serviços gerando a necessidade de deslocamento dos cidadãos de outras localidades para satisfazer suas necessidades ocorrerá em municípios de médio porte quando se instala o agronegócio.

A diferença é que o crescimento dos municípios de médio porte estimula o desenvolvimento da agricultura nos municípios com populações pequenas, causando a falsa ilusão de que estes também crescerão. Mas, na verdade, o que aumenta é o fosso da diferença entre eles, observado pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais, pois o município de porte médio cresce enquanto os municípios com populações pequenas se retraem ou continuam estagnados.

Por esse motivo que se estudou a centralidade do município de Rio Verde em relação à microrregião do sudoeste de Goiás, através do par dialético modernização e desigualdade, chegando à conclusão de que os municípios do “Eixo de Produção Regional do Agronegócio” crescem e os municípios ao redor continuam estagnados, mesmo tendo se elevado em seu território a produção agrícola.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ALVES DE CASTRO, J. O Estado e a apropriação do território de Goiás. In: NETO, A. T.; ALVES DE CASTRO, J.; CHAVEIRO, E. F.; CASSETI, Valter; GOMES, H. (Orgs.). **O espaço goiano: abordagens geográficas**. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004. p. 59-92.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Revista Tempo**, vol. 9, n. 18, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 9-24, 2000.

ARRAIS, T. P. A. Novas Regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2002.

_____. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

_____. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Pará, 21 a 25 maio 2007.

_____. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007 (b).

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Ricardo de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2009.

BORGES, R. E. Modernização, Agroindústrias e transformação do espaço no sudoeste de Goiás: da criação de gado ao complexos agroindustriais de soja e de carnes. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 139-163, ago. 2013.

_____. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

BARREIRA, C. C. M. A. O papel de Pierre Moibeig na análise da ocupação da frente pioneira do centro-oeste. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 15, p. 89 a 107, jan./dez. 1995.

BARREIRA, Celene. C. M. A.; CHAVEIRO, Eguimar F. Cartografia de um pensamento de cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Org.). **Cerrados, perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 15-34.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento - (PND) - 1972/74. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1971.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). **Diário Oficial da União**. Brasília, 1974.

_____. III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/85. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1980.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste: 1975-79**. Brasília: SUDECO, 1975.

_____. **POLOCENTRO no Estado de Goiás e DF: Elencos de Programas e Projetos - Período 1975/77**. Brasília: SUDECO, 1975.

_____. **Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste**. Brasília: SUDECO, 1988.

_____. **Bases para um programa de desenvolvimento integrado da região centro-oeste (ações do Governo Federal no Centro-Oeste)**. Brasília: Editora Universa, 1997.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 39412 de 29 de Abril de 1938**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39412-16-junho-1956-332154-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 Janeiro 2016.

_____. Palácio do Planalto. **Decreto-Lei nº 395 de 29 de Abril de 1938**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0395.htm#art4>. Acesso em: 01 Fevereiro 2016.

_____. **Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da perdigão**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: Brasília, sem ano.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Empresas, remuneração média e vínculos ativos dos anos de 1996, 2006 e 2014. Brasília: MTE, 2015.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, p. 33-43, 2007.

CASTILHO, Denis.; CHAVEIRO, Eguimar F. Por uma análise territorial do cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Org.). **Cerrados, perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 51-70.

CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, vol. 04, número 06, p. 45-60, 2007.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Ricardo de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. 1 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Ricardo de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CASTRO, Iná Elias. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 2002.

CHAVEIRO, E. F.; MARQUES, A. C. O. **O mundo do Cerrado goiano: conflitos territoriais e disputas de imagens**. 2015 (no prelo).

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, ano 09, n. 08, p. 29-51, 2006.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Scripta Nova**, v. X, n. 218, 2006 (b).

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Revista Scripta Nova**, v. XII, n. 270, 2008.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 02, 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, São Paulo, v. 02, nº 25, 2005.

_____. Parte II: Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; Elias, Denise; Soares, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

_____. Desigualdades socioespaciais na cidade do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 09, número 01, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Idelvone. M.; MENDES, Estevane. D. P. P. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. P. 1-27. **Anais...** São Paulo, 2009.

FERREIRA, Francisco. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? **Seminário sobre Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td415.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

FREDERICO, Samuel. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, p. 47-61, 2010.

_____. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em área de cerrado. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, p. 46-61, 2013.

_____. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 03, número 01, 2013 (b).

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GOIÁS. **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**. Dados municipais, 2015. Disponível em: <<http://www.segplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

GODOI, Cintia Neves. **O sudoeste goiano e a rede técnica produtiva**. Fluxos e dinâmicas no interior do território. 2012. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Espaços de esperança**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

- _____. **Para entender o capital - Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **O neoliberalismo: história e implicações.** 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013 (b).
- _____. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013 (c).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censos demográficos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991, 2000 e 2010.
- _____. **REGIC - Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. **Estimativas de população para o ano de 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- _____. **Estimativas de população para o ano de 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- _____. **Estatísticas do Registro Civil, 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. **Estatísticas do Registro Civil, 1990.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- _____. **Estatísticas do Registro Civil, 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Estatísticas do Registro Civil, 1970.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. **Censo Demográfico 2000 - Migração e Deslocamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. **Censo demográfico 2000 – deslocamentos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _____. **Censo Agropecuário.** Disponível em: . Acesso em: 3 jan. 2015.
- INOCÊNCIO, Maria E.; CALAÇA, Manoel. Fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. **Anais... XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária.** São Paulo, 2009.
- INOCÊNCIO, M. E.; PESSÔA, V. L. S. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no cerrado. **Campo-Território: revista da geografia agrária,** Uberlândia, 2014.
- JACOBS, Jane. **A natureza das economias.** São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- LACERDA JÚNIOR, Benjamin de. **Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde - GO.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marian de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, Ronei C. D; PENNA, Nelba A. A logística de transportes do agronegócio em Mato Grosso (Brasil). **Confins (on line),** n. 26, fevereiro de 2016.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actuel Marx**, n. 18, 1995, p. 73-80.

MARAFON, Gláucio. J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **GEOUERJ - Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, junho de 1998.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. E-book. Disponível em:

<www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em 07 Jan. 2016.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MYSKIW, Antonio. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961/66)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton. J. Dinâmica da ocupação das terras no município de Jataí (GO) e a sua relação com o meio físico. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 153-179, jan./jun. 2007.

PENNA, Nelba A. A cidade para além da especulação: entre o capital e a habitação social. **Anais...** VII Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, São Paulo, 2014. p. 914-922,

_____. Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília. **Finisterra**, XLVII, 93, p. 109-127, 2012.

PENNA, Nelba A.; SILVEIRA, Michel. R. O agronegócio no Brasil moderno: desigualdades socioespaciais do desenvolvimento agrícola no oeste goiano. **Anais...** X ENANPEGE: 2013, Campinas. Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais. Dourados: UFGD, 2013. p. 1133-1140.

PIZZARO, Roberto. E. C. **O agronegócio e as potencialidades turísticas de Rio Verde - Goiás**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

QUEIROZ, Renata S. R. **A modernidade de porteira fechada no sudoeste goiano: o jeito perdigão de criar aves e suínos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RIBEIRO, Dinalva D. **Agricultura “caificada” no sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental.** 2005. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988. (versão PDF).

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. (versão PDF).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 5 reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A urbanização brasileira.** 5 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 (b).

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvido.** 3 ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5 ed. 3 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 (b).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. 16 ed. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAQUET, Marcos A. Proposições para estudos territoriais. **Revista GEOgrafia**, v. 8, n. 15, 2006.

SILVA, José. G. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, julho/setembro, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SALES, Altair. **O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água** - Entrevista concedida ao Jornal Opção em dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUZA, Marcelo. L. D. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 2, jul./dez. 1997.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA NETO, Antonio. Reflexões acerca de região. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2002.

_____. Evolução histórica e geográfica das fronteiras do Estado de Goiás. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2003.

_____. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2003.

_____. Goiás-Tocantins: questões agrárias. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2006.

_____. O território goiano-tocantinense no contexto do território do cerrado. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2006.

_____. Pequena história da agropecuária goiana. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2006.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem**. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 215 a 232.

SUZUKI, Júlio César. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-156.

VIANA, N. Capital, espaço e desigualdade. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 20, p. 107 a 125, jan./dez. 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP, 2009.

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de doutorado sobre **AS DINÂMICAS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE**, através de um depoimento oral a respeito do modo que o município supracitado influencia as atividades no campo, produzindo rebatimentos no urbano. Para tal estamos, através deste documento, fornecendo informações sobre os objetivos da pesquisa e o caráter livre e voluntário de sua participação. Quaisquer dúvidas que surjam durante a leitura deste documento serão esclarecidas pelo pesquisador. Após o esclarecimento sobre sua participação, em caso de aceite, favor assinar no final do documento.

I - Identificação do sujeito da pesquisa

1 - Nome do entrevistado: _____

II - Dados Gerais

1 - Título da Pesquisa - **AS DINÂMICAS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE GOIÁS E A CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE.**

2 - Pesquisador: Michel Rezende da Silveira: Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília. Contatos - celular (064) 92126466, email: [HYPERLINK "mailto:rezendemichel@yahoo.com.br" rezendemichel@yahoo.com.br](mailto:rezendemichel@yahoo.com.br).

3 - Avaliação dos riscos da pesquisa (probabilidade que o indivíduo sofra algum dano como consequência imediata ou tardia do estudo): sem nenhum risco.

III - Explicações do pesquisador ao entrevistado sobre a pesquisa

1 - A presente pesquisa tem por objetivo:

- a) Compreender o processo de modernização da agricultura e o desenvolvimento do agronegócio no município de Rio Verde (GO).
- b) Analisar a centralidade do município de Rio Verde em relação à sua microrregião do sudoeste de Goiás, pelo viés do agronegócio.

2 - Procedimentos de pesquisa: para facilitar o registro dos dados, a entrevista será gravada pelo pesquisador e, se necessário, serão feitas anotações sobre o relato.

3 - Benefícios que poderão ser obtidos: acesso facilitado, posteriormente, a uma cópia do relatório.

4 - Custos e benefícios financeiros: os entrevistados não terão nenhum ônus e nenhum ganho financeiro para participarem da pesquisa.

IV - Esclarecimentos fornecidos pelo pesquisador sobre garantias ao sujeito da pesquisa

1 - Acesso, a qualquer tempo, às informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir qualquer dúvida. Mediante autorização do entrevistado, o conteúdo da entrevista poderá ser utilizado:

- a) na publicação da tese;
- b) na publicação de artigo científico;
- c) na exposição de congressos da área;
- d) fica vedada sua utilização para outros fins.

A gravação estará à disposição dos entrevistados, a qualquer tempo, ficando sob a guarda do pesquisador.

2 - Salvaguarda de confidencialidade, sigilo e privacidade. O sigilo sobre a identificação será garantido. Seu depoimento será utilizado como documento, assim como preconizam os métodos de entrevista oral.

V - Consentimento pós-esclarecido.

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, consinto em participar do presente projeto de pesquisa.

_____ de _____ de _____
Assinatura (autorizo sem a indicação do meu nome):

QUESTIONÁRIO

Agricultura

- 1) Na cidade vendem-se produtos como ferramentas agrícolas e pesticidas?
- 2) Em qual cidade o agricultor compra tratores, arados mecânicos, caminhões e acessórios de maquinários agrícolas?
- 3) Na cidade existem aviões de pequeno porte para agricultura? Qual cidade possui assistência técnica?
- 4) Em qual cidade se compram automóveis novos?
- 5) Qual o valor do alqueire?

Saúde

- 1) Existem quantos hospitais (público ou particular) na cidade?
- 2) Na área de medicina, qual a principal cidade em que se buscam serviços especializados?
- 3) Na área de odontologia, qual a principal cidade em que se buscam serviços especializados?

Comércio

- 1) O comércio existente consegue atender de forma satisfatória a população? Se não, os cidadãos se deslocam para qual cidade?
- 2) Existem serviços de advocacia?
- 3) Existem serviços de contabilidade?

Educação

- 1) Quais os níveis de ensino existentes na cidade?
- 2) Quando a população não é atendida em sua demanda, qual cidade recorrem?

Demografia

- 1) Se não existe emprego na cidade, para qual cidade o trabalhador prefere se deslocar?
- 2) Como a cidade de Rio Verde influencia na cidade?